ISSN: 2447-6374

Navegar

Revista de Estudos de E/Imigração

Vol. 3 - nº 5, Jul.-Dez. 2017

UERJ
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

LABIMI
Laboratório de Estudos de Imigração

ISSN: 2447-6374

Navegar

Revista de Estudos de E/Imigração

Dossiê:

A Contratação na origem:
Trabalho agrícola e migrações temporárias

2017

Editora
Lená Medeiros de Menezes

Responsável pelo dossiê
Olga Achon

Conselho Editorial Interno
André Nunes de Azevedo, Angela Roberti Martins, Érica Sarmiento da Silva, Lená Medeiros de Menezes, Luiz Reznik, Maria Teresa Toríbio Lemos, Mônica Leite Lessa, Syrléa Marques Pereira.

Conselho Editorial Externo (External Editorial Board)
Angelo Trento (Università degli Studi di Napoli)
Chiara Vangelista (Università di Genova, AREIA)
Daniel Campi (Universidad Nacional de Tucumán)
Fernando de Sousa (Universidade do Porto, CEPESE)
Ismênia de Lima Martins (Universidade Federal Fluminense)
Laurent Vidal (Université de La Rochelle)
Luiz Fernando Beneduzi (Universitá Ca'Foscari di Venezia)
Maria Beatriz Rocha-Trindade (Universidade Aberta de Lisboa)
Maria de Nazaré Sarges (Universidade Federal do Pará)
Maria Izilda Santos de Matos (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)
Maria Luisa Tucci Carneiro (Universidade de São Paulo)
Nadia De Christóforis (Universidad de Buenos Aires)
Óscar Álvarez Gila (Euskal Herriko Unibertsitatea)
Oswaldo Truzzi (Universidade Federal de São Carlos)
Paulo Cesar Gonçalves (Universidade Estadual Paulista)
Pilar Cagiao (Universidade de Santiago de Compostela
Renata Siuda-Ambroziak (Uniwersytet Warszawski)
Ruy Farías (Universidad Nacional de General Sarmiento)
Susana Serpa Silva (Universidade dos Açores)
Roseli Terezinha Boschilia (Universidade Federal do Paraná)
Vittorio Cappelli (Università della Calabria)
Xosé Manoel Núñez-Seixas (Ludwig-Maximilians-Universitat München)

Conselho Consultivo
Adriano de Freixo (Universidade Federal Fluminense); *Alexandre Belmonte* (Universidade do Estado do Rio de Janeiro); *Baldomero Estrada Turra* (Universidad Catolica de Valparaiso); *Chiara Pagnotta* (Universitá de Genova, AREIA); *Isilda Braga da Costa Monteiro* (Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti/CEPESE); *Letícia Calderón* (Instituto Mora); *Maria Cristina Dadalto* (Universidade Federal do Espírito Santo); *Maria Luisa Ugarte Pinheiro* (Universidade Federal do Amazonas); *Oswaldo Munteal Filho* (Universidade do Estado do Rio de Janeiro); *Rosana Barbosa* (Saint Mary´s University); *Yvonne Dias Avelino* (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo); *Zeila Demartini* (Universidade Metodista de São Paulo)

Projeto gráfico e Apoio Técnico Operacional
Carlos Marcelo M. Paes (Bolsista Qualitec)

Correspondência: Rua São Francisco Xavier, 524, sala 9002 – A, Maracanã , Rio de Janeiro – RJ
CEP: 20550-013. Tel: (21) 2334-0988 E-mail: labimi.uerj@gmail.com

Sumário

Apresentação/Presentación del expediente 6

Dossiê: ***Contratação na origem: trabalho agrícola e migrações temporárias***

Contrataciones en origen, deslocalización productiva y feminización del Trabajo en la fresicultura del norte de Marruecos y el sur de España. Una historia en común 21
Emmanuelle Hellio / Juana Moreno Nieto
Aix Marseille Université, CNRS, LEST, CNElias

Il governo del lavoro migrante in agricoltura in Spagna e Italia. Meccanismi legali e promesse [ipotesi] di circolarità 47
Yoan Molinero Gerbeau
Instituto de Economía, Geografía y Demografía (IEGD)/
Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC
Gennaro Avallone
Università degli Studi di Salerno

Estrategias migratorias en la migración circular y su retorno: producción, reproducción y reconocimiento 74
Núria Morelló Calafell
Universidad de Barcelona

Las contrataciones en origen como instrumento de regulación laboral De flujos migratorios en el sector agrario español 95
Teresa Torres Solé / Rafael Allepuz Capdevila
Universidad de Lérida
Juan Antonio Márquez Domínguez / Mercedes Gordo Márquez
Universidad de Huelva

Sistema de contratación em origen: el revés de uma política migratoria y laboral instrumental 123
Alícia Reigada
Universidad de Sevilha

Artigos

Emigração (de jovens) e correspondências (cartas) do Brasil para Portugal no século XIX 145
Henrique Rodrigues
Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento da
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (CETRAD/UTAD)

As relações Brasil-Japão e a tutela empresarial na emigração

para o Brasil: veículo da riqueza 179
Mariléia Franco Marinho Inoe
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Na luta por um Portugal democrático: Maria Archer e Barradas de Carvalho (São Paulo/BR, 1950-1970) 202
Maria Izilda Santos de Matos
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Visões, discursos e práticas sobre a emigração portuguesa e açoriana, em particular durante a I República (1910-1926) 222
Susana Serpa Silva
Universidade dos Açores

Resenha de livro

MENEZES, Lená Medeiros de. SOUSA, Fernando. (orgs.). *Brasil – Portugal: pontes sobre o Atlântico. Múltiplos olhares sobre a e/imigração* 247
Rio de Janeiro: EdUERJ, 2017. 448p.
Zilda Iokoi
Universidade de São Paulo

Sobre os autores 254

Normas Editorais

Apresentação

Nos três últimos anos, a *Navegar* vem brindando o público-leitor com abordagens e discussões sobre um processo que se tornou pauta obrigatória no tempo presente: os deslocamentos (migrações) internacionais. Constituindo-se em uma das poucas revistas que, no Brasil, dedica-se à temática, a *Navegar* chega a um público amplo, que inclui não só pesquisadores de vários países, como o público em geral. Ou seja, todos aqueles que se interessam pelo movimento dos povos e pelo desafiador processo de reconstrução de vida em terra estrangeira, considerando-se que a e/imigração é fato que não se esgota nos atos de partir ou chegar, mas que se prolonga como experiência de vida, revelando, dentre outros, os des/encontros entre o EU e o OUTRO.

Este número cinco da *Navegar* traz uma inovação importante: seu dossiê foi proposto - e organizado - por pesquisadora de língua espanhola, razão pela qual se apresenta todo escrito em sua língua natal, colocando em foco uma realidade ainda não pensada ou analisada em termos de Brasil. A proposta foi a de contemplar formas de recrutamento de imigrantes para o meio rural, dando ênfase à contratação na origem e a deslocamentos temporários e circulares. Essa inovação impôs a necessidade de incluirmos não só a apresentação da revista, mas, também, uma apresentação específica do dossiê, escrita por sua organizadora: Olga Achon, da Universidade de Barcelona.

Como nos números anteriores, a *Navegar* nº 5 contempla o dossiê, acima descrito, e artigos livres, que apresentam ao leitor aspectos e abordagens diferenciadas dos processos e/imigratórios, ampliando o escopo das abordagens.

O primeiro desses artigos livres aborda a emigração (de jovens) e cartas do Brasil para Portugal no século XIX, baseado em fontes encontradas nos dois lados do Atlântico. De autoria de Henrique Rodrigues, vinculado ao centro de Estudos Transdisciplinares para o desenvolvimento, da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, o artigo discorre sobre caixeiros, estudantes e "filhos-família", desconstruindo algumas versões sobre eles consagradas, analisando, em sua essência, cartas por eles escritas. Estas cartas desvelam circunstâncias e sentimentos relativos ao processo e/imigratório e à vida em terra estrangeira, dando relevo a questões familiares, comportamentos, tensões e ideias. Nessa cenografia, como diz o autor: "todo um universo de onde emerge a saudade"; palavra que - melhor do que qualquer outra – traduz, no caso portuguuês, o fenômeno e/imigratório.

O segundo artigo tem como autora Mariléia Inoue, Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que aborda a tutela das grandes empresas capitalistas japonesas na emigração para o Brasil. As principais fontes utilizadas são as leis concernentes à emigração e documentos que revelam estratégias e táticas de empresas japonesas que se fixaram no Brasil. Para além da análise da documentação legal, a autora discute a teia de fatos, projetos e tensões que compõem o processo, revelado, em parte, nos eventos comemorativos que têm por objetivo demonstrar o poder e a força da indústria japonesa.

Segue-se artigo escrito por Maria Izilda de Matos, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, que aborda fluxos migartórios delocados de Portugal para São Paulo, nas décadas de 1950 e 1960. Nessa temporalidade, dá destaque aos exilados, a partir dos estudos de caso de Maria Archer e Barradas de Carvalho, com base na documentação do DEOPS e no jornal *Portugal Democrático*.

Encerra a sessão dos artigos libres o trabalho de Susana Serpa Silva, da Universidade dos Açores, que aborda as visões, discursos e práticas das emigrações portuguesa e açoriana, durante a I República portuguesa (1910-1926). Analisando as mudanças sofridas por Portugal e a persistência de fluxos emigratórios para o exterior, a autora coloca o foco nas formas pelas quais os republicanos portugueses entenderam o fenômeno, bem como os discursos, leis e medidas que se impuseram a partir de sua forma de ver o processo. Nesse contexto, toma por referência os Açores, em especial Ponta Delgada, de forma a abordar os deslocamentos insulares para o Brasil.

Na sessão de resenhas, Zilda Iokoi, da Universidade de São Paulo, analisa o livro pontes sobre o Atlântico. Reunindo alguns trabalhos, inicialmente apresentados no IX Congresso de Emigração Portuguesa para o Brasil, realizada na UERJ, o livro foi editado, em finais de 2017, pela EdUERJ, com auxílio financeiro da FAPERJ.

Convidamos então o leitor a viajar pela Espanha, Portugal, Itália, Marrocos e o Brasil, a partir de seu contato com o dossiê organizado por Olga Achon, dedicando-se, posteriormente, à leitura dos demais artigos que compõem este número da revista. Que este convite resulte em uma leitura prazeirosa e instrutiva, tornando o desafiador universo das migrações mais conhecido, tanto por parte do público especializado quanto do grande público.

Lená Medeiros de Menezes
Editora

Presentación del expediente

Los estudios sobre la consolidación y expansión de los enclaves productivos agrícolas globalizados, y del fenómeno asociado de movilización de la mano de obra que a ellos se dirige, han ido en aumento durante los últimos decenios. Este desarrollo ha permitido conocer en profundidad las circunstancias productivas de las agriculturas globalizadas – así como de las industrias a ella vinculadas- y las dificultades que el sector experimenta en lo que a producción e inserción de su producto en mercados altamente competitivos refiere. La heterogeneidad de enfoques de análisis de los que se han servido los investigadores demuestra la complejidad del fenómeno. Entre los elementos que intervienen en los procesos de reproducción social de los enclaves agrícolas en España especial atención ha recibido por parte de la academia la proyección y puesta en marcha de instrumentos político-jurídicos creados con el objeto de asegurar su afianzamiento. Esto se debe a la necesidad del sector agroalimentario de participar en condiciones de máxima competencia de las principales redes de comercio agroalimentario internacional. Esenciales en este escenario de pugna en los mercados internacionales son tanto aquellas estrategias legislativas desarrolladas por parte de los Estados, como las tácticas organizativas y de reclutamiento empleadas por los capitales agrícolas y agroindustriales para el gobierno de las poblaciones que se emplean en el sector. Unas han resultado ser esenciales para la apertura de posibilidades que condujesen a la contratación de la fuerza de trabajo requerida en condiciones administrativas de regularidad; otras han significado la ocasión para el establecimiento de sistemas dirigidos tanto al encauzamiento de trabajadores extranjeros residentes, como a la creación de nuevos flujos migratorios y su fijación – en determinadas ocasiones - en condiciones de servidumbre.

Cuestión fundamental, por tanto, de estas agriculturas intensivas cuyo producto se ofrece en mercados globales, es la necesidad de mano de obra en las condiciones ofertadas por el capital, asunto de significación analítica. El modo en que el sector se abastece de la fuerza de trabajo indispensable es un asunto de especial relevancia, sea a través del establecimiento de redes de distribución de trabajadores presentes en el territorio, sea merced la implantación de sistemas más sofisticados de reclutamiento. Hacemos alusión aquí a las maniobras que determinados actores, tales como asociaciones empresariales, organizaciones internacionales, entre otros, han concebido en su intento por establecer el flujo de trabajadores requerido en las diferentes coyunturas productivas propias de las agriculturas intensivas. Producto de la implantación de estas estrategias se ha originado el renacimiento de estructuras de movilización de fuerza de trabajo presentes ya en los programas de

gasterbeiter o trabajadores invitados establecidos en sectores productivos europeos, como fue en el caso de Francia y Alemania desde el fin de la II Guerra Mundial en atención al déficit de mano de obra.[1] Nos referimos a los programas de temporeros reclutados a través de la vía de la contratación en origen, a cuyo nombre corresponde en la actualidad en España, "gestión colectiva de contrataciones en origen", y a los que determinados actores – entre ellos la Organización Internacional para las Migraciones (OIM) o el *think tank* europeo Migration Policy Institute (MPI) - denominan "migración laboral, temporal y circular" o *circular migration*. El modo en que éstos se han establecido, las dinámicas socio políticas que su implantación genera en los países de origen y destino, así como las consecuencias que su puesta en marcha ocasiona sobre los derechos fundamentales de los trabajadores, entre otras, son algunos de los aspectos de especial relevancia para los científicos sociales, cuyo abordaje resulta imprescindible en aras a su adecuada interpretación.

Causa común, por tanto, del establecimiento de estrategias encaminadas en este sentido ha sido el dilema experimentado por los empresarios agrícolas españoles con respecto a la escasez sentida de mano de obra. Las dificultades por ellos experimentadas en el proceso productivo, derivadas principalmente de los altos costes de producción y la baja rentabilidad de las explotaciones agrícolas, unidas a la necesidad de afianzar la competitividad de sus productos en un mercado global altamente competitivo, propició la generación de modelos de reclutamiento de un tipo especial de trabajador. Esto es, por un lado, una mano de obra que permitiese mantener el precio del trabajo colocándolo en el umbral del convenio colectivo – gracias a la cual fuera posible planificar con antelación las campañas agrícolas estableciendo el número adecuado en cada una de ellas- y, por último, una mano de obra con débil capacidad de negociación de las condiciones del trabajo y de reivindicación de sus derechos laborales. Las demandas del sector en este sentido supusieron el punto de partida de la producción de un tipo de legislación particular cuyo objetivo primordial ha sido la fijación de los trabajadores extranjeros a sectores que, como el agrícola, presentasen similitudes al entorno de este problema.

La promulgación de la Ley Orgánica 4/2000, de 11 de enero sobre derechos y libertades de los extranjeros en España y su integración social, denominada comúnmente "de extranjería" y sus posteriores modificaciones, se dirigió, esencialmente, a la instauración de barreras jurídicas a la movilidad autónoma de los trabajadores extranjeros. Es por ellas, que el Estado ha tratado desde entonces de garantizar el encauzamiento del flujo de esta mano de obra que, como ha sido puesto en evidencia a través del abandono masivo de los españoles del sector agrícola, es la única dispuesta a trabajar en él al precio estipulado por convenio. El naciente sistema de autorizaciones de trabajo y residencia se presentó, en ese primer momento, como el método más adecuado para la creación de obstáculos a

la libertad de movimiento y trabajo. Resultado del mismo fue la producción del estatuto de irregularidad que impuesto al extranjero que no se ajustase al régimen de autorizaciones, lo privaba de su capacidad para vender su fuerza laboral en el mercado formal de trabajo y lo desposeía de la protección jurídica necesaria para conducirse con normalidad en el espacio público. Así, restringida su posibilidad de acceso al mercado formal y obligado a permanecer oculto, o a desarrollar tácticas de disimulo o mimetismo en los casos que su fisonomía racial lo permitía, se encontró forzado a integrarse en circuitos de búsqueda de trabajo en mercados informales. Ha sido de este modo como durante los últimos quince años del siglo XX y los primeros diez del siglo XXI, los agricultores trataron de resolver el problema de la competencia global, la escasez y la presión salarial, contratando extranjeros en situación irregular. La tolerancia desarrollada por el Estado, a propósito de su presencia, propició el uso de su mano de obra en condiciones de explotación, permitiendo en consecuencia la pujanza económica de la agricultura. Este método de fijación de la mano de obra desarrollado mediante la Ley de Extranjería, no obstante, no es nuevo en la historia del desarrollo económico, aunque sí podríamos decir que se ha mostrado como la primera tentativa de fijar trabajadores extranjeros a sectores económicos que así lo requiriesen, luego del arribo de la democracia en la España del siglo XX. La visión utilitaria del extranjero, así como la del pobre en otros períodos, se extendía y agravaba a través de las limitaciones propuestas al desarrollo de su actividad laboral, bien por sector de actividad, bien por área geográfica. Sin embargo, la rigidez del modelo de autorizaciones y la capacidad de los extranjeros nómadas de abandonar la explotación agrícola y presentarse en otros mercados de trabajo, no permitieron el afianzamiento del flujo requerido.

No fue hasta la incorporación de lo comprendido en diversos convenios y protocolos adicionales sobre gobernanza migratoria y empleo agrícola[2] en la Ley de Extranjería, y merced sus posteriores reformas, que se instauró este régimen especial de contratación que denominamos "en origen". Esto es, una estrategia dirigida a la implementación de modelos o sistemas útiles a la adecuación del volumen y las características de la fuerza de trabajo a los objetivos productivos de los empresarios agrícolas y de supervivencia del sector. Éstos se sitúan en continuidad histórica con aquéllos dispuestos por otros actores a la reproducción de realidades socio productivas en constante proceso de transformación. Uno de tales modelos es aquél instaurado en Prusia Oriental a partir de la aprobación del decreto de 11 de noviembre de 1891, por el que el Estado alemán reabría parcialmente las fronteras orientales y permitía el ingreso controlado de trabajadores polacos[3]. Es en esta época que se desarrolla un nuevo modelo de gestión empresarial intensiva[4] que vendría a reemplazar la organización patriarcalista de las relaciones de producción, típica de las provincias orientales alemanas. Su establecimiento llevaría, en primer lugar, a la proletarización de los

trabajadores autóctonos, y en segundo lugar, a su deserción de la tierra a la que una vez estuvieron ligados[5]. La penuria de fuerza de trabajo sentida por los *junker* –propietarios alemanes latifundistas del este-, a consecuencia del abandono masivo de la mano de obra autóctona, los impulsó a ejercer presión sobre el Reichstag. Esperaban impacientes la creación de políticas migratorias que protegiesen sus intereses, de trascendental importancia para la economía nacional. El decreto anteriormente citado resultó ser la estrategia fundamental al establecimiento de un flujo de mano de obra[6]. Las disposiciones contenidas en el mismo sirvieron al establecimiento de un suministro de trabajadores extranjeros supeditados a una movilización impuesta tanto por los ciclos estacionales de la agricultura, como por los dictados de un pueblo atemorizado ante la idea de una posible invasión extranjera. Entre aquellos se encontraba el abandono forzoso –retorno obligado- de "los territorios prusianos en invierno, (...) a fin de impedir literalmente su 'enraizamiento'".[7] Aquello que denominamos segunda tentativa de fijación de mano de obra al sector, por tanto, no es sino la reaparición de programas de trabajadores agrícolas temporales, no únicamente en el contexto español, sino en el ámbito más general de los enclaves productivos agrícolas globalizados internacionales.

Efecto de este auge es el interés renovado por la academia internacional a propósito del control de la migración mediante instrumentos similares, tales como el Programa de Trabajadores Temporales Extranjeros en Canadá[8], las visas H-2A en Estados Unidos[9], o los contratos OIM en Francia.[10] A través de estos trabajos se somete a examen el efecto que los modelos altamente competitivos de producción "justo a tiempo" producen – entre otros - sobre el factor trabajo, la consideración del temporero contratado en origen como sujeto del cual servirse en los momentos cruciales de las campañas agrícolas, sus formas de reclutamiento y movilización intensiva, y su empleo dirigido a la exacción de la máxima plusvalía. En relación a España, tal interés se ha revelado a través de la producción de trabajos dedicados, entre otras materias, a la sostenibilidad social de los modos de producción intensivos en la agricultura, a la proliferación de enclaves agrícolas globalizados altamente dependientes de mercados externos, a los procesos de recomposición de fuerza de trabajo y la progresiva introducción de cadenas globales de trabajadores; como también a las consecuencias que de ello se derivan sobre las condiciones de explotación en las que el trabajo en la agricultura se lleva a cabo.[11] Igualmente, en el terreno más específico de la contratación en origen, este interés ha dado como fruto investigaciones dirigidas a la interpretación crítica de los modos en que se emplean a los trabajadores extranjeros en las agriculturas globalizadas y los efectos que éstos producen, relativos a la precarización del trabajo, el cercenamiento de las libertades y el desgaste de los sistemas democráticos de derecho. En este sentido han resultado fundamentales los trabajos

acerca de la gestión de los contratos en origen en Huelva[12], sobre la contratación en origen en Lleida[13] y en general en la agricultura hortofrutícola española[14].

La comprensión de éste y otros fenómenos asociados –tales como el establecimiento de proyectos de codesarrollo en los países de origen de los trabajadores, las estrategias migratorias de los grupos domésticos transnacionales y la lógica redistributiva del uso de las remesas[15] - ha requerido su estudio desde diversas disciplinas (Economía Política, Sociología, Antropología, Historia, Geografía, Derecho, entre otros), en lugares de consolidación de enclaves agrícolas. Continuar con esta labor de estudio y difusión de los resultados de aquéllas investigaciones dirigidas a la mejora de la interpretación de tales cuestiones es objetivo de este dosier monográfico. Por éste se pretende aunar los trabajos de gran parte de los principales investigadores españoles que se dedican al estudio de las movilizaciones humanas hacia los enclaves agrícolas globalizados, de los modelos de producción y de las estrategias de reclutamiento y uso de la fuerza de trabajo. Característica central de todos ellos es el uso del método propio de la Antropología, es decir el trabajo de campo, a modo de instrumento de obtención de datos cualitativos de los que se sirven los autores para la afirmación o refutación de las tesis propuestas. Valiosos son en este sentido los testimonios que estos trabajos ofrecen de los diversos actores que entran en relación en el escenario de la contratación en origen, como también valiosas son las observaciones de los autores que participaron de él, en cuanto que investigadores del mismo. Dotamos por todo ello de un valor excepcional a estos trabajos cuyo resultado ha dependido, entre otros de la observación en terreno de la materialización de la contratación en origen, bien desde lo que acontece en las sociedades de procedencia de los trabajadores antes, durante y con posterioridad al arribo de éstos a sus hogares; bien desde la perspectiva del estudio de las relaciones establecidas entre los actores que ponen en marcha tal procedimiento y los propios trabajadores. Esta cuestión metodología debe ser remarcada debido a su potencialidad en lo que a obtención de datos de la realidad y de validación de hipótesis de trabajo se refiere. Nos parece por ello fundamental resaltar esta característica propia del monográfico que se presenta y su valor científico, atendido el uso de esta metodología que incluye herramientas tales como la entrevista, la observación participante y el diario de campo, conveniente a la interpretación del objeto de estudio y al arribo de conclusiones lo menos afectadas posible de preconcepciones. Es igualmente remarcable la consecuente visión crítica que se deriva del análisis del contexto en terreno y de la contratación en origen en primera persona.

La singularidad del presente monográfico tiene también relación con la circunscripción de las investigaciones, que han dado como resultado los artículos que en él se presentan, al territorio del Estado español. No obstante esta particularidad se recoge aquí un trabajo de corte comparativo, destacado por

cuanto evidencia la diversidad de modelos de movilización y reclutamiento de la fuerza de trabajo que el empresariado concibe o, simplemente, hace uso en los enclaves agrícolas internacionales. El análisis comparativo dota a los investigadores de gran abundancia de datos, que sin duda favorecen una comprensión más acabada del fenómeno objeto de estudio en nuestro país. Las experiencias de mayor relevancia y trascendencia en la materia a nivel estatal se encuentran también aquí reflejadas, siendo los casos onubense y leridano los que se abordan con mayor profundidad. Es por tanto en atención a tal necesidad de comprensión del fenómeno de la contratación en origen que se presenta este dosier monográfico dedicado a ella. Los investigadores que en él participan enriquecen con sus artículos la reflexión en torno a todas las cuestiones anteriormente mencionadas preocupándose de mostrar con rigor científico las causas históricas, económicas y sociales del establecimiento de los programas de trabajadores temporales en España que originaron la normativización de la contratación en origen, así como de describir las tensiones que motivan los modos de proceder de los diversos actores involucrados.

Sobre el marco regulatorio y más específicamente el procedimiento que permite la contratación en origen de trabajadores extranjeros en la agricultura se ocupan los investigadores Teresa Torres Solé, Rafael Allepuz Capdevila, Juan Antonio Márquez Domínguez y Mercedes Gordo Márquez. A través de un análisis exhaustivo de la normativa que regula tal procedimiento, del análisis de datos estadísticos oficiales sobre las contrataciones colectivas –tales como el número de cupos aprobados y su distribución en los diversos sectores de la economía española-, el examen de informes técnicos y bibliografía especializada; los autores tratan de dar luz a la relación simbiótica existente entre las políticas migratorias de Estado y la política de contingentes, dirigida al reclutamiento de fuerza de trabajo necesaria para el mantenimiento del sector y su estructura productiva. Por tanto, estrategia de Estado para el control de los flujos migratorios y su adecuación a las necesidades productivas de la agricultura, "(…) destinada, de forma continuada, a la búsqueda de jornaleros ante el éxodo de trabajadores autóctonos (…)." Reflexionan entorno a las necesidades empresariales de producción y reproducción, y a las medidas establecidas por el Estado que dan respuesta a la demanda de mano de obra en origen. Éstas son entendidas aquí como un elemento más de la política de control de flujos, destinado al aseguramiento de una adecuada movilidad que se ajusta a los planes productivos del sector y que implica, entre otras cuestiones, la imposibilidad de los trabajadores contratados por esta vida de asentarse en el territorio. Plantean por tanto que el establecimiento de la política de contingentes tiene razón de ser tanto como medida de gobernanza de los flujos, como solución a los requerimientos de mano de obra del sector cuya competitividad se basa en parte en los menores costes salariales, y el menor poder negociador y reivindicativo de la mano de obra. El recurso al trabajo de campo se

presenta imprescindible en esta importante investigación, por la que se acredita la valoración positiva de este dispositivo de fuente de trabajo "justo a tiempo" por parte de empresarios y sindicatos agrícolas.

Notable es también la aportación a este dosier del artículo de Núria Morelló Calafell en el que se examinan las estrategias migratorias y de reproducción social de las comunidades y los grupos domésticos que participan en los programas de contratación en origen y de codesarrollo originados bajo su alero. Este trabajo presenta los resultados de una investigación etnográfica realizada en la, así denominada, gran región del norte del Cauca y sur del Valle, en Colombia. En particular se presentan hallazgos relacionados con las estrategias reproductivas a partir del estudio de dos casos. El primero sobre una comunidad de mujeres organizadas en torno a un proyecto ecológico de autogestión –promovido por una organización no gubernamental- participantes del programa de contratación en origen gestionado por el Sindicato Agrícola Unió de Pagesos de Cataluña. El segundo sobre un grupo familiar en el que el acceso a la contratación en origen se contempla como una estrategia grupal de producción, así como un recurso dispuesto a la reproducción del grupo. A través del análisis de los casos, orientado por las perspectivas feministas y el enfoque transnacionalista, la autora revela las tensiones existentes entre la urgencia por la reproducción del grupo doméstico o comunidad, por un lado, y las demandas de reconocimiento por parte de los actores intervinientes en la contratación en origen. El sentido simbólico de las remesas se expresa, siguiendo su análisis, más allá de su cometido económico cuando se estudia bajo la lógica de la reciprocidad. De tal modo queda revelada su dimensión extraeconómica, funcional a la reproducción social transnacional. El trabajo de Morelló indaga por tanto en la significación de las estrategias migratorias, en particular de la participación en los programas de contratación en origen, para los grupos o comunidades estudiadas; y muestra como éstas "aparecen fuertemente imbricadas con procesos de reciprocidad, compromisos y constreñimientos locales y laborales, así como de renegociación de cuidados y roles".

La importancia del trabajo de Alicia Reigada radica tanto en el análisis histórico de la implantación del programa de trabajadores agrícolas de temporada en el cultivo de la fresa en Huelva, como en el cuestionamiento que plantea al diseño de políticas públicas que configuran el fenómeno en términos de eficacia de gestión de los flujos a través del trabajo, conduciendo a la segmentación sexual y étnica del mercado. En él la autora da cuenta de las lógicas y factores que intervienen en su implantación, consolidación y evolución posterior, como también de los cambios e implicaciones derivados de su puesta en marcha, los que revelan las limitaciones de las políticas públicas que supeditan el ejercicio de derechos individuales al principio de eficacia. En atención a su trabajo es preciso observar las contradicciones y

tensiones sociales en la carrera hacia el establecimiento del sistema de contratación en origen en Huelva, las que dan fe del predominio de una lógica orientada por el principio de eficacia presente en las políticas de control de flujos que contemplan la movilidad humana de forma utilitarista. De manera sobresaliente muestra a través de los fragmentos de las entrevistas realizadas durante su trabajo de campo, el dilema de la escasez de un tipo particular de fuerza de trabajo sentida por el empresario: disponible, poco reivindicativa y a bajo precio. Una mano de obra que asegure entre otros la competitividad del sector y su estructura productiva. Para la autora es hoy más necesario que nunca abandonar las tesis utilitaristas que se encuentran en la base de las políticas de gestión de la migración laboral – entre aquellas las relativas a contratación en origen- que vinculan rentabilidad económica y competitividad en los mercados internacionales, con control de fronteras y flujos. Como bien señala Reigada: "Frente a un modelo basado en el utilitarismo migratorio, proponemos un enfoque y una concepción de las migraciones laborales basada en la vinculación entre trabajo, derechos y ciudadanía".

Por su parte Emmanuelle Hellio y Juana Moreno Nieto nos presentan un sugerente trabajo sobre las relaciones existentes entre los mercados de trabajo de dos de los más importantes enclaves agrícolas globalizados de fresa de contra-estación del Mediterráneo: el de Huelva (España) y el de Loukkos (Marruecos). Resulta de especial interés la vinculación histórica existente entre ambos, que ha asegurado el máximo desarrollo de su competencia y alcance de sus mercados. Las autoras demuestran empíricamente la correspondencia entre los modos perfeccionados en cada enclave –relativos a organización de la producción y dinámicas de deslocalización- y por cada uno de los Estados implicados –en lo que refiere a políticas de gestión de la migración-, que han permitido el despegue del sector fresero. Tras un breve excuso histórico de la implantación de la contratación en origen en la región onubense, plantean que los programas de trabajadores temporales proporcionan una fuerza de trabajo cautiva y flexible, únicamente en los períodos en los que la producción la requiere. Una importación de mano de obra extremadamente feminizada, difícilmente desligable de las estrategias iniciales de deslocalización de empresas onubenses en territorio marroquí, que fundan los orígenes del sector fresero específicamente en Loukkos: desde la incipiente producción de fresa por parte de españoles nacidos en Marruecos durante el protectorado, hasta la instalación de empresas de producción y exportación de capital español en el presente. La vinculación entre ambos enclaves no está exenta de tensiones atendida su integración asimétrica desde el período colonial y la posición subordinada de Marruecos ante la Unión Europea y el resto de los países del norte. No obstante este desequilibro de poder –representado especialmente por la presencia de empresas extranjeras, muchas de ellas españolas, dedicadas a la exportación del producto- ambos enclaves ocupan en la cadena global agroalimentaria una posición periférica, constreñidos por los dictados de las

empresas de distribución comercial y de transformación agroalimentaria que gobiernan la cadena transnacional de producción. Más allá de la relevante perspectiva post-colonial, el trabajo se presenta asimismo sugerente en su análisis en clave feminista. Las autoras dan fe del modo en que las asimetrías de género se ocupan por parte de las empresas del sector con el objetivo de garantizar la rentabilidad y consolidar tanto la competitividad como la estructura productiva. Las mujeres marroquíes en ambos enclaves, como también lo fueran las temporeras rumanas y polacas, representan la extrema feminización del mercado de trabajo en aras a la producción de un ejército de fuerza de trabajo flexible y a bajo precio.

Una perspectiva de análisis comparativa es la que nos presentan Yoan Molinero y Gennaro Avallone en su interesante trabajo sobre el gobierno del trabajo migrante en España e Italia. Los mecanismos institucionales, tanto legales como informales, establecidos en ambos países para la obtención de fuerza de trabajo extranjera, se someten en esta investigación a examen para respuesta de varias interrogantes esenciales relativas a las razones por las cuales se han establecido programas de trabajadores temporales en la agricultura onubense (Huelva, España) y no así en el caso de Piana del Sele (Italia). Se ocupan de esclarecer los motivos por los cuales en determinados enclaves emergen sistemas de importación de trabajo de la periferia global, en tanto que en otros el capital ha optado por el modelo de la desregulación –entendido como un sistema informal de obtención de fuerza de trabajo extranjera basado, en el caso de Piana del Sele, en el uso de reclutadores e intermediarios privados que actúan en colaboración con las explotaciones agrícolas-. Tras realizar una exhaustiva caracterización de ambos enclaves en lo que a estructura productiva y modo de organización del trabajo refiere, por un lado, y en lo relativo a los constreñimientos político-normativos por otro; los autores señalan algunos de los factores decisivos para la implementación de una y otra estrategia. En el caso de Huelva es la dificultad para encontrar mano de obra estable la razón principal del establecimiento de programas de temporeros contratados en origen. Atendido el contexto de gran competitividad y presión de las cadenas de distribución de la producción, únicamente asegurando el flujo permanente de mano de obra feminizada, poco conflictiva y a bajo precio, el enclave onubense consolida su continuidad en el mercado global. Por el contrario, en el caso de Piana del Sele la ausencia de sistemas de importación de mano de obra encuentra su razón de ser en la presencia de trabajadores extranjeros en el territorio, en la demanda de fuerza de trabajo constante a lo largo de todo el año y en la escasez de fiscalización del empleo informal. De su trabajo se extraen valiosas conclusiones tales como que – más allá de la implantación de las contrataciones en origen - la producción agroalimentaria y su inserción exitosa en los mercados globales, se encuentra subordinada a la necesidad del capital agrícola de disponer

de un ejército de reserva de mano de obra a bajo costo, con escaso poder negociador, dócil y en permanentemente disponibilidad.

El presente monográfico es fruto de un esfuerzo colectivo llevado adelante por investigadores de perspectiva crítica y multidisciplinar, a los cuales la Revista Navegar ha dado la ocasión de asociarse para profundización teórica del fenómeno de la contratación en origen. A todos ellos y al equipo editorial de la revista les agradecemos tanto sus contribuciones y trabajo dedicado, como el espacio para su presentación. Preludiamos pues este dosier convencidos que su publicación proporcionará importantes claves interpretativas para los especialistas en la materia, como también para aquellos que se inician en la investigación relativa al fenómeno. Por último queremos hacer mención de la institución responsable de la producción de esta revista, el Laboratorio de Estudios de Inmigración (LABIMI) vinculado a los programas de posgrado en Historia y estudios de posgrado en Relaciones Internacionales de la Universidade do Estado de Rio de Janeiro (PPGH/UERJ), por su dedicación al estudio de las migraciones. Asimismo destacar la labor de estudio de los sistemas de representación social –que posibilitan tanto la aparición de prácticas de discriminación, como de dispositivos de exclusión- que realiza el Grupo de Investigación sobre Exclusión y Control Social (GRECS) de la Universidad de Barcelona, y del que la coordinadora de este dosier forma parte. El monográfico que se presenta se encuentra, por tanto, en consonancia con su objetivo de elaborar aportaciones epistemológicas y conceptuales desde la inserción analítica de la Antropología, la Pedagogía, la Sociología y la Sociología del Derecho.

Olga Achón Rodríguez

GRECS - Grupo de Investigación sobre
Exclusión y Control Social
Universidad de Barcelona
olga_achon@yahoo.es

[1] Véase, W.R. BÖHNING. "Immigration Policies of Western European Countries". *International Migration Review*. 2: 155-163, 1974; Stephen CASTLES. "The Guests who stayed. The debate on "Foreigners Policy" in the German Federal Republic".*International Migration Review*. 19: 517-534, 1985 y Stephen CASTLES. "The Guest-Worker in Western Europe. An Obituary". *International Migration Review*, 4: 761-778, 1986.

[2] Hacemos referencia al Convenio Marco de colaboración para la ordenación de las migraciones interiores en las diversas campañas agrícolas de empleo temporal de 1997 y su Protocolo Adicional de 1999.

[3] Véase Sandro MEZZADRA. *Derecho de fuga. Migraciones, ciudadanía y globalización*. Madrid: Traficantes de sueños, 2005, pág. 73.

[4] Max, WEBER. "La situación de los trabajadores agrícolas en la Alemania del Este del Elba. Visión general (1892)". *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, 49: 233-255, 1990, pág. 240

[5] WEBER, 1990: 247.

[6] WEBER, 1990: 239.

[7] MEZZADRA, 2005: 74.

[8] Tanya BASOK. "He came, he saw, he… stayed. Guest worker programs and the issue of non-return". *International Migration*, 2: 215-238, 2000; Tanya BASOK. *Tortillas and tomatoes: transmigrant Mexican harvesters in Canada.* Montreal: McGill-Queen´s University Press, 2002; Daniele BÉLANGER y Eloy CANDIZ. "Essentiels, fiables et invisibles: les travailleurs agricoles migrants latino-américains au Québec vus par la population locale". *Canadian Ethnic Studies/Etudes Ethniques au Canada*, 46, 1: 45-66, 2014; Sara María LARA FLORES y Hubert CARTON DE GRAMMONT. Reestructuraciones productivas y encadenamientos migratorios en las hortalizas sinaloenses. En: Sara María LARA FLORES, *Los encadenamientos migratorios en espacios de agricultura intensiva*. México: Universidad Nacional Autónoma de México- Instituto de Investigaciones Sociales- El Colegio Mexiquense y Miguel Ángel Porrúa, 2011; Tanya BASOK, Daniele BÉLANGER, Guillermo CANDIZ y Eloy RIVAS. Espacios de "ilegalidad": el caso de trabajadores mexicanos en dos comunidades rurales de Canadá. En: Martha Judith SÁNCHEZ GÓMEZ y Sara María LARA FLORES, *Los programas de trabajadores agrícolas temporales. ¿Una solución a los retos de las migraciones en la globalización?* México: Instituto de Investigaciones Sociales, Universidad Nacional Autónoma de México, 2015; Gwendolyn MUIR. Descifrar los espacios de exclusión. El control de la migración y el reclutamiento de trabajadores guatemaltecos en Canadá a través del Programa de Trabajadores Temporales Extranjeros. En: Martha Judith SÁNCHEZ GÓMEZ y Sara María LARA FLORES, *Los programas de trabajo agrícola temporales, ¿una solución a los retos de las migraciones en la globalización?* México: Universidad Autónoma de México. Instituto de Investigaciones Sociales, 2015; Sara María LARA FLORES, Jorge PANTALEÓN y Martha Judith SÁNCHEZ GÓMEZ. *Hacia el otro norte. Mexicanos en Canadá*. Buenos Aires: Clacso, 2015; Sara María LARA FLORES y Jorge PANTALEÓN. Trabajadores mexicanos en la agricultura de Quebec. En: Martha Judith SÁNCHEZ GÓMEZ y Sara María LARA FLORES. *Los programas de trabajo agrícola temporales, ¿una solución a los retos de las migraciones en la globalización?* México: Universidad Autónoma de México. Instituto de Investigaciones Sociales, 2015 y Martha Judith SÁNCHEZ GÓMEZ y Raquel Ofelia BARCELÓ QUINTAL. De lo global a lo local: la comunidad de San Sebastián Nicananduta y el PTAT. En: Martha Judith SÁNCHEZ GÓMEZ y Sara María LARA FLORES, *Los programas de trabajo agrícola temporales, ¿una solución a los retos de las migraciones en la globalización?* México: Universidad Autónoma de México. Instituto de Investigaciones Sociales, 2015.

[9] Véase Paz TRIGUEROS LEGARRETA. "Los programas de trabajadores huéspedes: las visas H-2 en Estados Unidos". *Papeles de Población*, 14, 55: 117-144, 2008; Paz TRIGUEROS LEGARRETA. The vulnerability of temporary mexican workers in the United States with H-2 visas. En: Alfredo CUECUECHA y Carla PEDERZINI. *Migration and remittances from México: trends, impacts and new challenges*. Lanham, MD: Lexington Books, 2012; Paz TRIGUEROS LEGARRETA. "El programa Bracero como parte del cambio

en la política migratoria de Estados Unidos". *Istor, Revista de Historia Internacional*, 13, 52: 7-32, 2013; Paz TRIGUEROS LEGARRETA. La contratación de trabajadores agrícolas con visas H-2A. Del programa bracero a la situación actual. En: Martha Judith SÁNCHEZ GÓMEZ y Sara María LARA FLORES, *Los programas de trabajo agrícola temporales, ¿una solución a los retos de las migraciones en la globalización?* México: Universidad Autónoma de México. Instituto de Investigaciones Sociales, 2015; Simón Pedro IZCARA PALACIOS. *Los jornaleros tamaulipecos y el programa H-2A de trabajadores huéspedes*. México: Plaza y Valdés, 2010 y Simón Pedro IZCARA PALACIOS. Irregularidades en el reclutamiento de trabajadores agrícolas con visas H-2A en México. En: Martha Judith SÁNCHEZ GÓMEZ y Sara María LARA FLORES, *Los programas de trabajo agrícola temporales, ¿una solución a los retos de las migraciones en la globalización?* México: Universidad Autónoma de México. Instituto de Investigaciones Sociales, 2015.

[10] Annie LAMANTHE. Modalidades y marcos jurídicos en la contratación de trabajadores temporales en Europa. En: Martha Judith SÁNCHEZ GÓMEZ y Sara María LARA FLORES, *Los programas de trabajo agrícola temporales, ¿una solución a los retos de las migraciones en la globalización?* México: Universidad Autónoma de México. Instituto de Investigaciones Sociales, 2015 y Frédéric DÉCOSSE. Migración circular, (in)movilidad laboral y unfree labour. En: Martha Judith SÁNCHEZ GÓMEZ y Sara María LARA FLORES, *Los programas de trabajo agrícola temporales, ¿una solución a los retos de las migraciones en la globalización?* México: Universidad Autónoma de México. Instituto de Investigaciones Sociales, 2015.

[11] Entre la abundancia de literatura destacamos los siguientes trabajos: Carlos GIMÉNEZ ROMERO, C. "Trabajadores extranjeros en la agricultura española: enclaves e implicaciones". *Revista de Estudios Regionales*, 31: 127-147, 1992; Alessandro BONANNO. *La globalización del sector agroalimentario*. Madrid: Ministerio de Agricultura, ganadería y pesca, 1994; Manuel DELGADO CABEZA et al. *Globalización e industria agroalimentaria en Andalucía*. Sevilla: Mergablum Edición y Comunicación, 1999; Carlos de CASTRO, María Elena GADEA, Natalia MORAES y Andrés PEDREÑO. *Mediterráneo migrante. Tres décadas de flujos migratorios*. Murcia: Edit.um, Ediciones de la Universidad de Murcia, 2010; Carlos de CASTRO, María Elena GADEA y Andrés PEDREÑO. "Inmigración, crisis del sur de Europa y sostenibilidad social de las estrategias de desarrollo. El caso de los enclaves productivos de agricultura intensiva". *Revista Trabajo*, 11: 89-113, 2011; Andrés PEDREÑO CÁNOVAS. *De cadenas, migrantes y jornaleros: los territorios rurales en las cadenas globales agroalimentarias*. Madrid: Editorial Talasa, 2014 y Andrés, PEDREÑO CÁNOVAS, María Elena GADEA MONTESINOS y Carlos de CASTRO. Labor, gender and political conflicts in the global agri-food system: the case of the agri-export model in Murcia, Spain. En: Alessandro BONANNO y Josefa Salete BARBOSA CAVALCANTI, *Labor relations in globalized food*. Bingley: Emerald, 2014.

[12] Mercedes GORDO MÁRQUEZ y Jesús FELICIDADES GARCÍA. *Explorando los contratos en origen en los campos españoles*. Huelva: Universidad de Huelva, 2009; Juana MORENO NIETO. "Los contratos en origen de temporada: mujeres marroquíes en la agricultura onubense". *Revista de Estudios Internacionales Mediterráneos,* 7: 58-78, 2009; Alicia REIGADA OLAIZOLA. "Reestructuración agraria, migración laboral y feminización del trabajo en Andalucía (España)". *Agricultura, sociedad y desarrollo*, 1: 19-43, 2011; Alicia REIGADA OLAIZOLA. "Más allá del discurso sobre la "inmigración ordenada":

contratación en origen y feminización del trabajo en el cultivo de la fresa en Andalucía". *Política y Sociedad*, 49.1: 103-122, 2012; Juana MORENO NIETO. "Movilidad transnacional, trabajo, género: temporeras marroquíes en la agricultura onubense". *Política y Sociedad*, 49.1: 123-140, 2012; Emmanuelle HELLIO. "Saisonnières a la carte. Flexibilité du travail et canalisation des flux migratoires dans la cultures des fraises andalouses". *Cahiers de l'Urmis*, 14: 1-26, 2013 y Emmanuelle Hellio. "They know that you'll leave, like a dog moving on to the next bin". Undocumented male and seasonal contracted female workers in agricultural labour market of Huelva (Spain). En: Alessandra CORRADO, Carlos de CASTRO y Domenico PERROTTA, *Migration and Agriculture. Mobility and change in the Mediterranean area*. London: Routledge, 2016.

[13] Véase Olga ACHÓN RODRÍGUEZ. *Importando Miseria. La alternativa a la provisión de mano de obra agrícola*. Madrid: Los Libros de la Catarata, 2011; Olga ACHÓN RODRÍGUEZ. "Contratación de temporeros agrícolas por la Unió de Pagesos. Un sistema sorprendente y censurable". *Aranzadi Social*, 4: 201-231, 2011 y Mercedes GORDO MÁRQUEZ, Rafael Allepuz Capdevilla, Juan Antonio Márquez Domínguez y Teresa Torres Solé. "La gestión colectiva de los contratos en origen de temporeros colombianos en la provincia de Lleida". *Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles*, 68: 233-252, 2015.

[14] Teresa TORRES SOLÉ, Rafael ALLEPUZ CAPDEVILA y Mercedes GORDO MÁRQUEZ. "La contratación de mano de obra temporal en la agricultura hortofrutícola española". *AGER, Revista de estudios sobre despoblación y desarrollo rural*, 16: 7-37, 2013.

[15] Núria MORELLÓ. Entre la oportunidad y el deseo. Contratación en origen, codesarrollo y grupos domésticos transnacionales en el mundo rural. El caso Catalunya-Colombia. Tesis de Doctorado Inédita, 2016 y Núria MORELLÓ. "Remesa social y diferenciación local en las migraciones laborales entre Colombia y Catalunya (Estado español). Un ejemplo etnográfico desde un municipio andino". *Revista Colombiana de Antropología,* 53, 2: 27-61, 2017.

Contrataciones en origen, deslocalización productiva y feminización del trabajo en la fresicultura del norte de Marruecos y el sur de España. Una historia en común

Emmanuelle Hellio
Aix Marseille Univ., CNRS, LEST, Mucem, LabexMed
Juana Moreno Nieto
Aix Marseille Univ., CNRS, LEST, CNElias, LabexMed

Resumen: Este artículo analiza las relaciones que existen entre los mercados de trabajo de dos de los principales sectores exportadores de fresa de contra-estación del Mediterráneo, el de Huelva, en España y el del Loukkos, en Marruecos. Está basado en la realización de un trabajo etnográfico en cada uno de estos territorios. Veremos que la orientación de los programas de contratación en origen para el sector fresero español hacia Marruecos en los años 2.000, se encuentra íntimamente relacionada con la deslocalización previa de algunas empresas del sector a este país. Esto supuso la configuración de una fuerza de trabajo muy similar en ambos enclaves productivos, compuesta por mujeres marroquíes. Nos interesaremos por la manera en la que las asimetrías de género y postcoloniales son movilizadas en cada contexto, destacando el papel de una ideología sexual y racializada que construye a las mujeres rurales marroquíes como una mano de obra adecuada a las necesidades de los empleadores, identificándolas principalmente como madres y esposas.
PALABRAS CLAVES: Feminización del trabajo - Migración temporal – Globalización - Agroalimentaria.

Resumo: Este artigo analisa a relação entre os mercados de trabalho dos principais setores de exportação de morango contratemporada no Mediterrâneo, Huelva, na Espanha e em Loukkos, no Marrocos. Baseia-se na realização de um trabalho etnográfico realizado em cada um desses territórios. Analisa como programas dirigidos a fonte de recrutamento para o setor de morango espanhol no Marrocos, nos anos de 2000, e está intimamente relacionado com o deslocamento anterior de algumas empresas do setor. Isto envolveu a criação de uma força de trabalho semelhante em ambos os enclaves produtivos, composto por mulheres marroquinas. O artigo tem por foco a maneira pela qual as assimetrias de gênero e pós-coloniais são mobilizadas em cada contexto, sublinhando o papel de uma ideologia sexual e racializado com relação às mulheres rurais marroquinas, assimiladas como um trabalho adequado às necessidades dos empregadores, identificadas, principalmente, como mães e esposas.
PALAVRAS-CHAVE: Feminização do trabalho - Migração temporária – Globalização de alimentos.

Abstract: This paper analyzes the existing relationships between the labor markets of the main zones of production of strawberries in the Mediterranean: Huelva, in Southern Spain, and The Loukkos, in Northern Morocco. It is based on two ethnographic researches carried out in each territory. It shows how the development of a temporary recruitment program for Spanish agriculture in Morocco in the 2000s is related to the previous off-shoring of Spanish companies to this country. This common history has led to a similar configuration of the workforce in both agricultural sectors, composed of Moroccan women. In this paper, we analyze how gender and post-colonial asymmetries are mobilized in each context, with a special attention to the role of a racialized and sexist ideology that constructs Moroccan rural women as an adequate workforce for the harvest, identifying them mainly as mothers and spouses.
KEYWORDS: Workforce feminization - Temporary recruitment program - Agrifood globalisation.

Introducción*

El objetivo de este artículo es abordar las relaciones que existen entre dos de los principales enclaves agro-exportadores de fresa de contra-estación en el Mediterráneo, el de Huelva, en Andalucía, y el del Loukkos, en el norte de Marruecos. En Huelva, el cultivo de fresa se implantó en los años 60 y fue calificado de "oro rojo" hasta conocer, en la década de los 90, una erosión de la rentabilidad relacionada con la posición semi-periférica que este sector productivo ocupa en la cadena agroalimentaria global. En este periodo de crisis, y dado el rol central del factor trabajo en esta agricultura exportadora, el sector comienza a asegurarse el control de la mano de obra a través del desarrollo de un programa de migración temporal, la contratación en origen. Este programa estuvo, en sus inicios, orientado a contratar mujeres, principalmente procedentes de Europa del Este. Sin embargo, la entrada en la Unión Europea de Polonia y de Rumanía provocará una reorientación de la contratación hacia Marruecos, manteniendo la prioridad otorgada al empleo de mano de obra femenina. Este viraje hacia Marruecos no puede desvincularse de la deslocalización previa de empresas onubenses a la llanura del Loukkos, que fueron precursoras del cultivo de la fresa en el país a finales de los años 80. Desde entonces, se ha desarrollado un dinámico polo exportador que produce fresas para exportar hacia Europa y que presenta, también, un mercado de trabajo extremadamente feminizado.

Ello nos lleva a interesarnos por las relaciones entre ambos enclaves y, sobre todo, por el rol de la frontera y del género en el desarrollo de las agriculturas exportadoras en el Mediterráneo occidental. El caso de la agricultura fresera nos ofrece una excelente oportunidad para estudiar empíricamente las interrelaciones que puedan existir entre la organización de la producción, las políticas migratorias y las dinámicas de deslocalización.

Para llevar a cabo este análisis, intentaremos cruzar dos perspectivas. En primer lugar, una perspectiva feminista atenta a las interacciones que se producen entre la esfera productiva y reproductiva,[1] a cómo el género estructura la organización del trabajo y de la producción y que incorpore la manera en la que otras relaciones sociales de poder, como la dimensión post-colonial, intervienen, reforzándose y construyéndose mutuamente.[22]

Una segunda perspectiva abordará el régimen de fronteras que regula las relaciones entre el Sur y el Norte del Mediterráneo, un régimen que se presenta como favorable a la liberalización de los intercambios comerciales y de la movilidad

humana pero que, en realidad, establece fronteras flexibles que pueden desplazarse, abrirse o cerrarse según las necesidades del Norte. Estas fronteras canalizan la circulación de las mercancías, del capital, y de las personas y constituyen un elemento fundamental para la construcción de los mercados globales, a través de una integración subordinada de la ribera sur del Mediterráneo.[3]

El presente artículo está estructurado de la siguiente manera. En una primera parte, tras una breve presentación de la metodología utilizada, proponemos un análisis detallado de cómo estos procesos - de deslocalización y contratación en origen - se han articulado en el tiempo y en el espacio para mostrar la complejidad de las relaciones entre ambos sectores productivos. Así, estas relaciones van más allá de la mera competencia, a pesar de su posición aparentemente similar en la cadena global, y se inscriben en la continuidad de la integración asimétrica llevada a cabo entre las dos orillas del Mediterráneo desde la colonización. En una segunda parte, nos interesamos por cómo las relaciones de género y la frontera estructuran la organización del trabajo y de la producción en Marruecos y en Andalucía. El desarrollo de un análisis localizado nos va a permitir analizar la manera en que el género, la vulnerabilidad administrativa y la condición post-colonial se articulan para producir flexibilidad en cada contexto dando lugar a una configuración diferenciada de los mercados de trabajo y de las experiencias obreras.

Metodología

El material utilizado en el presente artículo es producto de dos investigaciones de carácter cualitativo realizadas, de manera paralela, por las autoras. La primera, sobre el empleo de trabajadores y trabajadoras marroquíes en el cultivo de fresa en la provincia de Huelva (España) y, la segunda, sobre la feminización del mercado de trabajo en el sector de producción y exportación de fresas marroquí. Si bien no se ha adoptado una perspectiva estrictamente comparativa, el dialogo establecido entre los materiales y hallazgos de ambas investigaciones ha permitido realizar nuevos análisis de los datos obtenidos durante los respectivos trabajos de campo y enriquecer la comprensión del impacto de la globalización agroalimentaria sobre estos territorios.

El trabajo de campo sobre el sector de la fresa andaluz tuvo lugar entre 2008 y 2011 y consistió en la realización de setenta entrevistas con temporeros y temporeras, empleadores, sindicatos, asociaciones e instituciones implicadas en el programa de migración temporal- Igualmente se realizaron observaciones del cotidiano de las temporeras en distintas fincas de la provincia de Huelva, y se visitó

a las trabajadoras en sus pueblos de origen, en la provincia de Kenitra (Marruecos). Esta encuesta a los dos lados de la cadena migratoria tenía como objetivo seguir la recomendación de Abdelmalek Sayad,[4] según la cual,

> (…)cualquier estudio de la emigración que descuidara las condiciones de origen de los emigrados, se condenaría a dar del fenómeno migratorio, una visión a la vez parcial y etnocéntrica.

Con respecto a la metodología utilizada en el caso del sector de producción de fresas marroquí, esta consistió en la realización de una etnografía en la llanura del Loukkos entre 2010 y 2012. Las técnicas utilizadas fueron la entrevista en profundidad y la observación en los lugares de trabajo y vida de las obreras. En total, se realizaron entrevistas con unas noventa obreras, así como con otros actores relacionados con el sector como empresarios, productores agrícolas y responsables de instituciones públicas y de la sociedad civil.

Ambos enfoques metodológicos tienen en común su carácter eminentemente cualitativo y el lugar central otorgado al punto de vista de los y las trabajadoras, algo de lo que suelen adolecer muchas investigaciones sobre los mercados de trabajo.

La contratación en origen en Huelva: importar mujeres para exportar fresas

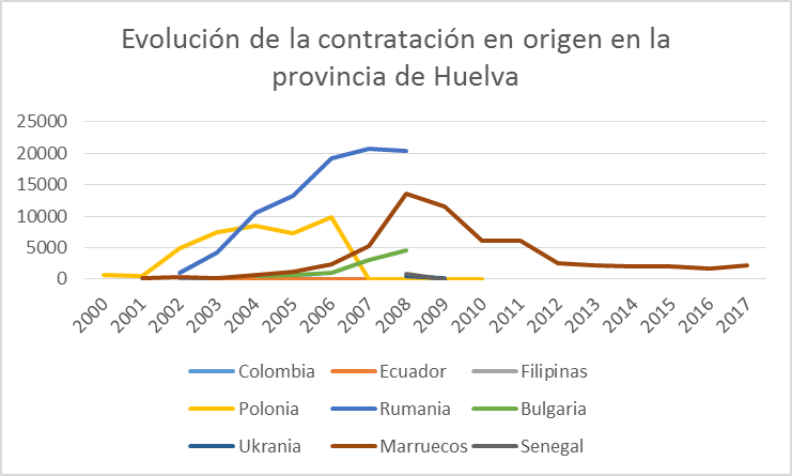
En la costa atlántica de Andalucía, la provincia de Huelva se especializó a partir de los años 70 en el cultivo de la fresa. Hoy en día, más de 10.000 hectáreas de frutos rojos son cultivados en invernaderos en la provincia. El despegue del sector se apoyó inicialmente sobre una mano de obra familiar y las migraciones internas de jornaleros y jornaleras andaluces venidos de provincias vecinas. Esta producción aumentó sustancialmente los ingresos del campesinado de la zona y la fresa fue calificada de "oro rojo". Sin embargo, numerosos autores subrayan que el sector ocupa desde sus orígenes una posición periférica en la cadena globalizada en la que está integrado. La dependencia de medios de producción importados ha supuesto la erosión de la rentabilidad a partir de los años 90 en un contexto de sobreproducción local, de aumento de la competencia internacional, con la entrada en el mercado de países como Marruecos o Egipto, y de incremento del poder de los actores transnacionales situados al principio y al final de la cadena. En este cultivo, muy demandante en mano de obra, la erosión de la rentabilidad creó la necesidad entre el empresariado de ejercer un mayor control sobre el factor trabajo. Durante los años 90, hombres originarios de África del Oeste o del

Magreb, a menudo sin papeles, reemplazaron a los jornaleros y jornaleras andaluces en el tajo. En esta misma década, comienza a desarrollarse una política de migración legal con el objetivo de conseguir "la canalización de los flujos migratorios". Será acabada la década cuando esta idea se materialice a nivel nacional, en el marco de la ley de extranjería 4/2000, a través de la contratación en origen.

Este dispositivo permite a los empleadores contratar trabajadores y trabajadoras en terceros países por una duración limitada. Los temporeros y temporeras bajo contrato obtienen una autorización de residencia y de trabajo limitada a un sector geográfico y profesional, así como a un empleador concreto. Una vez el contrato y, en consecuencia, el permiso de residencia, terminan, la trabajadora o trabajador tiene que regresar a su país y esperar una nueva invitación de su empleador para poder regresar en la siguiente temporada. De lo contrario ésta quedará en situación irregular.

Como todo programa de migración temporal, la contratación en origen permite fabricar una mano de obra cautiva y flexible, presente sólo cuando se la necesita. El desarrollo de esta forma de empleo supone una legalización e institucionalización de la deslocalización en sitio obtenida previamente a través del empleo de trabajadores en situación irregular.[5]

El sector fresero se va a distinguir rápidamente como el principal empleador vía contratos en origen a escala nacional, llegando a realizar más de 40.000 contratos durante la temporada 2007/2008. La contratación estuvo, desde el inicio, extremadamente feminizada. La entrada de Polonia y Rumania en la Unión Europea y la pérdida de control que supuso para los empleadores el derecho de sus residentes a trabajar en todo el territorio europeo, conllevó la reorientación de las contrataciones hacia Marruecos.



Esta importación de temporeras de Marruecos no puede entenderse sin la estrategia de deslocalización llevada a cabo por una de las empresas de Huelva a finales de los años 80, que está considerada como el hito fundacional del sector en Marruecos. A continuación, analizaremos los orígenes españoles y coloniales del sector de producción y exportación de fresa marroquí, para, seguidamente, exponer las relaciones existentes entre el desarrollo de la fresa en Marruecos y la contratación en origen de obreras marroquíes para el sector andaluz.

Produciendo fresas en Marruecos: deslocalización de capital y post-colonialidad

El perímetro de regadío del Loukkos, situado en la costa noroccidental de Marruecos, alberga el 80% de la producción de fresa del país. En 2014, había 3.500 hectáreas cultivadas de fresa[6] y se generaban en torno a 20.000 empleos por temporada. Se trata de un cultivo especializado en una producción de contra-estación e integrado en el actual sistema global de producción y circulación de alimentos, caracterizado por una creciente interdependencia entre los territorios, el papel preponderante del capital financiero y las grandes corporaciones agroalimentarias.[7]

El desarrollo del sector de producción y exportación de fresas no puede desligarse de las políticas de liberalización del sector agrícola y de la economía que se implementaron en Marruecos a mediados de la década de los 80, bajo el auspicio

de instituciones internacionales. Ello permitió la liberalización de las exportaciones y la flexibilización de los requerimientos burocráticos y legales para atraer capitales extranjeros lo que, junto a la firma de una serie de acuerdos bilaterales de libre comercio en la década siguiente, han convertido a Marruecos en una atractiva plataforma para exportar productos agrícolas hacia los mercados europeos. La reciente política agraria marroquí, recogida en el Plan Marruecos Verde (2008), supone una confirmación de esta lógica, que fomenta un modelo de desarrollo agrícola dominado por el agro-negocio y basado en las supuestas ventajas comparativas que ofrece el país para su inserción en los mercados internacionales.

Dicho esto, intentaremos explicar los orígenes y posterior desarrollo del sector exportador fresero marroquí desde una perspectiva que contemple las prácticas y discursos de los actores que han intervenido. Ello nos va a permitir retratar la complejidad de las relaciones que lo vinculan con el sector andaluz, así como dar cuenta de la importancia de la herencia colonial española y francesa (1912-1956) en el desarrollo del mismo, aspectos ambos fundamentales para comprender el lugar que ocupa hoy en día el sector fresero marroquí en la cadena global.

La deslocalización de Fredesloc: la exportación de un modelo productivo

Los orígenes del sector de producción y exportación de fresas en la región del Loukkos son generalmente identificados con la instalación, en 1989, de la empresa de producción y exportación de fresas de capital español Fredesloc[8], filial de la que era entonces una empresa de carácter familiar con sede en el municipio de Moguer (Huelva, España).

La instalación de esta compañía y, poco después, la de otras empresas de capital andaluz, marcaría el despegue del cultivo en la región. La importancia de su instalación no radica tanto en la transferencia de capital que realizaron, ni en el volumen de su producción por entonces, sino, por un lado, en el papel que jugaron en la transmisión hacia la zona del *know how* del cultivo y, por otro lado, en que abrieron la posibilidad de exportar hacia los mercados europeos. Además de su propia fruta, estas empresas comenzaron a exportar la producción de otros agricultores para lo que les facilitaron el acceso a todo tipo de insumos y les ofrecieron formación técnica.

La implantación de la sociedad Fredesloc estuvo precedida por la acción de algunos productores que se habían iniciado en el cultivo en la zona poco tiempo antes. Según, Juan, un productor de fresa español nacido en Marruecos, que insiste

en subrayar el carácter foráneo del cultivo, se trataba de españoles nacidos en Marruecos durante el protectorado y marroquíes de confesión judía, en asociación con productores onubenses.[9]

> Fueron siete socios que se pusieron a cultivar. Uno de ellos estudió conmigo en el colegio de los maristas que estaba donde ahora está la cafetería Merniz. Un cristiano de aquí y un judío, se asociaron con dos más de Huelva y otros tres más. Los que la llevaban eran Manolo, Luis y Ernesto. Cultivaron 40 hectáreas en Moulay Bousselham y lo tenían en secreto. Les funcionó bien y querían exportar pero como vieron que no tenían capacidad para eso al año siguiente se fueron a buscar a la empresa Fredesloc, a José Jiménez, de Moguer, al que yo conozco bien, para que se asociara con ellos. Primero, en realidad, fueron al Lucus (la Empresa Agraria del Lucus) pero fueron muy chulitos y les dijeron que no, que no les interesaba. Se asociaron y al año siguiente ya Fredesloc se vino para acá. Luego al tercer o cuarto año Fredesloc empezó a repartir plásticos, plantas y materiales para que otros agricultores produjeran para ellos. Y así fue como la fresa empezó en Marruecos. La trajeron los españoles, al igual que el naranjo o el tomate en Agadir y aún sigue siendo un sector dominado por los europeos. Sí, los marroquíes se han incorporado pero, aunque al final acabarán haciéndolo bien, aún les falta calidad. Bueno, y la parte de la exportación está aún en un 70% en manos de europeos.[10]

Dos hechos relevantes quedan puestos de manifiesto en el relato de Juan: la influencia de actores onubenses en el desarrollo inicial del sector en Marruecos y la vinculación directa del mismo con el pasado colonial español de la región.

Las relaciones entre el sector de la fresa en España y en Marruecos se han sucedido desde entonces bajo diferentes formas: inversiones directas de capital, transferencia de saberes, movilidad de productores, de personal técnico o de trabajadoras, como veremos en el siguiente apartado. Sin embargo, ello no implica que estas relaciones sean de carácter igualitario o estén exentas de tensiones. Muy al contrario, éstas reproducen la posición subordinada de Marruecos ante la Unión Europea y el Norte global.[11] En la actualidad, el sector de la fresa marroquí se caracteriza por una gran presencia de empresas extranjeras, especialmente españolas, que se concentran en el segmento de la exportación.[12] Éstas retienen la mayor parte del valor añadido del sector y ocupan una posición dominante frente a los productores agrícolas.[13]

Ahora bien, estas relaciones deben ser pensadas teniendo en cuenta las posiciones periféricas que ambos sectores ocupan en la cadena trasnacional de producción de fresas, dominada por las grandes empresas de la distribución comercial y la industria de transformación agroalimentaria. Como señalábamos, en un contexto de creciente competitividad internacional, el control del trabajo constituye una preocupación esencial para productores y exportadores de ambas orillas del Mediterráneo a fin de aumentar la rentabilidad del cultivo. Los programas de migración temporal de Marruecos hacia España y la deslocalización de empresas onubenses hacia Marruecos constituyen estrategias diferenciadas para conseguirlo, pero que ha llevado al empleo de mujeres marroquíes en ambos enclaves.

Génesis y desarrollo de la contratación en origen en Marruecos

La primera experiencia de contratación de temporeras marroquíes para la agricultura onubense se remonta al año 2000. Ante la posibilidad de seleccionar trabajadores y trabajadoras de terceros países, Fredesloc decide, a diferencia de los otros empresarios andaluces que contrataban en Europa del Este, hacerlo en Marruecos.

Los propietarios de Fredesloc subrayan que no encontraron dificultades institucionales en el proceso, ya que la contratación contaba con el apoyo del Estado español. Sin embargo, consideran que el primer año de selección fue un fracaso, debido a la baja tasa de retorno de las mujeres. Ello lo achacan a que habían sido seleccionadas en núcleos urbanos. A partir del segundo año, Fredesloc contrata directamente en sus fincas en la comuna rural de Moulay Bousselham. Hacen venir mujeres con experiencia en la recolección y fidelizadas por relaciones previas en Marruecos. Para asegurar su retorno, el director de la filial añade criterios familiares a la selección.

> Yo, cuando empecé la selección, empecé a utilizar una serie de criterios como que tuvieran hijos o ver las necesidades de las familias. También elegía a una sola por familia.[14]

Partiendo de esta iniciativa privada, la contratación de marroquíes va a conocer los años siguientes un importante crecimiento que supondrá su generalización a todo el sector, llegándose a contratar más de 10.000 temporeras en 2008. Para entender cómo se produjo este desarrollo, se hace necesario describir cómo los intereses de distintos actores convergieron en la primera mitad de esta década.

En 2004, desde la alcaldía de Cartaya, municipio de la provincia de Huelva, se lleva a cabo una experiencia piloto en colaboración con la Agencia nacional de empleo marroquí, (Anapec), que vuelve a encontrar las mismas dificultades que Fredesloc en el año 2000, y registra una tasa de retorno de apenas el 7% u 8%. Los responsables del proyecto Aeneas Cartaya y de Anapec consideran que ello tuvo que ver con el tráfico de contratos.

> Fue una oferta de 800 personas. Enviamos de todo, era una forma de pasar al otro lado de manera segura en lugar de en patera. Los empleadores esperaban y nadie vino. Las mujeres llegaban a Tarifa y había coches que las esperaban para irse a Italia, Francia... (…) Después, la Unión Europea no quería seguir trabajando con aquel ministro del empleo. Fue uno de los seis requisitos antes de acordar MEDA 2[15]. El primer requisito fue cambiar la dirección de Anapec. Al director general lo echaron los europeos (risas).[16]

A partir de esta experiencia, la alcaldía de Cartaya solicita una subvención de la Comisión Europea para el desarrollo de un programa de migración temporal entre Huelva y Marruecos, titulado "Proyecto de gestión integral y ética de la migración temporal de trabajo". Obtiene 1.196.000 millones de euros. En ese momento, en

Marruecos, Anapec dispone de una subvención de cinco millones de euros del programa MEDA 2 para promover la circulación legal de personas entre Marruecos y la Unión Europea. Cabe señalar que la financiación de estos dos proyectos se produce en un contexto internacional de promoción de la migración temporal por parte de las grandes organizaciones internacionales y la Unión Europea. Se trata de una política concebida en complementariedad a la lucha contra la migración irregular en el marco del "Enfoque global de la Migración"[17]. A partir de 2006, ambos proyectos convergen aunque, inicialmente, el proyecto marroquí no estaba pensado para las temporeras de la fresa.

> Los fondos de MEDA no podían agotarse. Pudimos enviar sólo una centena de personas, no había suficiente demanda. (…) Entonces fue cuando me encontré con Jaldón y toda la gente del proyecto de Cartaya. Aceptaron ampliar el proyecto a Anapec. Para nosotros, era como maná porque había dinero, hacía falta utilizarlo.[18]

Sospecha migratoria[19] y criterios familiares

Esta convergencia de intereses y de subvenciones permitió la generalización de la contratación en origen en Marruecos a partir de 2006. Sin embargo, en el sector

onubense, los fracasos anteriores habían generado una imagen negativa del colectivo de obreras marroquíes que era considerado poco fiable.

Ante esta situación, los organizadores del programa establecen nuevos criterios de selección, y ello con un doble objetivo. Por un lado, contentar a las instituciones dado que las subvenciones y la evaluación positiva del proyecto estaban supeditadas a la obtención de una tasa de retorno importante, y por otro lado, convencer a los empleadores de que las temporeras marroquíes podían responder a sus necesidades. Como lo explicaba la ex-directora del Servicio Internacional de Anapec: "Ya no teníamos margen, no podíamos hacer más tonterías", a lo que su colega añade: "por eso cuando tomamos el relevo establecimos criterios opuestos a los que había (…) elegimos mujeres con niños. No podíamos enviar jóvenes".

Estos nuevos criterios relacionados con la situación reproductiva de las mujeres fueron decididos entre todos los actores. Sin embargo, su carácter claramente discriminatorio ha llevado a transferir la responsabilidad de esta elección a las instituciones marroquíes.

> (El nuevo director al internacional) hace un protocolo de cómo organizar las preselecciones y se hace una segunda prueba donde vienen dos mil y pico de mujeres, y retorna el 50%. Hacemos otro periodo de reflexión (...) y en una de esas mesas de trabajo se observó que las tasas de retorno eran mayores en aquellas mujeres que tenían carga familiar. Evidentemente, nosotros desde España, jamás pusimos, en nuestros perfiles, mujer con carga familiar, nunca, porque no se puede poner (…) En base a ese estudio, al año siguiente, se hizo otra petición de mujeres. La preselección, por imperativo del convenio, le toca hacerla al país de origen. Entonces, los criterios el año siguiente, era estar casada y con hijos. Eso (vino) del Anapec, no?[20]

Por su parte el director de Anapec, defiende haber introducido los criterios por "razones técnicas":

> Algunos dijeron que secuestrábamos a las mujeres, que eran criterios discriminatorios. Pero no es así. Primero, es una oportunidad para la familia, porque implica una fuerte redistribución. Y el criterio de atadura mejora la tasa de retorno y mi deber como servicio público es mejorar el retorno. (…) Sabemos que hay cuotas fijadas en este tipo de programas, entonces. Yo tengo que maximizar la tasa de retorno para encontrar más oportunidades la próxima vez.[21]

En 2007, Anapec añade, para las mujeres casadas, la obligación de presentar un documento indicando el consentimiento de su marido aun cuando la necesidad de autorización conyugal para viajar al extranjero o trabajar había sido suprimida en Marruecos a principios de los años 90. Asimismo, la ex directora del Servicio Internacional de Anapec evoca cómo se llegó a contemplar la posibilidad de realizar tests de embarazo a las obreras o de pagar los salarios en el país de origen, si bien ambas medidas fueron abandonadas. La primera por razones "de defensa de los derechos de las mujeres" y la segunda porque "iba en contra de los intereses españoles", ya que las trabajadoras no gastarían apenas durante su estancia en España. Estos criterios y dispositivos ilustran la "tentación autoritaria permanente del mercado de trabajo"[22] e indica la existencia de herramientas de control no democráticas en un país democrático. Como lo analiza Ofelia Becerril[23] para el caso de Canadá, estas contradicciones encuentran pocos obstáculos, en parte, porque los procesos de contratación tienen lugar fuera del territorio y aparecen como conducidos por los países de origen.

En definitiva, hemos visto que, partiendo de una iniciativa privada, fue la formalización de la colaboración entre Anapec y la alcaldía de Cartaya lo que permitió que la contratación en origen en Marruecos se extendiera a todo el sector, financiada por millones de euros procedentes de subvenciones europeas que sirvieron a organizar la selección, la contratación, los desplazamientos y la mediación entre las trabajadoras y sus empleadores. Durante esta época, todos los costes que suponía la movilización de esta mano de obra fueron transferidos al sector público, lo que hacía concluir a la ex-directora de Anapec lo siguiente: "si consideramos la situación, los empleadores onubenses tuvieron mucha suerte: fueron financiados por el gobierno, por la región, por Europa, por Marruecos".

En efecto, aunque el programa de contratación en origen en Marruecos fue el resultado de la armonización de los intereses y de la puesta en común del "saber hacer" de los distintos actores que lo animaban, esta confluencia de intereses coyunturales no debe hacernos olvidar las posiciones asimétricas que ocupan cada uno de los actores en el sistema. En 2010, la crisis económica española provocó una reducción drástica del contingente, que descendió a 6.000 temporeras en 2010 y a 2.000 en 2017. En 2011, esta nueva coyuntura llevaba al director de Anapec a tener un punto de vista mucho más crítico sobre el programa que revelaba las contradicciones inherentes al mismo.

> No podemos organizar un sector que no puede ser organizado, controlar cosas incontrolables pero se pueden mejoras cosas (…) La cuestión de la jubilación, ¿cuándo vamos a discutir eso? (…) Hemos tenido mujeres que han muerto, y fue Marruecos quien tuvo que pagar la repatriación. Cotizan pero no tienen ningún derecho. Están cubiertas durante la temporada pero después cuando vuelven enfermas en Marruecos, ¿qué podemos hacer por ellas? [24]

El papel de las relaciones sociales de sexo y la frontera en la construcción de los mercados de trabajo en la agricultura fresera.

Tanto el sector de producción de fresas andaluz como marroquí presentan mercados de trabajo altamente feminizados. Ello no constituye un hecho aislado sino que, muy al contrario, el empleo de mujeres, menores o migrantes procedentes de países y regiones más empobrecidas constituye una realidad frecuente en numerosas zonas agro-exportadoras de frutas y hortalizas de contra-estación[25]. Así, se puede afirmar que el empleo de personas que ocupan posiciones desfavorecidas en los distintos sistemas de estratificación social constituye un componente estructural de estas agriculturas que les permite asegurar su competitividad en los mercados globales.[26]

Ahora bien, ello da lugar a configuraciones muy diferentes en cada contexto. La adecuación de las obreras al trabajo en los sectores estudiados suele justificarse a través de una naturalización de las capacidades femeninas y/o una reificación de la cultura marroquí, percibida como atrasada y patriarcal por parte de los empleadores españoles. Sin embargo, en este texto partimos de la premisa de que los mercados de trabajo están social y políticamente construidos.[27] De ahí que el presente apartado esté dedicado a explorar las principales dinámicas que subyacen a la feminización de estos mercados de trabajo y que van a permitir construir la "idoneidad" de esta fuerza de trabajo en cada sector.

Ello lo haremos siguiendo las propuestas de la sociología y economía feminista de que para comprender el funcionamiento de los mercados laborales, así como el carácter sexuado de la organización y las experiencias de trabajo, es necesario transcender la esfera productiva[28]. Ello implica incorporar a los hogares, en tanto que espacios por excelencia en los que se garantiza la reproducción social[29], así como otras dimensiones de la vida social como las relaciones comunitarias, el papel del Estado y la legislación[30] o de las ideologías y normas sexuales.[31] En concreto, atender a la articulación entre las dimensiones materiales e ideológicas resulta

fundamental para identificar los mecanismos que construyen la flexibilidad de mano de obra femenina en el sector fresero marroquí y andaluz. Las diferencias y similitudes entre ambos mercados laborales nos va a permitir reflexionar sobre cómo los lugares ocupados por estas mujeres en la esfera reproductiva, así como su identificación primaria como madres y esposas, va a ser movilizada de manera distinta en cada contexto, incidiendo no sólo en la composición del mercado laboral sino también en una organización del trabajo y del control de las trabajadoras diferenciada.

Flexibilización, asignación a circular y disciplinamiento de las temporeras marroquíes: un resultado de la articulación entre esfera productiva y reproductiva

Como hemos señalado, la mano de obra seleccionada para Huelva se distingue por dos características: un estatuto jurídico que genera una situación de dependencia hacia el empleador y la selección de mujeres en función de su posición en la esfera doméstica. Por decirlo de otra forma, la movilización estacional de las obreras agrícolas marroquíes en Huelva se sustenta sobre las asimetrías del género, la vulnerabilidad administrativa y la temporalidad del contrato. La asignación a circular de las trabajadoras bajo contrato permite establecer una frontera temporal, espacial y jurídica entre la esfera productiva y reproductiva que favorece a los empleadores y configura una mano de obra controlada, flexible y desechable. La manera en que esto tiene lugar, los limites que conlleva y las condiciones sexuadas que aparecen en los contextos de la migración son algunos de los aspectos que abordaremos a continuación.

La mayoría de las mujeres seleccionadas en el marco del programa de contrataciones son mujeres divorciadas, separadas o viudas. Ello concuerda con la declaración del director del servicio internacional de Anapec que dice haber privilegiado el contrato de jefas de familia a fin de ofrecer oportunidades socio-económicas a las familias más necesitadas. En contraposición de lo que se observa en el sector fresero marroquí, como veremos más adelante, en la selección para España se privilegió el empleo de mujeres maduras, de entre 30 y 40 años, en función de su experiencia en la agricultura y de su lugar de origen, es decir, cerca de la zona fresera en Marruecos o en las comunas más pobres del país. Muchas de estas mujeres son analfabetas y pocas tenían, antes de salir de Marruecos, una experiencia previa de movilidad. Con esto no queremos decir que el contingente refleje exactamente los criterios establecidos. Como afirman temporeras y diversos

agentes involucrados en la contratación, muchas mujeres se disfrazaban durante las selecciones para asemejarse a la imagen de mujer del campo buscada. Pero a pesar de estas tácticas, la mayor parte de las mujeres del contingente ocupan - como mujeres pobres o solas - una posición marginal en la sociedad de origen. Por ello, la posibilidad de acceder al territorio europeo de manera legal, en una sociedad que valora enormemente la emigración al extranjero, es muy apreciada por las temporeras.

> No tenía marido, nada para vender. Esta España nos ayudó mucho, no había nadie para nosotras. (…) Cuando estaba en la familia de mi marido, rezaba para que me ayude, conocer algo mejor, es como un regalo de Dios, dios ve todo.[32]

Como indica Collins,[33] estas mujeres son elegidas porque no van a poner en cuestión los términos del contrato. Su situación en el país de origen las convierte en blancos particularmente vulnerables a los mecanismos de control y coerción específicos de este tipo de contratación.

No obstante, la mencionada sospecha migratoria que recae sobre estas mujeres ha supuesto la creación de un protocolo de canalización de los desplazamientos de las trabajadoras. Ello conlleva un importante control desde su llegada al puerto de Tarifa[34], donde son recogidas en autobuses financiados por las organizaciones agrarias. Las obreras recuerdan que, en las primeras temporadas, los autobuses paraban durante el trayecto pero que estas pausas fueron posteriormente suprimidas por miedo a que se fugaran.

Este control sobre la movilidad de las trabajadoras se extiende a sus lugares de residencia y trabajo. Las fincas, en las que residen y trabajan, están a menudo aisladas de los pueblos lo que, junto al desconocimiento del idioma, limita sus desplazamientos y la posibilidad de relacionarse con personas de otras nacionalidades. Para impedir las "fugas", los empresarios solían, sobre todo al principio del proyecto, retener los pasaportes o retrasar el pago de una parte de los salarios hasta el final de la campaña. Touria, que en 2011 quería dejar la finca para irse a vivir con su novio, evoca las dificultades que su proyecto implicaba:

> La jefa grande, tiene miedo, no nos da el dinero para que no nos vayamos. Nos dará el mes de mayo y junio sólo cuando estemos ya en el autobús. Hace tres meses que no nos dan las nóminas. Me debe 1.600 euros.[35]

Por otra parte, se desarrolla un trabajo de "sensibilización al retorno" que comienza durante la selección en Marruecos y continua en España a través de la acción los mediadores interculturales del proyecto Aeneas Cartaya, como Habib, que considera que ello contribuye a disminuir las "fugas".

> Si voy a una finca donde hay 400 personas y te digo lo que pasa, que hay mafias, que pueden encerrarte, que puede ser un trabajador que trabaja contigo, tu colega, y te doy un ejemplo o te llevo una mujer que se fugó y que quiere volver porque no encontró lo que le habían dicho, entonces esta información llega a mucha gente.[36]

Al estar alojadas en las fincas, el control del empresario no se limita a los horarios de trabajo sino que se extiende a la vida entera de las trabajadoras durante su estancia en Andalucía. Las fincas tienen vallas y las salidas están controladas. Los empleadores o capataces elaboran reglas que prohíben, por ejemplo, salir de noche cuando hay trabajo a la mañana siguiente. El hecho de dormir fuera está también valorado negativamente. La ideología que establece la esfera doméstica como espacio legítimo para las mujeres en Marruecos, va a ser movilizada en Huelva para reforzar el control sobre los desplazamientos de las temporeras. Así, las fincas aparecen como el espacio privado y legítimo en el que se debe permanecer, mientras que las salidas no justificadas al exterior se ven sancionadas por una puesta en duda de la moralidad de las trabajadoras. Además de esta evaluación de los comportamientos de las trabajadoras en función de las normas de género, encontramos en los *managers* del flujo migratorio y los empleadores discursos que demonizan la migración irregular y sus figuras centrales, los traficantes[37]. La irregularidad aparece reificada, es decir, que no se presenta como una práctica política y administrativa sino como una fatalidad. Ello permite insistir sobre las consecuencias negativas de la salida del programa haciendo olvidar que los que las describen para asegurar el retorno son los mismos que fomentan esta ilegalización.
La carta de la comisión encargada de la organización de los flujos migratorios en Huelva a la Secretaria de Estado de Inmigración y Emigración, en 2008, da buena prueba de ello:

> Ya que tenemos todos los datos (identidad, huellas) de las trabajadoras que no respetaron las condiciones de retorno, que se fugaron y se quedaron ilegalmente en España, tendríamos que transferir esos datos a las oficinas de extranjería de toda España para que estas mujeres no se puedan beneficiar de ninguna forma de regularización (...). Tenemos también que facilitar la

> transmisión de esos datos a la policía de extranjería y abrir "carpetas de expulsión" porque solo así (…) haremos disminuir el número de fugas. Todos los expertos dicen que si las que se fugan son expulsadas a Marruecos, esta práctica disminuirá.

En definitiva, las figuras del hombre extranjero peligroso, proxeneta o traficante; de la mujer extranjera, prostituta o víctima y el fantasma de la ilegalización, vigilan las fronteras de la migración temporal, desanimando los proyectos de instalación definitiva. El hecho de que los empleadores practiquen la retención de pasaporte o de que las temporeras califiquen su salida definitiva de las fincas como *h'rague*[38] son índices de que, en el sistema de empleo estudiado, la frontera ha sido trasladada a alrededor de los campos onubenses.

Por otra parte, la flexibilidad que necesita el sector se ve facilitada por la contratación en origen en dos sentidos. Primero, gracias a la externalización de la gestión del flujo migratorio a Anapec, que asegura la llegada de las trabajadoras a medida que los empleadores las necesitan y amortigua las dificultades ocasionadas por la movilización y el transporte.

> Todos los años, les pedimos la fecha de salida de las mujeres en julio. Son incapaces de decirnos esto. (…) Nosotros siempre les decimos que no tenemos a las mujeres en cajas de cartón. El empleador está tranquilo, tiene como un stock, cada año, cuando las necesita, sus mujeres llegan.[39]

Segundo, porque el alojamiento en las fincas, la disposición de una mano de obra excedentaria y la competencia en el mercado de trabajo permite a los empleadores adaptarse a las condiciones que impone la gran distribución que fija las condiciones de venta, presiona los precios a la baja, y exige una respuesta a tiempo a sus pedidos. Por otra parte, la informalidad en el sector y la poca protección que ofrece el convenio colectivo posibilita una organización flexible del trabajo. Así, es habitual que las trabajadoras se vean obligadas a trabajar horas extras, se encuentren con menos horas que lo previsto o sean privadas de jornadas de trabajo como castigo por un rendimiento demasiado bajo. Al entrar en una finca para hacer una entrevista con un empleador, encontramos dos mujeres delante de los alojamientos mientras que el resto de la plantilla estaba trabajando. Al preguntar al jefe qué hacían estas mujeres, contestó:

> Ayer no trabajaron seis. Porque han cogido muy poquitas cajas. Ella ha cogido catorce cajas dice la ficha. Catorce cajas son 70 kilos, a 0,65 euros el kilo, igual a 45,50 euros. Esta mujer gana aquí 39,10 y de seguridad social,

> me cuesta 12, lo que hace 51,10 euros. Y tengo una persona regando, y en el camión cuatro mujeres que embalan, estoy echando agua, estoy echando líquido. Las mujeres que cogen veintidós, veintitrés cajas cogen su sueldo. Las que hacen menos, les pongo yo dinero encima.[40]

El trabajo de las jóvenes solteras en el sector fresero del Loukkos: el papel de las ideologías sexuales y grupos domésticos

En Marruecos, el salario mínimo agrícola era, en julio de 2012, de 63,39 dírhams[41] al día, es decir, seis veces menos que el acordado para el sector fresero en España en esa misma fecha. En las estaciones de embalaje y congelación, éste asciende a 12,24 dírhams la hora, lo que sigue siendo bastante menor que lo que se recibe en España. Asimismo, en las explotaciones agrícolas, la mayoría de las trabajadoras no está declarada a la seguridad social, no recibe compensación por las horas extraordinarias y los horarios de salida son imprecisos. También en el segmento del acondicionamiento de la fruta, aunque conoce una mayor regulación, una proporción significativa de las obreras es empleada de manera irregular. La presencia sindical es mínima en el sector.

Sirvan estos pocos datos para ilustrar algunas de las llamadas "ventajas comparativas" que, en términos de costos salariales, encuentran las empresas extranjeras que se instalan en Marruecos. Ahora bien, junto a la estrategia de deslocalización hacia Marruecos, la patronal del sector fresero ha optado por el empleo de mujeres, mayoritariamente jóvenes solteras originarias de la región.

Para entender la feminización de este mercado de trabajo se hace necesario rescatar el concepto de División Sexual del Trabajo, definido como una división jerarquizada que, en sus diferentes expresiones culturales, valora unas actividades por encima de otras en función de quién las realice y establece qué actividades son legítimas para cada sexo[42]. Especialmente relevante nos resulta su dimensión ideológica en tanto que, como veremos, la falta de adhesión del empleo femenino al ideal de domesticidad, que reenvía al espacio doméstico y establece el papel de madres y esposas como las legítimas ocupaciones de las mujeres, constituye uno de los factores clave para explicar cómo se construye una fuerza de trabajo flexible y dispuesta a aceptar las precarias condiciones laborales que ofrece el sector.

En la sociedad marroquí, la división sexual del trabajo y el espacio están íntimamente relacionados con el honor,[43] lo que refuerza el valor de estas prescripciones[44]. Así, el incumplimiento de estos preceptos puede ser fuente de

vergüenza para la persona que transgrede y su familia,[45] hecho que se traduce, generalmente, en una puesta en cuestión de la moralidad de las obreras[46]. Ahora bien, cabe decir que estas prescripciones no poseen un significado unívoco, sino que variarán en función de factores como la clase social, el tipo de trabajo, el lugar que se ocupe en la familia, etc. Igualmente, veremos que son constantemente negociadas y/o resistidas en las prácticas de individuos y colectivos sociales.

Así, la concepción del empleo de las jóvenes solteras como una "actividad transitoria" hasta el matrimonio ha permitido la normalización del empleo femenino en numerosas aldeas de la región. El trabajo de estas jóvenes solteras se identifica como una ocupación temporal destinada a colaborar en la economía familiar y/o disponer de cierto dinero de bolsillo, lo que permite reducir la carga transgresora de unos empleos que no sustituyen sino que complementan el proyecto matrimonial de estas jóvenes. En efecto, en el sector fresero, muchas mujeres abandonan el trabajo en los campos agrícolas tras contraer matrimonio. Ello no excluye, sin embargo, que puedan reincorporase algunos años más tarde al mercado laboral, si bien lo harán principalmente en la agroindustria, donde los salarios son más elevados y un sistema de jefes de equipo más feminizado evita la exposición a las violencias verbales de los capataces habitual en los campos. Asimismo, la estricta temporalidad del trabajo en las estaciones de acondicionamiento, de entre tres y seis meses de duración, permite a las trabajadoras casadas presentar sus empleos en la fresa como una "actividad complementaria" al trabajo de cuidados en el hogar, del que se saben principales depositarias.

En ambos casos, la construcción del trabajo asalariado como una actividad transitoria y/o complementaria permite atenuar la ruptura con la norma que supone el trabajo obrero femenino, si bien ello también dificulta su reconocimiento como trabajadoras. Como consecuencia éstas ven reducida su capacidad de negociación y aceptarán más fácilmente las precarias condiciones laborales que ofrece el sector.

El hecho de que se trate de trabajadoras de la región que residen con sus familias contribuye a confirmar el carácter secundario atribuido a estos empleos que asegura su flexibilidad. Asimismo, ello permite que la inestabilidad del empleo y los bajos salarios del sector sean absorbidos por los grupos domésticos.

> Yo, las chicas, tienen, casi todas, tierra de la familia por lo que el día que no hay trabajo no me preocupo porque sé que trabajan en la tierra de su familia,

> no sé quedan sin trabajar. Los días de trabajo se van decidiendo sobre la marcha, según haya fruta o no para coger. Por ejemplo, hoy lunes digo a las trabajadoras que mañana no habrá trabajo y pasado no se sabe, las avisaría sobre la marcha".[47]

El relato de Maribel nos reenvía a una cuestión central a la hora de reflexionar sobre los costes sociales de la agricultura fresera, esto es, cómo tiene lugar la reproducción de la fuerza de trabajo y de los grupos domésticos de las trabajadoras. En el Loukkos, la mayor parte de las obreras residen en hogares con ingresos múltiples ya que poseen pequeños terrenos dirigidos al auto-consumo, algunas cabezas de ganado o incluso algunas hectáreas de regadío. En su defecto, se trata de hogares en la que varios de los miembros trabajan de manera asalariada, a veces en el sector de la fresa. Asimismo, la existencia de familias extensas permite que, especialmente para el caso de las obreras solteras, el trabajo doméstico y de cuidados sea asumido por otras mujeres del grupo doméstico. Todo ello permite, por un lado, amortiguar las insostenibilidades de este modelo agrícola y, por otro, favorecer un mantenimiento de los costos laborales a la baja, dado que son las familias las que aseguran la reproducción de la fuerza del trabajo. Éstos se verían probablemente incrementados si hubiese que garantizar los costos de reproducción de una mano de obra migrante, ya residiera en alojamientos alquilados o proporcionados por los empleadores, como está ocurriendo en otras zonas de horticultura intensiva como en la región de Souss-Massa, al sur del país.[48]

El acceso a una mano de obra local suficientemente abundante ha sido posible por el establecimiento de una red de intermediación y transporte que permite el acceso a trabajadoras que residen en un radio de unos 60 kilómetros en torno a los lugares de trabajo. Los intermediarios reclutan a las trabajadoras en sus pueblos de origen proporcionándoles el transporte que las llevará y traerá del lugar de trabajo a casa diariamente. Este sistema garantiza el acceso a un ejército de reserva de trabajadoras dispuestas a acudir al trabajo cuando las condiciones de producción lo requieren, sin que ello implique una presión al alza sobre sus salarios en los momentos álgidos de la campaña. Esto se ve reforzado por el hecho de que los transportistas accedan a las zonas de agricultura de secano, donde las posibilidades de empleo son escasas.

Ahora bien, tras casi tres décadas de cultivo de fresa, nada indica que las condiciones que permiten la funcionalidad del mercado de trabajo no vayan a modificarse. El incremento de hectáreas de fresa en los últimos años y la

introducción de otros frutos rojos aún más demandantes de mano de obra, hacen prever la necesidad de extender las fronteras para el reclutamiento de mano de obra (de sexo, territoriales, etc.). Por otra parte, la construcción de subjetividades obreras es cada vez más apreciable en determinados pueblos de la zona fresera en las que ya varias generaciones de mujeres vienen empleándose en el sector. Finalmente, cabe añadir que no debe pensarse tampoco el sector fresero como carente de conflictos. Existen modos de resistencia individuales y colectivos, aunque poco estructurados y, tanto en los campos como en los almacenes, los empleadores despliegan diversos mecanismos a fin de asegurar el control sobre las trabajadoras. Ahora bien, la tensión se establece entre un sector muy dependiente de la fuerza de trabajo y el carácter móvil de los capitales, para los que la tierra o la mano de obra son factores sustituibles.

Conclusiones

Lo expuesto en las páginas precedentes permite mostrar cómo para una correcta comprensión de la evolución de los programas de contratación en origen en el sector de producción de fresas andaluz desde los años 2000, resulta de gran utilidad adoptar una perspectiva que contemple las interrelaciones existentes entre el sector fresero en Marruecos y en España. Esta aproximación simultánea nos ha permitido identificar las dinámicas que han configurado una fuerza de trabajo con un perfil muy similar en ambos sectores y constatar cómo las asimetrías de género y post-coloniales son utilizadas por los empleadores a fin de asegurar la rentabilidad de estas agriculturas globales. En concreto, hemos visto cómo la identificación prioritaria de las mujeres marroquíes como madres y esposas constituye un elemento fundamental para explicar la feminización de ambos mercados de trabajo. Ahora bien, los mecanismos que construyen una mano de obra capaz de responder a la búsqueda de disponibilidad, flexibilidad y bajo costo de los empleadores son diferentes en cada territorio.

En el caso de la agricultura andaluza, los programas de contratación en origen construyen una doble dependencia – hacia el salario de la temporada y hacia los hogares a los que vuelven cuando se acaba el contrato - de unas obreras que se ven asignadas a circular al tiempo que son estrechamente controladas en sus movimientos. Junto a las condiciones jurídicas y materiales, las ideologías sexuales juegan un papel fundamental a la hora de garantizar la aceptación de las obreras marroquíes de las condiciones impuestas, al tiempo que ocultan la concepción instrumental de las migraciones que subyace a estos programas. Así, la mitificación

del retorno y la demonización de la migración ilegal se ven reforzadas por una ideología totalizante por la cual la única opción legítima para una mujer es el retorno a su hogar al final de su contrato. Como diría Danièle Kergoat,[49] en este caso, las dos ideologías son co-extensivas, es decir que se co-producen y se refuerzan mutuamente. Lo expuesto hasta aquí, no implica que no se produzcan diferentes modos de resistencia al orden laboral, migratorio y de género establecido, sino que la ilegitimidad que acompaña a estas acciones, contribuye a aumentar la vulnerabilidad de estas mujeres ante la explotación económica o sexual.

En el territorio marroquí, las tensiones entre la ideología de la domesticidad y las prácticas de las trabajadoras construyen la vulnerabilidad de una mano de obra. El mito de la transitoriedad y la ausencia de vínculos conyugales facilitan la aceptación de las condiciones laborales especialmente precarias del trabajo en las explotaciones agrícolas, al tiempo que permiten atenuar la ruptura con la norma del empleo femenino. Por su parte, para las trabajadoras casadas, el trabajo estacional y mejor remunerado de los almacenes les permitirá hacer aceptables sus empleos. Finalmente, el carácter local de la mano de obra hace que los grupos domésticos aseguren la reproducción de la fuerza de trabajo y refuercen la adhesión a las normas de género de estas mujeres, dificultando la construcción de subjetividades obreras que podrían aumentar su capacidad de negociación.

En ambos casos, han quedado puestas de manifiesto las insostenibilidades del modelo agroexportador y cómo éstas son externalizadas, a través de la "devolución" de las trabajadoras a su país de origen al final de la temporada y mediante la transferencia de los costos de reproducción a los hogares semi-proletarizados del Loukkos.

Notas y referencias

* Este trabajo ha sido realizado en el marco del laboratorio de excelencia LabexMed -- Les sciences humaines et sociales au cœur de l'interdisciplinarité pour la Méditerranée, referencia 10--LABX--090. Asimismo este trabajo se ha beneficiado de una ayuda del estado francés gestionada por la Agence Nationale de la Recherche, dentro del proyecto Investissements d'Avenir A*MIDEX, referencia n° ANR--11--IDEX-0001--02.

[1] Lourdes BENERÍA. *Género, desarrollo y globalización: por una ciencia económica para todas las personas*. Barcelona: Hacer, 2005.

[2] Danièle KERGOAT. *Se battre, disent-elles...* Paris: La Dispute, 2012. Sobre este tema, ver el capítulo 4, "Dynamique et consusbstantialité des rapports sociaux", pp.125-138.

[3] Marc BOECKLER and Christian BERNDT. B/Ordering the Mediterranean: Free Trade, Fresh Fruits and Fluid Fixity. In: Jörg GERTEL y Sarah Ruth SIPPEL (eds), *Seasonal Workers in Mediterranean Agriculture: The Social Costs of Eating Fresh*. London and New York: Routledge, 2014, pp.23-34.

[4] Abdelmalek SAYAD. "Les trois âges de l'émigration algérienne en France". *Actes de la recherche en sciences sociales*. Paris, 15: 59-79, 1977.

[5]Emmanuel Terray desarrolla el concepto de deslocalización en sitio a partir del caso de los trabajadores sin papeles en el sector de la construcción y en la hostelería, subrayando que, en los sectores que no pueden ser deslocalizados a otros países, la obtención de las condiciones de la deslocalización se obtienen a través de un régimen jurídico que asegura la vulnerabilidad administrativa de los extranjeros, ya sea a través de títulos de estancia legales y precarios o de la ilegalización de su presencia. Emmanuel TERRAY. Le travail des étrangers en situation irrégulière ou la délocalisation sur place. In: *Sans-papiers : l'archaïsme fatal*. Paris: La découverte, 1999, pp.9-34.

[6] Office Régional de Mise en Valeur Agricole du Loukkos, ORMVAL. *Note concernant les petits fruits rouges dans le périmètre du Loukkos*. Ministère de l'Agriculture et de la Pêche Maritime. Royaume du Maroc, 2012.

[7] Philip McMICHAEL. "A Food Regime Analysis of the 'World Food Crisis' ". *Agriculture and Human Values,* 26: 281-295, 2009.

[8] Todos los nombres de empresas y personas que aparecen en este documento son ficticios.

[9] Es importante resaltar que existe una pugna entre los diferentes actores por atribuirse la iniciativa de un sector considerado, hoy día, altamente exitoso. La "españolidad" de los orígenes del sector es rebatida en los relatos de instituciones y actores marroquíes señalan a determinadas compañías de transformación agroalimentaria marroquíes como precursoras en el cultivo de la fresa (ORMVAL, 2012; *La Vie Eco*, 07/07/2006). La Vie Eco (07/07/2006). "Confitures Aïcha, 44 ans que ça dure, et 10 tonnes écoulées chaque jour". En <http://www.lavieeco.com/news/histoire-des marquesaumaroc/confitures-aicha-44-ans-que-ca-dure-et-10-tonnes-ecoulees-chaque-jour-1999.html> Consultado el 07/12/2013.

[10] Entrevista a Juan, productor de fresas de origen español (Marruecos), diciembre 2011.

[11] Marc BOECKLER y Christian BERNDT, 2014, pp.23-34.

[12] De las veintitrés estaciones de acondicionamiento identificadas en un informe de la delegación regional del Ministerio de Agricultura marroquí doce eran españolas, seis marroquíes, dos francesas, dos belgas y una italiana. Office Régional de Mise en Valeur Agricole du Loukkos, ORMVAL. *Le fraisier au périmètre du Loukkos*. Ministère de l'Agriculture et de la Pêche Maritime. Royaume du Maroc, 2010.

[13] A pesar del carácter mayoritario de las empresas españolas, el sector ha conocido una creciente integración de las empresas en grandes grupos transnacionales. Lucile

DAUMAS, *Rapport d'observation. Les conditions du travail agricole dans le périmètre du Loukkos*. Intermon Oxfam, 2009. A modo de ejemplo, señalar que la pionera empresa Fredesloc fue adquirida, en 2011, por la principal multinacional de frutos rojos a nivel global de capital estadounidense.

[14] Entrevista con Carlos, director de la empresa Fredesloc*,* Moguer (España), junio 2010.

[15] El programa MEDA constituyó el principal instrumento financiero de la cooperación de la Unión Europea con los países mediterráneos entre 1995 y 2008, en el marco de la "Asociación euro-mediterránea". Su objetivo principal era acompañar la transición económica de los países mediterráneos para posibilitar el desarrollo de una zona de libre intercambio al horizonte de 2010.

[16] Entrevista con el director del departamento internacional de Anapec. Casablanca, (Marruecos) marzo 2010.

[17] Sara KALM. Liberalizing Movements? The Political Rationality of Global Migration Management. In: Martin GEIGER y Antoine PECOUD (eds). *The politics of international migration management*. New York, United Kingdom: Palgrave Macmillan, 2010, pp.21-44. Serhat KARAKAYALI y Enrica RIGO. Mapping the European space of circulation. In: Nicholas DE GENOVA y Nathalie Mae PEUTZ (eds.). *The deportation regime : sovereignty, space, and the freedom of movement*. Durham, N.C. ; London: Duke University Press, 2010, pp.123-144. Hélène PELLERIN. "De la migration à la mobilité : changement de paradigme dans la gestion migratoire. Le cas du Canada". *Revue européenne des migrations internationales*. Poitiers, 27 : 57-75, 2011.

[18] Entrevista con la ex directora del servicio internacional de Anapec, Rabat (Marruecos), julio 2011.

[19] Ahlame RAHMI. Le soupçon migratoire : organisation sociale et traitement politique du travail saisonnier des ouvrières marocaines en Espagne. En : Salvatore PALIDDA (dir.). *Migrations critiques: repenser les migrations comme mobilités humaines en Méditerranée*. Paris: Karthala, 2011, pp.131-142.

[20] Entretien avec le responsable de l'immigration de la mairie de Cartaya, chargé du projet Aeneas Cartaya, 14 mai 2009, Espagne.

[21] Entrevista con el director del departamento internacional de Anapec. Casablanca (Marruecos), marzo 2010.

[22] Yann MOULIER BOUTANG. *De l'esclavage au salariat : économie historique du salariat bridé*. Paris: Presses universitaires de France, 1998.

[23] Ofelia.BECERRIL QUINTANA. *Lucha cultural por la dignidad y los derechos humanos. Transmigrantes mexicanos en Canada contendiendo el género, la sexualidad y la identidad*. Tesis de doctorado, Mexico: Universidad Autónoma Metropolitana Unidad Iztapala, 2007.

[24] Entrevista con el director del servicio internacional de Anapec, Casablanca (Marruecos), julio 2011.

[25] Sara María LARA FLORES y Hubert C. GRAMMONT. Reestructuración productiva y mercado de trabajo rural en las empresas hortícolas. En: Hubert C. GRAMMONT (ed.). *Empresas, reestructuración productiva y empleo en la agricultura mexicana*. México DF: Plaza y Valdés, 1999, pp.23-70. Ana SANTANA, "La importancia de la mano de obra extranjera en las campañas agrícolas". *Cuadernos de Relaciones Laborales*. 11: 247-266, 1997. Carmen Diana DEERE. *The feminization of agriculture? Economic restructuring in Latin América*. Ginebra: UNRISD, 2005.

[26] Robert J. THOMAS. *Citizenship, Gender, and Work: Social Organization of Industrial Agriculture*. Berkeley, Los Angeles, Oxford: University of California press, 1985.

[27] Michael BURAWOY. "The Functions and Reproduction of Migrant Labor: Comparative Material from Southern Africa and the U.S". *American Journal of Sociology*, 5: 1050-87, 1976. Richard EDWARDS. *Contested Terrain: The Transformation of the Workplace in the Twentieth Century*. Nueva York: Basic Books, 1979. Gordon, DAVID, Richard EDWARDS y Michael REICH. "Dual labor markets. A Theory of Labor Market Segmentatio2n. *American Economic Review,* 63: 359-365, 1979.

[28] Lourdes BENERIA. ¿Patriarcado o Sistema Económico? Una discusión sobre dualismos metodológicos. En: Celia AMOROS et al (eds). *Mujeres, ciencia y práctica política*, Madrid: Debate, 1987, 39-54. Danièle KERGOAT. *Les ouvrières*. 1 vol. Actuels. Paris, France: le Sycomore, 1982. Susana *NAROTZKY. New Directions in Economic. Anthropology. Londres;* Chicago: Pluto Press, *1997*. Cristina CARRASCO BENGOA. La economía feminista: una apuesta por otra economía. In: Mª Jesus Vara (de.) *Estudios sobre Género y Economía.* Madrid: Akal, 2006, pp.29-62.

[29] Antonella PICCHIO. El trabajo de reproducción, tema central en el análisis del mercado laboral. En: Cristina BORDERIAS, Cristina CARRASCO y Carmen ALEMANY (eds). *Las mujeres y el trabajo. Rupturas conceptuales.* Barcelona;Madrid: Fuhem-Icaria, 1994, pp.452-490. Lourdes BENERIA y Martha ROLDAN. *Las encrucijadas de clase y género: trabajo a domicilio, subcontratación y dinámica de la unidad doméstica en la ciudad de México*. México: Colegio de México, 1992.

[30] CARRASCO, 2006.

[31] María MIES. *Patriarchy and Accumulation on a World Scale: Women in the International Division of Labour*. Londres: Zed Books, 1994.

[32] Entrevista con Saadia, Ouled Ziane (Marruecos), agosto 2011.

[33] Jane L COLLINS. Gender and Cheap Labor in Agriculture. En: Philip McMichael (ed.). *Food and Agrarian Orders in the World-Economy*, Greenwood Publishing Group, 1995, pp.217-232.

[34] Localidad andaluza a la que llegan los barcos desde Marruecos.

[35] Entrevista con Touria, El Rocío (España), junio 2010.

[36] Entrevista con Aziz, mediador intercultural en una asociación pro- derechos de los migrantes. Cartaya, mayo 2009.

[37] Virginie GUIRAUDON. "Lutte contre les passeurs : une politique qui ne protège pas les victimes de l'immigration illégale". *Esquisses Recueil Alexandries*, 19, 2008.

[38] En árabe dialectal marroquí significa "quemar" y es una metáfora utilizada para describir el hecho de pasar una frontera clandestinamente.

[39] Entrevista con el director del servicio internacional de Anapec, Casablanca (Marruecos), julio 2011.

[40] Entrevista con Marco, propietario de una finca de 26 hectáreas, Moguer (España), mayo 2011.

[41] 1 euro equivalía a 11.15 dírhams en 2012, momento de realización de la investigación.

[42] BENERIA, 1987.

[43] Rahma BOURQIA. Habitat, femmes et honneur. En : Rahma BOURQIA, Mounira CHARRAD y Nancy GALLAGHER (eds.) *Femmes, culture et société au maghreb*. Casablanca: Afrique Orient, 2000, pp.15-36; Mokhtar EL HARRAS. Féminité et masculinité dans la société rurale marocaine. Le cas d'Anjara. En: *Femmes, Culture et société au Maghreb*. Rahma BOURQIA, Mounira CHARRAD y Nancy GALLAGHER (eds.) *Femmes, culture et société au Maghreb*. Casablanca: Afrique Orient, 2000, pp.37-56.

[44] Pierre BOURDIEU. Tres estudios de etnología cabilia. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas; Boletín Oficial del Estado, 2006.

[45] Soumaya NAAMANE-GUESSOUS. *Au-delà de toute pudeur*. Casablanca: Editions Eddif, 2007 (1991).

[46] Yolanda AIXELA CABRÉ. *Mujeres en Marruecos: un análisis desde el parentesco y el género*. Barcelona: Ediciones Bellaterra, 2000.

[47] Entrevista con Maribel, pequeña productora de fresa, Moulay Bousselhem (Marruecos), 2010.

[48] Houria ELATTAOUI *Travailleurs agricole et pauvreté. Cas de Chtouka Ait Baha. Tesis de maestría*. Université Mohammed V, Faculté des Sciences Juridiques, Economiques et Sociales Agdal – Rabat, 2010.

[49] Danièle KERGOAT, 2012.

Recebido em 01/08/2017
Aprovado em 05/12/2017

Il governo del lavoro migrante in agricoltura in Spagna e Italia. Meccanismi legali e promesse [ipotesi] di circolarità

Yoan Molinero Gerbeau
Instituto de Economía, Geografía y Demografía (IEGD)
Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC)
Gennaro Avallone
Università degli Studi di Salerno

Sommario: Durante gli anni '80 Italia e Spagna hanno iniziato a divenire paesi di immigrazione, con un processo che, dal punto di vista economico e del lavoro, ha interessato alcune settori in modo particolare, tra i quali quello agricolo. L'occupazione delle lavoratrici e dei lavoratori stranieri in agricoltura ha permesso al settore di incrementare i livelli di profittabilità in entrambi i paesi, contribuendo, più in generale, alla funzione sistemica di produzione di cibo a basso costo, che costituisce uno dei quattro pilastri essenziali del processo globale di accumulazione, insieme alla disponibilità di lavoro, energia ed altre materie prime a buon mercato.
Il reclutamento della manodopera straniera non si è realizzato in modo omogeneo nei diversi contesti produttivi, ma è stato differenziato in base alle esigenze e richieste delle imprese operanti nelle singole enclave agricole. Nel presente articolo si analizzano, attraverso una prospettiva comparata, i meccanismi istituzionali, legali ed informali previsti ed implementati in Spagna e Italia per favorire l'assunzione di forza lavoro straniera, verificando come e perché sono stati promossi o meno programmi di migrazione circolare verso il settore agricolo. Per comprendere come queste politiche si sono concretamente realizzate sono state comparate due enclave produttive, quella di Huelva, in Spagna, e quella della Piana del Sele, nel Sud Italia, in modo da individuare i fattori che permettono di spiegare perché alcune enclave agricole dell'ecologia-mondo hanno configurato sistemi di importazione del lavoro dalla periferia globale, mentre altre hanno privilegiato un modello che deregolamentato.

PAROLE CHIAVE: Lavoro agricolo- Ecologia-mondo - Migrazione circolare.

Resumo: Ao longo dos anos 80, Itália e Espanha começaram a se transformar em países de imigração, graças a um processo que, do ponto de vista econômico e do trabalho, afetou alguns setores, especialmente, o setor agrícola. O emprego de trabalhadores e trabalhadoras estrangeiros na agricultura permitiu ao setor aumentar os níveis de rentabilidade em ambos os países, contribuindo, em geral, para a função sistêmica de produção de comida a baixo custo, que constitui um dos quatro pilares do processo global de acumulação, além da disponibilidade de trabalho, energia e matérias-primas baratas. O recrutamento da força de trabalho estrangeiro não é feito de um modo homogêneo nos diferentes contextos, mas se diferencia em relação às necessidades e demandas das empresas ativas nos diferentes enclaves agrícolas. No presente artigo, são analisados, por uma perspectiva comparada, os mecanismos institucionais, legais e informais previstos e implementados na Espanha e Itália, de forma a favorecer a contratação da força de trabalho estrangeira, verificando como e porquê eles promoveram ou não programas de fluxo de migração para o setor agrícola. Para entender como essas políticas são realizadas, concretamente, foi feita uma comparação entre dois enclaves agrícolas: o de Huelva, na Espanha, e de Piana del Sele, no Sul de Itália, para individualizar os fatores que permitem explicar porque alguns enclaves agrícolas da ecologia-mundo configuraram sistemas de importação do trabalho da periferia global, enquanto outros têm favorecido um modelo desregulado.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho agrícola - Ecologia-mundo - Migrações circulares.

Abstract: During the 1980s, Italy and Spain began to become immigrat countries, with a process that, from an economic and labor point of view, has affected some sectors in particular, including agriculture. The employment of foreign workers in agriculture has allowed to increase its profitability levels in both countries, contributing, more generally, to the systemic function of cheap food production, which is one of the four key pillars of the global accumulation process, along with the availability of labor, energy and cheap raw materials. The recruitment of foreign labor has not been homogeneous in the different productive contexts but has been differentiated according to the needs and demands of businesses operating in each agricultural enclave. This article analyzes, through a comparative perspective, the institutional, legal and informal mechanisms envisaged and implemented in Spain and Italy to encourage the recruitment of foreign workforce, by verifying how and why circular migration programs onto the agricultural sector have been, or not, promoted. To understand how these policies have actually been implemented, two productive enclaves have been compared: Huelva, in Spain, and Piana del Sele, in southern Italy, so as to identify the factors that explain why some agricultural enclaves of the world-ecology have configured systems to import labour from the global periphery, while others have privileged a deregulated model.
KEYWORDS: Agricultural work - World-ecology - Circular migration.

Introduzione

Durante gli anni '80 Italia e Spagna iniziarono la transizione da paesi di sola emigrazione a paesi di immigrazione, interessando, in modo particolare, i loro settori agricoli, che iniziarono a dipendere in modo crescente dal lavoro delle persone straniere. Il loro sviluppo economico, unito, nel caso spagnolo, all'entrata nella Comunità Europea, permise ad entrambi i paesi di transitare da una posizione semi-periferica verso il centro globale dell'ecologia-mondo[1] nella sua riconversione verso il neoliberalismo.

Tra i diversi fattori all'origine del processo di progressivo inserimento in agricoltura di lavoratori e lavoratrici provenienti dall'estero si considerano la precarietà e l'instabilità delle condizioni occupazionali del settore, lo scarso prestigio sociale associato a questo tipo di attività e la debolezza simbolica, sociale e giuridica dei migranti che ha favorito nel tempo l'accettazione di condizioni di impiego difficili, in contrasto con le crescenti aspirazioni dei lavoratori e delle lavoratrici nazionali per i quali e le quali il settore agricolo è divenuto sempre meno interessante.[2] La manodopera migrante a basso costo ha permesso ai settori agricoli di mantenere la loro profittabilità e, insieme, ha svolto una funzione sistemica, garantendo la produzione di cibo a basso costo:[3] uno dei quattro pilastri essenziali del processo globale di accumulazione, insieme alla disponibilità di lavoro, energia ed altre materie prime a buon mercato.[4]

Tra gli anni '80 e '90, il miglioramento delle condizioni economiche e l'ingresso di lavoratori nazionali e immigrati con status stabile in altri settori, quali le costruzioni, la ristorazione ed i servizi turistici e, specialmente nel nord Italia, le

industrie, resero strutturale la mancanza o carenza di manodopera in agricoltura, soprattutto nelle produzioni stagionali, particolarmente quelle della frutta e di alcuni tipi di verdura. L'insufficienza offerta di forza lavoro fu affrontata con la promozione di meccanismi e programmi istituzionali e politici a livello nazionale per consentire l'assunzione di lavoratori stagionali secondo modalità temporanee o circolari,[5] come avvenuto in altri stati del centro dell'economia globale.

Basati su una logica statale, coerente con il pensiero di Stato che governa e definisce le migrazioni,[6] questi nuovi programmi migratori furono costruiti con l'obiettivo di essere temporanei o circolari[7]. La loro ipotesi di riferimento è stata nel tempo quella del *triple win,* secondo la quale tali programmi dovrebbero avvantaggiare le persone che emigrano, mitigare gli effetti considerati negativi sulle popolazioni dei paesi di immigrazione e massimizzare lo sviluppo dei paesi di origine.[8]

L'obiettivo di questo contributo è quello di analizzare da una prospettiva comparata i meccanismi istituzionali, legali ed informali previsti ed implementati in Spagna e Italia per promuovere le migrazioni circolari verso il settore agricolo. In primo luogo, si esporranno i cambiamenti vissuti dall'agricoltura di entrambi i paesi negli ultimi tre decenni per comprendere quali fattori hanno influito sulla presenza o assenza di migrazioni di tipo circolare nel settore. Successivamente, si presentano i due contesti nazionali dal punto di vista della struttura agricola e legislativa, focalizzando l'attenzione, poi, su due specifiche enclave produttive in modo da comprendere perché in una, coincidente con l'area di Huelva in Spagna, si sono realizzati programmi di migrazione circolare, mentre nell'altra, la Piana del Sele in Italia, questo non è accaduto. Attraverso i due casi analizzati, si approfondirà lo studio dei fattori che permettono di spiegare perché alcune enclave agricole dell'ecologia-mondo hanno configurato sistemi di importazione del lavoro dalla periferia globale, mentre altre hanno privilegiato un modello che, in ricerche precedenti, abbiamo caratterizzato come "deregolamentato".[9]

Il lavoro in agricoltura tra struttura e azione

Il seguente articolo ha l'obiettivo di rispondere ad una domanda precisa: perché in alcune enclave agricole europee sono stati organizzati programmi di reclutamento nei paesi di origine della manodopera immigrata da inserire nelle attività produttive locali ed in altre enclave non è stata fatta questa scelta?

La domanda è giustificata dal fatto che l'Unione Europea si è dotata di una direttiva specifica che sostiene l'utilizzo delle procedure di selezione e contrattazione della forza lavoro immigrata direttamente nelle aree di origine. La

direttiva 2014/36/UE del Parlamento europeo e del Consiglio del 26 Febbraio 2014 fa riferimento alle "condizioni di ingresso e di soggiorno dei cittadini di paesi terzi per motivi di impiego in qualità di lavoratori stagionali". Essa è coerente con l'architettura della politica migratoria europea, con le necessità dei processi produttivi agricoli, che combinano lavori stagionali con attività continue tutto l'anno, e con i rapporti sociali di produzione vigenti nelle enclave agricole del continente.

I paesi individuati per la comparazione sono Italia e Spagna. Essi condividono strutture economiche, istituzionali e legislative con molteplici similitudini e ciò facilita la comparazione relativamente alle differenti modalità di reclutamento della forza lavoro, specialmente con riferimento all'applicazione della contrattazione nei paesi di origine, utilizzata nel caso spagnolo ma non in quello italiano.

Le aree scelte al fine di studiare empiricamente le modalità di assunzione della manodopera migrante in agricoltura sono due enclave produttive di questi paesi: l'area di Huelva, in Andalusia, e la Piana del Sele, nel sud della provincia di Salerno in Campania. L'enclave di Huelva è stata scelta perché la direttiva europea 2014/36/UE assume il suo modello di gestione della manodopera stagionale come riferimento, per cui viene studiata in quanto esempio paradigmatico della contrattazione nei paesi di origine (*contratación en origen*). La Piana del Sele, invece, costituisce un'enclave tipica di una parte dell'agricoltura italiana e dell'organizzazione del mercato del lavoro agricolo. In questo contesto produttivo, il ricorso a programmi strutturati di migrazione circolare non è stato mai implementato in maniera formale, nonostante gli occupati stranieri siano divenuti, nel tempo, pari a circa la metà del totale della forza lavoro agricola impiegata e una parte delle attività produttive sia di tipo stagionale, perché collegata a specifiche colture, soprattutto nel caso delle coltivazioni in pieno campo.[10]

Industrializzazione e internazionalizzazione dell'agricoltura in Italia e Spagna e l'inserimento dei migranti

Italia e Spagna sono divenuti paesi di immigrazione dai primi anni '80 del secolo scorso. Agli inizi, furono interessate in modo prevalente dai paesi nordafricani, anche se nel caso italiano le provenienze sono state maggiormente differenziate. L'inserimento nelle economie locali seguì processi simili, con l'occupazione nel lavoro ambulante, in agricoltura e nelle posizioni più basse in termini di salari e status sociale nell'industria della ristorazione e del turismo.[11]

Alcune mansioni nel settore agricolo costituirono una delle prime porte di accesso per la popolazione immigrata sia in Italia sia Spagna. Nel primo paese, le persone

straniere occupate in modo regolare in agricoltura sono passate da circa 23.000 nel 1989 a circa 268.000 nel 2012, pari al 31,7% del totale degli occupati.[12] Nel secondo paese, la presenza degli immigrati diventa evidente dal 1985. Berlan[13] individuò, a metà degli anni '80, il sud della Spagna come "la California europea" a causa degli alti livelli di produzione e tensione sociale connessi allo sfruttamento della forza lavoro straniera. Questa tendenza non si è arrestata nei decenni successivi ed i lavoratori e le lavoratrici migranti sono divenute centrali nell'offerta di lavoro nelle attività agricole, giungendo, nel 2011, a costituire il 27,6% del totale, secondo i dati *Alta laboral en la Seguridad Social.*

La presenza crescente di manodopera immigrata si manifestò nelle aree territoriali in esame mentre l'organizzazione e la produzione agricola andavano cambiando, assecondando l'ulteriore ricerca e richiesta di forza lavoro maggiormente flessibile ed a buon mercato. Le strutture agricole di Italia e Spagna furono interessate in questo periodo dall'inizio della diffusione di tre fondamentali trasformazioni: la differenziazione delle colture e l'orientamento crescente della produzione verso le esportazioni; la forte crescita della produttività attraverso la destagionalizzazione della produzione, l'incremento degli investimenti tecnologici e la diffusione di nuove tecniche agronomiche in molte aree territoriali; l'inserimento crescente di manodopera di origine straniera.[14]

Nei tre decenni lungo i quali queste trasformazioni si sono dispiegate ciò che è avvenuto, in sintesi, è stata la profonda mutazione delle caratteristiche costitutive del capitale e del lavoro impiegati in agricoltura. Il capitale si è orientato verso livelli di produzione e produttività crescenti, tendendo ad incrementare la propria capacità competitiva nei mercati nazionali ed internazionali. In termini marxiani, ciò che si è verificata è stata una crescita della composizione organica del capitale impegnata per gestire con modalità differenziate l'estrazione di plusvalore assoluto e relativo in agricoltura. Il lavoro ha assunto nuove caratteristiche e si è internazionalizzato e femminilizzato, vedendo una contrazione della presenza degli occupati maschi italiani ed un progressivo incremento in valori percentuali di donne e, in valori anche assoluti, di lavoratori stranieri, prima maschi e, poi, specialmente dagli inizi del nuovo secolo ed in alcune aree produttive, anche donne. In termini socioeconomici, l'agricoltura è andata incorporando forza lavoro più flessibile, sia perché femminile sia perché straniera, e ciò è stato favorito dalla più bassa posizione sociale e simbolica di queste parti della popolazione nei riguardi del resto, da quella costruzione gerarchica che Anibal Quijano ha definito "colonialità del potere" e che si esercita non solo nei riguardi dei popoli colonizzati ma anche di altre popolazioni, come nel caso delle donne.[15]

In paesi con una lunga storia di emigrazione, che ne ha caratterizzato le società locali sin dagli ultimi decenni dell'800, è necessario comprendere secondo quali concrete modalità è avvenuta la transizione che li ha trasformati in paesi di immigrazione e, dunque, come è stata regolata, dal punto di vista legislativo e sociale, l'ingresso di manodopera straniera al loro interno. Questo approfondimento consente di comprendere anche alcuni dei caratteri della nuova forza lavoro agricola e le condizioni di vita che essa ha dovuto fronteggiare.

Questo tema è al centro dell'analisi dei prossimi paragrafi, nei quali, in sintesi, si risponderà alla seguente domanda: quali sono state nel tempo le modalità di accesso delle lavoratrici e dei lavoratori migranti in Italia e Spagna e, specificamente, nelle loro rispettive strutture produttive agricole?

L'architettura legale in Italia e Spagna: tra formale e materiale

Dagli anni '90, in Italia l'occupazione stagionale in agricoltura ed in altri settori (turismo e ristorazione) è stata regolata sul piano formale principalmente attraverso una misura legislativa denominata decreto flussi, come previsto dalla prima legge organica sulle immigrazioni, la 39/90, e confermato dalle riforme successive. Questa misura era fondata sul concetto delle quote, che prevedevano l'individuazione ogni anno di un numero massimo di lavoratori da inserire nelle imprese in Italia, distinguendo tra stagionali e non stagionali. Per gli stagionali i settori individuati sin dall'inizio sono stati l'agricoltura ed il turismo. Questo approccio è stato confermato dalla nuova legge quadro anticipata nel 1998 dai ministri Turco e Napolitano ed approvata con il D.Lgs. 286/1998. Essa introdusse diverse novità nella normativa riguardante le migrazioni, ma non modificò la regolazione dell'accesso all'occupazione attraverso i decreti flussi.

La modalità tipica di accesso al territorio e ad una occupazione in Italia non è stata, però, quella dei decreti flussi, ma è stata quella dell'ingresso o del soggiorno irregolare dal punto di vista amministrativo, successivamente condonato da una sanatoria, in una situazione in cui immigrazione e immigrazione irregolare praticamente hanno coinciso e continuano in parte a coincidere[16].

In questo quadro legislativo è stata assorbita anche la regolazione del lavoro stagionale. La prima formalizzazione per questo tipo di lavoro associato alle migrazioni è stata realizzata con il Decreto Dini, Decreto Legge 489/95, che introdusse il permesso di soggiorno temporaneo per motivi di lavoro stagionale. Con questo provvedimento fu operato il tentativo di programmare l'ingresso di lavoratori stranieri in base alle esigenze di manodopera espresse dalle imprese, concedendo permessi temporanei non convertibili della durata massima di sei mesi.

Alle persone beneficiarie fu riconosciuto il diritto di precedenza per un nuovo permesso stagionale per gli anni successivi, introducendo, in questo modo, l'implementazione del primo meccanismo formale di migrazioni circolari.

Successivamente, la Legge Turco-Napolitano estese la durata di questo tipo di permesso a nove mesi all'anno, mentre la 189/2002, nota come Bossi-Fini, introdusse il "permesso pluriannuale" per i lavoratori stagionali: un permesso triennale per un periodo di permanenza massimo di nove mesi all'anno. Questa misura può essere considerata il principale canale formale di promozione e regolazione delle migrazioni circolari per lavoro stagionale in Italia.

In un contesto di contrazione delle quote, non modificato, per ora, dall'approvazione del Decreto Legislativo 203/2016 che ha recepito la direttiva 2014/36/UE del Parlamento europeo e del Consiglio, la disponibilità di permessi per lavoro stagionale, di durata annuale o pluriennale, si è ridotta drasticamente nel tempo, in assenza, tra l'altro, di altri strumenti di ingresso legale in Italia, salvo le richieste di protezione internazionale.[17]

In definitiva, sin dalla fine degli anni '80, l'inserimento e la presenza della manodopera straniera nel mercato del lavoro agricolo in Italia sono stati governati mediante la combinazione di norme e strumenti ordinari ed eccezionali. L'esito di questa articolazione normativa e politica è stato la subordinazione delle migrazioni ai bisogni del mercato del lavoro e la produzione di una forza lavoro indebolita dal lato dei diritti e dello status amministrativo.

Una struttura normativa simile è stata organizzata in Spagna nello stesso periodo, con sei sanatorie tra il 1985 ed il 2005, anche se si registrano due differenze importanti. La prima si riferisce al sistema delle quote, implementato solo in alcuni momenti, tra il 1993 ed il 1995, tra il 1997 ed il 1999 e nel 2002[18]. La seconda è relativa alla misura per la gestione della manodopera straniera in agricoltura nota come *contratación en origen*, che ha favorito processi di migrazione circolare per rispondere ai bisogni degli imprenditori e favorire il controllo delle migrazioni.[19]

Il caso spagnolo ha confermato il ruolo centrale delle norme eccezionali, come le sanatorie, allo stesso modo del caso italiano, evidenziando l'importante ruolo dello Stato nella costruzione politica del mercato del lavoro delle persone migranti.[20] Gli strumenti legislativi sono intervenuti, soprattutto, nel limitare, graduare e selezionare la mobilità e la flessibilità della manodopera migrante, producendo un'eccezionalità funzionale all'ottenimento di bassi salari in diversi comparti economici,[21] con particolare riguardo all'agricoltura.[22]

I casi delle enclave di Huelva e della Piana del Sele

Nel paragrafo precedente sono stati ricostruiti, in termini generali, i processi politici e legislativi intervenuti a livello statale nella regolazione del lavoro migrante in agricoltura in Italia e Spagna. L'attenzione a questo livello è necessaria ma non sufficiente per comprendere le reali modalità di accesso al lavoro, in quanto l'agricoltura è fortemente caratterizzata a livello territoriale e qualsiasi analisi che non si soffermi sulle specificità dei singoli contesti produttivi territoriali non riesce ad individuarne le reali modalità di funzionamento. È per questa ragione di ordine metodologico che si è scelto di approfondire il lavoro migrante in specifiche enclave agricole, guardando, nel presente paragrafo, ai casi di Huelva, in Spagna, e della Piana del Sele, in Italia

5.1 Huelva, la "California spagnola"

Negli anni 50-60 iniziò in Andalusia un processo di meccanizzazione, internazionalizzazione e modernizzazione del settore primario, nel quale venne "progressivamente trapiantata un'agricoltura post-fordista, ultramoderna, tecnologicamente avanzata e ben incastonata nella *global value chain*"[23] orientata all'esportazione.

Huelva è stata una delle enclave privilegiate in questo processo, grazie all'intensiva produzione di fragole californiane, che interessava 700 ettari negli anni '70, divenuti più di 6300 nel 2016, rendendo quella di Huelva la seconda area mondiale di questo prodotto dopo la California.

Questo processo non è stato dovuto solo all'estensione di questo tipo di produzione in una grande parte dei terreni della regione, ma anche all'adozione del modello di "nuova agricoltura"[24] basato sull'imitazione delle tecniche produttive della California. I processi di modernizzazione e tecnicizzazione hanno trasformato il territorio di Huelva in una grande fabbrica di fragole, con una produzione oscillante, attualmente, tra 240.000 e 270.000 tonnellate, di cui circa l'80% esportato, che genera un fatturato complessivo tra 250 e 300 milioni di euro.[25] La "californizzazione" della produzione della regione si è associata ad alti livelli di investimento in capitale costante, ma questo non ha evitato che la produzione di fragole resti ancora ampiamente dipendente dal capitale variabile, costituito dagli input agrochimici per la terra e le piante e, soprattutto, dal lavoro.

Per tenere in produzione un ettaro di fragole bisogna impiegare tra 5 e 6 lavoratori[26], un numero che non si è potuto ridurre malgrado gli investimenti in

macchinari, in quanto le fragole richiedono di essere raccolte manualmente con una tecnica specifica.

Dagli anni '50 fino agli anni '90, a questa necessità di manodopera hanno risposto i *jornaleros* andalusi, attivi come migranti interni nel "circuito stagionale".[27] La combinazione di una serie di fattori, tra cui la fine del franchismo, l'entrata nella Comunità Europea e il forte sviluppo economico del paese iniziato negli anni '80 e spinto negli anni '90, ha provocato un cambio anche nel panorama agricolo di Huelva. Le difficili condizioni di lavoro in agricoltura si sono combinate con la crescita di altri settori, come le costruzioni ed i servizi, che hanno attratto definitivamente i lavoratori nazionali.[28] Negli anni '90, questa diventerà un'importante complicazione passando dal discorso dell'"oro rosso" a quello del "grande problema della manodopera".[29]

La difficoltà di trovare manodopera stabile orientò l'attenzione dei produttori verso i migranti. Gli anni '90 marcano l'inizio della segmentazione etnica e sessuale del mercato del lavoro agricolo di Huelva, che sarà caratteristica del settore fino ad oggi. Le diverse ricercatrici che si sono specializzate nello studio di questa realtà identificano l'esistenza di tre differenti periodi di cambio o sostituzione etnica.[30]

Il primo periodo va dagli anni '90 fino al 2002. In questa fase i lavoratori impiegati furono giovani uomini provenienti dal Marocco e dall'Africa subsahariana. Alcuni lavoravano una parte dell'anno in altre enclave spagnole e una parte di essi migrava specificamente per lavorare nel settore. Qui i produttori tendevano a differenziare tra nazionali e stranieri ma anche tra regolari e irregolari, basando un'importante parte della profittabilità nel "controllo" dei costi del lavoro. Le precarie condizioni occupazionali e abitative provocarono una serie di proteste nel 2000 e 2002, che fecero pensare ai produttori di rivolgersi ad una manodopera differente, orientandosi verso fonti di lavoratori più docili. Questo nuovo orientamento fu favorito, inoltre, dalle regolarizzazioni di massa del 2000 e 2001, che liberarono molti migranti dalla loro condizione subalterna dovuta all'irregolarità, permettendo loro di cercare lavoro in altri settori.

I produttori spostarono l'attenzione verso L'Europa dell'Est e la forza lavoro femminile, considerata meno conflittuale degli uomini e, quindi, più controllabile. Le donne polacche, rumene e bulgare diventarono la prima fonte di manodopera nei campi di fragole in questo periodo.

Questo periodo diede avvio ad una nuova fase che definirà il cosiddetto "modello *onubense*" fondato sul programma di contrattazione in origine.[31]

5.1.1 Importando lavoratrici a tempo dalla periferia globale: verso un modello di circolarità indotta

La fragola è un prodotto caro da produrre – tra 25.000 e 30.000 euro per ettaro, includendo i materiali e la manodopera[32] – ed è altamente deperibile e imprevedibile perché dipende dagli andamenti meteorologici. Questo insieme di condizioni richiede un modello *just in time* nel quale i produttori non sanno in maniera precisa quando si raccoglierà il prodotto e quanta manodopera dovrà farlo, ma devono essere sicuri di avere forza lavoro disponibile per evitare il rischio di perdere parte della produzione e, con essa, degli investimenti.

In questo contesto, si può capire perché i *freseros* hanno sostenuto il programma di contrattazione in origine. La competizione a livello globale è alta e la pressione delle grandi catene di distribuzione non lascia troppo margine per regolare i prezzi:[33] solo vendendo praticamente la totalità della produzione, questa permette utili significativi. Quindi, solo assicurando la manodopera si può ridurre al massimo l'incertezza nel processo produttivo.

Dopo le esperienze del passato, i produttori pensarono a un modello che potesse contrastare questi vincoli e garantisse due cose fondamentali per la produzione *just in time:* la disponibilità ed il basso costo del lavoro.

> Solo una forza lavoro a basso costo e flessibile […] permette, di fronte alla situazione di rischio e dipendenza nella quale si trovano gli imprenditori della fragola, raggiungere la competitività nei mercati agroalimentari globali[34].

Nacque, così, il programma di Huelva, nell'ambito della struttura legale della politica dei contingenti annuali di lavoratori. Nel 1999 ci fu il primo esperimento, con l'ingaggio di 600 lavoratrici dalla Polonia, e nella campagna 2000/2001, 738 lavoratori stranieri furono contrattati in origine, di cui 540 dalla Polonia e 198 dal Marocco, in maggioranza donne.[35]

Sebbene queste due esperienze non funzionarono nel migliore dei modi,[36] gli imprenditori provarono nuovamente negli anni successivi, raffinando le tecniche e adattando questa architettura legale ai loro bisogni. I numeri delle lavoratrici impiegate aumenteranno di anno in anno, giungendo al massimo nel 2007, con 40.491 donne, principalmente da Romania e Marocco.

Dall'inizio del programma tre processi si sono verificati nella sua applicazione.

Il primo è il successo di questo meccanismo. Se teniamo in conto che tra 50.000 e 80.000 lavoratori e lavoratrici sono impiegati nella raccolta e nell'imballaggio dei prodotti agricoli ogni stagione,[37] allora vediamo che, in alcuni anni, il programma

ha fornito la metà o più della manodopera richiesta. Questo successo ha fatto di Huelva la provincia spagnola che maggiormente ha utilizzato questo meccanismo – realizzando nel 2007 il 62,52% di tutte le assunzioni in origine fatte in Spagna[38] – consentendo di parlare del "*modello onubense"* come un esempio di buone pratiche in diversi ambiti internazionali e, soprattutto, nell'UE, che si è ispirata a questo programma per elaborare la nuova direttiva sul lavoro stagionale.[39]

Il secondo è la progressiva sostituzione delle nazionalità impiegate nel programma. Se fino al 2003 la maggioranza proveniva dalla Polonia e, dal 2004 al 2007, dalla Romania, negli anni successivi arriveranno con il programma solo lavoratrici marocchine. Due ragioni spiegano questo cambio: l'entrata dei paesi dell'est Europa nell'UE e il finanziamento del programma AENEAS-Cartaya.

L'assunzione in origine rende disponibile la manodopera richiesta attraverso un meccanismo flessibile e permette allo Stato di controllare la temporalità e il ritorno delle persone migranti, organizzando una "migrazione ordinata".[40] Le donne contrattate devono avere esperienza di lavoro agricolo, essere tra i 25 e i 45 anni e provenire da paesi che hanno firmato un accordo bilaterale con la Spagna. Il ritorno si controlla in due maniere: subordinando l'assunzione all'autorizzazione da parte del locale consolato di Spagna e riconoscendo alle lavoratrici effettivamente rientrate il reimpiego nella prossima campagna agricola. Polonia e Romania furono favorite per la collaborazione da parte delle autorità statali e per la loro prossimità geografica, che garantiva un viaggio non troppo costoso.[41]

L'ingresso della Polonia (2004) e, poi, della Romania (2008) nell'UE implicò di nuovo un cambio nel programma. I cittadini di questi paesi diventarono europei e, quindi, "liberi" di cercare lavoro in altri mercati nazionali o in altri settori economici in Spagna, obbligando ad un nuovo orientamento del programma.

Nel nuovo contesto, le lavoratrici rumene e polacche non hanno smesso di emigrare verso la Spagna ed il lavoro nell'agricoltura di Huelva, ma lo hanno fatto fuori dal programma, attraverso reti personali e rapporti diretti con le imprese. La precedente forma di circolarità indotta iniziò a generare una circolarità "spontanea"[42], dunque un meccanismo meno controllabile e prevedibile del programma di contrattazione nel paese di origine.

Il secondo elemento che cambiò definitivamente il programma fu il finanziamento dell'UE, attraverso il programma AENEAS, sviluppato dal Comune di Cartaya nel 2006.[43] Con una somma di 1,4 milioni di euro, il Comune si impegnò a premiare i produttori a tornare in Marocco, mentre l'ANAPEC (l'agenzia marocchina del Lavoro) riceveva 5 milioni di euro per implementare il programma nel paese e

garantire la sua stabilità[44]. Il finanziamento europeo permise di mettere in pratica il test che avrebbe dovuto definire il futuro delle migrazioni circolari o "controllate", funzionali alle necessità dell'Unione. L'idea era quella di sperimentare e, allo stesso tempo, compensare gli imprenditori per l'entrata dei paesi orientali nell'UE e la conseguente perdita di stabilità nel controllo della mobilità dei lavoratori provenienti da questi paesi. Così, ebbe inizio il terzo processo: il programma con il Marocco.

5.1.2 Lavoratrici marocchine "alla carta" in tempi di crisi. Aspetti controversi dell'ultimo programma

Sebbene sia certo che nei precedenti programmi la maggioranza della manodopera "importata" fosse composta da donne, il programma con il Marocco fu esclusivamente costruito per impiegare forza lavoro femminile. Questa divisione sessuale del mercato del lavoro si è basata su specifiche qualità attribuite alle donne da parte degli imprenditori, ma, in questo caso, soprattutto sulla disponibilità al ritorno, considerata importante da parte dall'UE.

La selezione delle braccianti da parte dell'ANAPEC fu svolta in base a cinque criteri: buona condizione fisica, esperienza di lavoro agricolo, di media età, con figli e con vincoli familiari stretti, dunque sposate, vedove o divorziate. Questi criteri furono considerati fondamentali per il successo dell'esperimento perché coerenti con la necessità di garantire manodopera femminile docile, in buone condizioni fisiche, preparata al lavoro e poco orientata a cercare di restare in Spagna in quanto gravata da responsabilità familiari nel paese di origine.

Quest'ultimo aspetto è stato il più critico perché ha istituzionalizzato, di fatto, la segregazione sessuale nelle politiche migratorie, riflettendo l'orientamento dell'UE verso un modello di migrazione selettiva, utile per i bisogni economici, ma indebolita dal punto di vista sociale e legale, in quanto, ad esempio, le lavoratrici ricevono un permesso stagionale, non estendibile, convertibile o rinnovabile, legato ad un unico imprenditore. Due sono le idee centrali: avere una manodopera utile, disponibile ed efficace, con garanzia del suo ritorno nel paese di origine. Questo secondo obiettivo si raggiunge mediante un insieme di fattori individuati dalle istituzioni e dai produttori come "garanzie" del ritorno: l'esistenza di legami familiari nelle aree di provenienza, l'obbligo di "comportarsi bene" e ritornare alla fine del programma come condizioni per potere essere selezionate nuovamente nella successiva campagna, la scarsa conoscenza dei propri diritti e della lingua spagnola. Questo mix ha garantito un tasso di ritorno intorno all'80%.[45]

Nonostante le prime reticenze dei produttori ad impiegare donne marocchine, il programma è risultato un successo dal punto di vista dell'occupazione, passando da 5.277 lavoratrici importate nella campagna del 2006 alle 14.190 del 2008. Tuttavia, dopo questo esito iniziale il numero delle donne assunte attraverso tale misura è calato, fino al limite massimo imposto dal Governo di 2.000 autorizzazioni dell'anno 2013. La ragione principale è individuabile nella crisi economica. Con un aumento costante del numero di disoccupati in tutto il paese, il governo decise di chiudere il programma per obbligare i produttori ad impiegare di nuovo lavoratori nazionali[46]. Di fronte a queste restrizioni, gli imprenditori sono tornati di nuovo a rivolgersi all'Europa dell'Est, usando le vecchie reti per importare soprattutto lavoratori (ancora in maggioranza donne) dalla Romania.

I dati mostrano che l'assunzione di alcune lavoratrici marocchine non si è azzerata del tutto, perché continua l'ingaggio di alcune di esse di anno in anno solo per le operazioni di raccolta. Il loro numero è simbolico, però si conserva per "tenere la macchina oliata"[47] e non perdere i legami costruiti negli anni precedenti, in modo da rendere più facile la riattivazione di questo meccanismo una volta finita la crisi.

I programmi, e soprattutto l'ultimo con il Marocco, sono stati criticati e lodati in base ai diversi punti di vista. Le istituzioni hanno sempre sottolineato il loro effetto *triple win* perché permetterebbero di sviluppare le regioni di origine e destinazione e la vita degli stessi e delle stesse migranti[48]. Il programma sarebbe uno strumento capace di ridurre la povertà grazie alla circolarità che mobilizza i capitali costantemente tra luoghi di origine e destinazione, generando un'esperienza di co-sviluppo.[49]

Altre ricerche riflettono numerosi aspetti negativi di queste esperienze. Le lavoratrici non sono docili per un'attitudine naturale ma perché socializzate ad esserlo durante il processo di reclutamento in origine, nel quale sono allenate a stare zitte, a non dare problemi e a non criticare se vogliono essere impiegate di nuovo nella successiva campagna. Sebbene la loro situazione sia legale e siano protette dalla legge, "è difficile che affermino i loro diritti se un'eventuale denuncia li espone al rischio di tornare a casa, non rinnovare i loro contratti o scivolare nell'illegalità".[50] Un altro aspetto è la costante sottomissione della manodopera ai bisogni produttivi: nessuna lavoratrice sa quando partirà e quando tornerà (queste notizie vengono comunicate pochi giorni prima), alcune firmano il contratto e poi non vengono chiamate, altre lavorano di meno perché gli imprenditori contrattano più persone di quelle che necessitano per avere un esercito di riserva.[51] Il lavoro si paga a giornate, di conseguenza se piove non si lavora e, quindi, non viene pagato il salario. Sono state anche osservate alcune pratiche di lavoro grigio (meno

giornate dichiarate, ore extra non pagate), di controllo della mobilità e del rendimento del lavoro.

Ciò che emerge è, dunque, un insieme di valutazioni fortemente condizionato dal punto di vista assunto.

5.2 La Piana del Sele: una ricca enclave agricola

La Piana del Sele è una zona agricola nel sud della provincia di Salerno in Campania, che comprende il territorio di undici comuni. La sua struttura produttiva agricola è articolata in tre comparti: zootecnico, florovivaistico e ortofrutticolo. Questi ultimi due sono interessati da coltivazioni in pieno campo e protette, con circa 5.000 ettari coperti da serre, di cui circa 3.000 dedicati alla produzione di rucola ed insalate per la quarta gamma.

Quella della Piana del Sele è un'agricoltura ricca, dinamica e differenziata, in cui convivono modalità di lavoro tradizionali con tecnologie all'avanguardia, assumendo caratteristiche in parte analoghe a quelle dell'agricoltura californiana,[52] Questa varietà si riflette nella diversificazione della domanda di lavoro, che oscilla tra due estremi: dalla domanda di lavoro stabile, permanente e continua, soprattutto nel caso delle colture protette, a quella occasionale, specialmente per i momenti in cui bisogna pulire i terreni e piantare in pieno campo o per le operazioni di raccolta di pochi giorni.

In questo contesto socio-economico, come in altre aree dell'agricoltura italiana, i meccanismi di migrazione circolare non sono mai stati all'opera, sebbene siano stati elaborati nel tempo a livello nazionale.

Le persone migranti hanno seguito, nel corso del tempo, differenti rotte e si sono trovate occupate in agricoltura solitamente in assenza di alternative. Dalla ricerca sul campo condotta tra il 2011 ed il 2016 è stato confermato che l'ingresso in Italia delle persone occupate localmente e provenienti da paesi non appartenenti all'UE è stato diversificato. In una parte dei casi è stato irregolare e, in altri casi, specialmente per i lavoratori marocchini, regolare, ma seguito, spesso, in virtù di una truffa, dall'immediata perdita dello status di regolarità amministrativa.[53] Reti personali hanno condotte le persone verso la Piana del Sele, in cui l'accesso al lavoro avviene attraverso relazioni dirette, mediate da amici, parenti o caporali, al di fuori dei canali istituzionali.

L'informalità con cui si accede ad un'occupazione si accentua nei reali rapporti di lavoro. A livello nazionale il tasso di irregolarità in agricoltura è stimato pari a circa il 17,5% su una media generale del 15,7%,[54] mentre le ricerche hanno evidenziato

la centralità del lavoro grigio, dunque la distanza delle condizioni e delle paghe reali da quelle stabilite nei contratti nazionali e provinciali.[55]

L'accesso al lavoro è mediato, in una parte dei casi, da un cosiddetto caporale, che svolge una funzione di intermediazione, sebbene sia illegale e, dal 2011, penalmente rilevante. Il caporalato è una delle chiavi, anche se non l'unica e non la principale, per comprendere la situazione nell'agricoltura e nella società della Piana del Sele. In questo contesto, l'accesso ad un lavoro retribuito è spesso, anche se non sempre, una risorsa controllata da selezionatori privati che agiscono in collaborazione, diretta o indiretta, con una parte delle aziende agricole. I caporali sono intermediari, italiani o connazionali dei lavoratori e delle lavoratrici migranti, che connettono le imprese con la manodopera, garantendo, insieme, l'accesso al lavoro e forza lavoro disciplinata. I caporali svolgono la doppia funzione di organizzare l'incontro tra domanda ed offerta di lavoro e l'incontro tra specifiche necessità economiche e specifici bisogni sociali. In questo senso, i caporali sono le figure maggiormente funzionali a riprodurre un contesto in cui una parte dei braccianti è in cerca di lavoro, posta sotto la pressione della disoccupazione e precarietà, delle leggi sulle migrazioni e della debolezza dei servizi pubblici per l'impiego, e le imprese sono alla ricerca di occupati a basso costo e disciplinati, come accade anche in altri contesti agricoli del sud d'Europa.[56]

La riproduzione nel tempo del dispositivo di intermediazione informale si basa sui vincoli all'accesso autonomo al lavoro per una parte della manodopera agricola, determinati dall'atteggiamento delle imprese che si rivolgono ai caporali. Questi ultimi, in altri termini, vendono una risorsa ai lavoratori ed alle lavoratrici, quella dell'accesso ad un impiego, privatizzando il governo del mercato del lavoro. In questo modo, una parte della forza lavoro diventa del tutto dipendente dai caporali, in una relazione ambivalente in cui una buona relazione con uno o più caporali è determinante per accedere al lavoro, sebbene in un rapporto di forza svantaggioso.

L'accesso al lavoro attraverso un caporale peggiora le condizioni occupazionali, soprattutto per la situazione di soggezione che questo comporta ma anche per la riduzione del salario reale dovuta alla tassa da pagare per l'intermediazione. Il peggioramento è, tuttavia, relativo, se si considera la diffusione generalizzata del lavoro grigio in agricoltura, che determina, in ambito locale e nazionale, una perdita strutturale di salario oscillante tra il 25 ed il 35%.[57]

Dalle interviste realizzate con lavoratori e lavoratrici straniere non si riscontrano migrazioni circolari. Nel caso delle persone provenienti da paesi esterni all'Unione Europea, originari soprattutto di Marocco, India e Ucraina, le modalità di ingresso

o di permanenza sono state spesso caratterizzate da irregolarità amministrativa, regolarizzata attraverso le sanatorie ed i decreti flussi. Per questa parte della forza lavoro il ritorno al paese di origine è stato subordinato all'ottenimento di uno status amministrativo regolare, dunque di un permesso di soggiorno, non convertito, tuttavia, in migrazioni circolari. Solo in alcuni casi il ritorno presso la famiglia di origine si protrae per un periodo più lungo di una vacanza, per due o tre mesi, ma anche in questo caso non si può parlare di vera e propria migrazione circolare, in quanto, al loro ritorno nella Piana del Sele, le persone devono cominciare da capo, cercando una nuova azienda presso cui impiegarsi, non esistendo programmi di reinserimento stabile a cui potere fare riferimento.

Questa condizione si riscontra anche tra la manodopera proveniente da paesi dell'Unione Europea, localmente coincidente con persone di nazionalità rumena, le quali, se ritornano nel paese di origine, lo fanno solo per brevi periodi, per le vacanze dal lavoro.

Come evidenziato in alcune interviste con imprenditori agricoli, il decreto flussi, basato sul sistema delle quote, è stato utilizzato nel corso del tempo per regolarizzare una parte dei lavoratori e delle lavoratrici straniere:

> questo strumento si rivolge, in realtà, agli stranieri già presenti sul territorio italiano, che, attraverso questa procedura, vengono regolarizzati. Il fatto che il decreto flussi sia utilizzato solitamente per regolarizzare, seppure a tempo determinato, quanti sono già in Italia è dimostrabile anche formalmente, verificando il fatto che è consolidato da parte delle imprese il ricorso alle richieste nominali (…). È evidente che le imprese o loro intermediari hanno un rapporto diretto e privilegiato con gli immigrati di cui fanno richiesta (imprenditore agricolo).

> Il problema è che nel decreto flussi ci sono due, tre cose di difficile applicazione. Uno, l'operaio deve stare in Tunisia, il che è una pagliacciata, è una finzione, perché tutti sappiamo che l'operaio sta qua, perché io non conosco quello che sta là, io conosco te che stai qua e vuoi lavorare e allora devo fare una finzione (imprenditore agricolo).

La presenza costante sul posto di manodopera disposta ad essere impiegata contribuisce, insieme agli altri fattori istituzionali, normativi ed organizzativi individuati, ad una regolazione sociale della forza lavoro non fondata su programmi di migrazione circolare, ma sul lavoro grigio e la gestione della condizione di espellibilità e, in una parte dei casi, dell'irregolarità amministrativa dei e delle migranti non appartenenti all'Unione Europea.

Il mercato del lavoro agricolo locale non incontra il limite della mancanza di lavoratrici e lavoratori e non richiede, pertanto, l'implementazione di programmi di migrazione circolare. La regolazione della forza lavoro si fonda sulla combinazione di forme sociali differenti che, in sintesi, riguardano quattro fattori. Il primo fattore si riferisce al fatto che i e le migranti occupati in agricoltura sono presenti sul territorio e vincolati a questo settore del mercato del lavoro, in quanto per esse e per essi è difficile occuparsi in un settore differente. Il secondo fattore riguarda l'organizzazione dei processi di produzione, che, articolandosi tra colture stagionali e non stagionali, si estendono lungo l'intero anno, richiedendo costantemente manodopera, seppure con andamenti variabili di periodo in periodo in base alle necessità produttive. Il terzo fattore è relativo alla diffusione del lavoro grigio e, in parte, nero, favorita dalla scarsità dei controlli istituzionali, ma anche dalla difficoltà socialmente definita di procedere alle denunce da parte dei lavoratori e delle lavoratrici, preoccupati delle difficoltà connesse all'accesso ad un nuovo impiego in un'azienda agricola diversa. Il quarto fattore è connesso agli orientamenti degli imprenditori. Essi risultano poco interessati a strumenti normativi burocratici, che potrebbero rendere meno rapido l'assunzione di manodopera, in una parte dei casi richiesta da un giorno all'altro secondo la logica just in time, ma maggiormente propensi o a relazioni dirette con la forza lavoro o a rapporti gestiti attraverso l'intermediazione informale.

In sintesi, la regolazione sociale dell'accesso al lavoro nell'agricoltura della Piana del Sele si realizza attraverso una combinazione variabile di fattori e relazioni formali ed informali, che riguardano, prevalentemente, l'articolazione di disposizioni normative che introducono diversi status amministrativi, l'intermediazione informale della manodopera, la presenza sul territorio dei e delle braccianti e l'organizzazione sistematica di modalità di lavoro grigio. Questo insieme di fattori non richiede programmi specifici di migrazione circolare che tenderebbero a rendere maggiormente rigido il mercato del lavoro e, quindi, disfunzionale ai bisogni delle imprese agricole e, in parte, della stessa forza lavoro straniera.

La relazione capitale-lavoro come determinante per regolare o deregolamentare i flussi di manodopera straniera

I casi osservati mostrano due modelli completamente diversi di inserzione di manodopera straniera nel settore agricolo, rappresentativi di due modi tipici di inserimento di manodopera migrante in agricoltura che si osservano all'opera lungo l'ecologia-mondo contemporanea[58]. Se Huelva è un prototipo di caso di importazione della forza lavoro attraverso un programma altamente controllato dallo stato, la Piana del Sele è un caso paradigmatico di "deregolamentazione" e

utilizzo eterogeneo della manodopera attraverso una miscela di formalità, informalità ed irregolarità.

Lo stato spagnolo e lo stato italiano condividono la medesima regolazione sovranazionale europea e hanno definito un permesso stagionale che permette la creazione di programmi per importare lavoratori e lavoratrici da paesi terzi. Però, quello che determina l'organizzazione o meno di programmi di migrazione circolare è la relazione tra la domanda e l'offerta di manodopera e, più ampiamente, il rapporto tra il capitale e il lavoro imperante in ogni specifica enclave. La mancanza di lavoratori disponibili spinge i produttori e lo stato a cercare di importare il lavoro organizzando la mobilità, però se c'è già localmente un esercito di riserva attivabile e riproducibile stabilmente, allora i fabbisogni delle imprese vengono soddisfatti, riducendo l'interesse verso la definizione di specifici programmi di reclutamento. Questi ultimi esistono nella misura in cui sono necessari a soddisfare i bisogni delle aziende agricole: tale condizione è essenziale per capire perché in alcune enclave si sono sviluppati questi programmi, ma permette anche di spiegare perché in altre non c'è stato bisogno di metterli in pratica.

Huelva e la Piana del Sele sono chiari esempi di questo funzionamento. Mentre nel primo caso c'è stato un tradizionale problema di mancanza di manodopera, nel secondo questo non si è verificato. Gli imprenditori della Piana del Sele hanno potuto sviluppare l'agricoltura industriale grazie all'architettura della politica migratoria italiana orientata verso la produzione di un esercito di riserva di migranti irregolari, che ha garantito una disponibilità costante di lavoratori a basso costo. Le tradizionali forme di reclutamento già presenti da almeno un secolo nel Sud Italia, come il caporalato, si sono adattate ai cambiamenti richiesti dalle nuove forme di produzione, però la pratica dell'intermediazione informale è stata sempre una garanzia per i produttori che non si sono mai preoccupati di organizzare programmi di assunzione all'estero. In più, il caporalato, dal punto di vista dell'utilità per i produttori, è rimasto un sistema che funziona, permettendo la disponibilità *just in time* di manodopera e, così, la massimizzazione dei benefici di ogni raccolta. Diverse forme di intermediazione (legale e illegale) tra imprenditori e forza lavoro esistono anche a Huelva, però non formano un sistema così forte come il caporalato e, in generale, servono per fornire una forza lavoro "extra" quando i programmi non sono sufficienti per coprire tutte le necessità della raccolta.

Un altro fattore importante per identificare i fattori propulsivi dei programmi è il tipo di produzione imperante nelle specifiche enclave. La coltura principale di

Huelva è la fragola, che assorbe quasi tutta l'attività agricola, concentrata in una stagione lunga, compresa all'incirca dalla fine di Febbraio alla metà di Giugno. Gordo Márquez et al.[59] spiegano che questo fattore è determinante per il programma, perché, a differenza delle aree in cui c'è lavoro tutto l'anno, a Huelva c'è la necessita di avere 60.000 lavoratori durante un periodo massimo di quattro mesi, attingendo a manodopera itinerante e non stabilmente insediata nel territorio. Il programma permette di avere la forza lavoro non disponibile nell'enclave per il periodo durante il quale c'è bisogno. Nella Piana del Sele, invece, la coltura più comune, la rucola, si può produrre tutto l'anno sotto serra. Inoltre, c'è un tipo di produzione differenziata, che alimenta costantemente la domanda di lavoro, contribuendo a stabilizzare una parte della manodopera e a garantire ai produttori la presenza costante di migranti disposti a lavorare. La destagionalizzazione della produzione ha ridotto l'incertezza sulla disponibilità della manodopera per gli imprenditori locali, che non devono sostenere altri meccanismi, come i programmi di reclutamento, per assicurarsi la presenza di lavoratori quando risulta necessario.

In questo senso, la prevedibilità è un elemento centrale. A Huelva i programmi garantiscono che le necessità produttive siano soddisfatte nonostante l'assenza di un esercito di riserva sul posto. Nella Piana del Sele, la prevedibilità è ottenuta attraverso la combinazione di fattori differenti, relativi all'architettura migratoria nazionale, che garantisce la disponibilità di irregolari nel paese; alla destagionalizzazione della produzione, che permette di fissare i lavoratori sul territorio; all'esistenza del caporalato, che collega una parte dei lavoratori e degli imprenditori, nonostante la dispersione delle aziende agricole su un vasto territorio rurale.

Come detto prima, sull'attivazione dei programmi di reclutamento incidono molteplici altri fattori. Per esempio, nella letteratura su Huelva alcuni autori evidenziano che nella regione c'è una cultura di intesa tra gli attori coinvolti nella definizione dei programmi (istituzioni, imprenditori e sindacati) che ha permesso di applicare facilmente questo meccanismo[60]. In Italia, si possono individuare due fattori importanti per disincentivare la creazione di programmi di reclutamento. Da un lato, la tradizionale estensione di pratiche e logiche informali nel settore agricolo[61] e l'assenza di controlli statali efficaci permettono agli imprenditori di riprodurre queste logiche. Dall'altro, il funzionamento rigido per le richieste dei permessi stagionali collegate alle quote disponibili nel decreto flussi ha ridotto, soprattutto fino al 2014-2015, le possibilità di assumere forza lavoro in coerenza con i bisogni produttivi,[62] non contribuendo a convertire il settore verso un modello regolato in maniera più formale.

Come le persone migranti influenzano questi modelli? Si potrebbe pensare che il modello dei programmi, controllato dallo stato e verificato da attori locali, garantisca meglio il rispetto dei diritti in confronto alla dinamica deregolamentata imperante nella Piana del Sele. Sono molti gli autori e le autrici che, come Olga Achón nel caso del programma di Lleida in Catalogna, mostrano come i programmi siano un meccanismo di controllo sociale nei quali si ritrova "una normativizzazione della vita quotidiana [dei lavoratori] e la limitazione di alcune delle libertà individuali fondamentali"[63]. Frédéric Décosse[64] qualifica la situazione dei lavoratori nel programma francese come di "servitù volontaria", in quanto i lavoratori in queste situazioni scelgono di vendere la loro forza-lavoro ma sono sottoposti del tutto alla disciplina dell'impresa che li occupa. Il fatto di essere ospitati nel posto di lavoro, la non conoscenza della lingua locale, l'impossibilità di cambiare luogo di lavoro e il ritorno obbligatorio sono altri elementi evidenziati da alcuni degli analisti dei programmi che mostrano i limiti imposti all'autonomia dei migranti all'interno di questi rapporti di produzione.

In questi casi, i datori di lavoro sono maggiormente costretti a rispettare i salari e le condizioni legali, anche se, come visto in precedenza, a Huelva essi usano diverse tattiche per massimizzare il reddito della produzione. Il fattore che spiega la loro preferenza per i programmi rispetto all'impiego di irregolari è di nuovo la prevedibilità, perché anche se i migranti irregolari sono in media disposti a lavorare per salari più bassi, essi costituiscono anche una manodopera maggiormente volatile[65]. Questo vuol dire che gli irregolari, sebbene hanno un'importante limitazione dei loro diritti, non sono costretti a lavorare per la stessa impresa e possono sviluppare una molteplicità di strategie lavorative proibite ai migranti inseriti nei programmi. È vero che anche questi possono scappare e diventare irregolari, però questa possibilità risulta difficile per via delle deportazioni, garantite dagli accordi bilaterali dei programmi, e dello stretto controllo della loro mobilità da parte dello stato.

Queste considerazioni convergono nel riconoscere che i migranti irregolari della Piana del Sele possono esercitare maggiormente la loro azione, la loro autonomia, rispetto a quanti sono contrattati attraverso i programmi di Huelva? In realtà, anche le persone irregolari dal punto di vista amministrativo dipendono dalle imprese per essere regolarizzati, confermando che non c'è un modello migliore di un altro dal punto di vista della forza lavoro migrante, in quanti le strategie adottate sono differenziate in base alla struttura sociale ed istituzionale vigente localmente.

Conclusioni

L'Unione Europea è interessata a promuovere la migrazione circolare come forma alternativa alle migrazioni "tradizionali" perché permetterebbe di garantire un'offerta controllata e temporanea di manodopera secondo le necessità produttive dell'economia continentale. In questo modo, la periferia globale viene pensata come il contenitore di un esercito di riserva globale capace di rifornire di lavoro a basso costo l'economia europea in una maniera flessibile e disciplinata.

Lo studio di contesti concreti, come quelli di Huelva e della Piana del Sele, mostra i limiti di questa politica. Nel primo caso, la crisi economica ha rivelato le difficoltà di mantenere un modello di importazione legale di lavoratori e lavoratrici in un contesto di disoccupazione e precarizzazione di massa. I programmi sono diventati praticamente irrilevanti negli ultimi anni e i migranti esterni ad essi, come quelli irregolari e dall'est Europa, sono diventati di nuovo i protagonisti dell'agricoltura onubense. Nella Piana del Sele la situazione è ancora più chiara: anche se la politica migratoria nazionale è stata armonizzata con le direttrici dell'Unione, l'architettura formale non è stata mai usata per organizzare programmi di reclutamento, anzi, in una serie di casi, si è trasformata in un meccanismo truffaldino per parte dei migranti.

Dall'osservazione di questi due casi si può concludere che la circolarità dipende da numerosi fattori, ma, soprattutto, dalle necessità degli imprenditori locali. Nel caso della Piana del Sele richieste di contrattazione della manodopera nei paesi di origine non sono mai venute dal mondo imprenditoriale e, quindi, programmi in tale direzione non si sono implementati. Nel caso di Huelva i produttori di fragola hanno sempre chiesto di avere un programma di questo tipo, che è stato strutturato anche se negli ultimi anni il governo lo ha bloccato per legittimare una nuova politica migratoria. In questo senso, si vede come macro-politica e macroeconomia si incrocino, determinando la cornice formale attraverso cui si svolge la mobilità dei lavoratori nelle enclave agricole.

La produzione di cibo non si ferma. Nuove frontiere del lavoro appaiono e gli imprenditori sviluppano nuovi meccanismi per garantire la disponibilità di lavoratori a basso costo. Quando lo stato chiude una porta, al tempo stesso apre una finestra. Non è l'esistenza o meno di programmi di reclutamento a determinare la sopravvivenza del settore agricolo in Spagna o Italia. La sua centralità per mantenere il processo di accumulazione è tanto importante[66] da non potersi fermare davanti ai limiti dell'offerta di forza lavoro. In Italia, per esempio, nuovi fenomeni come l'arrivo delle persone richiedenti asilo stanno intervenendo nella

garanzia di lavoratori disponibili per essere occupati ad un costo basso, almeno per specifiche colture ed attività[67]. L'esercito di riserva migrante continua a mantenere la produzione di cibo a buon mercato in Europa con o senza i programmi.

D'altronde, l'Europa ha già vissuto un primo periodo di programmi di reclutamento tra la Seconda Guerra Mondiale e gli anni '70. Stephen Castles[68] ne identificò la morte e, poi, la resurrezione all'inizio del XXI secolo. Siamo adesso di fronte alla fine di questo secondo periodo? Siamo all'inizio di una nuova fase? La nuova legge del 2016 contro il caporalato in Italia (Legge 199/2016) metterà fine al sistema vigente e l'Italia si dirigerà verso un modello più regolamentato con specifici programmi di reclutamento? La "fine" della crisi economica in Spagna annunziata dal Governo permetterà ai produttori di Huelva di riaprire il programma? Queste domande segneranno una parte del futuro delle ricerche in questo ambito di studio.

Note e riferimenti

[1] Il concetto di "ecologia-mondo" è stato elaborato da Jason W. Moore (2015) con riferimento al sistema capitalistico globale, nel quale gli stati e le relative economie sono parte, secondo il loro potere, del centro, della periferia o della semiperiferia del potere globale.

[2] Ana LÓPEZ-SALA. "Producing Temporariness, (Re)producing Precariousness: Regulation, Rights and Non-Citizenship Status of Temporary Immigrant Workers". *Arbor*. Madrid, 192 (777): 1–4, 2016a.

[3] Yoan MOLINERO GERBEAU y Gennaro AVALLONE. "Produciendo comida y trabajo baratos: migraciones y agricultura en la ecología-mundo capitalista*". Relaciones internacionales*. Madrid, 33: 31-51, ottobre 2016.

[4] Jason W. MOORE. *Ecologia-Mondo e crisi del capitalismo. La fine della natura a buon mercato*. Verona: Ombre Corte, 2015.

[5] Estrella GUALDA CABALLERO. "Migración circular en tiempos de crisis. Mujeres de Europa del este y africanas en la gricultura de Huelva". *Papers*. Barcelona, 97 (3): 613–640, 2012.

[6] Abdelmalek SAYAD, *La doppia assenza*. Milano: Cortina, 2002.

[7] Juan Antonio MÁRQUEZ DOMÍNGUEZ y Mercedes GORDO MÁRQUEZ. Alternativas al contingente de temporada: otras estrategias empresariales para el abastecimiento de mano de obra agrícola. En Juan Antonio Márquez Domínguez (ed.) *Jornaleros extranjeros en España. El contingente agrícola de temporada como política de control de los flujos migratorios*. Huelva: Universidad de Huelva, 2014, pp. 305–306.

[8] Israel MACÍAS LLAGA, Juan Antonio MÁRQUEZ DOMÍNGUEZ y José Manuel JURADO ALMONTE. "La Contratación En Origen de Temporeros Marroquíes Para Los

Campos Españoles Como Experiencia de Codesarrollo". *Cuadernos Geográficos*. Granada, 55 (2): 173–94, 2016.

[9] Yoan MOLINERO GERBEAU y Gennaro AVALLONE, 2016.

[10] Gennaro AVALLONE. The Land of Informal Intermediation. The Social Regulation of Migrant Agricultural Labour in the Piana Del Sele. En: Alessandra Corrado, Carlos De Castro e Domenico Perrotta (eds.) *Migration and Agriculture Mobility and Change in the Mediterranean Area*, Abingdon and New York: Routledge, 2017a, pp. 217–30; Gennaro AVALLONE, *Sfruttamento e resistenze. Migrazioni e agricoltura in Europa, Italia, Piana del Sele*. Verona: Ombre Corte, 2017b.

[11] Russell KING. Southern Europe in the changing global map of migration in Russell King, Gabriella Lazaridis and Charalambos Tsardanidis (eds.) *Eldorado or Fortress? Migration in Southern Europe*. Basingstoke: Macmillan, 2000, pp. 1-26.

[12] INEA, *Indagine sull'impiego degli immigrati in agricoltura in italia. 2012*. Roma: INEA, 2014.

[13] Jean Pierre BERLAN, "La agricultura y el mercado de trabajo ¿Una California para Europa?". *Agricultura y Sociedad*. Madrid, 42, pp. 233-245, 1987.

[14] Gennaro AVALLONE, "Migraciones y agricultura en Europa del Sur: Emergencia de un nuevo proletariado internacional". *Migraciones internacionales*. Madrid, 27, pp. 137-169, 2014;

[15] Gennaro AVALLONE. Introduzione. Rompere la colonialità. Razzismo, migrazioni ed islamofobia nella prospettiva decoloniale. En: Ramón Grosfoguel, *Rompere la colonialità. Razzismo, islamofobia, migrazioni nella prospettiva decoloniale*. Milano-Udine: Mimesis, 2017c, pp. 7-24.

[16] Giuseppe SCIORTINO, "Vent'anni di immigrazioni irregolari". *Il Mulino*. Bologna, 6: 1033-1043, nov./dic. 2006.

[17] https://goo.gl/G6KvuA [Consultato il 13 luglio 2017].

[18] Antonio IZQUIERDO. *La inmigración inesperada*. Madrid: Trota, 1996; Ana LÓPEZ-SALA. "Managing Uncertainty. Immigration Policies in Spain during Economic Recession (2008-2011)". *Migraciones Internacionales*. Tijuana, 7(2): 39-69, 2013.

[19] Juan Antonio MÁRQUEZ DOMÍNGUEZ, Mercedes GORDO MÁRQUEZ e Francisco Javier GARCÍA DELGADO. "Temporary "contracts in origin" as policy to control immigration in Spain: the "Huelva model"". *Cahiers de l'Urmis*. Nice e Parigi, 12:1-19, giugno 2009.

[20] Franck DÜVELL, "Paths into Irregularity: The Legal and Political Construction of Irregular Migration". *European Journal of Migration and Law*. Boston, 13: 275-295, 2011; Alicia REIGADA OLAIZOLA. "Más allá del discurso sobre la 'inmigración ordenada': Contratación en origen y feminización del trabajo en el cultivo de la fresa en Andalucía". *Política y Sociedad*. Madrid, 49 (1): 103–22, 2012.

[21] Enrica RIGO. *Europa di confine. Trasformazioni della cittadinanza nell'Unione allargata*. Roma: Meltemi, 2007.

[22] Charambolos KASIMIS. "Socio-demographic imbalances in rural Europe and international mobility to rural areas: the case of Greece". *Przeglad Socjologizny*. Lodz, 59(2): 57-77, 2010; Alberto VEIRA, Mikolaj STANEK e Lorenzo Cachón. "Los determinantes de la concentración étnica en el mercado laboral español". *Revista Internacional de Sociología*. Córdoba, 69(1): 219-242, 2011.

[23] Francesco CARUSO. Fragole Amare: Lo Sfruttamento Del Bracciantato Migrante Nella Provincia Di Huelva. In: FLAI-CGIL (ed.) *Agromafie E Caporalato - Terzo Rapporto*. Roma: Ediesse, 2016, p. 265.

[24] Mercedes GORDO MÁRQUEZ. "La Contratación En Origen de Rumanos Para Actividades Agrícolas de Temporada En España". *Cuadernos de Geografía*. Granada, 84: 237–62, 2008.

[25] Ana LÓPEZ-SALA. "Induced Circularity for Selective Workers. The Case of Seasonal Labor Mobility Schemes in the Spanish Agriculture". *Arbor*. Madrid, 192 (777): 1–12, 2016b.

[26] Emmanuelle HELLIO. "Importer des femmes pour exporter des fraises (Huelva)". *Études Rurales*. Paris, 182: 185–200, 2008.

[27] Alicia REIGADA OLAIZOLA, 2012.

[28] Estrella GUALDA CABALLERO, 2012.

[29] Alicia REIGADA OLAIZOLA, 2012.

[30] Juana MORENO NIETO. "Movilidad transnacional, trabajo y género: temporeras marroquíes en la agricultura onubense." *Política y Sociedad*. Madrid, 49 (1): 123–40; 2012; Estrella GUALDA CABALLERO, 2012; Alicia REIGADA OLAIZOLA, 2012.

[31] Mercedes GORDO MÁRQUEZ, Juan Antonio MÁRQUEZ DOMÍNGUEZ y José DÍAZ DIEGO. La Magnitud Y Evolución Del Contingente En España. Las Actividades Agrícolas. En: Juan Antonio Márquez Domínguez (ed.) *Jornaleros Extranjeros En España. El Contingente Agrícola de Temporada Como Política de Control de Los Flujos migratorios*. Huelva: Universidad de Huelva, 2014, pp. 246–77.

[32] Emmanuelle HELLIO. "We Don't Have Women in Boxes". Channeling Seasonal Mobility of Female Farmworkers between Morocco and Andalusia. In: Jörg Gertel and Sarah Ruth Sippel (ed.) *Seasonal Workers in Mediterranean Agriculture. The Social Costs of Eating Fresh*. Abingdon e New York: Routledge, 2014, pp. 141–57.

[33] Alicia REIGADA OLAIZOLA, 2017.

[34] Alicia REIGADA OLAIZOLA, 2012, p.108.

[35] Mercedes GORDO MÁRQUEZ, Juan Antonio MÁRQUEZ DOMÍNGUEZ e José DÍAZ DIEGO, 2014.

[36] Mercedes GORDO MÁRQUEZ, Juan Antonio MÁRQUEZ DOMÍNGUEZ e José DÍAZ DIEGO, 2014.

[37] Ana LÓPEZ-SALA, 2016b.

[38] Mercedes GORDO MÁRQUEZ, Juan Antonio MÁRQUEZ DOMÍNGUEZ e José DÍAZ DIEGO, 2014.
[39] Francesco CARUSO, 2016, p. 256.
[40] Alicia REIGADA OLAIZOLA, 2012, p.108.
[41] Mercedes GORDO MÁRQUEZ, 2008.
[42] Ana LÓPEZ-SALA, 2016b.
[43] Juana MORENO NIETO, 2012.
[44] Emmanuelle HELLIO, 2014.
[45] Se compariamo questo dato con quello del 2003, quando 95 lavoratori furono reclutati da ANAPEC come test pilota e meno del 10% di essi tornarono, come evidenziato in Emmanuelle HELLIO, 2014.
[46] Francesco CARUSO, 2016, p. 256.
[47] Estrella GUALDA CABALLERO, 2012, p.635.
[48] LÓPEZ-SALA, 2016a.
[49] Israel MACÍAS LLAGA, Juan Antonio MÁRQUEZ DOMÍNGUEZ e José Manuel JURADO ALMONTE, 2016.
[50] Emmanuelle HELLIO, 2014, p. 151.
[51] Franceso CARUSO, 2016.
[52] MEDICI PER I DIRITTI UMANI. *Terraingiusta. Rapporto sulle condizioni di vita e di lavoro dei braccianti stranieri in agricoltura*. Roma e Firenze: MEDU, 2015.
[53] Gennaro AVALLONE, 2017b.
[54] ISTAT. *Economia non osservata nei conti nazionali*. Roma: ISTAT, 2016.
[55] Gennaro AVALLONE, 2017a; Gennaro AVALLONE, 2017b.
[56] Simón IZCARA PALACIOS. "La situación sociolaboral de los migrantes internacionales en la agricultura: irregularidad laboral y aislamiento social". *Estudios Sociales*. Hermosillo, 17(33), pp. 83-110, 2009; Charalambos KASIMIS. "Survival and expansion: migrants in Greek rural regions". *Population Space and Place*. Hoboken, 14 (6): 511-524, 2008; Gennaro AVALLONE. "El campo neoliberal y su crisis. Agricultura, sociedad local y migraciones en la Europa del Sur". *Encrucijadas*. Salamanca, 6: 39-55, 2013; Domenico PERROTTA. "Ben oltre lo sfruttamento: lavorare da migranti in agricoltura". *Il Mulino*, Bologna, 1: 29-37, 2014.
[57] Gennaro AVALLONE, 2017a; Nick DINES e Enrica RIGO, 2015.
[58] Yoan MOLINERO GERBEAU e Gennaro AVALLONE, 2016.
[59] Mercedes GORDO MÁRQUEZ, Juan Antonio MÁRQUEZ DOMÍNGUEZ e José DÍAZ DIEGO, 2014.
[60] Mercedes GORDO MÁRQUEZ, Juan Antonio MÁRQUEZ DOMÍNGUEZ e José DÍAZ DIEGO, 2014; Ana LÓPEZ SALA, 2016b.

[61] Carlo COLLLOCA e Alessandra CORRADO. *La Globalizzazione Delle Campagne. Migranti E Società Rurali Nel Sud Italia*. Milano: FrancoAngeli, 2013.
[62] AMNESTY INTERNATIONAL. *Volevamo braccia e sono arrivati uomini. Sfruttamento lavorativo dei braccianti agricoli migranti in Italia*. Londra: Amnesty International, 2012.
[63] Olga ACHÓN. "Importing Foreign Labor and Human Rights Deprivation: The Case of the Catalonian Agricultural Union Unió de Pagesos". *The International Journal of Interdisciplinary Social Sciences*. Champaign, 6: 1–11, p. 2, 2011.
[64] Frédéric DÉCOSSE. Persistent unfree labour in French intensive agriculture: A historical overview of the "OFII" temporary farmworkers program. In: Alessandra Corrado, Carlos De Castro e Domenico Perrotta (ed.) *Migration and Agriculture Mobility and Change in the Mediterranean Area.* Abingdon e New York: Routledge, 2017, pp. 183.197, p.186.
[65] Olga ACHÓN, 2011, p.2.
[66] Jason W. MOORE, 2015.
[67] Nick DINES e Enrica RIGO. Postcolonial Citizenships and the 'Refugeeization' of the Workforce: Migrant Agricultural Labor in the Italian Mezzogiorno. In: Sandra Ponzanesi and Gianmaria Colpani (ed.) *Postcolonial Transitions in Europe Contexts, Practices and Politics*. Londra: Rowman & Littlefield International, 2015, p.436.
[68] Stephen CASTLES. "Guestworkers in Europe: A Resurrection?". *International Migration Review*. Hoboken, 40 (4): 741–66, 2006.

Recebido em 01/08/2017
Aprovado em 05/11/2017

Estrategias migratorias en la migración circular y su retorno: producción, reproducción y reconocimiento

Núria Morelló Calafell
Universidad de Barcelona

Resumen: En este trabajo se exploran las estrategias migratorias de los grupos domésticos transnacionales participantes en un programa de contratación en origen y codesarrollo entre España y Colombia. Concretamente, se estudia etnográficamente una experiencia de migración circular caracterizada por ser un tipo de movilidad migratoria controlada por el estado y regulada mediante agencias. Para este caso, este programa de reclutamiento se aplica mediante un organismo sindical agrario, la Unió de Pagesos, que se ha encargado de suministrar mano de obra colombiana en la agricultura intensiva de Catalunya entre los años 2000 y 2014. Por lo tanto, se trata de una experiencia que se inicia en un período de crecimiento económico y finaliza durante la crisis financiera. En el texto se hace hincapié en la parte "oculta" sobre la que descansa el proceso circular y se centra en explorar el doble movimiento de tensión y relación continua entre los aspectos materiales, reproductivos y de cuidados (distribución) y los aspectos de estatus y significación (reconocimiento) presentes en los proyectos migratorios transnacionales de varios grupos domésticos estudiados en Colombia.
PALABRAS CLAVE: Migración circular - Estrategias migratorias - Remesas y reconocimiento.

Resumo: Este artigo analisa estratégias de migração dos grupos domésticos transnacionais, que participam de um programa de recrutamento na fonte e de codesenvolvimento entre Espanha e Colômbia. Estuda, especialmente, a experiência etnográfica migrtória circular caracterizada como um tipo de estado de mobilidade migratória controlada e regulada por agências. Nesse caso, o programa de recrutamento foi implementado por um órgão sindical agrícola: a *Farmers Union,* que foi responsável pelo fornecimento de agricultura intensiva de trabalho colombiano na Catalunha, entre 2000 e 2014. É, portanto, uma experiência que começa em um período de crescimento econômico e termina durante a crise financeira. O texto enfatiza a parte "escondida" sobre a qual repousa o processo circular e se concentra em explorar o duplo movimento de tensão e relação contínua entre os materiais, aspectos reprodutivos e de cuidados (distribuição) e aspectos do estatuto e significância (reconhecimento), presentes em projetos de migração transnacional de vários grupos domésticos estudados na Colômbia.
PALAVRAS-CHAVE: Migração circular - Estratégias de migração - Remessas e reconhecimento.

Abstract: This paper explores the migratory strategies of transnational domestic groups participating in a contracting program in origin and co-development between Spain and Colombia. Specifically, an experience of circular migration is ethnographically characterized by being a type of migratory mobility controlled by the state and regulated by agencies. In this case, this recruitment program is implemented through an agrarian union organization, Unió de Pagesos, which has been in charge of supplying Colombian labor in the intensive agriculture of Catalonia between the years 2000 and 2014. The experience started in a period of economic

growth and ended up during the financial crisis. The text emphasizes the "hidden" part on which the circular process rests and focuses on exploring the double movement of tension and continuous relationship between material, reproductive and care aspects (distribution), and aspects of status and significance (recognition) present in the transnational migratory projects of several domestic groups studied in Colombia.
KEYWORDS: Circular migration - Migration strategies - Remittances and recognition.

Introducción

Últimamente, y a tenor de la crisis financiera iniciada en 2008, parte de los estudios migratorios se han inclinado por analizar los efectos de ésta en los procesos de migración, así como los fenómenos de cambio en las estrategias migratorias, las modificaciones en el mercado laboral de destinación emigrante (principalmente la construcción, el sector servicios, el sector de empleo doméstico y la agricultura) o la aparición de nuevas movilidades y procesos de retorno. Es decir, la adaptación a unas nuevas reglas del juego económico y político que ha afectado notablemente a las poblaciones migradas en Europa y que ha significado la aparición de nuevos fenómenos de alcance transnacional.

Sin embargo, el objetivo de este trabajo es tratar la migración circular desde las estrategias de reproducción social transnacional[1] de los grupos domésticos participantes en un programa de reclutamiento de mano de obra en específico que se inició durante la etapa de crecimiento económico en el Estado Español (2000) y que concluyó durante los años posteriores a la crisis económica (2012-2014).

Dicho programa se encuadra en la definición de migración circular[2], la cual se entiende en relación al retorno hacia el lugar de origen. Además, en el seno de instituciones como la Comisión Europea, se define como "una forma de migración que se gestiona de una manera que hace posible un cierto grado de movilidad legal entre dos países, en uno y otro sentido"[3]. Sin embargo, orientaciones teóricas más críticas consideran este tipo de movilidad en base a la restricción y el control del movimiento de personas, ya sea a nivel de movilidad geográfica, como de entrada en los mercados laborales de destinación. Varios autores[4] han resaltado el hermanamiento de la migración circular con experiencias de intercambio de mano de obra como el "Programa Bracero" implementado en los años 60 entre México y Estados Unidos, o los programas de "trabajadores invitados", bajo los cuales los países del sur de Europa suministraron mano de obra masculina para la reconstrucción de algunos países europeos fuertemente destruidos después de la Segunda Guerra Mundial como Francia, Alemania, Suiza o Austria[5].

Concretamente, los grupos domésticos migrantes colombianos objeto de investigación etnográfica han participado en un programa de contratación de mano

de obra para las actividades de recolección agrícola, almacenamiento y procesamiento de fruta dulce promovido por un sindicato de pequeños y medianos agricultores, la Unió de Pagesos, en Catalunya (Estado español). Éste se caracteriza por la contratación de temporada y la aplicación de un programa de codesarrollo con los países de donde provienen las personas trabajadoras, definido como modelo MLTC (Migración Laboral Temporal y Circular)[6].

Dicho programa se implementó en las zonas de agricultura intensiva catalana caracterizada por pequeñas y medianas explotaciones de carácter familiar, que vieron crecer la demanda de mano de obra en los momentos de la recolección desde los años 80 del siglo XX[7]. Paralelamente a ello, éstas enfrentaban una crisis de reproducción social al ver incrementar los niveles de endeudamiento de las explotaciones para innovar y mantenerse competitivas ante las demandas de un mercado europeo cada vez más exigente[8]. Ante el incremento de los costos de producción, el acceso a trabajo asalariado externo al grupo familiar y en calidad de mano de obra barata, permitió sustentar una actividad económica cada vez más industrializada.

De este modo, varias oleadas de jornaleros y temporeros inmigrantes provenientes del África Negra y del Magreb suplieron las necesidades de un sistema de trabajo caracterizado por la combinación de trabajo en condiciones de legalidad, pero también en condiciones de contratación ilegal. Después de varios episodios de huelgas en los años 90 y el año 2000, y ante la negativa del Estado español de regularizar a buena parte de los trabajadores del campo así como de las bolsas de trabajadores inmigrantes en situación irregular, se impuso un programa de suministro de mano de obra basado en la migración circular. Éste dirigió sus miras hacia trabajadores de Latinoamérica, específicamente Colombia, y Europa del Este para realizar las tareas del campo.

Bajo este nuevo formato de regulación y control migratorio conocido como contratación en origen, es el Estado Español quien decide los cupos de trabajadores extranjeros que cada sector económico necesita. Con la aplicación de este tipo de programas quedó instaurada una política de regulación de flujos mediante convenios bilaterales entre países[9] con el objetivo de establecer una cultura de la regularidad migratoria[10]. Concretamente, para el sector agrícola de Lleida este nuevo tipo de contratación, ha ocupado desde el año 2000 a más de 7000 trabajadores en el sector agrícola, siendo el año 2007 el año con más contratación[11], con un 70% de personas de Europa del Este y con un 70% de contratación de hombres y un 30% de mujeres [12]. No obstante, en 2010 bajaba el cupo para contratación en origen a 638 trabajadores. Durante el transcurso de la investigación en 2013 se estaban contratando en origen unas 500 personas.[13]

Sin embargo, el aspecto que resulta de interés es la naturaleza jurídica y normativa de la migración circular y como ésta condiciona las estrategias de reproducción social transnacional de las personas contratadas mediante este tipo de programas.

La contratación en origen es una modalidad de contratación en que el trabajador firma el contrato en su país de origen y se compromete al retorno una vez finalizada la temporada. La circularidad viene dada por la opción de ser contratado otra vez para la siguiente temporada, siempre que el empresario lo requiera otra vez, que se haya registrado el retorno y que el Estado conceda el cupo. Son varios los estudios que indican como esta fórmula de suministro de mano de obra conlleva un control y disciplinamiento de la mano de obra sin precedentes[14] puesto que condiciona la relación social y laboral entre empresarios, trabajadores y organismos intermediarios al retorno y despoja a los trabajadores de sus derechos laborales, por la sujeción del contrato a la circularidad. Es decir, si la persona trabajadora desea seguir siendo contratada para la siguiente temporada debe obedecer las normativas, evitar exigir derechos laborales, no ocasionar conflictos o permanecer en el régimen de circularidad. De este modo, el condicionante del retorno, la aceptación de la disciplina laboral y la posibilidad de ver el programa como la "puerta de entrada a Europa" permean constantemente las decisiones migratorias de los grupos domésticos transnacionales implicados. Se trata de la decisión de permanecer en el programa y regresar anualmente en origen o de instalarse en el país de destinación y desertar del programa. Ambas opciones están presentes en la consecución de sus proyectos de vida integrados en la migración circular.

Migración circular y reproducción social transnacional en el programa de la Unió de Pagesos

El análisis de las estrategias migratorias de las personas participantes en el programa de Migración Laboral Temporal y Circular (MLTC) de la Unió de Pagesos, así como el despliegue mismo del programa en un país de origen, fueron objeto de estudio etnográfico durante los años 2012-2013[15]. Éste se llevó a cabo en Colombia, país dónde se realizó la prueba piloto del programa en el año 1999 y que en 2012 llevaba más años suministrando mano de obra.

A grandes rasgos, el estudio doctoral se centró en las prácticas de las personas inmigrantes y sus redes, así como los discursos y las prácticas de las instituciones involucradas en el proceso de migración circular. De este modo, se focalizó en los agentes intermediarios extraterritoriales –organismo reclutador y ONGs-, agentes locales -alcaldías y organizaciones campesinas- participantes en los procesos de contratación y codesarrollo, los proyectos de vida de los grupos domésticos con experiencia en la migración circular y el papel de las personas "inmóviles", en dos

zonas de contratación del suroccidente colombiano (Sur del Valle del Cauca - Norte del Cauca y Nariño). Principalmente el estudio perseguía dos preguntas fundamentales. La primera relacionada con la posible vinculación del programa con procesos de informalidad e ilegalidad en el reclutamiento de personas y su

lucro. La segunda, ahondaba en los usos de las remesas (familiares y sociales) en las redes de parentesco y los agentes locales y se interrogaba por la aparición de nuevas formas de diferenciación social y grupos de poder locales con prestigio acumulado gracias al proceso migratorio.

La inmersión etnográfica se llevó a cabo desde marzo de 2012 a julio de 2013 y se aplicaron técnicas cualitativas de análisis. Durante ésta se realizó observación participante conviviendo en los hogares con experiencia transnacional y observando de cerca los distintos momentos de la migración circular (llamada para la siguiente campaña, partida hacia Europa, la vida sin la persona temporera, y su retorno). En total se documentaron 6 experiencias familiares en base a trayectorias laborales de los miembros del grupo doméstico, sus proyectos de vida y la historia del grupo en relación al significado de la migración y la historia de la región. También, se participó en las actividades de las organizaciones locales a las cuales pertenecían dichos grupos y se observó la actividad de la Unió de Pagesos (organismo reclutador) y sus ONG colaboradoras. Finalmente, se realizaron 35 entrevistas a agentes sociales, poder local, asociaciones campesinas, ONGs y personas temporeras.

En este sentido y preguntándonos por los efectos locales de esta relación transnacional y las estrategias migratorias en la migración circular el estudio mira desde dos posiciones. La primera, desde la posición de quién no experimenta la movilidad pero que forma parte del campo social transnacional. Es decir, las personas que residen en origen, reciben remesa, renegocian la organización del cuidado y mantienen vínculos constantes con las personas que migran. La segunda, desde la experiencia de quienes experimentan la movilidad y regresan cada año. Ésta ahonda en su rol como persona que proporciona los recursos salariales en el hogar y que propulsa cambios a nivel material y de bienestar colectivo.

Bajo esta ubicación en la relación de transnacionalidad, una de las principales preguntas que el trabajo de campo nos sugiere es hasta qué punto se cumplen los requisitos y las normativas del programa. A pesar de que según un estudio de 2007[16] el programa de la Unió de Pagesos presentaba un 5% de deserciones, las experiencias documentadas nos muestran que la decisión de permanecer en el programa o establecerse en destinación está presente constantemente en las negociaciones de los proyectos migratorios en la circularidad del programa.
Y en este punto nos surgen otros interrogantes que se intentan poner en debate:

- ¿Qué tipo de estrategias ponen en marcha estos grupos en la circularidad?
- ¿Qué lugar toman lo material, los cuidados y lo reproductivo (distributivo) y el estatus (reconocimiento) en los proyectos de vida migratorios? ¿Cómo condicionan las decisiones y las estrategias migratorias?
- ¿Modifica la crisis estas estrategias migratorias?

Para analizar estos aspectos, el estudio toma una perspectiva feminista basada en la óptica de la reproducción social aplicada a las migraciones, y para este caso a las migraciones circulares. Entendiendo por reproducción social cómo las sociedades y los grupos sociales se reproducen a sí mismos, aquí tomamos una perspectiva que la concibe como un todo articulado en las distintas formas de integración económica (producción, distribución y consumo)[17] y también en sus diferentes desgloses: 1) reproducción social como condición de la reproducción de las condiciones de producción social en su totalidad; 2) la reproducción de la fuerza de trabajo (mantenimiento cotidiano de las personas trabajadoras); y 3) reproducción biológica[18]. Además, en este trabajo se opta por tomar una perspectiva que transcienda en analizar la reproducción social más allá del enclaustramiento doméstico de las mujeres y la dicotomía producción-reproducción.

Al respecto, como indica Kofman,[19] la noción de reproducción social nos ayuda a comprender mejor los circuitos migratorios donde se vincula el mundo laboral y las llamadas familias transnacionales. En la misma línea otras autoras como Herrera[20] se refieren a la noción de reproducción social transnacional, para referirse a la organización y circulación de los cuidados a nivel transnacional de una manera no unidireccional (crisis en destinación por la entrada de la mujer occidental de clase media al mercado de trabajo, que queda ocupada por una mujer inmigrante, que a su vez delega los cuidados en origen a otra mujer) y a las distintas formas de movilidad laboral de los miembros de los grupos domésticos latinoamericanas como consecuencia de las crisis. Es decir, las estrategias migratorias cambiantes en la crisis que negocian entre retornar, permanecer o migrar a otro destino, las cuales aparecen sujetas a desigualdades estructurales y se transforman constantemente.

Para el caso que nos ocupa los proyectos de vida de los grupos domésticos en la circularidad no difieren mucho de las migraciones de asentamiento en destino. El objetivo recae en la obtención de vivienda, garantizar la educación superior a los hijos como estrategia de movilidad social, mandar remesas para manutención diaria a las personas en origen y, en algunos casos, capitalizar los ahorros en un pequeño negocio. No obstante, la obligación permanente al retorno que conlleva la migración circular, obliga a los proyectos de vida a dirigir el punto de mira de la

estrategia de reproducción social en origen, a pesar de contemplar la opción de modificar y quedarse en destino. Además, los casos que se van a mostrar a continuación se deben ubicar en la conexión transnacional entre dos territorios y dos crisis de reproducción social. La primera, la de los grupos domésticos campesinos colombianos de origen muy humilde y rural, ubicados en zonas excluidas de Colombia, y reclutados por agentes intermediarios europeos. La

segunda, la de la explotación agraria catalana, la cual para mantenerse viable en el mercado europeo y superar los costes de su endeudamiento debe nutrirse de mano de obra muy barata en condiciones de disponibilidad, disciplina y despojada de derechos. Es decir, el sostenimiento de las explotaciones agrarias y el problema de la agricultura mediterránea aparecen en estrecha relación con las estrategias de reproducción social y de sostenimiento de los proyectos de vida de los grupos domésticos participantes en el programa.

Experiencias de migración circular en el suroccidente colombiano

A continuación se van a exponer 3 experiencias documentadas durante el proceso de investigación y analizadas en el proyecto de tesis de doctorado. Éstas forman parte de uno de los dos estudios de caso comparados en el proyecto doctoral.
Antes continuar, se debe destacar como la entrada de los reclutadores se hizo a través de la movilización de organizaciones campesinas locales como socios que proporcionaban sus miembros en el proceso de selección. Esto significa que el programa de la Unió de Pagesos se planteaba como una intervención social con poblaciones desfavorecidas. Por este motivo, los procesos de selección se hicieron mediante un programa social que perseguía como objetivo la contratación de población de bajos recursos y campesina, que estuviera previamente asociada a organizaciones y con compromisos y liderazgos en el seno de éstas. Este hecho debía garantizar el retorno de las personas contratadas y estimular la inversión de su remesa en origen. Tal proceso se hizo contactando con organizaciones locales ya establecidas en el territorio que trabajaran específicamente temas de desarrollo rural o de intervención social con poblaciones víctimas del conflicto armado.

Los casos que son objeto de exposición en este trabajo se ubican en la llamada "Gran región" del Norte del Cauca-Sur del Valle, caracterizada por la expansión del monocultivo de la caña azucarera desde los años 70 con el posterior despojo de las poblaciones campesinas (afrodescendentes e indígenas) de sus tierras las cuales se vieron arrastradas a un proceso de asalarización y descampesinización, que las convierte en reservas de mano de obra para la industria cañera y los servicios domésticos de la capital, Cali[21]. Más recientemente, y como consecuencia de su ubicación en la área expansiva de Cali, algunos de los municipios agrícolas de la región se han convertido en sus pueblos dormitorio[22].

El reconocimiento local y roles de género en la migración femenina.

El primer caso analizado etnográficamente se ubica en un municipio del Valle del Cauca, Palmira, situado a escasos Km de su capital Cali. Se trata de un proceso de contratación colectiva en una ecoaldea gestionada por mujeres asociadas entorno a una organización: la OMUCH (Organización de Mujeres Cabeza de Hogar)[23]. El proyecto de ecoaldea fue promovido por su flamante presidenta, una abogada

feminista de la clase alta de Cali, con el objetivo de albergar a mujeres víctimas de violencia machista, víctimas del conflicto armado y madres solteras. El proyecto se inició en el año 2002 y consistía en un proyecto de vivienda colectiva de 88 mujeres cabeza de hogar que vivían en 40 casas de autoconstrucción con materiales reciclados ubicadas en una finca propiedad de la asociación. Además, el proyecto estaba organizado alrededor de 8 núcleos productivos formados por distintos hogares que trabajaban conjuntamente en su seno.

En 2006 OMUCH fue escogida para entrar en el proceso de selección de la Unió de Pagesos y se seleccionó un cupo de 42 personas (34 mujeres y 8 hombres) gracias a estar asociados y vivir en la ciudadela ecológica. Una de las motivaciones principales de la participación en el programa de contratación fue la estrategia colectiva de obtención de recursos financieros para construir infraestructuras en el proyecto de vivienda. Es decir, del cupo inicial surgió un grupo de 8 mujeres agentes de codesarrollo la cuales, a parte de su proyecto migratorio personal, viajaban con el compromiso de diseñar un proyecto de codesarrollo para su comunidad.

Si bien en el momento de la inmersión etnográfica la experiencia era considerada como modélica por parte del sindicato, y gozaba de dos proyectos de codesarrollo finalizados (una planta potabilizadora de agua que suministraba toda la ecoaldea y un proyecto de cría de codornices para vender los huevos del cual vivían 6 hogares), existía un sabor amargo con todo el proceso migratorio. La experiencia de migración circular duró poco. En el primer viaje el dilema de quedarse o retornar condicionó la experiencia y desertaron 11 mujeres del cupo. A pesar del compromiso moral del retorno y la necesidad de conseguir fondos colectivos, las estrategias de algunas temporeras priorizaron establecerse en Europa y salir del programa. Al año siguiente, el cupo fue castigado, disminuyó en su contratación y algunas de las temporeras jugaron roles de vigilantes para garantizar la obtención de los fondos:

> Porque hubo empresas que nos dijeron quédense y les damos el alojamiento, y se los pagamos y uno dice: -"ay yo tan boba no me quede, me vine para acá y no me volvieron a llevar" Y empieza uno a ver que las compañeras que se quedaron llegaron hace poquito a comprar su casa, están viviendo bien,

> tienen un buen trabajo allá y algunas hasta se casaron y ya mandaron por la familia. (…). Pero uno por cumplirles… primero por cumplirle a la asociación. Porque era el pacto que habíamos hecho: bueno volvemos y no hacer quedar mal la asociación. Y segundo, porque teníamos la capacidad de que bueno listo, llegamos a Colombia, estamos con la familia y volvemos a trabajar. Entonces, todo en regla, todo normal, pero sí fue muy frustrante ver que no cumplieron en lo que se había pactado en un momento, fue muy duro (…) nosotras luchamos totalmente. Íbamos a todas partes a tocar puertas a la alcaldía, a la gobernación, a toda parte para que nos colaboraran,
>
> pues que nos dieran la plata de la contrapartida, cuando por fin logramos tener la plata de la contrapartida… nos portamos súper bien. Y luego que nos digan: -"No, pues no se les puede llevar a ustedes, pero vamos a llevar hombres… ¡No! [24]
> Yo le dije doctora esto no puede seguir pasando se nos va la gente, (…) hay que tener una norma que la cumplan, porque ella nos hizo firmar la letra (…) había un compromiso más grande, que era la vivienda. Entonces la Doctora tomó la determinación de que quienes se quedaran allá se les quitara la vivienda. (…). Fue la acción más radical y la mejor porque, yo le digo a la doctora, porque la vergüenza la pasábamos nosotros, que la pasamos por aquellos que se quedaron.[25]

Los dos fragmentos expresan elementos importantes que nos muestran la perversidad y el chantaje implícito en este sistema. El primero recae en la obligación moral de no fugarse y el segundo en el hecho de ser reservas de trabajo, sustituibles e intercambiables. Estar involucrada en el proyecto y a comprometerse con una obligación moral de responder, no quedarse y aportar recursos a la comunidad, puso en una situación de tensión a las temporeras que ejercían más liderazgo y que habían sido escogidas para ello. Cuando hubo gente que empezó a quedarse, tuvieron miedo a que les cortaran la oportunidad no sólo a ellas a nivel individual, sino al proyecto que se había planificado. Este hecho les llevo a priorizar el interés común y el compromiso adquirido –se mantuvieron fieles al programa- por encima de los derechos de movilidad geográfica de las personas. En 2009 el cupo había disminuido a 6 temporeras –las que tenían algún proyecto comunitario entre manos-. Estas temporeras se vieron afectadas por la disminución de la demanda de mano de obra femenina colombiana para los trabajos de almacenes, la cual fue sustituida por trabajadoras de Europa del Este. Posteriormente, en el 2010, llegó un cupo para 6 hombres.

Por otro lado, y en relación a las estrategias de reproducción social transnacional encontramos casos de cambios y negociaciones constantes en el seno de los hogares y, gracias a la obtención de los recursos algunas de las temporeras consiguieron ciertas cuotas de reconocimiento al ejercer un rol importante en la

comunidad y en sus mismos hogares. Por ejemplo Andrea, una temporera de 32 años, tuvo que negociar constantemente el proyecto migratorio con su marido. Su experiencia nos muestra distintos momentos en establecer quien emigra, y como se negocian los roles de género en la migración:

> Yo viví mucho tiempo como así de mi esposo, y cuando yo me fui a España te digo que cambié totalmente. Abrí como los ojos al mundo y yo dije soy mujer, yo valgo. Porque en mi caso particular, mi esposo me decía, no usted ¿qué va a hacer por allá?, ¿qué va a hacer?, ¿a qué la van a llevar a trabajar? Usted no es capaz, que no sé qué… Volví siendo una persona totalmente distinta, ya no dependía de mi mamá, ya no dependía de mi
>
> papá, ya mi esposo… ¡Ya no me grite! Porque si me gritaba, yo ya me le paraba. Y decía, ¡ay! en el momento en que él me tire, yo creo que yo me defiendo. Entonces, ya no era esa esa posición de mujer sumisa, que tenía cuando me había ido, sino de mujer bien parada y que sabe qué quiere y para dónde va.[26]

Andrea fue seleccionada el primer año y viajó en 2 ocasiones. Consiguió los recursos para la planta potabilitzadora y luego no la llamaron más. Durante éstos dos años renegoció el cuidado con su madre, quien asumió la custodia de las hijas, para prevenirse de posibles denuncias por abandono, muy comunes hacia madres solteras o mujeres que se divorcian. Posteriormente, su marido fue movilizado para trabajar y tuvieron que renegociar el proyecto.

La particularidad de su caso se refleja en lo siguiente: con el cambio de demanda de mujeres a hombres le salió la oportunidad a su marido y ella le aconsejó. Afirma que se cambiaron los papeles. Primeramente, se anunció que había cupo para 11 hombres y ella avisó a su esposo. Se vieron obligados a pensarlo y discutirlo, pues él tenía trabajo y la duda era que a la siguiente temporada no lo volvieran a contratar. Es decir, que perdiera el trabajo en Colombia, que emigrara a España con la ilusión de que volvieran a llamarlo, regresar y no tener trabajo y que finalmente no lo volvieran a reclutar. Ella lo invitó a arriesgarse y probar. En 2012 él llevaba ya 5 temporadas viajando. Habían comprado una casa, estaban pagando los estudios de sus hijas. Ella estudiaba y se encargaba de los cuidados de sus dos hijas en el proyecto de futuro de la pareja y trabajaba a nivel comunitario en el proyecto de la ecoaldea.

Al igual que Andrea, Luz Marina era una trabajadora agrícola de 35 años, estaba casada y en su casa tenían finca, en la cual trabajaban criando animales conjuntamente con su esposo y su suegra. Gracias a los dos miembros de su hogar pudo organizarse el proyecto migratorio. Su suegra era quien le gestionaba la remesa, le ahorraba una parte y cuidaba a sus hijos. De este modo, el primer año invirtió el dinero en "costos de la casa", hizo una inversión en animales y guardó

para el próximo viaje. Su experiencia migratoria se caracteriza también por una reorganización de la estrategia del trabajo reproductivo, después de la separación de su segundo esposo. Mientras ella trabajaba en Europa, su hija y su hijo se quedaban en casa de la abuela paterna (que era a su vez la abuela de crianza de su hija), cuando ella regresaba la hija convivía con ella y el hijo con la abuela.

Después de decidir permanecer en la migración circular y ser fiel al programa, pudo constatar los inconvenientes de la temporalidad. La estrategia es combinar las estancias en dos territorios, pero cuando se vuelve permanente es vivido como problemático. La migración circular vive inmersa en una paradoja: la temporalidad se convierte en un tipo de vida permanente y las personas temporeras se quedan "atrapadas" en el campo social transnacional:

> Nosotros pensábamos que la ida y la venidera afectaba a las personas negativamente con su familia, porque cuando usted tiene un contrato muy largo, cuando es largo porque es largo, y cuando es corto porque es corto /…/ Comentábamos que nosotros no teníamos vida allá, ni vida acá. Porqué, por lo menos, las personas que estaban mucho, tanto tiempo, que tenían su pareja, su familia y sus cosas acá, se perdían muchas cosas de las que aquí pasaban, estaban agotadas de tantos años viajando. Pero no podían dejar el ritmo, porque ellos invertían su dinero acá. De pronto en ganado, fincas, en viviendas, por lo menos los hombres. Eso se comunicaba mucho, pero es un estilo de vida que ya todo ser humano se acostumbra a cierto estilo de vida y además uno lo vivía.[27]

Como consecuencia de un conflicto laboral esta temporera decide dejar de viajar. Durante el quinto año de migración circular, tuvo una fuerte discusión con una encargada de la cooperativa agrícola en la cual trabajaba como empacadora. Ante los insultos racistas y el desprecio por su trabajo, se discutió con ella públicamente. Ante la la amenaza de ser regresada a Colombia decidió abandonar el puesto de trabajo. El sacrificio y la pérdida de derechos, que Luz Marina finalmente no aceptó, adquieren una significación de mejora de la vida y de sostenimiento de la reproducción social de los suyos. Con la remesa de 5 años de temporera prestaba a intereses y pagó los estudios de su hija. Compró electrodomésticos, la lavadora y ahorró. Al decidir no viajar más, invirtió en un negocio. Una primera inversión afirma que le fue mal. La segunda, funcionaba en 2012 y Luz Marina llevaba una taberna en Palmira. Sin embargo, el hecho de trabajar para conseguir unos recursos para el proyecto colectivo y garantizar la vivienda en la ecoaldea concentra el simbolismo de la experiencia:

> A nivel personal porque el día que se terminó la planta yo llore, y me acuerdo y me dan ganas de llorar, porque para mí fue algo muy trabajado, fue algo difícil, eh, tantas cosas para poder presentar ese proyecto, me dejo el carro, me tocaba llegar de trabajar a estudiar en la noche para llenar algunos

> formatos que tenía que entregar, preparar la exposición, llamar a Colombia para que me dijeran...entonces a nivel personal si tengo una satisfacción (…) Y lo hicimos. A mí me parece que de todas las luchas más hermosas, una es esa planta. Yo lo veo mucho por ese lado, es que ustedes no van a iniciar solamente estas 44 viviendas que hicieron. Ya vienen las de nosotras, van a ser para nuestros hijos, son muchos beneficios, yo lo veo así (Se emociona y llora).[28]

Durante la inmersión etnográfica el proyecto de vivienda de la ecoaldea se estaba ampliando, y ambas temporeras gozaban de liderazgo y toma de decisiones, a pesar de haber sido fuertemente cuestionadas por impedir las fugas. Su caso nos muestra como gracias a gestionar las remesas y los recursos sociales de la migración

obtuvieron reconocimiento y confianza posterior el proceso: eran las chicas de origen humilde que habían vivido el sueño europeo y habían luchado por el proyecto de vivienda colectiva.

Estrategias colectivas de sustento en la migración circular y diferenciación social en un municipio afrodescendiente

Otra caso observado es el de la familia Mina-Balanta y su hija mayor de 35 años Yolima, como la persona emigrante del grupo. Este grupo doméstico vive en el municipio de Río Verde en el Norte del Cauca y forma parte de las comunidades campesinas afrodescendientes que resisten a la expansión del monocultivo azucarero. Su entrada al programa de migración circular de la Unió de Pagesos fue dada gracias a la pertinencia del padre de Yolima, Don Efraín, a una organización campesina local, beneficiaria de a una ONG de Cali, Paz Campesina, que interviene en el conflicto armado mediante la implementación de programa de promoción de la paz y el desarrollo rural. Como consecuencia de la actividad social y política del padre, la hija pudo entrar en un sorteo que se hizo entre los socios menores de 40 años y sus hijos para participar en el proceso de selección. En total, para esta zona del Norte del Cauca, participaron, desde 2007, 8 asociaciones locales para un cupo total de 40 personas (líderes o descendientes de líderes locales) procedentes de distintos municipios.

La experiencia migratoria de Yolima inició en 2008 y la circularidad estuvo caracterizada por las interrupciones constantes y grandes períodos de espera para ser contratada otra vez. En 2013 había viajado en 5 ocasiones hacia las zonas agroindustriales catalanas y los frutos de su trabajo asalariado en Europa se dejaban entrever en su proyecto migratorio. En su decisión personal de no quedarse en destinación influyeron varios factores, el más trascendente de los cuales la fidelidad al programa y a la asociación campesina de su padre. Como temporera agente de codesarrollo Yolima asumió una responsabilidad muy parecida a la de las chicas de

la ecoaldea: conseguir fondos para un proyecto productivo de plantación de árboles frutales para las pequeñas explotaciones de finca afrocaucana de la organización de su padre. El compromiso moral, el agradecimiento y el rol de responsabilidad con la organización que ejercía su padre, fueron elementos de coerción en generar la estrategia migratoria del proyecto de Yolima.

En relación a ello, cabe destacar que el grupo doméstico en donde ésta pertenece se trata de una familia extensa campesina que funciona como unidad de producción, reproducción y consumo y estaba integrada en una red de intercambios y reciprocidad entre parientes. El grupo está formado por 3 familias nucleares habitando en el mismo espacio: una casa colectiva con pequeña explotación campesina. La primera familia nuclear eran los padres y los dos hijos menores, la segunda el grupo monoparental de Yolima y sus dos hijas pequeña y la

tercera la hermana de Yolima con su hijo de 5 años. Además, las vecinas eran las 3 hermanas del padre y sus maridos e hijos.

Lo que interesa señalar en relación al vínculo entre redistribución y reconocimiento en sus estrategias de reproducción social recae en que formaban una economía doméstica articulada en una estrategia grupal de producción y reproducción campesina, donde el trabajo asalariado transnacional deviene un recurso más en el seno de un grupo doméstico donde se mezclan: trabajo en la finca campesina, pluriempleos, cuidados y formas de intercambio de bienes y servicios entre parientes. Más recientemente, se habían incorporado a esta economía doméstica campesina mixta dos actividades consideradas de más prestigio: el cargo de Don Efraín como concejal de un partido político y la experiencia migratoria internacional de la hija mayor.

En un plano material, con la remesa que enviaba Yolima se priorizó la vivienda y la educación de las hijas. Con estos nuevos recursos construyeron una nueva casa colectiva e invirtieron en la finca, compraron electrodomésticos (televisión y ordenador) y una motocicleta. Además, durante la inmersión etnográfica abrieron un pequeño establecimiento dentro de la casa de comidas, chucherías y cervezas, y, a tenor del último viaje a Europa ya cambiaban los hábitos de consumo hacia las nuevas tecnologías como *tablets* y teléfonos móviles.

Sin embargo, más allá de la redistribución familiar, material y productiva de la remesa, se pudo documentar un plano inmaterial, que nos muestra las significaciones de mejora del grupo y que se expresa en el simbolismo que emana del proceso de enviar y consumir remesas.

En efecto, la vida social y las estrategias de reproducción social de la familia Mina-Balanta estaban intrínsecamente cruzadas por dinámicas de obligaciones y favores,

de reciprocidad y de don y contradón[29] dentro del propio grupo doméstico, así como con sus parientes más cercanos, con sus vecinas, con sus compadres y con sus amistades del mundo organizativo campesino. Y esto significa que el impacto de la migración, el uso de la remesa y el papel de Yolima como persona que ha experimentado el sueño europeo se insertan en esta lógica local. Varios ejemplos nos muestran esta realidad. El primero, la función de la remesa para mantener vínculos y devolver favores. La motocicleta que Yolima regaló a su padre da cuenta de ello:

> La compré y se la regalé para él. Como agradecimiento ya que yo viajé gracias a él. Él era quien tenía que viajar y tenía muchas ganas, él hubiera viajado. Pero por edad no pudo y me lo trasladó a mí. Le regalé la moto porque no pudo viajar. Ahora tiene el objetivo de comprar tierra y un carro.[30]

El segundo, el consumo de la remesa como imbuido en categorías culturales y relaciones sociales. Varias autoras[31] indican como las obligaciones morales y los favores en el seno de las relaciones internas en el grupo doméstico son un elemento clave en la forma en cómo se consumen y utilizan las remesas. Su valor simbólico y los significados que las personas, y comunidades enteras, atribuyen a recibir dinero u objetos enviados desde otro país. Por ejemplo, para Ecuador, Herrera[32] nos describe la importancia ritual y colectiva de las fiestas locales financiadas por personas emigrantes con la intención de preservar los vínculos con su comunidad, y obtener reconocimiento y prestigio. También, el hecho de adentrarse en cambiar los consumos adquiere una dimensión simbólica y cultural sin precedentes para muchas familias y sobre todo, para los hijos de los emigrantes, los cuales pueden mostrar públicamente los vínculos con sus padres que trabajan en el exterior, gracias a los regalos o ropa nueva que adquieren. Además, obtener *tablets*, móviles, aparatos musicales, ropa deportiva o vehículos, implica un significado de ascenso y mejora social, que se interpreta como suntuario.

Un ejemplo se refleja en esta experiencia. Durante la última temporada de Yolima en Catalunya se pudo documentar un momento de devolución del favor y economía del don intrafamiliar, interrelacionado con la economía de los cuidados y el ámbito reproductivo: en julio de 2013 la madre de Yolima, Alhena, sus dos hijas y su sobrino se fueron de vacaciones en un viaje organizado. Estas vacaciones significaban el agradecimiento a su madre por el cuidado de sus hijas:

> Yo por eso pagué las vacaciones. Aquí camellando y una recibe su salario, pude hacer la casa y, pues yo que he tenido la oportunidad de salir y conocer, pues quisiera que ellas también salgan y conozcan (…) Por eso una parte la di para el viaje. Además a mi madre la hacía mucha ilusión viajar la Norte y decidí regalarle el viaje.[33]

Las vacaciones consistían en una ruta de visita a las zonas más turísticas del Norte del país y eran un tipo de turismo de clases populares, las cuales en raras ocasiones pueden pagarse un viaje. Se podría argumentar como que se trata de un uso improductivo de la remesa, un gasto en algo suntuario e innecesario. Sin embargo, se trata de un regalo moral, que suple una ausencia y que refuerza vínculos en la distancia. Lo improductivo y no duradero, constituye un modo de "pagar" o valorar trabajo. Se trata de ese ámbito no mercantil y afectivo, de cuidado. Además de acceso a ocio y conocimiento, algo no accesible para la mayoría. También, se corresponde a un tipo de relación generada por mujeres y entre mujeres, en su colaboración transnacional en una cadena global de trabajo migratorio, dónde el papel de las personas inmóviles en origen es clave para la reproducción social transnacional del grupo.

Y finalmente un tercer elemento: la mejoría y una incipiente diferenciación social. La experiencia migratoria de Yolima (vista como alguien que se "forra en plata y que trae el dinero por costales") y el acceso de Don Efraín al trabajo político de concejal fueron interpretados como un ascenso social que fue "castigado" por las hermanas y el hermano del padre a un boicot en el vecindario rural en el que habitaban. Como indica Lomnitz[34] pertenecer a una red de intercambio o de supervivencia puede suponer un impedimento para la movilidad social y se produce el rechazo del resto del grupo.

En definitiva, la experiencia descrita nos muestra que mediante el uso y el consumo de la remesa tienen lugar significaciones de una tímida diferenciación social gracias al prestigio obtenido por la migración y al manejo de sus remesas sociales. El ideal de mejorar y progresar está presente en los proyectos migratorios y colectivos de éstos grupos bajo lógicas de reciprocidad y de intercambio que permean sus estrategias de reproducción social transnacional.

Conclusiones. Remesas en la migración circular: entre la redistribución y el reconocimiento

A través de este trabajo se han mostrado dos experiencias de caso correspondientes a una de las zonas que fue puesta bajo la lupa del análisis etnográfico. El objetivo recaía en explorar la dinámica de tensión y correlación entre los aspectos materiales, reproductivos y de cuidados (distribución) y los aspectos de prestigio y significación (reconocimiento) existentes en los proyectos migratorios transnacionales y sus usos de las remesas. De este modo, se ha explorado el reconocimiento en origen del rol productivo de las mujeres y su empoderamiento como consecuencia del proceso migratorio. También, los proyectos colectivos de sustento como parte de las estrategias de reproducción social transnacional y cómo todos sus miembros, inclusive las personas inmóviles

forman parte del proyecto, sobretodo en la gestión de las remesas y las tareas de cuidados de las mujeres y familiares en origen.

Mirando desde origen y desde los grupos domésticos migrantes se ha mostrado cómo en las estrategias de reproducción social transnacional no sólo existe una motivación material en las decisiones migratorias y los proyectos futuros de mejora colectiva. Y esto nos ha conducido a adentrarnos en el mundo de las remesas económicas. Autoras como Goldrin[35] nos las dividen en según sus usos y función en familiares, colectivas o empresariales. Para otras, como Levitt[36] (1996) las remesas son las ideas, las prácticas, las identidades y el capital social que se remiten en origen, permean la vida cotidiana, de los y las que están atrás y producen transformaciones sociales. Sea como fuere, son los recursos sociales, económicos y simbólicos obtenidos con el trabajo y los contactos en destino. Esto significa que son el lubricante de estos circuitos y no pueden despegarse de su parte social. Sus

usos y significaciones van más allá de lo material, tienen una dimensión extraeconómica y expresan categorías culturales y de prestigio social.

Paralelamente, y retomando algunas de las cuestiones planteadas en el texto, se han tratado las estrategias migratorias en base a la decisión de si permanecer en el programa y si desertar e intentar instalarse en el territorio de destino. Y se ha mostrado como éstas aparecen fuertemente imbricadas con procesos de reciprocidad, compromisos y constreñimientos locales y laborales, así como de renegociación de cuidados y roles. Sin embargo, el primer caso nos ha mostrado como parte del cupo establecido optó por la deserción. A pesar de que en los dos casos estas mujeres dejaron de ser movilizadas para trabajar y fueron sustituidas por otros grupos de trabajadoras en destino, las posibilidades de ser contratados al año siguiente disminuían. Ante este hecho, se documentaron casos de personas que decidieron salir de la incertidumbre y quedarse, pero también muchas otras que efectuaron el retorno anual. Este hecho nos lleva a sospechar que el efecto de la crisis y el incremento del paro para las poblaciones migrantes, es percibido para las migrantes circulares del programa como un hecho hostil a un nuevo proyecto migratorio en destino. Ante ello reúsan quedarse. Esta tensión se incrementa en los últimos años del programa, aunque las decisiones migratorias y los proyectos de reproducción social transnacional siguen las mismas tensiones y negociaciones previas a la crisis, ya que en su mayoría están planteados como proyectos migratorios de duración temporal y en miras a los usos de la remesa en origen.

Los casos nos han mostrado cómo en la redistribución de las remesas entran en juego elementos como las lógicas del cuidado, los elementos emocionales, los colectivos, los morales y los de estatus o prestigio social. Excede estas líneas la relación entre remesa social y política local, o como los grupos con más experiencia

transnacional acumulada aprovechan los recursos sociales de la migración circular y el estatus adquirido para conseguir nuevos recursos y afianzar posiciones políticas locales. Sin embargo, se ha mostrado como en el entramado transnacional de la migración circular y sus estrategias de reproducción social lo distributivo y el reconocimiento se retroalimentan de un modo común y deben entenderse en clave de género.

Notas y referencias

[1] Sobre el concepto de "reproducción social transnacional" y su teorización véase Gioconda HERRERA. "Respuestas frente a la crisis en clave de género: migración circular y retorno entre familias ecuatorianas en España y Ecuador". *Investigaciones Feministas*. Madrid. 7(1): 75-88, 2016. <http://www.readcube.com/articles/10.5209/rev_INFE.2016.v7.n1.52271>

[2] Sobre el concepto "migración circular" véase Amelie F. CONSTANT y Klaus F. ZIMMERMAN. "Circular Movements and time away from the host country". *Discussion Paper Series. IZA DP*. Bon, 960: 1-17, 2003; Eduardo GERONIMI, Lorenzo CACHÓN y Ezequiel TEIXIDÓ. "Acuerdos bilaterales de migración de mano de obra: Estudio de casos". *Estudios sobre migraciones Internacionales OIT*. Ginebra, 66: ii-152, 2007.

[3] Véase Ricard ZAPATA BARRERO, Rocío FAÚNDEZ GARCIA y Elena SÁNCHEZ MONTIJANO. "Migración laboral, temporal y circular (MLCT) de trabajadores entre Colombia y España. Un modelo a consolidar". *Migración laboral, Temporal y Circular. Experiencias, retos y oportunidades, OIM*. Bogotá, 55-90, 2009. p57.

[4] Véase Michael BURAWOY. "The functions and the reproduction of a migrant labor: Comparative Material from Southern Africa and the United States". *American Journal of sociology*, Chicago. 81(5): 1050-1087; Stephen CASTELS y Mark J. MILLER. *La era de la migración Movimientos internacionales de población en el mundo moderno*. México: Miguel Ángel Porrua, UAZ, Cámara de Diputados LIX Legislatura, Fundación Colosio, Secretaría de Gobernación, Instituto Nacional de Migración, 2004; y Susana NAROTZKY. *Antropología económica. Nuevas tendencias*. Barcelona: Melusina, 2004, p. 123.

[5] Para autores como BURAWOY, 1976, este tipo de sistemas se caracterizan por una separación geográfica entre las esferas productivas (ámbito laboral en destino) y las reproductivas (ámbito de la economía doméstica y del cuidado en origen) de las personas trabajadoras y por la externalización de los costes de renovación de la fuerza de trabajo hacia las economías y grupos domésticos de origen. Desde el parecer de otros autores, su aplicación en la Europa de la posguerra permitió esquivar los costes de asentamiento y reagrupación familiar migratoria, así como regular la movilidad mediante agencias oficiales y agencias de reclutamiento. También, se caracterizó por la limitación de los permisos de residencia, la restricción de la movilidad laboral y la negación de los derechos políticos y civiles para la población inmigrante. Véase Stepehn CASTELS, Heather BOOTH, y Tina WALLACE, *Here for Good: Western Europe's New Ethnic Minorities*. London: Pluto Press, 1987; NAROTZKY, 2004: 123.

[6] ZAPATA BARRERO et al., 2009.

[7] El sector productivo que se estudia es el de la fruta dulce, en el cual la provincia de Lleida se ha especializado desde los años 30 del siglo XX. De las 37.929 ha de fruta fresca que se cultivan en Catalunya, 30.221 se concentraban en Lleida en 2014 (Idescat, 2014, <https://www.idescat.cat/pub/?id=aec&n=444&lang=es> Además, según fuentes del Idescat, es el tercer sector productivo agrícola de Catalunya, después del cereal y el vinícola. Esta especialización frutera de la región, se ha sustentado a nivel de infraestructura en la irrigación y la mecanización, bajo un régimen de pequeños y medianos propietarios, que en su gran mayoría poseen explotaciones de tipo familiar de entre 5 y 15 ha y necesitan mano de obra de origen inmigrante para la recolección. En el mismo sector, existen empresas y cooperativas de transformación y comercialización, que también demandan mano de obra asalariada en períodos punta.

[8] Véase Jean Pierre BERLÁN. "La agricultura "Mediterránea" y el mercado de trabajo: ¿una California para Europa?". *Agricultura y Sociedad*. Madrid, 42: 233-245, 1987; Emma MARTÍN DÍAZ, Ana MELIS MAYOR, Gonzalo SANZ CASES. *Mercados de trabajo e inmigración extracomunitaria en la agricultura Mediterránea*. Sevilla: Consejería de Asuntos Sociales, 2001; Carlos GIMÉNEZ ROMERO. "Trabajadores extranjeros en la agricultura española: enclaves e implicaciones". *Estudios Regionales*. Málaga, 31: 127-147, 1992; Carlos GIMÉNEZ ROMERO, "Regadíos, mano de obra y migración en españa. Consideraciones sobre la problemàtica social de la agricultura intensiva. En: VIQUERA LANDA (coord.). *Sistemas hidráulicos, modernización de la agricultura y migración*. México: Ed. Colegio Mexiquense, Universidad iberamericana. Zinacantepec, 1994, 17-39; y Ubaldo MARTÍNEZ VEIGA. *El Ejido. Discriminación, exclusión social y racismo*. Madrid: Ed Catarata, 2001.

[9] GERONIMI et al, 2007.

[10] Véase Rafael ALLEPUZ, FARRÉ, M., SALA, M. y Teresa TORRES. *La contractació en origen a Catalunya*. Lleida: París Editors, 2009.

[11] Según fuentes de la Subdelegación del Gobierno de Lleida.

[12] Según Fuentes de la Unió de Pagesos.

[13] Según Fuentes de la Unió de Pagesos.

[14] Véase Olga ACHÓN. *Importando miseria. La alternativa a la provisión de mano de obra agrícola*. Madrid: Los Libros de la Catarata, 2011; Alicia REIGADA. *Las nuevas temporeras de la fresa en Huelva. Flexibilidad productiva, contratación en origen y feminización del trabajo en una agricultura globalizada*. Tesis Doctoral Inédita, Universidad de Sevilla, 2009; Núria MORELLÓ. *Treballar i marxar. Agricultura globalitzada i sistemes de treball migratori*, Tesis de Máster, Universidad de Barcelona, 2010. URL <http://diposit.ub.edu/dspace/bitstream/2445/49252/1/Treballar_marxar.pdf>

[15] Este estudio etnográfico forma parte del proyecto de tesis doctoral "Entre la oportunidad y el deseo. Contratación en origen, codesarrollo y grupos domésticos transnacionales en el mundo rural. El caso Catalunya-Colombia" financiada con una Beca FPU del Ministerio de Educación, Cultura y Deporte entre 2010 y 2014 y defendida en enero de 2016 en la Universidad de Barcelona.

[16] Véase Robin KRAFT y Marguerite de LARRARD. *Codéveloppement & mouvements internationaux de maind'œuvre: Evaluation des programmes de migration temporaire et circulaire entre la*

Colombie et l'Espagne, Master d'Economie du Développement International Sciences-Po Paris. Inédito, 2007.

[17] NAROTZKY, 2004: 198.

[18] Véase Felicity EDHOLM, Olivia HARRIS, y Kate YOUNG. "Conceptualizing Women". *Critique of Anthropology*. Londres, Vol. 3, 9-10: 101-130, 1978.

[19] Véase Eleonore KOFMAN. "Repensar los cuidados a la luz de la reproducción social: una propuesta para vincular los circuitos migratorios". *Investigaciones Feministas*. Madrid, 7, 1: 35-56, 2016.

[20] Véase Gioconda HERRERA. Remesas, dinámicas familiares y estatus social: la emigración ecuatoriana desde la sociedad de origen. En: Nieves ZÚÑIGA GARCÍA-FALCES (coord.) *La migración. Un camino entre el desarrollo y la cooperación*. Madrid: Centro de Investigaciones para la Paz (CIP-FUHEM), 2005, pp.149-162.

[21] Véase Michael T. TAUSSIG. *El diablo y el fetichismo de la mercancía en Suramérica*. México: Nueva Imagen, 1980; Fernando URREA, F. y Teodora HURTADO. Políticas y movimiento social negro agrario en el norte del Cauca. En: Olivier BARBARY y Fernando URREA (eds.) *Gente negra en Colombia. Dinámicas sociopolíticas en Cali y el Pacífico*. Cali: CIDSE-Universidad del Valle, 2004, pp.359-388; Hernán ZULUAGA ALBARRACÍN. "Agroindustria en el norte del Cauca: una mirada histórica. Informe preliminar de investigación". *Revista científica Guillermo de Ockham*. Cali, Vol. 6 (2: 101-111), 2003.

[22] Véase Fernando URREA. Patrones sociodemográficos de la región comprendida entre el sur del Valle y el Norte del Cauca, controlando la dimensión étnica-racial. En: Luis Carlos CASTILLO, Álvaro GUZMÁN, Jorge HERNÁNDEZ, Mario LUNA y Fernando URREA (coords.) *Desigualdades étnico-raciales, acción colectiva, etnicidad y resistencias en el Norte del Cauca y Sur del Valle,* Informe final de proyecto, Facultad de Ciencias Sociales y Económicas. Centro de Investigaciones y Documentación Socioeconómica (CIDSE). Universidad del Valle, 2009. <http://acaso.univalle.edu.co/Infinal%20proyecto%20 NorteSur.pdf>

[23] Con el objetivo de preservar el anonimato de las personas con quien se realizó el trabajo de campo, se utilizan seudónimos para referirse a las personas y las organizaciones que se describen a continuación.

[24] Andrea, 32 años, ex temporera y agente de codesarrollo, junio del 2012, Palmira, Colombia.

[25] Luz Marina, 35 años, ex temporera y agente de codesarrollo, junio del 2012, Palmira, Colombia.

[26] Andrea, 32 años, ex temporera y agente de codesarrollo, junio del 2012, Palmira, Colombia.

[27] Luz Marina, 35 años, ex temporera y agente de codesarrollo, junio del 2012, Palmira, Colombia.

[28] Luz Marina, 35 años, ex temporera y agente de codesarrollo, junio del 2012, Palmira, Colombia.

[29] Véase Marcel MAUSS. "Essai sur le don. Forme et raison de l'échange dans les societés archaiques". *L'Année Sociologique*. Paris, Seconde série, 1923-1924. Versión electrónica de

Jean-Marie Tremblay, 2002. <http://www.unige.ch/sciences-societe/socio/files/9114/0533/6019/Mauss_1923.pdf>

[30] Yolima, temporera y agente de codesarrollo, diario de campo, diciembre del 2012, Norte del Cauca, Colombia.

[31] Véase HERRERA, 2005 y Jesús SANZ ABAD. *Entre cumplir y hacer cosas. Estrategias económicas y simbolismo en el uso de las remesas de la migración ecuatoriana en España*. Tesis doctoral inédita. Tarragona: Universitat Rovira y Virgili, 2009.

[32] HERRERA, 2005.

[33] Yolima, temporera y agente de codesarrollo, diciembre de 2013, diario de campo, Barcelona.

[34] Véase Larissa Adler de LOMNITZ. *Cómo sobreviven los marginados*. México: Siglo XXI, 1975, p. 27.

[35] Véase Luin GOLDRING. "Re-thinking Remittances: Social and Political Dimensions of Individual and Collective Remittances", *CERLAC Working Paper Series*. Toronto, febrero, 2003, 1-26.

[36] Véase Peggy LEVITT, P. "Social Remittances: A Conceptural Tool for Understanding Migration and Development". *CERLAC Working Paper Series*. Toronto, 96.04: 2-46, 1996 <https://pdfs.semanticscholar.org/7688/a134df6ccbc059146aacb0e5ff379229f413.pdf?_ga=2.242996353.2079762035.1497974172-694896414.1497974172>

Recebido em 01/08/2017
Aprovado em 20/12/2017

Las contrataciones en origen como instrumento de regulación laboral de flujos migratorios en el sector agrario español

Teresa Torres Solé
Rafael Allepuz Capdevila
Universidad de Lérida
Juan Antonio Márquez Domínguez
Mercedes Gordo Márquez
Universidad de Huelva

Resumen: La gestión colectiva de los contratos en origen de trabajadores extranjeros permite la realización de trabajos de temporada en una determinada actividad y ámbito geográfico. Este procedimiento proporciona a los agricultores españoles la mano de obra necesaria para las actividades de temporada. De esta forma se delimita una estructura de mercado de trabajo que comprende un nicho de empleo para trabajadores extranjeros. Esta vía de reclutamiento tiene un doble objetivo: proporcionar empleo a las empresas demandantes y controlar los fujos migratorios.
PALABRAS CLAVE: trabajadores temporeros - Flujos migratorios - Contratación en origen.

Resumo: A gestão coletiva dos contratos na fonte permite que os trabalhadores estrangeiros realizem trabalho sazonal em uma atividade e área geográfica. Esse procedimento fornece à Espanha o trabalho dos agricultores necessários às atividades sazonais. A estrutura do mercado de trabalho, dessa forma, passa a compreender um emprego-nicho delimitado para trabalhadores estrangeiros. Essa forma de recrutamento é duplo: por um lado, dá emprego aos requerentes; por outro, controla os fluxos de migração.
PALAVRAS-CHAVE: Trabalhadores sazonais – Migração - Fonte de recrutamento.

Abstract: Collective management of contracts in origin of foreign workers provide temporary workforce in an activity and geographical area. This procedure provides Spanish farmers labor needed for temporary activities. Thus a structure of the labor market with a niche employment for foreign workers is established. This way of recruitment has two objectives: to provide employment to farmers and control migration flows.
KEYWORDS: temporary workforce - Migration flows - Contracts in origin of foreign workers.

Introducción

Durante la década de los ochenta del siglo XX España era el país con mayor número de temporeros tanto en las campañas interiores como en las del extranjero. En esta época se cifraba en 600.000 las familias españolas que vivían la condición de temporeros.[1] La movilidad interna se producía para atender las campañas de la hostelería (en Baleares y la costa mediterranea), o la recolección agraria en las épocas de vendimias, frutas, aceitunas, patatas, remolachas, espárragos, etc. (en zonas como Cataluña, La Rioja, Navarra, Castilla-La Mancha, Jaén, etc.). Anualmente también se desplazaban hacia el Midí francés 50.000 temporeros para la campaña de vendimia, y más de 20.000 temporeros acudían a Suiza con contratos temporales para la construcción, el campo o la hostelería. La estacionalidad de estas actividades no impedía detectar una cierta regularidad y continuidad. Con frecuencia, los empresarios agrícolas contrataban cada año los mismos temporeros de una campaña para otra. En ocasiones durante 20 años seguidos[2], con lo cual esa fidelidad laboral generaba de manera informal empleos fijos-discontínuos. Posteriormente, el estudio de Capel[3] cifra en 700 los temporeros que en el año 2000 se trasladaron a Francia para la campaña de la vendimia.

La respuesta ante este menor flujo de movilidad hay que buscarla en el crecimiento económico que tuvo lugar en España tras la firma del Tratado de Adhesión con la Comunidad Europea, el 12 de junio de 1985, que dio inicio a una nueva etapa para la economía española. Una etapa que se orientó hacia un modelo de economía abierta al exterior y ofreció a los trabajadores mayores oportunidades laborales en el territorio nacional, a la vez que se inició un proceso de atracción de flujos migratorios extranjeros. Esta atracción de trabajadores extranjeros coincidió con diversos factores que Andreo[4] resume en los siguientes. La recesión económica de los países latinoamericanos afectados por la crisis de la deuda del año 1982, la aplicación de un plan de ajuste estructural en Marruecos, a partir de 1983 a instancias del FMI, la restricción en el mercado de trabajo de países europeos como Francia (Ley Pascua de control de la inmigración) y la situación geoestratégica de España que facilita el traspaso hacia otros destinos europeos a los inmigrantes extranjeros. Se observa que las causas de este fenómeno no se sitúan únicamente en los países de origen, donde la situación económica, social y política aviva la emigración, se hallan también en el doble factor demográfico y económico que viven los países de la UE, entre ellos España.

La evolución de este fenómeno migratorio en los estados de la UE permite afirmar que en los primeros años del siglo XXI todos sean considerados como países de

acogida. A pesar de las diferencias iniciales que existían entre los estados miembros, se ha producido una aproximación entre los de mayor tradición en materia migratoria, como es el caso de Alemania, Reino Unido o Francia y aquellos como España que vieron con posterioridad la llegada de inmigrantes a su territorio. La disponibilidad de mano de obra extranjera en España ha sido muy importante, hasta el punto de ser uno de los factores decisivos del crecimiento económico de los años anteriores a la actual crisis económica. Por este motivo, los flujos migratorios, sus causas y la incidencia en el mercado laboral del país de acogida han sido objeto de atención en numerosos análisis económicos, políticos, sociales y culturales (véase Geronimi[5] o las obras de Javier de Lucas sobre el análisis de las políticas migratorias del Estado español y la UE).

Hay que destacar que en España la inserción laboral de la población extranjera no ha sido uniforme desde el punto de vista sectorial. Algunos sectores han visto como la población inmigrante se ha concentrado en sus puestos de trabajo, creando nichos de empleo para este colectivo de población. Paralelamente la agricultura ha seguido padeciendo el éxodo laboral de la población autóctona, e incluso de aquella población extranjera que se iba integrando y estabilizando en el territorio a medida que su situación administrativa en España era menos precaria. Por ello, este sector ha continuado buscando formas alternativas de reclutamiento de fuerza de trabajo. En este sentido, la política de contingentes o cupos, las contrataciones de trabajadores extranjeros en sus países de origen, se han convertido en un procedimiento de captación y contratación de esta mano de obra, tan necesaria en el sector que ha facilitado su mantenimiento en la estructura productiva del país. A su vez el procedimiento se ha convertido en una vía de control de los flujos migratorios, con implicaciones también en materia de codesarrollo.[6] Según Moreno[7] esta fórmula de gestión del empleo transnacional ha sido enarbolada como modelo de migración legal y ordenada que permite dar respuesta a la demanda de mano de obra extranjera de determinados sectores económicos con trabajadores y trabajadoras que no lleguen a asentarse en el territorio. Se trata de un modelo que confirma la concepción restrictiva a la movilidad de las personas de terceros países que ha imperado en Europa en las últimas décadas.

Ante este panorama se hacía necesario un análisis riguroso sobre la incidencia de este procedimiento como respuesta a las demandas laborales de los empresarios del sector agrario, a la vez que para dar opciones, aunque ciertamente limitadas, a la población dispuesta a emigrar. Ello es lo que nos ha incentivado a llevar a cabo la investigación de la que en este trabajo se ofrecen parte de sus resultados. De este

modo, el objetivo del artículo es analizar el procedimiento específico que ha regulado la legislación española con el propósito de atender las necesidades de mano de obra temporal de los empresarios agrícolas, demandas de trabajo que no han sido atendidas por el mercado de trabajo interno, creando de esta forma nichos de empleo para la población originaria de otros países. Se pretende realizar un análisis detallado de las políticas migratorias y su vinculación con la regulación de los contratos en origen y las diferentes teorías de la migración internacional, dejando a un lado el anásisi del impacto de este sistema de contratación en las transformaciones del modelo de organización del trabajo (como por ejemplo la segmentación étnica de la mano de obra, el progresivo proceso de sustitución étnico, o bien las razones por las cuales los empresarios dejaron de encontrar en los jornaleros autóctonos, la flexibilidad y disponibilidad demandadas) que han sido estudiadas por los autores en trabajos anteriores Gordo[8], Torres, Allepuz y Gordo[9], Gordo, Allepuz, Márquez y Torres[10] o Torres y Allepuz[11] y analizados también por terceros autores como Pedreño,[12] Viruela,[13] Moreno,[14] Reigada[15] o Achón.[16]

Para alcanzar el objetivo indicado se ha recurrido a diversas técnicas metodológicas. El punto de partida inicial ha sido el análisis de la normativa que regula el procedimiento de contratación de trabajadores extranjeros en sus países de origen y su evolución, el trabajo de archivo y una revisión de las estadísticas oficiales, informes técnicos y bibliografía. Esta labor se ha complementado con un trabajo de campo apoyado en entrevistas a los agentes agrarios, para tener en cuenta las opiniones de empresarios, sindicatos, trabajadores temporeros y Administración respecto a las contrataciones en origen[17]. En concreto entre los años 2011 a 2016 hemos realizado entrevistas en profundidad a empresarios hortofrutícolas de las provincias de Huelva y Lérida, por ser las zonas agrarias que registran el mayor número de temporeros agrícolas contratados en origen y enclaves importantes de la agricultura en España. También hemos entrevistado a representantes de los principales sindicatos agrarios de estas zonas, como Unió de Pagesos, Joves Agricultors i Ramaders de Catalunya o la Coordinadora de Organizaciones de Agricultores y Ganaderos, así como a los sindicatos "generalistas" Comisiones Obreras y Unión General de Trabajadores. Hemos entrevistado a jornaleros extranjeros contratados en origen procedentes de diferentes países que han trabajado en las campañas hortofrutícolas durante diferentes temporadas. Además hemos sido atendidos por los responsables de las Dependencias Provinciales de Trabajo e Inmigración de la Subdelegación del Gobierno en Huelva y Lérida. Igualmente hemos realizado entrevistas a técnicos de distintas oficinas de la *Agence Nationale de Promotion de l'Emploi et des Compétences*, el

Servicio Público de Empleo marroquí. La explotación de toda esta información nos ha permitido conocer a los agentes agrarios implicados en la Gestión Colectiva de los Contratos en Origen (GECCO) y obtener las aportaciones necesarias para alcanzar el objetivo del estudio.

El trabajo se estructura en cuatro apartados. Tras la introducción, en el apartado siguiente se analiza el desarrollo de la política de inmigración en España y la regulación del procedimiento de la GECCO como vía de reclutamiento laboral. En el tercero se plantean los resultados obtenidos en el trabajo de campo relativo a la incidencia de este mecanismo. Finalmente, la valoración de los resultados de este procedimiento y su vinculación con los flujos migratorios internacionales se desarrolla en el apartado de reflexiones finales.

La política de inmigración y la regulación de la gestión colectiva de los contratos en origen en España: cronología de los hechos

España ha vivido en las últimas décadas importantes cambios que han llevado a la convergencia económica y social con Europa. Las elevadas tasas de crecimiento y la generación de empleo han sido aspectos clave en este proceso, en el que la inmigración se convierte en uno de los factores fundamentales para explicar el comportamiento del mercado laboral español, dejando atrás su pasado como país emisor de migración para convertirse en país receptor. Esta situación explica por qué la primera Ley de Extranjería, la *Ley Orgánica (LO) 7/1985 de 1 de julio, sobre derechos y libertades de los extranjeros en España,* se aprobó a mediados de la década de los ochenta. Así, los entonces Estados miembros, temerosos de que el territorio español se convirtiera en la vía de acceso de los extranjeros hacia ellos, impusieron como requisito para la adhesión el que España adoptara un control de los flujos migratorios procedente de terceros Estados. Como consecuencia de ello se trataba de una ley muy restrictiva, que se concebía como una política de extranjería y de orden público, sin prestar atención a cuestiones del ámbito social, laboral o de integración y sin reconocer derechos básicos, en consonancia con la Teoría migratoria de la Dependencia que afirma que la evolución del sistema capitalista ha llevado a unas relaciones internacionales desequilibradas y asimétricas.[18]

Las denuncias sobre el cariz restrictivo de la ley llevó a que posteriormente, el 9 de abril de 1991, se aprobara una *Proposión no de Ley relativa a la situación de los extranjeros en España*, en la que se reconocía el hecho de que éste era ya un país receptor de inmigrantes, y se adoptaron una serie de medidas para adecuar la legislación a la nueva realidad social. En concreto se aprobó un programa de actuación descrito en 11 medidas, la primera de las cuales instaba al Gobierno a "desarrollar una política

activa de inmigración en la que los poderes públicos, con el amplio respaldo de las fuerzas políticas y sociales, tomen la iniciativa en la canalización y organización de los flujos de inmigración legal en función de las necesidades de mano de obra de la economía española y de la capacidad de absorción de nuestra sociedad". En la práctica supuso la puesta en marcha de la política de cupos o contingentes, adoptada a partir de 1993 por el Consejo de Ministros y vigente a día de hoy aunque con algunos cambios. Se basa en la fijación anual de unos cupos para trabajadores extranjeros no comunitarios a los que se les permite entrar en España para trabajar al considerar que la situación nacional de empleo (SNE) no puede cubrir determinadas vacantes.[19]

Desde el primer momento se quiso dejar claro que este instrumento solo se aplicaría con carácter complementario, haciéndose una férrea defensa del mercado laboral interno. Así, el preámbulo de la Resolución que dictaba las instrucciones generales del contingente para 1993 señalaba que debía "garantizar la preferencia de mano de obra española, comunitaria y extranjera legalmente residente en nuestro país, para atender en primera instancia aquellas ofertas de empleo que en cada caso se produjesen", e insistía "en ningún caso se presenta el contingente como una medida encaminada a incentivar la inmigración hacia nuestro país, sino que /…/ se trata de una actuación que persigue la canalización y control de los flujos migratorios, facilitando un número máximo de autorizaciones que únicamente se irán utilizando si el mercado de trabajo nacional no es capaz de satisfacer las necesidades empresariales de forma adecuada. Ello con el fin de evitar que dichas necesidades se atiendan de forma irregular y de combatir la explotación de inmigrantes y la irregularidad en la contratación por las empresas". Párrafos de contenido similar constan en las Resoluciones, Órdenes e Instrucciones que han regulado desde entonces este mecanismo de reclutamiento laboral.[20]

Geronimi afirma que el establecimiento de cupos o contingentes puede resultar algo rígido en ciertas situaciones. La determinación de los contingentes requiere una evaluación de las necesidades del mercado de trabajo y de la escasez de mano de obra para un período dado. Sin embargo, las fluctuaciones del mercado de trabajo y de la economía pueden ser muy rápidas y provocar que los cupos previstos resulten inadecuados, por resultar escasos en un período de expansión económica, o demasiado abundantes en caso de una ralentización de la economía.[21]

Tabla 1. Distribución del contingente por sector de actividad, 1993-1999

SECTOR	1993			1994	1995	1997	1998	1999
	Temporal	Permanente	Total					

Agrícola y ganadera	7.000	3.000	10.000	5.000	5.500	5.820	9.154	S. E.
Construcción	0	1.100	1.100	1.000	0	620	1.069	S. E.
Empleada de hogar	3.500	6.000	9.500	11.000	2.500	5.620	16.836	S. E.
Otros servicios				3.600		2.940		S. E.
Sin especificar	0	0	0	17.000	0	9.690	941	30.000
Total	10.500	10.100	20.600	37.600	8.000	24.690	28.000	30.000

S. E.: sin especificar.
Fuente: Acuerdo de contingente para cada uno de los años.

En efecto, el Acuerdo del contingente de 1993 establecía en 7.000 el cupo temporal asignado al sector agrario (Tabla 1), pero pronto se detectó que esta fórmula de reclutamiento laboral presentaba dificultades para cubrir las faenas agrícolas de temporda debido a las peculiaridades del propio sector agrario, con importantes oscilaciones de la producción debido a las condiciones climáticas, plagas, enfermedades, etc. A ello se añadía que la previsión del cupo debía hacerse a un año vista, pues los Acuerdos del contingente se adoptaban en diciembre y regían para todo el año siguiente. De este modo, se diseñó un programa diferenciado para las actividades de temporada. *El Real Decreto 155/1996, de 2 de febrero, por el que se aprueba el Reglamento de ejecución de la Ley Orgánica 7/1985*, recogió los primeros avances en este sentido, mantenía el permiso de trabajo "Tipo A" pero "para realizar actividades de temporada o trabajos de duración limitada", fijó en mes y medio el plazo general máximo para resolver las solicitudes del mismo, la mitad del plazo general, y asignó una tramitación también preferente para los visados y permisos de trabajo de temporada.

A pesar de estos avances el procedimiento seguía siendo demasiado rígido para atender las necesidades de mano de obra de temporada que habían sido abandonadas por los trabajadores nacionales[22]. La puesta en marcha del contingente no había solucionado los problemas en muchas zonas agrícolas, que seguían sin disponer de los trabajadores necesarios para hacer frente a determinadas actividades, como la recolección de productos agrarios, la plantación o la poda, tareas que se llevaban a cabo de forma manual[23]. Ante esta situación, el *Convenio Marco de Colaboración para la Ordenación de las Migraciones Interiores en las Diversas Campañas Agrícolas de Empleo Temporal,* de 1997, se planteaba como fin "obtener una adecuada planificación y ordenación de las campañas de empleo temporal agrícola y la consiguiente mejora de las condiciones sociolaborales de los trabajadores migrantes". Sus destinatarios eran los jornaleros que se encontraban en España, tanto españoles, como comunitarios y resto de extranjeros legalmente

establecidos en el país. Según recogía su Exposición de Motivos, el Convenio obedecía a que en los periodos de recolección y de ciertas faenas agrícolas se producían desplazamientos incontrolados de trabajadores que no podían ser absorbidos por las ofertas de empleo existentes, ya sea por desplazarse en fechas no adecuadas (al final de la campaña) o bien por ser un volumen superior al necesario[24]. Como consecuencia de ello, las localidades de destino de estos enclaves agrarios (por ejemplo, Cartaya en Huelva o pueblos del Baix Segre en la Provincia de Lérida) soportaban la afluencia de estos demandantes de empleo temporal de forma muy precaria, al ser superadas las previsiones de atención sanitaria y social, lo cual llevó a la aparición de campamentos ilegales, altercados callejeros y situaciones conflictivas, según indicaron los empresarios agrarios entrevistados en los soportes territoriales de Huelva y Lérida.

Pese a las intenciones de las partes el *Convenio Marco* conquistó pocos éxitos, básicamente por las propias condiciones de las ocupaciones que se necesitaban cubrir. No hay que olvidar que los empleos agrícolas son temporales, suponen esfuerzo físico y trabajo duro, la remuneración suele ser escasa, tienen poca consideración social, de manera que conforman un segmento del mercado de trabajo poco atractivo. La nueva estrategia fue buscar fórmulas subsidiarias que hicieran posible cubrir de una forma ágil las ofertas de trabajo en el campo. Así quedó recogido en el *Protocolo Adicional* de las partes firmantes del *Convenio Marco* de 1997. El objetivo que se marcaba era "la colaboración en el establecimiento y desarrollo de un procedimiento subsidiario para la contratación de trabajadores extranjeros en sus países de origen, en campañas agrícolas de temporada, una vez agotadas las posibilidades de contratar trabajadores españoles, comunitarios o extranjeros legalmente establecidos en España". De esta forma, dicha actividad pasaba a sumarse a las acordadas previamente en el *Convenio Marco*. El *Protocolo* recogía además la particularidad de que la implantación de este procedimiento se iría desarrollando progresivamente, "comenzando con experiencias pilotos en zonas delimitadas". El primero de estos ensayos tuvo lugar en junio de 1999 en Lérida, donde el sindicato de agricultores *Unió de Pagesos* contrató en origen 35 hombres colombianos para la campaña de recogida de fruta.[25] Las provincias de Almería, Lérida, Guadalajara y Tenerife también hicieron sus ensayos en el año 2000. Esta fórmula de contratación se ensayó igualmente en la provincia de Huelva durante la campaña de la fresa de 2001, reclutándose 738 trabajadores de Polonia y Marruecos.[26]

Posteriormente, los contenidos del *Convenio Marco* y del *Protocolo Adicional* se incorporaron a la nueva Ley de Extranjería (*Ley Orgánica 4/2000, de 11 de enero sobre*

derechos y libertades de los extranjeros en España y su integración social[27]*)*. En ella se reconoce de forma expresa las actividades de temporada o campaña como un régimen especial. Destacar además que para conceder un permiso de trabajo dirigido a estas tareas debería garantizarse que los trabajadores temporeros serían alojados en condiciones de dignidad e higiene adecuadas, tal y como preveía el *Convenio Marco*.

Tras las reformas introducidas en la Ley de Extranjería por la *Ley Orgánica 8/2000 de 22 de diciembre,* la convocatoria del contingente perdió su carácter anual, quedando supeditado a la necesidad de mano de obra. Además desde entonces se exige que los destinatarios de las ofertas no sean residentes en España ni se hallen en el país[28]. Asimismo se introdujo la participación de los gobiernos regionales, las Comunidades y Ciudades Autónomas, decisión que se valora positivamente en la medida que "puede llegar a conocerse con mayor exactitud las necesidades reales del mercado laboral".[29]

Estos cambios jurídicos exigieron la aprobación de un nuevo *Real Decreto 864/2001, de 20 de julio,* por el cual se aprueba el Reglamento de ejecución de la *Ley Orgánica 4/2000* reformada por la *Ley Orgánica 8/2000*. En él se reguló el permiso de trabajo "Tipo T", el cual autoriza la realización de actividades o servicios de temporada o campaña, siendo el que se aplicaba mayoritariamente en la agricultura (Tabla 2). Se puede limitar a una actividad y ámbito geográfico concreto y su duración coincidirá con la del contrato de trabajo, no pudiendo exceder de nueve meses, dentro de un período de doce meses consecutivos. En el procedimiento específico para su obtención se ha incorporado igualmente los contenidos previstos en el *Convenio Marco* y en el *Protocolo Adicional*.

Tabla 2. Cupo de trabajadores extranjeros de temporada aprobado en los Acuerdos de contingente por sectores económicos, 2002-2004

Sector	2002	2003	2004 (1)
1. Construcción	3.061	414	495
2. Hostelería	435	1.426	1.327
3. Transportes	4	90	156
4. Comercio	162	134	272
5. Agricultura	15.929	20.993	17.428
6. Industria del Metal	0	25	25
7. Industria Textil y Confección	0	0	0
8. Industria de la Madera	190	101	0
9. Industria de la Alimentación	1.351	92	60
10. Otras Industrias	0	0	0

11. Pesca	0	7	0
12. Servicios	63	300	307
Total	21.195	23.582	20.070

(1) En el caso de las ofertas de temporada, el Acuerdo de contingente para este año sólo publicó las de carácter genérico. Fuente: Acuerdo de contingente para cada uno de los años.

En el año 2003 la Ley de Extranjería sufrió otra modificación, esta vez mediante la *Ley Orgánica 14/2003 de 20 de noviembre, de Reforma de la Ley Orgánica 4/2000*. Esta norma introdujo diversas novedades en el contingente, entre ellas que las ofertas de empleo realizadas a través del contingente se orientarán preferentemente hacia los países con los que España ha firmado acuerdos sobre regulación de flujos migratorios, lo que aviva la relación de dependencia entre los países de la semiperiferia y el centro que ejerce una posición dominante según destaca la Teoría Migratoria del Sistema Mundial. Entre los años 2001 y 2003 tales acuerdos se suscribieron con Bulgaria, Colombia, Ecuador, Marruecos, Polonia, República Dominicana y Rumania, y posteriormente se hizo también con Mauritania y Ucrania. Destacar que la normativa contempla que este grupo de países tendrían carácter "preferente", pero no "obligatorio", aunque en la práctica la mayor parte de las ofertas laborales se dirigen a ellos. Esto es así ya que los convenios suscritos incluyen el compromiso para las autoridades de estos países de organizar el proceso de preselección de los trabajadores, de ahí que los empresarios tengan más facilidades a la hora de llevar a cabo la selección de los temporeros que quieren contratar.[30]

Como indica Geronimi,[31] hasta la crisis de los años setenta los acuerdos bilaterales de migración de mano de obra fueron un mecanismo frecuentemente utilizado por muchos países para la contratación de trabajadores extranjeros en respuesta a las necesidades de sus mercados de trabajo. Desde entonces, este modelo de contratación sufrió un declive que dejó paso a prácticas unilaterales de reclutamiento de trabajadores. Sin embargo, a partir del decenio de los noventa se produce un nuevo auge en la celebración de acuerdos bilaterales, que ante la ausencia de un marco multilateral universal o regional, se confirma como un mecanismo eficaz para la gestión de las migraciones laborales internacionales. También a partir del año 2000 se verifica un nuevo aumento del número de acuerdos como resultado de la escasez de mano de obra en países de envío de migrantes, que se han convertido en nuevos países de acogida como por ejemplo Italia, Portugal o España. El mecanismo de reclutamiento de trabajadores mediante un acuerdo permite seleccionar las partes contratantes con la que existe una mayor afinidad cultural, histórica o lingüística, que presupongan el éxito del acuerdo y su aceptación por la sociedad civil de los Estados contratantes, a la vez que permite

reclutar los trabajadores que necesita el mercado de trabajo allí donde se encuentren en función de sus capacidades y de su formación. Por su parte, Reigada[32] sintetiza los principales convenios migratorios bilaterales que regulan los programas de trabajadores agrícolas de temporada. El principal referente de estos acuerdos es el programa Bracero México-EE.UU (1942-1966) y el Programa Gastarbeiter (1955-1973) aplicado en Europa a mediados del siglo XX, actualmente siguen vigentes otros programas como los denominados 'contratos OMI' (*Office des Migrations Internationales*) de aplicación en la agricultura francesa desde la década de los setenta tras la firma de convenios bilaterales entre Francia y Marruecos, Túnez y Polonia , el programa '*Seasonal Agricultural Workers Scheme'* (SAWS) aplicado en Inglaterra, el programa H2-A firmado entre México y Estados Unidos o el Programa de Trabajadores Agrícolas Temporales (PTAT) firmado entre México y Canadá en 1974.

Siguiendo con la situación española, los cambios jurídicos hicieron necesario aprobar un nuevo Reglamento de Extranjería, lo que se produjo mediante el *Real Decreto 2393/2004 por el que se aprueba el Reglamento sobre Derechos y Libertades de los extranjeros en España y su integración Social*. Éste mantuvo las actividades de temporada o campaña como un régimen especial, previéndose que el acuerdo del Consejo de Ministros que aprobase el contingente pudiera regular de manera diferenciada, respecto a las ofertas estables, las particularidades en el procedimiento de contratación de trabajadores de temporada. Como novedad el permiso "Tipo T" pasó a denominarse "autorización de residencia temporal y trabajo por cuenta ajena de duración determinada".

Igualmente reseñable es el hecho de que el Acuerdo de contingente de 2004 fue el último que especificó el cupo concreto de temporada. A partir de entonces lo único que se recoge es el procedimiento, aprobándose las ofertas en función de la SNE del momento concreto en que son presentadas. Así, para verificar dicha situación el citado *Real Decreto 2393/2004* estableció que el empleador deberá presentar la oferta de trabajo ante el Servicio Público de Empleo, estatal y/o regional, que contará con un plazo, actualmente 25 días, para gestionarla y cubrirla con candidatos ya incorporados al mercado laboral español. Solo en el supuesto de que no se encontraran personas adecuadas o suficientes para cubrir los puestos, las ofertas podrán cubrirse con trabajadores extranjeros que se encuentren en su país de origen.

A pesar de los esfuerzos realizados la política del contingente ha seguido sin solucionar los problemas de mano de obra de muchos empresarios agrarios. Han sido los agricultores onubenses los que más claramente han apostado por este

instrumento de reclutamiento laboral, sobre todo para la recolección de las *berries*. Aunque con unos volúmenes bastante más reducidos los empresarios de la fruticultura leridana también han encontrado en el contingente una salida a sus problemas laborales. Sin embargo, para otros agricultores entrevistados el reclutamiento laboral por esta vía resultaba poco atractivo: excesiva burocracia, plazos de tramitación no acordes con sus necesidades dado que las ofertas hay que gestionarlas al menos 3 meses antes del momento en el que se va a necesitar al trabajador[33], costes, carencia de apoyo logístico, etc.

En un nuevo intento de dinamizar el contingente el 18 de julio de 2006 volvieron a reunirse las partes firmantes del *Convenio Marco* y de su *Protocolo Adicional*. Los acuerdos adoptados se concretaron en la firma del *Convenio para la ordenación, coordinación e integración sociolaboral de los flujos migratorios laborales en campañas agrícolas de temporada*. Su filosofía y contenidos son similares a los recogidos en los dos acuerdos anteriores, quedando su objetivo redactado en los siguientes términos: "establecer la colaboración entre las entidades firmantes del mismo con el fin de asegurar una gestión eficaz de los flujos migratorios laborales, interiores y exteriores, en el sector agrario, de manera que se disponga en cada momento y lugar de los trabajadores necesarios, garantizando el cumplimiento de las normas laborales y de inmigración, las condiciones de trabajo y la adecuada integración sociolaboral de los trabajadores". En cualquier caso, la agricultura ha seguido copando la inmensa mayoría de las ofertas tramitadas por la vía del contingente (Tabla 3).

Tabla 3. Cupo de temporada por sector de actividad dentro de los acuerdos de contingente 2007 y 2008

Sector de actividad	Puestos ofertados				Trabajadores seleccionados			
	2007 (1)		2008 (2)		2007 (1)		2008 (2)	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
1. Construcción	86	0,12	14	0,02	86	0,13	14	0,03
2. Hostelería	804	1,09	449	0,82	607	0,94	443	0,94
3. Transportes	530	0,72	151	0,27	371	0,57	128	0,27
4. Comercio	90	0,12	5	0,00	90	0,14	5	0,01
5. Agricultura	71.092	96,76	53.101	96,74	62.938	97,25	45.681	96,82
6. Ind. Metal	3	0,00	31	0,06	3	0,00	31	0,06
7. Ind. Textil y Confección	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
8. Ind. Madera	2	0,00	2	0,00	2	0,00	2	0,00
9. Ind. Alimentación	3	0,00	208	0,38	3	0,00	208	0,44
10. Otras industrias	110	0,15	26	0,05	110	0,17	26	0,05
11. Pesca	2	0,00	0	0,00	2	0,00	0	0,00
12. Servicios	751	1,02	903	1,64	504	0,78	642	1,36
Total	73.473	100,00	54.890	100,00	64.716	100,00	47.180	100,00

Nota: Dada la actual situación nacional de empleo, derivada de la crisis económica, la Administración española no facilita datos sobre la contratación de personas extranjeras en sus países de origen. Por tanto la tabla ofrece

los últimos datos conseguidos. Fuente: MTIN, 2008(1) y 2009(2).

Siguiendo la secuencia cronológica el siguiente hito a resaltar está relacionado con los países considerados "preferentes" a la hora de efectuar las contrataciones. Las adhesiones de Bulgaria, Polonia y Rumania a la Unión Europea han provocado que los nacionales de estos Estados se hayan convertido en ciudadanos comunitarios de pleno derecho[34]. Por tanto, han dejado de regirse por la Legislación de Extranjería, pasando del denominado "Régimen General" al "Régimen Comunitario", actualmente regulado por el *Real Decreto 240/2007, sobre entrada, libre circulación y residencia en España de ciudadanos de los Estados miembros de la Unión Europea y de otros Estados parte en el Acuerdo sobre el Espacio Económico Europeo*. Para sustituir estas "bajas" y aumentar las alternativas de la inmigración selectiva por países, el Acuerdo que reguló el contingente para el año 2008 estableció que las ofertas de empleo se cursarían "preferentemente a los países con los que España tiene suscritos acuerdos sobre regulación y ordenación de flujos migratorios o, subsidiariamente, instrumentos de colaboración en esta materia". En ello insistían las instrucciones dictadas en desarrollo del contingente de 2008, que concretaban además cuáles eran los países con los que se habían firmado tales instrumentos de colaboración: El Salvador, Honduras, Perú, Senegal, Argentina y Filipinas.

La *Ley Orgánica 2/2009, de 11 de diciembre*, vino a reformar de nuevo la Ley de Extranjería. Desde entonces el procedimiento para reclutar temporeros extranjeros que no se encuentran en España ha pasado a denominarse "gestión colectiva de las contrataciones en origen". Se mantiene el "régimen especial de trabajadores de temporada", a los que se les reserva una autorización de residencia y trabajo específica que será regulada mediante un nuevo Reglamento de Extranjería. Otra novedad a destacar es que se promueve la concatenación de campañas para los trabajadores de temporada, de manera que éstos puedan ser contratados para participar en más de una siempre y cuando su tiempo acumulado de contrato no exceda de nueve meses dentro de un periodo de doce meses consecutivos.

A partir del año 2008 los cupos aprobados en el marco de la GECCO han sufrido importantes recortes. Como expresamente se viene indicando en la normativa que los aprueba, la actual SNE así lo exige. Ésta se caracteriza por una coyuntura economía recesiva y un elevado desempleo. La destruccion de ocupación y el hecho que la política de extranjeria española esté articulada en torno a la protección del trabajador nacional, comunitario y otros extranjeros residentes en España, hace que estos trabajadores tengan prioridad para acceder al mercado de trabajo.

La modificación de la Ley de Extranjería (Ley *Orgánica 10/2011, de 27 de julio, por la que se modifican los art. 31 bis y 59 bis de la Ley Orgánica 4/2002, de 14 de enero, sobre derechos y libertades en España*) y el *Real Decreto 557/2011, de 20 de abril,* mantienen las actividades de temporada como un régimen especial, al que se vincula la "autorización de residencia temporal y trabajo por cuenta ajena de duración determinada". Al mismo tiempo regula la ya denominada GECCO, incluyendo aspectos procedimentales. El Reglamento contempla también los visados de búsqueda de empleo, aunque como hemos adelantado desde el año 2009 no se convoca cupo alguno.

El último hito en la materia abordada ha sido la aprobación de la *Directiva 2014/36/UE,* de 26 de febrero, sobre las condiciones de entrada y estancia de nacionales de terceros países para fines de empleo como trabajadores temporeros. Pretende "contribuir a una gestión efectiva de los flujos migratorios en la categoría específica de la migración temporal de carácter estacional y a garantizar condiciones dignas de trabajo y de vida para los trabajadores temporeros, mediante el establecimiento de normas de admisión y estancia justas y transparentes y la definición de los derechos de dichos trabajadores, sin dejar por ello de ofrecer al mismo tiempo incentivos y salvaguardias para evitar que la estancia temporal se prolongue más de lo permitido o se convierta en permanente". En cualquier caso los Estados miembros mantendrán su derecho a determinar los volúmenes de admisión que estimen oportunos.

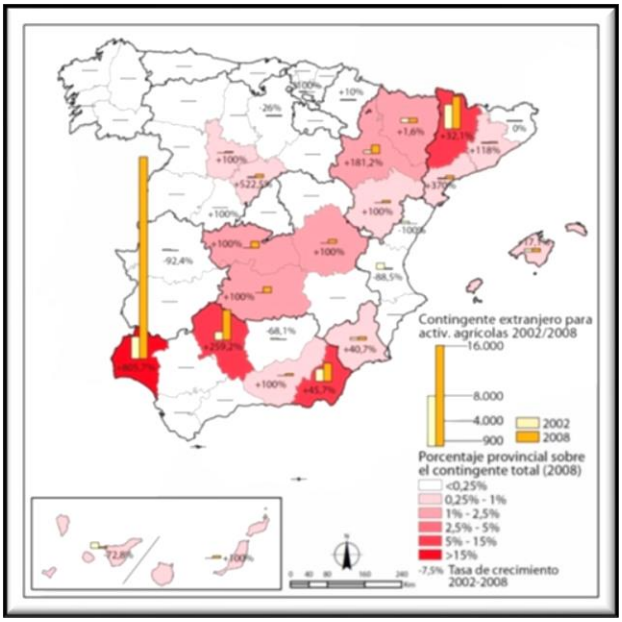
Para finalizar este apartado, y como indica De Lucas,[35] cuando se habla de políticas de inmigración de la Unión Europea y de la mayoría de sus Estados miembros es difícil dejar de reconocer que se trata de una política de migraciones reductiva, instrumental y de control unilateral de los movimientos migratorios.

La contratación en origen de trabajadores extranjeros en las actividades agrarias de temporada

Los datos estadísticos muestran que la mayor parte de las solicitudes concedidas mediante la GECCO son cubiertas por temporeros que llegan para las cosechas vinculadas a la agricultura de vanguardia[36] que se producen en la provincia de Huelva, en particular para la recolección de las fresas, arándanos, moras, frambuesas y cítricos, y en menor medida también para la plantación de las *berries* y las labores de manipulado agroindustrial (Mapa 1). Así, los agricultores onubenses acapararon 44.196 plazas de las 70.694 concedidas en el año 2007 y 31.699 de las 53.101 de 2008, cifra que representa el 62,5% y el 59,6% respectivamente. La agricultura frutícola de la provincia de Lérida es la segunda en importancia. En el

año 2008 llegaron 4.843 braceros a través de este procedimiento a la fruticultura leridana[37]. El olivar cordobés, la horticultura en invernaderos de Almería y los viveros de altura para la fresa de Segovia son otros destinos de estos trabajadadores extranjeros de temporada.

Mapa 1. Distribución geográfica de las ofertas aprobadas para las actividades agrícolas en el marco de los contingentes de temporada de 2002 y 2008



Fuente: Acuerdo de contingente para el año 2002 y MTIN, 2009.

De este modo, la GECCO ha proporcionado a algunos agricultores la mano de obra necesaria para las actividades de temporada, a través de la autorización de residencia temporal y trabajo por cuenta ajena de duración determinada.[38] Como ya se ha adelandato, ésta permite la realización de actividades o servicios de temporada o campaña y puede limitarse a una actividad y ámbito geográfico concreto. Su duración coincide con la del contrato de trabajo y no puede exceder de nueve meses, dentro de un periodo de doce meses consecutivos. La obtención de dicha autorización se inicia con la presentación de las ofertas de empleo por parte del empresario, o la organización empresarial a la que pertenezca, ante la

Comisión Provincial creada en las Delegaciones y Subdelegaciones del Gobierno, una vez verificada que la SNE permite acudir a esta vía de contratación. Así, la oferta solo podrá tramitarse a través de la GECCO en el caso de no encontrarse candidatos españoles, comunitarios o nacionales de terceros Estados residentes en España y con autorización de trabajo dispuestos a cubrir las vacantes. Dicha oferta de trabajo podrá ser genérica o nominativa. Esta última va dirigida a empleados "repetidores", los cuales ya han sido contratados previamente por el agricultor. En todos los casos las ofertas deben presentarse tres meses antes de la fecha de inicio del trabajo temporal en cualquier sector de actividad. Se observa que mediante este sistema los costes de la emigración y los costes de oportunidad, que se valoran en la Nueva Economía de las Migracioens Laborales,[39] son menores y reducen la incertidumbre asociada a la decisión de emigrar.

El elevado número de temporeros contratados en origen en algunas provincias no esconde que se trata de un proceso con una tramitación compleja y que no resulta barata, cuestión que es puesta de manifiesto por los empresarios agrícolas onubenses y leridanos entrevistados.[40] En primer lugar, el empleador debe ir al país de origen a realizar la selección de candidatos a los que va dirigida la oferta genérica, labor que realiza conjuntamente con la Administración española y la del país en cuestión, estando en ocasiones también presentes los sindicatos. No obstante, es frecuente que este trámite de selección lo realice la organización empresarial de la que el agricultor es socio, delegando estas funciones en sus representantes y pagando una cuota por la prestación de estos servicios. Generalmente son solo los grandes empresarios, los que contratan un número elevado de temporereos, los que se desplazan en persona para participar en el proceso selectivo. En segundo lugar, se tramitan los visados para que el trabajador pueda salir del país y entrar en España. Tambíen es necesario organizar el viaje de ida y vuelta, en el que las empresas asumen parte de los gastos de transporte, y debe garantizarse un alojamiento digno a los temporeros. Dichos trámites son más ágiles y fáciles en el caso de países como Rumania. Su pertenencia a la UE facilita los permisos de trabajo, de residencia y la circulación por el territorio, lo cual supone un aliciente para el contratador agrario.

Por su parte el trabajador deberá cumplir con el "compromiso de retorno", que implica que una vez finalizada la relación laboral volverá a su país de origen. Para acreditar este regreso tendrá que presentarse en la Misión diplomática o en la Oficina consular que le expidió el visado, en el plazo de un mes desde el término de su autorización en España. El incumplimiento de esta obligación podrá ser causa de denegación de ulteriores solicitudes de autorizaciones para trabajar,

durante los tres años siguientes al término de la autorización concedida. Los jornaleros extranjeros entrevistados aluden a esta circunstancia como un fuerte condicionante para retornar a su país y tener ciertas garantias de retorno durante la próxima campaña. Por otra parte, la acreditación del regreso, además del cumplimiento del resto de obligaciones laborales, le facultará para cubrir otras posibles ofertas de empleo que se generen en la misma actividad, esta vez mediante una oferta nominativa. Es interesante señalar que al objeto de garantizar el retorno del trabajador a su país de origen a la hora de seleccionarlo se tiene en cuenta que tenga cargas familiares, entendiendo que ello disminuirá el riesgo de infringir esta obligación.

El avance hacia esta vía de reclutamiento laboral se produce porque la agricultura española está destinada a una búsqueda continua de fuerza laboral, debido a las peores condiciones de trabajo que ofrece respecto a otros sectores productivos (carácter cíclico, menor consideración social, bajos salarios)[41], lo cual la convierten en una actividad propicia para los éxodos laborales, en la linea de lo que afirman otros estudios[42]. Esta dificultad para contratar trabajadores temporales, principalmente para la época de recolección, es una de las quejas tradicionales de los agricultores, según han destacado los empresarios y responsables sindicales entrevistados. Es por ello que en las últimas décadas la agricultura, especialmente la hortofrutícola de vanguardia, que usa intensivamente mano de obra estacional, ha experimentado diferentes estrategias de captación de mano de obra que han conducido a un proceso de relevo y sustitución de jornaleros nacionales por extranjeros, hasta llegar a la GECCO. Es decir, se aprecia de nuevo cómo la segmentación del mercado de trabajo español, que defiende la Teoría de los Mercados de Trabajo Duales, ha llevado a la creciente demanda de mano de obra extranjera para cubrir los puestos de trabajo que han abandonado los españoles o los extranjeros residentes.

Junto al citado factor dual, ciertos autores aportan otros elementos para justificar la entrada de extranjeros en las actividades agrarias. Al respecto, Pedreño[43] destaca la inserción de la nueva agricultura española en el mercado único europeo y la consiguiente necesidad de buscar mecanismos para ganar competitividad, junto al fenómeno de la inmigración transnacional. Gadea *et al.*[44] señalan la búsqueda de estrategias para cubrir las necesidades de trabajo barato y disponible en una agroindustria que ha tratado de contener los costes laborales para producir en condiciones de competitividad. En términos parecidos se destacaba en nuestro trabajo[45] que con la entrada a la UE y la mayor competencia internacional el reclutamiento de la mano de obra temporal en la agricultura se basa en la

contratación de temporeros extranjeros, baratos, flexibles y poco reivindicativos,[46] lo cual lleva a una creciente etnización y feminización (sobre todo en el cultivo de determinadas zonas agrarias como Huelva). La sustitución de temporeros nacionales por extranjeros, actuando como mano de obra de reserva y la falta de organización colectiva de estos ha favorecido la flexibilidad salarial de las actividades de temporada. Los empresarios agrícolas justifican este modelo de producción cuya rentabilidad y competitividad se garantiza básicamente a través de menores costes salariales y rebaja de las condiciones laborales debido a los bajos precios de venta de sus productos, consecuencia del mecanismo de formación de precios en el sector agrario que se establece de arriba hacia abajo.

Como se ha señalado, la difícil coyuntura económica española, a partir de 2008, ha llevado a una considerable reducción de los cupos aprobados. La mayor parte de los que se autorizan son para temporeros "repetidores". En este contexto de crisis y con el objetivo de priorizar la contratación de trabajadores autóctonos, la Subdelegación del Gobierno de Lérida anunció, en 2013, que limitaría a siete meses el periodo de contratación de temporeros extranjeros en origen para trabajar en la campaña de fruta. Por su parte en la provincia de Huelva desde la campaña 2011/2012 se aprueba un cupo de reserva de 2.200 plazas, todas ellas dirigidas a mujeres marroquíes que llegan mediante ofertas nominativas.

No obstante, tanto los empresarios agrarios como los sindicatos entrevistados desconfían de poder llegar al final de una campaña sólo con la mano de obra española, o extranjera, que ha retornado al campo debido a la crisis. Coinciden en afirmar que el reclutamiento mediante la GECCO garantiza la mano de obra temporal que necesita el sector. Por ello, en la campaña de recolección de berries 2010/2011 en la provincia de Huelva, en pleno ciclo de estancamiento económico y con una cifra de paro superior al 21% de la población activa, se autorizó un cupo de 5.300 trabajadores, todas mujeres repetidoras que llegaron desde Marruecos. En el caso de las empresas frutícolas leridanas se autorizó un contingente de temporada de 539 trabajadores, básicamente colombianos. Entre las facilidades que aporta la GECCO, Achón[47] destaca que a los agricultores les permite la disponibilidad inmediata de trabajadores para sacar adelante la campaña de recolección, al Estado la ordenación del flujo migratorio en atención a las necesidades de mano de obra del sector y a los municipios la erradicación del problema de la indigencia de los extranjeros residentes en el país y la garantía de mano de obra para el conjunto de los agricultores. Se confirma, de este modo, la Teoría de la Demanda Laboral de Krissman[48] que señala como causa de la

perpetuación de los procesos migratorios las preferencias de los empresarios por contratar mano de obra inmigrante.

En las entrevistas realizadas los agricultores afirmaron que las contrataciones en origen garantizan la disponibilidad del número de trabajadores necesario en el momento oportuno, destacando que permanecen durante toda la campaña, evitando problemas de descuadres en las cuadrillas por bajas imprevistas. Además coinciden en que se trata de un sistema de contratación que da lugar a una mano de obra poco conflictiva, que asume las condiciones de trabajo ofertadas y que presenta un alto rendimiento en el trabajo.

Otra de las características que han valorado positivamente los empresarios y sindicatos agrícolas es la posibilidad de contratar mediante la GECCO al mismo trabajador durante diferentes campañas, a través de ofertas nominativas.[49] Con ello el agricultor recupera la formación y experiencia de este capital humano, a la vez que es una forma de reducir los gastos asociados al proceso de selección en el país de origen. Sin duda, la condición de repetidores de estos inmigrantes constituye una forma de capital social creada a partir de las relaciones establecidas con los empresarios y los propios trabajadores repetidores, que permite minimizar los costes y riesgos de la migración que se describen en la Teoría de las Redes Migratorias.[50] En el contexto actual, donde las barreras migratorias internacionales son cada vez más difíciles de franquear, muchos temporeros contratados en origen no buscan nuevos destinos migratorios con mayores salarios, sino que prefieren retornar cada año a las campañas agrarias donde han construido una red de capital social: conocen al empresario agrícola, el trabajo en el campos, el pueblo donde se alojan, otros temporeros, etc., lo cual facilita el proceso migratorio.

Por su parte, en las entrevistas a los inmigrantes contratados en origen se destaca que aceptan ocupar estos trabajos temporales, a pesar de su precariedad y estacionalidad, porque, a semejanza de lo que defiende la Teoría de los Mercados Duales, los salarios que reciben son muy superiores a los que percibirían en su país de origen. Además, el prestigio social que valoran es el que consiguen al retornar a su país, no el que tienen en el ámbito agrario español. De esta forma el objetivo del proceso migratorio es la acumulación del mayor ingreso posible durante los meses de la campaña y retornar a su país con los ahorros de estos meses, lo cual contribuye positivamente al sustento de la unidad familiar y favorece su prestigio y estatus social. Es por ello que la satisfacción laboral que muestran es muy elevada: téngase en cuenta que más del 90% de los entrevistados deseaba retornar en posteriores temporadas. Sin embargo, también proponen ciertos cambios, como

una contratación de mayor duración, mejoras salariales o retornar al país de origen con la garantía de contrato para la siguiente temporada.

Entre las críticas hacia este sistema de reclutamiento se destaca que es utilitarista. Se trata de un sistema de contratación que refuerza una política de control de la inmigración y de cierre de fronteras para asegurar el retorno de los trabajadores a sus países, con lo que se impide su posible integración social y el pleno reconocimiento de los derechos de ciudadanía.[51] Por otro lado, los trabajadores han señalado en las entrevistas realizadas que las características de su permiso de residencia y trabajo conlleva una vida social en España muy limitada que se centra básicamente en el campo, los albergues donde se alojan y los pueblos donde trabajan, lo cual supone una baja integración en el tejido social.

En términos parecidos la política de inmigración de otros países aplicada al trabajo estacional en la agricultura pretende garantizar el retorno de los trabajadores a su país de origen. En Canadá los acuerdos bilaterales en el trabajo estacional en la agricultura prevén la celebración de un contrato entre el empresario agrario y los trabajadores extranjeros. Es el primero quien suministra alojamiento gratuito a los segundos, a la vez que asume parte de los gastos de desplazamiento y se compromete a pagar el salario estipulado en el sector agrario. Los países de origen de los migrantes representan a los trabajadores y se comprometen a realizar el reclutamiento. El proceso se inicia con la evaluación de las ofertas de los empleadores de acuerdo a los criterios de admisión aprobados para la entrada de trabajadores extranjeros en Canadá. Los trabajadores extranjeros se insertan en su mayor parte en explotaciones frutícolas, de vegetales y tabaco, con un contrato promedio de 4 meses. Tienen cubiertas las prestaciones sanitarias y disfrutan de los beneficios de baja por enfermedad y maternidad que prevén el seguro de empleo.[52] Como se observa, se trata de un procedimiento de reclutamiento de mano de obra temporal para la agricultura muy parecido al sistema establecido en España.

Reflexiones finales

Los resultados del estudio nos permiten afirmar que la GECCO de trabajadores extranjeros proporciona a los agricultores la mano de obra necesaria para las actividades estacionales. Este procedimiento de contratación permite realizar trabajos de temporada limitados a una determinada actividad y ámbito geográfico. Esta vía de reclutamiento laboral se ha creado porque la agricultura española está destinada, de forma continuada, a la búsqueda de jornaleros ante el éxodo de trabajadores autóctonos, en menor medida también extranjeros, que han encontrado alternativas en otros sectores con mejores condiciones laborales.

En el caso que nos ocupa, tratándose de un procedimiento provocado por la satisfacción de una demanda de trabajo temporal y en un sector tradicional en el que el uso de mano de obra extranjera no se vincula a procesos migratorios definitivos, sino temporales, las aportaciones más recientes que tratan de explicar una fisonomía específica de las migraciones internacionales se ajustan mejor al modelo. Procesos regulados y controlados por la normativa estatal, como es el caso la política de contingentes, responden a factores políticos que gestionan la inmigración e inciden en su repercusión sobre el conjunto de la misma en el territorio español. Así mismo el fenómeno responde a las necesidades de mano de obra extranjera procedente de países menos desarrollados así como a las necesidades de movilidad laboral de la población de estos países. En general en estos procesos intervienen empresas que forman parte de un mismo sector de actividad, que a su vez delimitan segmentos de mercado, tanto de productos como de trabajo. Esta circunstancia lleva a que las empresas adopten estrategias idénticas o similares de contratación de mano de obra, en la que la contratación de personas extranjeras es un denominador común en todas ellas. A su vez, el recurso a contratar personas que forman parte de un mismo país, misma localidad, familia o vecindario también se ha utilizado como estrategia para garantizarse una mano de obra eficiente, estable, dócil, etc. aspectos todos ellos recogidos en las aportaciones de las teorías más recientes sobre la inmigración.

Los autores de la Teoría de los Mercados de Trabajo Duales defienden que la segmentación del mercado laboral existente en los países desarrollados es la que lleva al rechazo de los trabajos de escaso prestigio, temporales o precarios por parte de la población local. Un exponente de ello es que durante la actual crisis económica, y con elevadas tasas de paro, se ha mantenido la necesidad de temporeros extranjeros. Esto tiene especialmente incidencia en la tecnoagricultura, la hortofrutícola que usa intensivamente mano de obra estacional.

Aunque determinadas actividades de la agricultura de vanguardia han generado un mercado de trabajo estable para autóctonos o inmigrantes con residencia, éstas conviven con otras explotaciones agrarias que por sus características requieren de una importante mano de obra estacional, donde la presencia de jornaleros extranjeros es vital para su continuidad. De este modo, el procedimiento específico que ha regulado la legislación española ha facilitado la existencia de un modelo de producción agrario cuya rentabilidad y competitividad se garantiza en buena parte a través de los menores costes salariales, que los empresarios agrarios defienden en base a los bajos precios de venta de sus productos.

Los procesos migratorios asociados a la contratación en origen no obedecen a una sola causa. Si se analiza desde la perspectiva de las teorías de la migración se observa un proceso múltiple en el que aparecen rasgos de diferentes planteamientos. Así, la política del contingente valora la migración como un mecanismo que facilita mano de obra a los países desarrollados (núcleo) procedente de los países menos desarrollados (periferia). La firma de acuerdos bilaterales refuerza la relación de dependencia entre centro y periferia en consonancia con la Teoría Migratoria de los Sistemas Mundiales.

Desde el punto de vista laboral, la GECCO refuerza la idea del mercado de trabajo segmentado, donde la demanda de trabajo se dirige a un sector de población que se caracteriza por su origen nacional y social, que difícilmente se entremezcla con la población autóctona, por lo que no entra en competencia profesional. El motivo principal es el abandono de estos puestos de trabajo por parte de la población española y de la población extranjera residentes e integrada social y laboralmente.

La idiosincracia de este procedimiento de contratación evidencia una reducción de los costes migratorios y una menor incertidumbre asociada a la decisión de emigrar, en consonancia con los postulados de la Nueva Economía de las Migraciones Laborales. Del mismo modo, los costes de oportunidad asociados a la emigración también son menores.

Como hemos visto, los empresarios agrarios han manifestado su preferencia por contratar población extranjera mediante este procedimiento por el mejor resultado que obtienen respecto a otras alternativas de contratación. Prueba de ello es que las contrataciones nominativas son utilizadas mayoritariamente. Los agricultores afirman que la GECCO garantiza la disponibilidad de trabajadores necesarios en el momento oportuno y durante toda la campaña. Se trata de mano de obra poco conflictiva, con alto rendimiento y que asume las condiciones de trabajo ofertadas. Se confirma la Tesis de la Demanda Laboral que afirma que los procesos migratorios se perpetúan por la preferencia de los empleadores por mano de obra inmigrante.

La condición de repetidores de estos inmigrantes constituye una forma de capital social creada a partir de las relaciones establecidas con los empresarios, que permite minimizar los costes y riesgos de la migración, como establece la Teoría de las Redes Migratorias. En el contexto actual, con elevadas barreras migratorias, muchos temporeros contratados en origen no buscan mejores salarios en nuevos países y prefieren retornar al campo español donde han tejido una red de capital

social que facilita el proceso migratorio (conocen al empresario agrícola, el trabajo en el campos, el pueblo donde se alojan, otros temporeros, etc.).

Por último y en la línea de lo que afirman Massey y Espinosa[53] "los resultados sugieren que todas las teorías sobre la migración internacional son técnicamente correctas en el sentido restringido de que muchas de sus hipótesis son consistentes con los datos" de su trabajo y también de nuestro estudio. Sin embargo, y como sugiere Martínez[54] lo que se plantea en este estudio no es la revisión completa de los diferentes supuestos de estas teorías, sino fragmentos de teorías que pueden a veces unirse de manera sincrética.

Notas y referencias

* Este documento recoge parte del trabajo realizado por los autores en la ejecución de los proyecto I+D+i *Gestión colectiva de contrataciones agrícolas en origen y sus soportes territoriales en España y Marruecos: propuesta de concatenación de campañas e implicaciones en el codesarrollo (GECOA),* financiado por el Ministerio de Ciencia e Innovación (Ref. CSO2010-18764, 2011 – 2014) y del Observatorio permanente de la inmigración de las comarcas de Lleida: estudio de los temporeros de las comarcas de la plana, financiado por la Diputación de Lleida durante el periodo 2015-2016.

1 Esteban TABARES. "Jornaleros y temporeros". *La acción social. Cuadernos de formación*. Madrid, Caritas, 14, 1990.

2 Juan Bautista VILAR; Carmen BEL; Josefa GÓMEZ y Pedro María EGEA. *Las emigraciones murcianas contemporáneas.* Murcia: Universidad de Murcia, 1999.

3 Horacio CAPEL."Inmigrantes extranjeros en España. El derecho a la movilidad y los conflictos de la adaptación: grandes expectativas y duras realidades". *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales,* 81, 2001 http://www.ub.edu/geocrit/sn-81.htm

4 Juan Carlos ANDREO. *Inmigración extranjera y empresas de trabajo temporal en la región de Murcia.* Madrid: Doble J, Colección Ciencias Sociales, 2007.

5 Eduardo GERONIMI. "Acuerdos bilaterales de migración de mano de obra: modo de empleo". *Estudios sobre Migraciones Internacionales.* Ginebra. Oficina de Trabajo Internacional, 65, 2004.

6 Juan Antonio MÁRQUEZ e Israel MACÍAS. El codesarrrollo como experiencia de desarrollo local. Temporeras marroquíes en Huelva. En: Juan Antonio MÁRQUEZ (dir.), *Más allá de la competencia agrícola hispano-marroquí. La gestión colectiva de contratos en origen.* Huelva: Ediciones de la Universidad de Huelva, 2015, pp. 105-128.

7 Juana MORENO. "Los contratos en origen de temporada: mujeres marroquíes en la agricultura onubense". *Revista de Estudios Internacionales Mediterráneos*. Madrid, 7: 58-78, 2009.

8 Mercedes GORDO. Los contratos en origen de temporada a las "marroquinas": estrategia empresarial para sustituir a las trabajadoras del Este de Europa tras la incorporación de

estos países a la UE. En: Juan Antonio MARQUEZ y Mercedes GORDO (eds.), *Cooperación transfronteriza Andalucía-Algarve-Alentejo. Actas del XI Congreso de la Asociación de Ciencia Regional de Andalucía 2009*. Huelva: Servicio de publicaciones de la Universidad de Huelva, 2011, pp. 573-593.

[9] Teresa TORRES; Rafael ALLEPUZ y Mercedes GORDO. "La contractación de mano de obra temporal en la agrícultura hortofrutícola española". *AGER Revista de Estudios sobre Despoblación y Desarrollo Rural.* Zaragoza, 16: 7-37, 2014.

[10] Mercedes GORDO; Rafael ALLEPUZ; Juan Antonio MÁRQUEZ, y Teresa TORRES. "La gestión colectiva de los contratos en origen de temporeros colombianos en la provincia de Lleida". *Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles*. Madrid, 68: 233-252, 2015.

[11] Teresa TORRES y Rafael ALLEPUZ. "La contratación de temporeros en las campañas de recolección del sector frutícola". *Cuadernos de Relaciones Laborales*. Madrid, (en prensa).

[12] Andrés PEDREÑO. "Trabajadores inmigrantes y agricultura intensiva por qué vinieron a recolectar frutas y hortalizas a los campos del Mediterráneo español y cómo fueron convertidos en fuerza de trabajo vulnerable y disponible". En: Andrés TORNOS (ed.), *Los inmigrantes y el mundo del trabajo*. Madrid: Universidad Pontificia Comillas, Colección Sociedad, Cultura y Migraciones, 2003, 5.

[13] Rafael VIRUELA. "Inmigrantes rumanos en España: aspectos territoriales y procesos de sustitución laboral". *Scripta Nova: Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Barcelona, 10: 205-228, 2006.

[14] Juana MORENO, 2009.

[15]Alicia REIGADA. "Más allá del discurso sobre la inmigración ordenada, contractación en origen y feminización del trabajo en el cultivo de la fresa en Andalucía". *Política y Sociedad*. Madrid, 49: 103-122, 2012.

[16] Olga ACHON. Colombianos para la fruticultura leridana. Análisis crítico de los protocolos de reclutamiento de temporeros. En: Martha Judith, SÁNCHEZGÓMEZ y Sara María LARAFLORES (coords.), *Los programas de trabajadores agrícolas temporales ¿una solución a los retos de las migraciones en la globalización?* México: Universidad Nacional Autónoma de México e Instituto de Investigaciones Sociales, 2015. Olga ACHON. "Profundizando la feminización del trabajo en la agroindustria leridana. La Contratación en origen y los alojamientos para mujeres". *Navegar. Revista de estudios de e/imigraçâo*. Maracanà, vol. 2, 3: 187-211, 2016.

[17] Dicho trabajo de campo se realizó en el marco de los proyectos de investigación anteriormente indicados.

[18] Alejandro PORTES. "Migration and Underdevelopment". *Politics and Society*, 8(1):1-48, 1978. Según esta teoría el proceso migratorio no es el resultado de un colectivo de personas que llevan a cabo elecciones racionales, sino el resultado de desigualdades socio-espaciales que se repiten sistemáticamente.

[19] El Acuerdo del contingente fijó un cupo anual máximo de 20.600 autorizaciones de empleo para personas extranjeras en los años 1993 y 1994, de 25.000 para 1995 y 28.000

y 30.000 respectivamente para los años 1998 y 1999 debido al crecimiento de la economía española y al rechazo de la población a cubrir determinadas ocupaciones.

[20] Siguiendo los postulados de la Teoría de los Sistemas Mundiales, la política del contingente valora la inmigración como un mecanismo que ofrece mano de obra a las potencias del núcleo y considera a los inmigrantes como sujetos pasivos de estos. Alejandro PORTES y John WALTON. *Labor, class and the international system*. New York: Academic Press, 1981. Saskia SASSEN. *The mobility of labor and capital: A study in international investment and labor flows*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988. Puesto que la plena comprensión del processo migratório no puede explicarse a través de un único enfoque, a lo largo del trabajo se indican diferentes perspectivas que permiten explicar el denómeno de la migración.

[21] Eduardo GERONIMI, 2004:19.

[22] Se confirmaba que parte de la demanda de trabajadores extranjeros que generaba la economía española respondía a la segmentación del mercado laboral que defiende la Teoría de los Mercados Duales. Michael J. PIORE. *Birds of passage: Migrant labor in industrial societies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

[23] Teresa TORRES; Rafael ALLEPUZ y Mercedes GORDO, 2014.

[24] Mercedes GORDO y Francisco Javier GARCÍA-DELGADO. La política de flujos migratorios en España. El contingente de temporeros agrícolas. En: Juan Antonio MÁRQUEZ, *Jornaleros extranjeros en España*. Huelva: Universidad de Huelva, 2014, pp. 31-74.

[25] Olga ACHÓN. *Importando miseria. La alternativa a la provisión de mano de obra agrícola*. Madrid: Catarata, 2011. Rafael ALLEPUZ; Mariona FARRÉ; Mercè SALA y Teresa TORRES. *La contractació en origen a Catalunya*. Lérida: De París, 2009.

[26] Manuel BAGO. Inmigración en la provincia de Huelva. En: Comandancia de la Guardia Civil de Huelva (Dir.), *Orientaciones para la prestación del Servicio Rural*. Huelva: Diputación Provincial de Huelva y Comandancia de la Guardia Civil, 2007, pp. 13-32. Mercedes GORDO. Implantación de los contratos en origen en las campañas agrícolas de temporada: el liderazgo de la provincia onubense. En: Mercedes GORDO y Jesús FELICIDADES (Eds.), *Explotando los contratos en origen en los campos españoles Huelva*. Huelva: Universidad de Huelva, 2009, pp. 119-144.

[27] La nueva Ley pretende coordinar las tres prioridades siguientes: el control de flujos migratorios, la integración social de los inmigrantes y la ayuda al desarrollo de los países de origen, en base a los acuerdos tomados por los Jefes de Estado y Gobierno de los estados miembros de la UE en el Consejo de Tempere celebrado durante los días 16 y 17 de octubre de 1999.

[28] A pesar de ser configurada como una simple modificación de aspectos concretos de la *Ley de extranjería 4/2000*, la nueva *Ley 8/2000* supone realmente un nuevo marco legal en relación a los derechos y obligaciones de los extranjeros en España. En general los cambios introducidos endurecieron las condiciones de entrada, de régimen de permanencia, el reagrupamiento familiar y se limitaron los derechos para beneficiarse de

determinados derechos constitucionales a los extranjeros residentes en detrimento de los irregulares.

[29] Carlos ESPLUGUES y Manuel LORENZO. *El nuevo régimen jurídico de la inmigración en España*. Valencia: Tirant lo Blanch, 2001.

[30] Mercedes GORDO. Ofertas de contratación de jornaleros mediante el contingente de temporada. En: Juan Antonio MÁRQUEZ (dir.), *Jornaleros extranjeros en España*. Huelva: Ediciones de la Universidad de Huelva, 2014, pp. 154-198.

[31] Eduardo GERONIMI, 2004:V.

[32] Alicia REIGADA, 2012: 110.

[33] Las campañas de recolección están muy vinculadas a las condiciones climáticas y de mercado, las cuales determinan en gran manera el volumen de producción, el momento en que debe realizarse la cosecha y el número de trabajadores necesario para llevar a cabo esta actividad.

[34] La moratoria a la libertad de circulación laboral para Polonia expiró el 1 de mayo de 2006, mientras que para Bulgaria y Rumania lo hizo el 1 de enero de 2009. No obstante en el año 2011 el Gobierno español decidió restituir la moratoria para los ciudadanos rumanos hasta el 31 de diciembre de 2013. La decisión vino motivada por la situación nacional de empleo, la importante colonia rumana existente en España y el derecho reconocido por la normativa comunitaria a fijar un máximo de 6 años como período de moratoria desde que el nuevo Estado pasa a formar parte de la Unión Europea.

[35] Javier DE LUCAS. "Inmigrantes. Del estado de excepción al Estado de derecho". *Oñati Socio-Legal Series*. Oñati, 3: 1-14, 2011.

[36] Se trata de una agricultura altamente modernizada, caracterizada por la investigación para la obtención de nuevas variedades, la selección de plantones resistentes a distintas plagas, la obtención de frutos más tempranos o tardíos, la hidroponía, la utilización de túneles e invernaderos de plástico, la organización comercial para la exportación, etc. siendo las explotaciones hortofrutícolas las más beneficiadas por la implantación de estos sistemas.

[37] Según cifras del MTIN, MINISTERIO DE TRABAJO E INMIGRACIÓN (2009): *Contingente 2008. Gestión de ofertas de carácter temporal. Sector agrícola*. Datos a 6 de mayo de 2009. Documentación interna. Inédito. MTIN, MINISTERIO DE TRABAJO E INMIGRACIÓN (2008): *Contratación en origen para actividades de temporada. Acuerdo de contingente 2007*. Datos a 20 de noviembre de 2008. Documentación interna. Inédito.

[38] Véase los requisitos que deben cumplir los empresarios y trabajadores para obtener una respuesta favorable a la petición en Mercedes GORDO y Juan Antonio MÁRQUEZ (dirs.). *Estudio cuantitativo-cualitativo sobre transferencia del modelo de sistemas de movilidad de flujos migratorios en Huelva a otras provincias andaluzas*. Sevilla: Fundación AFIES, 2014.

[39] Oded STARK. *The migration of labor*. Cambridge: BasilBlackwell, 1991.

[40] En el primer caso uno de los principales países de origen es Marruecos. En el segundo caso destaca el reclutamiento de temporeros colombianos.

[41] Se observa el proceso que describían los autores neoclásicos como Fei y Ranis según el cual la movilidad de la ocupación agraria es un elemento básico del crecimiento

económico de los países. John CH FEI, y Gustav RANIS. "A theory of economic development". *American Economic Review*. Pittsburgh, vol 55, 4:533-565, 1961.

[42] Juan Antonio MÁRQUEZ y Mercedes GORDO. Conclusiones sobre el contingente agrícola de temporada en España. En: Juan Antonio MÁRQUEZ (dir.), *Jornaleros extranjeros en España*. Huelva: Ediciones de la Universidad de Huelva, 2014, pp. 175-180. Véase también Teresa TORRES; Rafael ALLEPUZ y Mercedes GORDO, 2014 y Mercedes GORDO y Juan Antonio MÁRQUEZ, 2014.

[43] Andrés PEDREÑO. Sociedades etnofragmentadas. En: Andrés PEDREÑO y Manuel HERNÁNDEZ (coord.), *La condición inmigrante. Exploraciones e investigaciones desde la Región de Murcia*. Murcia: Universidad de Murcia, 2005, pp.75-103.

[44] María Elena GADEA; Carlos DE CASTRO; Andrés PEDREÑO y Natalia MORAES. "Jornaleros inmigrantes en la agricultura murciana: reflexiones sobre crisis, inmigración y empleo agrícola". *Migraciones*. Madrid, 37:149-169, 2015.

[45] Teresa TORRES; Rafael ALLEPUZ y Mercedes GORDO, 2014.

[46] De manera similar Achón destaca que con la GECCO, las oportunidades del extranjero residente, regular o irregular, de encontrar trabajo en el sector agrario se vieron reducidas. Frente a ellos, un nuevo trabajador se erigía en competencia por el trabajo agrícola: aquel obligado a retornar a su país de origen luego de finalizadas las campañas, y, por ello, menos problemático. Afirma que la ley de extranjería, en este contexto, se muestra eficaz en su propósito de fijación de la mano de obra del trabajador errante. Olga ACHON. "Desvagabundizando la mano de obra extranjera en España. Fijación de la fuerza de trabajo extranjera, ley de extranjería y el sistema de reclutamiento y suministro de trabajadores de Unió de Pagesos". *Revista de Estudios Sociales*. Colombia, 48: 69-83, 2014.

[47] Olga Achón, 2014.

[48] Fred KRISSMAN. "Sin coyote ni patrón: why the "migrante network" fails to explain international migration". *International Migration Review*. New York, vol. 39, 1: 4-44, 2005.

[49] Los resultados de las entrevistas realizadas a los trabajadores contratados en origen en la campaña 2012/2013 de Huelva y Lérida evidenciaron que la media de temporadas trabajadas era superior a 5.

[50] Corinne DELÉCHAT. "International migration dynamics: The role if experience and social networks". *Labour*. Rome, vol. 15, 3: 457-486, 2001.

[51] Al respecto véase Alicia REIGADA,"Trabajadoras Inmigrantes en los Campos Freseros: Hacia una Segmentación Sexual y Étnica del Trabajo y la Vida Social". Comunicación aceptada en el *V Congreso Sobre la Inmigración en España. Migraciones y Desarrollo Humano*. Valencia, 2007 y también Mercedes GORDO y Juan Antonio MÁRQUEZ, 2014.

[52] Véase Alan GREEN y David GREEN. "Canadian immigration policy: the effectivesess of the paint system and other instruments". *The Economics of Migration*. Elgar, vol. III, 2002. Patti Tamara LENARD y Christine STRAEHLE (eds.). *Legislated Inequality. Temporary Labour Migration in Canada*. Sabon (Canada): McGill-Queen's University Press, 2012. Phillip MARTIN. "Towards effective Temporary Worker Programs: Issues and challenges in industrial countries". *International Migration Papers*. Geneva, 89, International

Labour Office, 2007. Kerry PREIBISCH y Leigh BINFORD. "Interrogating Racialized Global Labou Supply: an Exploration of the Racial/National Replacement of Foreing Agricultural Workers in Canada". *Canadian Review of Sociology and Antropology*. Canadá, 44-1: 5-36, 2008.

[53] Douglas S. MASSEY y Kristin E. ESPINOSA. "What's driving Mexico-US Migration? A Theorical Empirical and Policy Analysis". *American Journal of Sociology*, Chicago, 102(4): 939-999, 1997, pág. 64.

[54] Ubaldo MARTÍNEZ. "Teorías sobre las migraciones". *Migraciones y Exilios*. Madrid, 1: 11-26, 2000 pág. 18.

Recebido em 01/08/2017
Aprovado em 15/12/2017

Sistema de contratación en origen: el revés de una política migratoria y laboral instrumental

*Alicia Reigada**
Universidad de Sevilla

Resumen: Este artículo se aproxima al programa de trabajadoras agrícolas de temporada implantado en el cultivo de la fresa en Huelva (Andalucía, España). Partiendo de una mirada histórica, recorre el periodo en que se introduce esta modalidad de contratación, la fase de consolidación y auge del programa, hasta llegar a una etapa posterior caracterizada por la drástica disminución de las contrataciones y la inestabilidad del programa. En concreto, el análisis se detiene en dos aspectos íntimamente relacionados: los diferentes factores, actores y lógicas que intervienen en la implantación, consolidación y evolución del programa; y los cambios, puntos de inflexión e implicaciones que derivan de estas políticas. Este análisis permite revisar las aproximaciones planteadas en términos de eficacia de la gestión de las migraciones laborales y la concepción instrumental del trabajo y de los y las migrantes que subyace a estos programas. El artículo forma parte de una investigación más amplia basada en una metodología cualitativa y apoyada en las técnicas de la entrevista en profundidad y la observación participante.
PALABRAS CLAVE: Programa de trabajadores agrícolas de temporada - Gestión de la migración laboral - Política instrumental.

Resumo: Este artigo aborda o programa de trabalhadores agrícolas sazonais, implantado no cultivo de morangos em Huelva (Andaluzia, Espanha). De uma perspectiva histórica, abrange o período em que o tipo de contrato, a fase de consolidação e o programa de expansão são instituídos, até chegar a uma etapa posterior, caracterizada pela diminuição drástica no recrutamento e instabilidade do programa. (Andaluzia, Espanha). De uma perspectiva histórica, abrange o período em que o tipo de contrato, a fase de consolidação e o programa de expansão são instituídos, até chegar a uma etapa posterior, caracterizada pela diminuição drástica no recrutamento e instabilidade do programa. De forma específica, a análise centra-se em dois aspectos intimamente relacionados aos diferentes fatores, atores e lógica envolvidos na criação, consolidação e desenvolvimento do programa, bem como, mudanças, pontos de virada e implicações decorrentes dessas políticas. A análise permite rever relativas à gestão eficaz da migração econômica, à concepção instrumental de trabalho e aos migrantes envolvidos. O artigo é parte de investigação mais ampla, baseada em metodologia qualitativa e técnica de entrevistas, em profundidade e observação participante.
PALAVRAS-CHAVE: Programa de trabalhadores agrícolas - Gestão da migração do trabalho sazonal - Política instrumental.

Abstract: This paper analyzes the Seasonal Agricultural Worker Program implanted in strawberry cultivation in Huelva (Andalusia, Spain). Starting from a historical perspective, it go through the period in which this modality of recruitment is introduced, the phase of consolidation and growth of the program, until arriving at a later stage characterized by the drastic decrease of the contracts and the instability of the program. In particular, the analysis focuses on two related aspects: the different factors, actors and logics that intervene in the implementation, consolidation and evolution of the program; and the changes, inflection points, and implications that derive from these policies. This analysis makes it possible to review the approaches proposed in terms

of the effectiveness of the management of labor migration, and the instrumental conception of work and of the migrants that underlies these programs. The paper is part of a broader research based on a qualitative methodology and supported by in-depth interview techniques and participant observation.
KEYWORDS: seasonal agricultural worker program, management of labor migration, instrumental policies.

Introducción

El incremento y expansión de los programas de trabajadores agrícolas de temporada, también denominados programas de trabajadores invitados, ha alentado la elaboración de estudios e informes institucionales que recogen la historia, los principios y características de las iniciativas más significativas, al tiempo que evalúan los resultados y la eficacia de estos programas.[1] Algunos de estos informes tienen como objetivo identificar los fallos que presentan y proponer soluciones y posibles mejoras en su funcionamiento. Junto a ello, sobresale una línea de investigación que cuenta con una larga trayectoria en estudios aplicados a distintos países y referentes empíricos y que se interesa por comprender y explicar, desde una perspectiva crítica, las distintas dimensiones de estos programas.[2] Las preguntas de investigación, en este caso, no se interrogan tanto por su eficacia como por los procesos, lógicas, relaciones sociales, cambios e implicaciones de los mismos. En el Estado español sobresalen los estudios centrados en los dos referentes de mayor peso, el cultivo de la fresa en Andalucía[3] y el caso de la agricultura en Cataluña.[4]

Este artículo se aproxima al programa de trabajadoras agrícolas de temporada implantado en el cultivo de la fresa en Huelva (Andalucía, España). Partiendo de una mirada histórica, recorre el periodo en que se introduce esta modalidad de contratación, la fase de consolidación y auge del programa, hasta llegar a una etapa posterior caracterizada por la drástica disminución de las contrataciones y la inestabilidad del sistema.[5] De los contratos en destino, a los contratos en origen; de las familias jornaleras andaluzas y los antiguos trabajadores magrebíes y subsaharianos, a las nuevas temporeras de la fresa; de Polonia a Rumanía, Senegal y Marruecos. En concreto, el análisis se propone abordar dos aspectos íntimamente relacionados: los distintos factores, actores y lógicas que intervienen en la implantación, consolidación y evolución del programa; y los cambios, puntos de inflexión e implicaciones que derivan de estas políticas. Para ello toma como guía dos hipótesis de partida. La primera entiende que se da una convergencia de factores y lógicas diversas y complejas que hace que la visión hegemónica, aquella basada en una concepción instrumental del trabajo y la inmigración, coexista –y confronte– con otras lógicas que intervienen en la puesta en práctica del programa. La segunda hipótesis de partida sostiene que el que ha sido definido como el modelo ideal de la inmigración ordenada se caracteriza por una dinámica de

cambio continuo que imprime cierta inestabilidad al modelo, y por la sucesión de conflictos y tensiones sociales derivadas de las bases del sistema.

A partir del breve recorrido que se hace de la historia de estas políticas, y sin obviar las similitudes que tiene con otros programas de trabajadores agrícolas de temporada, el análisis se interesa por subrayar las particularidades locales que presenta la experiencia del cultivo de la fresa. El énfasis puesto en la especificidad permite profundizar y comprender la complejidad de factores, percepciones y actores que influyen en los sistemas de reclutamiento y contratación de la fuerza de trabajo, en la orientación de los flujos y patrones migratorios y en la composición sexual, étnica y nacional de la mano de obra. Ayuda a entender, igualmente, las alianzas y conflictos que entraña este proceso de ordenación de las migraciones, y a cuestionar la concepción instrumental del trabajo y la inmigración en que se basa.

De los contratos en destino a los contratos en origen: factores, lógicas y actores

Conocido en otros países como programa de trabajadores agrícolas de temporada, el sistema de contratación en origen se consolida y expande en el cultivo de la fresa en Huelva en 2001/2002, convirtiéndose en pocos años en el principal referente del Estado español y uno de los más importantes de Europa. Es mirando a la experiencia impulsada en Cataluña por la Unió de Pagesos,[6] con quien la organización agraria COAG[7] estableció un acuerdo basado en el sistema de concatenación de campañas,[8] que se contrataron en 1999 cupos de trabajadores colombianos para trabajar en la fresa. Junto a ello, se halla el proyecto piloto realizado por ASAJA en 2000, a través del cual se contrataron 600 trabajadoras polacas y 200 trabajadores de Marruecos. Tras estas experiencias, las contrataciones en origen pasaron a multiplicarse cada año, ascendiendo a cerca de 6.500 contrataciones en 2001/2002, más de 20.000 en 2003/2004, más de 32.000 en 2005/2006 y en torno a 40.000 en 2007/2008.

Estas políticas implican el paso de los contratos en destino a los contratos en origen y de la mano de obra anterior, integrada por familias jornaleras andaluzas y trabajadores magrebíes y subsaharianos, a las nuevas temporeras de la fresa. Supone, por tanto, un cambio significativo en la modalidad de contratación, en la gestión de las migraciones laborales y en la composición sexual, étnica y nacional de la mano de obra. Numerosos son los factores y procesos que intervienen en la implantación y consolidación del sistema de contratación en origen, y diversas son las lógicas que orientan los comportamientos y visiones de los actores involucrados.

Habría que comenzar señalando que este cambio en la modalidad de contratación se inscribe en un marco político-jurídico que define las políticas de contratación en origen como una vía para regular y controlar las migraciones y cubrir, al mismo

tiempo, las necesidades del mercado de trabajo.[9] Recordemos que desde la implantación de la LO 8/2000 hasta la actualidad la evolución hacia un modelo de gestión de la inmigración en términos de política instrumental y de seguridad no ha hecho sino acentuarse.[10] Así lo refleja, entre otros aspectos, el llamativo incremento –especialmente a partir del año 2000– del número de convenios de readmisión de inmigrantes irregulares firmados por España y las deportaciones masivas; las modificaciones incorporadas con la Ley de Extranjería 14/2003 y la orientación de la Directiva Europea para el Retorno de las Personas Inmigrantes (2008); el aumento de los dispositivos de vigilancia de la frontera sur, siguiendo lo acordado en la Agencia europea para la gestión de la cooperación operativa en las fronteras exteriores (Frontex) y la multiplicación de los controles policiales; la ampliación del periodo de internamiento en los Centros de Internamiento de Extranjeros (CIE's) o la limitación de las solicitudes aprobadas para el reagrupamiento familiar.

En este contexto, y de la mano de las medidas legislativas que tienen como objeto frenar la inmigración irregular, aparecen los acuerdos que persiguen regular esa otra inmigración que se demanda para cubrir las necesidades de los mercados de trabajo. Dicha orientación queda plasmada en la Iniciativa de Berna, impulsada por el gobierno suizo en 2001, que "se inspira en el reconocimiento de que la migración es una característica esencial del mundo actual, y de que todos los Estados tienen el reto común de encontrar modos para gestionarla con mayor efectividad, para que sea segura, ordenada y beneficiosa para los migrantes y las sociedades".[11] Para ello consideran fundamental la cooperación interestatal. Es en esta otra vertiente de la política estatal y europea donde se inserta la celebración de convenios bilaterales en materia de migraciones laborales.[12] La concertación de este tipo de convenios debemos entenderla, igualmente, en el marco de la aprobación, en 2001, del Programa Global de Regulación y Coordinación de la Extranjería y la Inmigración en España (GRECO). Este contempla, entre otros aspectos, la ordenación de la llegada de inmigrantes desde su país de origen mediante la firma de acuerdos bilaterales que incluyen acuerdos de repatriación. En esta línea debe entenderse la modificación que se hace, a través de la Ley 14/2003, del artículo 39.6 y el principio que establece que las ofertas de trabajo de temporada se orientarán preferentemente hacia los países con los que España haya firmado acuerdos de regulación de flujos.[13]

La concepción de las migraciones que está en la base de las políticas migratorias inspira el acuerdo que se establece, a nivel local, entre sindicatos mayoritarios (CCOO y UGT),[14] organizaciones agrarias y Gobierno para introducir las políticas de contratación en origen en el cultivo de la fresa. Un acuerdo apoyado, a su vez, en el pacto social capital-trabajo, esto es, en las estructuras de negociación y legitimación resultantes de la alianza del Estado, los sindicatos y la industria agraria, siguiendo el modelo implantado en la industria a través del pacto keynesiano.[15] En

el caso que nos ocupa, este acuerdo se sustenta en tres premisas de partida: el sistema de contratación en origen permite controlar y ordenar las migraciones laborales desde el punto de vista jurídico (legalidad) y social (estabilidad); garantizar la mano de obra y la calidad requerida por uno de los sectores productivos más importantes de la región; y cubrir los derechos y condiciones de trabajo de los y las trabajadoras, al asegurar el transporte, la vivienda y el empleo.

> No es procedente que un factor de desarrollo tan importante esté sustentado en una base de irregularidad como puede ser un trabajador sin la documentación. Eso nos hizo en el 2002, aproximadamente, la posibilidad de traer trabajadores inmigrantes pero contratados regularmente, de tal forma que pudiésemos abastecer las necesidades del mercado de trabajo en la provincia pero desde una perspectiva de una inmigración ordenada y de una inmigración legal. Así empezamos con la contratación en origen, trayendo trabajadores con su contrato de trabajo, que se les aplica el mismo convenio del campo que a los trabajadores nacionales, se les asigna una vivienda digna, se les paga incluso uno de los trayectos de sus lugares de origen a los lugares de trabajo, y que permite una vez que finaliza su contrato retornar a sus lugares (subdelegado del Gobierno en la provincia de Huelva).

> Es que antes tú no te puedes imaginar lo que sucedía en los pueblos, llegar y ver a esta hora a miles y miles de trabajadores andando por la calle, pidiendo trabajo, la fruta no llevaba calidad ninguna, porque no tenías tiempo para recolectarla, todo el mundo mirando para los lados, «como me cojan me meten en la cárcel», y además la inseguridad que había. A nosotros se nos ocurrió este sistema porque en El Ejido fue donde explotó,[16] a lo mejor podía haber explotado aquí. Entonces dijimos «o nos ponemos las pilas o nos explota esto a nosotros también», nos sirvió de experiencia aquello. Y la verdad es que está todo el mundo más tranquilo (secretario general del Sector Provincial de Agroalimentaria del sindicato de trabajadores 1).

Desde una perspectiva y posición bien distinta, diferentes organizaciones no gubernamentales que trabajan en la zona, como ACCEM, Cruz Roja, Cáritas y Huelva Acoge, coinciden en asociar la ordenación de las migraciones con la mejora de las condiciones de vida y trabajo de las personas inmigrantes. Paradójicamente, es tomando como principio los derechos laborales y sociales de los y las temporeras desde donde los sindicatos minoritarios (SOC-SAT y SU)[17] y otras asociaciones, como la Oficina de Derechos Sociales de Sevilla y la Asociación Pro Derechos Humanos-Huelva, cuestionan la definición del sistema de contratación en origen promovida desde las políticas migratorias y asumida por la coalición entre sindicatos mayoritarios, organizaciones agrarias y gobierno. Enfatizan, en este caso, la dimensión del control ligada no tanto a la idea de regulación como al poder que los productores pueden ejercer sobre las trabajadoras. Entienden, además, que la disposición de viviendas en las fincas y el tipo de contrato (limitado a un área geográfica y sector laboral, y sujeto a la renovación por parte del patrón) tienen

como revés el aumento de ese control en detrimento de los derechos de las temporeras.[18] Al mismo tiempo, es concebido como un sistema de desmovilización de la clase trabajadora:

> Una forma para acabar con las movilizaciones de Huelva que pedían papeles y derechos era pedir contratos en origen. Además traen a mujeres con cargas familiares y gente que no conoce sus derechos, que vienen para ganar dinero, y sobre todo la total disponibilidad (representante del sindicato de trabajadores 2).

Junto a las concepciones y líneas establecidas desde el ámbito político-jurídico, y las alianzas y conflictos que en este sentido se dan entre los actores sociales, debemos tener en cuenta otro factor importante que nos traslada, de nuevo, a la realidad local. La interpretación y la propia introducción del sistema de contratación en origen deben entenderse en un contexto marcado por las movilizaciones protagonizadas por los trabajadores magrebíes y subsaharianos en los pueblos freseros. Estas tuvieron lugar en 2001, poco después de las experiencias piloto de contratación en origen y un año antes de que este sistema se generalizara en el cultivo de la fresa. A través de estas protestas, los trabajadores inmigrantes denunciaron las condiciones precarias de vida y trabajo y la sistemática denegación de las solicitudes de regularización, apelando a valores morales como la justicia y la legitimidad del Estado de Derecho. Protagonizadas por alrededor de 850 inmigrantes (con gran presencia magrebí), tales movilizaciones desembocaron en huelgas de hambre y encierros.[19] Tras 19 días de huelga de hambre, el encierro de Lepe (uno de los pueblos freseros) culminó con un proceso de regularización. Este fue seguido de cinco encierros en Huelva capital. Los valores y principios que sustentaron estas movilizaciones fueron apoyados por diferentes organizaciones sociales y no gubernamentales y se materializaron en alianzas, como la Plataforma contra la Ley de Extranjería de Huelva, que permitieron confrontar –y negociar– con las visiones y actuaciones de las organizaciones agrarias y el Gobierno.[20]

La apuesta por convenios bilaterales, acuerdos de repatriación y políticas de contratación en origen no fue ajena a estas movilizaciones.[21] Por otra parte, el incremento, en 2002, de cupos de trabajadoras de Europa del Este contratadas en origen derivó en nuevas protestas de los trabajadores magrebíes y subsaharianos. Debe tenerse en cuenta que la sustitución étnica y sexual de la mano de obra provocó el desplazamiento del mercado de trabajo de los antiguos temporeros inmigrantes, que contaban con permiso de trabajo limitado a la agricultura en Huelva y con precontratos surgidos de los encierros de 2001.[22] Otra de las consecuencias que tuvo este proceso de sustitución fue la conformación de asentamientos de chabolas integrados por miles de temporeros magrebíes y subsaharianos, situación que obligó al Gobierno de la Junta de Andalucía a desplegar un plan de emergencia apoyándose en el trabajo de las ONG's.[23] Estos asentamientos chabolistas se han sucedido cada campaña agrícola, ascendiendo en

los últimos años a más de 7.000 las personas inmigrantes que (mal)viven en los mismos.

En un escenario complejo, en el que el proceso de ordenación de las migraciones laborales conllevó importantes conflictos y contradicciones sociales en el ámbito local, los productores justificaron las medidas adoptadas aludiendo a la necesidad de planificar con suficiente antelación la campaña y de garantizar el perfil y el volumen de mano de obra requerido (desde el punto de vista de la continuidad, la dedicación al trabajo y la conflictividad social). En este sentido debe tenerse en cuenta un nuevo factor que afecta de manera especial al sector productivo, aquel relativo a la pérdida de rentabilidad de las explotaciones agrícolas. Desde este periodo – y hasta la actualidad– se experimenta un desequilibrio entre ingresos y costes de producción, como consecuencia del dominio de las grandes cadenas de distribución para imponer los pedidos y los precios. Este aspecto ayuda a entender la demanda de los productores de una mano de obra disponible que responda a los requerimientos del cultivo y del mercado. En este contexto los trabajadores magrebíes y subsaharianos contratados en destino dejaron de ser considerados una fuerza de trabajo disponible debido no solo a las tensiones derivadas de las movilizaciones, sino también a la precariedad y estacionalidad de los mercados laborales, que les obligaba a seguir el circuito de las campañas agrícolas, algunas de las cuales coincidían con tramos de la temporada de la fresa:

> Sería inviable la producción agrícola que tenemos en esta provincia si no fuera por la mano de obra extranjera (contratada en origen), inviable. (…) Te aseguras, te garantizas la mano de obra, porque imagínate que la campaña de la aceituna que es la anterior a la fresa se alarga en el tiempo y entonces te quedas aquí sin mano de obra. O de pronto Girona llama antes a la mano de obra. En Huelva no hay suficiente mano de obra para cubrir la campaña. Te permite garantizarte un mínimo (coordinador de Políticas Migratorias de la Junta de Andalucía en la provincia de Huelva).

Si el contrato en origen limitado al cultivo de la fresa garantizaba esa estabilidad, al restringir la dinámica de la movilidad geográfica y laboral, la selección de un determinado perfil de mano de obra tenía como fin asegurar la estabilidad y disponibilidad en otros niveles. La demanda de mujeres desde que se implantó esta modalidad es justificada siguiendo tres argumentos: se presupone la existencia de unas habilidades atribuidas socialmente al trabajo femenino, como la flexibilidad, agilidad y delicadeza, y consideradas idóneas para la recolección de un producto perecedero y de primor como la fresa; se parte del imaginario cultural que sostiene que las mujeres son más responsables y trabajadoras que los varones; y, en tercer lugar, se alude a su menor conflictividad en el trabajo. Junto a la preferencia por la mano de obra femenina, y con el objetivo de alcanzar el llamado perfil de la

trabajadora idónea, se fueron introduciendo nuevos principios relacionados con el origen rural/urbano, la edad y la situación familiar de las temporeras[24]. En esta línea, se partió de la premisa de que las mujeres procedentes de zonas rurales, de mediana edad, casadas y/o con hijos se volcarían en el trabajo y evitarían las movilizaciones y conflictos laborales. Al solicitar mujeres con responsabilidades familiares se buscaba, también, garantizar uno de los objetivos de las políticas laborales y migratorias: el retorno de las temporeras a sus países de origen una vez finaliza la temporada agrícola[25]. Gobierno y asociaciones de productores coincidieron en establecer una conexión automática entre la responsabilidad de las mujeres en el mantenimiento del grupo doméstico y el regreso a su país cuando la temporada toca a su fin:

> Prefieren mujeres porque son menos conflictivas, aunque salen, salen menos, beben menos. Los agricultores solo piden mujeres, más mujeres (técnico de la organización agraria 1).

> El perfil es de personas de mediana edad, ni excesivamente jóvenes ni excesivamente mayores. Una persona de 35 años y con una familia viene a ganar dinero, no se plantea otra cosa, una persona con 21 años pues viene a ganar dinero y si puede pasárselo bien mejor, entonces claro, es totalmente comprensible. (...) (El que estén casadas o tengan hijos) te da facilidad a la hora del regreso, que tienen un arraigo en su lugar, tienen una familia, por tanto van a regresar /…/. Por lo tanto tienes la garantía del regreso y tienes la garantía del trabajo (técnico de la asociación de agricultores ASAJA).

El proceso descrito ha permitido mostrar el conjunto de factores, dinámicas, creencias y actores que intervienen y dan forma a esta experiencia, así como las tensiones, implicaciones y transformaciones que supuso la introducción y consolidación del que ha sido definido como el modelo ideal de la migración ordenada. A continuación nos detendremos en los cambios – y las lógicas– que han ido marcando la evolución de las contrataciones en origen.

Evolución de los contratos en origen: cambios y puntos de inflexión

Ya han sido apuntadas dos cuestiones importantes que han definido la evolución de estas políticas: el número, que refleja el ascenso de los casi 6.500 contratos en origen realizados en 2001/2002 a más de 32.000 en 2005/2006, y el perfil solicitado, orientado hacia la contratación de mujeres de Europa del Este, de mediana edad, procedentes de zonas rurales y con responsabilidades familiares. La evolución que este perfil ha sufrido en función de la nacionalidad y el origen étnico constituye otro de los aspectos a tener en cuenta para comprender la situación de cambio continuo que ha experimentado este sistema y la manera en que ha ido modulando los flujos migratorios y el mercado de trabajo de la fresa.

El éxito que productores y organizaciones agrarias atribuyeron a la experiencia piloto llevada a cabo en Polonia en 2000, en comparación con la que se hizo en

Marruecos, favoreció un claro predominio de mano de obra femenina de origen polaco durante las primeras campañas. Tras el acuerdo firmado con Rumanía en 2002 se inicia, sin embargo, la progresiva sustitución de trabajadoras polacas por mujeres de origen rumano.[26] Teniendo en cuenta que la coyuntura política y las relaciones diplomáticas con el Gobierno español eran favorables en ambos países en ese periodo, habría que buscar las explicaciones de dicho cambio en otros factores. El primero de ellos atañe a las decisiones y estrategias seguidas por las propias temporeras: mientras que las trabajadoras polacas empezaron a escoger otras opciones migratorias en países más próximos con iguales o mejores salarios, se incrementó el volumen de trabajadoras rumanas que optaba por emigrar a la fresa. En segundo lugar, del lado de los productores se dio una mayor demanda de temporeras rumanas en detrimento de las polacas, este cambio se debe a la distinta valoración que comenzaron a hacer de ambos colectivos en función de determinadas expectativas y lógicas culturales. En los siguientes términos queda reflejada a un tiempo la preferencia por las trabajadoras rumanas y los indicadores que, a los ojos de agricultores y técnicos, ilustrarían el estatus superior y el menor rendimiento de las trabajadoras polacas:

> (A las polacas) les gustan las discotecas, les gusta la fiesta, les gustan las tonterías y luego no cumplen en el trabajo como deberían de cumplir, y quizás Rumanía en ese aspecto sea mejor que Polonia. Viene gente a lo mejor más mayor, gente más responsable, gente que viene a trabajar, a lo que es, a trabajar, a ganar dinero, y bueno, salir o lo que sea pero salir lo menos posible y la verdad es que la experiencia que estamos teniendo con Rumanía quizás sea mejor (técnico de la organización agraria 1).

> A los agricultores el trabajador que les gusta más es una rumana. Son mujeres luchadoras, trabajadoras, tienen hijos, maridos, familiares a su cargo, vienen aquí, son extraordinarias, no dan problemas, digamos que son algo más sumisas que una polaca. La polaca es como un español, es que su nivel de vida ya ha subido y viene aquí y siempre se está quejando de cositas, que a lo mejor a las rumanas les da igual. Yo he estado en la asociación con chicas (polacas) que estaban estudiando su carrera y venían a España a ganar dinero, para seguir pagándose sus estudios, que aquí hay mucho sol, playa…, y eso en Rumanía jamás lo vas a escuchar. En Rumanía el problema es que tengo mi marido que está malo, que tengo cuatro hijos, por favor…, lo que te dicen cuando se entrevistan contigo. Entonces esas mujeres no vienen a la playa. Y después historietas de la noche, que se van por ahí con los hombres… ¡de esas hay cincuenta mil, y yo me entero de la mitad! Las polacas salen más y son más jóvenes. Las mujeres polacas siempre suelen ser, como decimos nosotros, niñas que nunca han trabajado, y la rumana es una mujer de 40 años, que no tiene un duro en Rumanía y esto de venir a España es un suplicio para ellas. Se hartaban de llorar las pobres por las noches, y la polaca viene como más a la aventura (técnico del departamento laboral de la cooperativa 2, encargado de realizar los contratos en origen).

> Las rumanas es que vienen de un país más necesitado, y claro, como tú tienes más necesidad pues claro, tienes más ganas de trabajar. La polaca es más nosotros, diremos, más nuestro nivel, en la forma de vestir, la forma de bebida. Es más tú y más yo. No es que tú no tengas ganas de trabajar es que tú ya aspiras a otras cositas (Alejandro Carrasco, encargado de una gran explotación).

Las razones expuestas para explicar la orientación de las contrataciones hacia Rumanía responden a las mismas lógicas que los criterios relativos a la edad, el estado civil y las responsabilidades familiares de las trabajadoras. Es en la mayor entrega al trabajo donde los productores situaron las principales diferencias entre polacas y rumanas, aspecto que fue vinculado a las necesidades y la peor situación económica en que estas últimas se hallaban.

Mientras que el aumento significativo de los cupos procedentes de Rumanía fue valorado positivamente por los productores, no lo fue tanto el que ello fuese acompañado del incremento de mujeres rumanas de etnia gitana, como consecuencia precisamente de la decisión de seleccionar a las trabajadoras en las zonas rurales más humildes del país. Definidas antes como gitanas que como europeas, fueron percibidas a partir, fundamentalmente, de la diferencia étnico-cultural, entendida esta como conflictiva desde el punto de vista de la integración social. Paradójicamente, y debido al significado particular que en este caso se atribuye a la articulación de la clase social y la etnicidad, la procedencia de entornos rurales empobrecidos deja de ser considerada una garantía para el rendimiento en el trabajo:[27]

> Porque este año en la selección ha habido mucha gente gitana, sin que sirva de…, y eso influye a la hora de trabajar. (…). Se procura que entre una mujer no gitana y una gitana coger a la no gitana, porque está más que demostrado, y no por racismo, que es que da problemas a la larga. De compañeras, que le roba a las compañeras, se llevan mal, problemas de convivencia en las casas. Que gitanas aquí hay un montón, las hay extraordinarias, pero… (Técnico del departamento laboral de la cooperativa 2).

El giro de las contrataciones hacia Rumanía coincidió, a partir de la campaña de 2005, con la incorporación de cupos de trabajadoras marroquíes. Sobre este colectivo se trasladó el imaginario asentado históricamente en nuestro país sobre la inmigración de origen magrebí y basado en la percepción, como en el caso de la inmigración gitana, de la diferencia cultural como distante y problemática.[28] Una distancia que se construye a partir del contraste y la comparación que se establece con la cultura asociada a la inmigración latinoamericana y a las temporeras del Este, consideradas próximas culturalmente:

> Coinciden las culturas, eso es muy importante, no es igual la cultura del Este que la cultura de Marruecos, está claro que son culturas diferentes que tenemos que respetar pero que también ellos tienen que adaptarse a nuestra

> cultura, yo siempre digo que yo no voy a Marruecos y pisoteo sus culturas, ellos tienen que respetar nuestras culturas igual que nosotros respetamos la de ellos, y en eso los que se adaptarían mucho son los sudamericanos y sin embargo brillan por su ausencia en la provincia de Huelva (Jefe de Producción de la cooperativa 1 y responsable sectorial de la organización agraria 2).

> Bueno, eran países con una cultura muy parecida a la española, con una infraestructura administrativa muy desarrollada, y por otra parte con muy buena predisposición. (…) Con Marruecos se empezó desde 2001/2002, lo que pasa es que muy pronto surgió la posibilidad de contratar en origen en los países del Este, y los trabajadores marroquíes chocan más con la cultura. ¿Qué pasó?, que entonces los empresarios vieron que los trabajadores polacos, rumanos, tenían un carácter que se adaptaban más a nosotros, y una cultura más afín, entonces claro empezó a disminuir la contratación en Marruecos y aumentar en los países del Este. ¿Qué está sucediendo últimamente?, que como ya estos países del Este que nos han surtido de trabajadores han entrado en la Unión Europea, entonces este año hemos tenido problemas con Rumanía, hay muy buena predisposición de la Administración marroquí, y se ha aprovechado para aumentar mucho el cupo con las trabajadoras marroquíes, que han venido cerca de 5000, y para el año que viene esperamos que aumente más (subdelegado del Gobierno en la provincia de Huelva).

Las implicaciones que tiene este tipo de creencias descubren el modo en que las lógicas culturales impregnan los comportamientos económicos. Junto a ello, factores de índole política, como la mejora de las relaciones diplomáticas y la firma de acuerdos entre España y Marruecos, explican la decisión del Gobierno de volver a poner las miras en el Sur. Desde la experiencia pionera impulsada por ASAJA, en la que se contrataron 200 trabajadores varones, las organizaciones agrarias habían dejado de realizar contrataciones en Marruecos. Frente a la nueva política del Gobierno central se alzaron las críticas y reticencias de los productores y organizaciones agrarias, no solo debido a los prejuicios culturales apuntados, sino también a que consideraron este giro perjudicial para el sector al observar que un porcentaje significativo de trabajadoras marroquíes abandonaba las fincas antes de que la campaña tocara a su fin:

> Y este año nos han obligado a contratar mujeres marroquíes, el año pasado también traje yo contratadas en origen cuatro marroquíes, y este año no quería ninguna, pero nos han obligado porque yo pedí más rumanas y el gobierno nos ha obligado a que un tanto por ciento... que te digo yo, si quieres treinta rumanas pues de las treinta te tienes que llevar ocho marroquíes o, si no, no tienes rumanas. Lo que pasa es que las marroquíes, mujeres, la mayoría no terminan la campaña, se van, las cuatro que yo tenía, que no eran malas trabajando, pero faltaban un par de días ya para

> marcharse, que venía un autobús y se iban a ir ya para Marruecos, y llegamos allí por la mañana y ya no estaban (Antonio Pérez, productor).

Esta realidad, que solo se entiende si se tienen en cuenta factores como el peso de las redes migratorias marroquíes asentadas en nuestro país, planteó un doble problema desde el punto de vista de los objetivos fijados en estas políticas de contratación: el no retorno y la falta de disponibilidad de la mano de obra. Para solventar ambos problemas se pusieron en marcha diferentes dispositivos de control, como la realización de una selección más ajustada en los países de origen:

> "(…) y se ha hecho una selección mucho más dirigida, el perfil ha sido mucho más concreto, personas del medio rural, que hayan trabajado anteriormente en el campo, y que hayan firmado un compromiso de regreso" (técnico de la organización agraria 3).

Al mismo tiempo, se intentó hacer un mayor seguimiento de las temporeras marroquíes.

En relación con este último aspecto destaca el proyecto Aeneas, impulsado en 2006, financiado por la Unión Europea y promovido desde el Ayuntamiento de Cartaya, uno de los pueblos freseros.[29] Definido como un Proyecto de Gestión Integral y Ética de la Inmigración Laboral entre Marruecos y Huelva, se orientó a reducir el elevado porcentaje de trabajadoras marroquíes que no cumplían el requisito del retorno. Para lograr tal objetivo asumió las tareas de selección y contratación de mano de obra en Marruecos y de seguimiento en la zona fresera de Huelva, a fin de garantizar la permanencia en las fincas durante toda la campaña y el retorno una vez que esta llegase a su fin. El proyecto, formado por un equipo de técnicos, entre los que se hallaban nueve Mediadores de Acogida y Acompañamiento, incluyó las siguientes acciones: acompañamiento a las trabajadoras durante su desplazamiento desde Marruecos a Huelva, con el propósito de "sensibilizarlas sobre los riesgos de la inmigración ilegal y las ventajas de la contratación en origen"; acompañamiento durante su estancia; cursos de formación y sensibilización; y organización del retorno. Responsables del proyecto, sindicatos agrarios y representantes de las administraciones públicas coincidieron en destacar los logros obtenidos desde Aeneas-Cartaya. El retorno de cerca del 90% de las trabajadoras marroquíes a su país en la campaña 2007 fue presentado como el signo más evidente de dicho éxito: de las 4.632 mujeres marroquíes contratadas en la campaña 2007, tan solo se produjo un 9,97% de no retornos (462 trabajadoras), cifras que difieren notablemente de la de campañas anteriores (en 2005 retornó un 10% de las trabajadoras y en 2006 lo hizo cerca de un 50%).

Más allá de las cifras utilizadas para medir la eficacia de este programa de gestión de la inmigración laboral, salieron a la luz ciertas contradicciones derivadas de la difícil compatibilidad entre los derechos de las trabajadoras inmigrantes (de movilidad, autonomía) y el objetivo del Gobierno y los productores de controlar

los flujos migratorios. Si bien este programa constituyó un punto de apoyo para las temporeras, alguno de los mediadores entendía que Aeneas-Cartaya "no surge por caridad o porque realmente estén interesados por la situación de las mujeres marroquíes, sino por la situación de los agricultores". Desde determinados sectores se consideró que al buscar corregir los fallos de estas políticas y lograr el consenso este tipo de medidas obstaculizaban derechos relacionados con la movilidad de las temporeras, las demandas de las trabajadoras o el trabajo sindical.

El proyecto Aeneas se desarrolla y tiene continuidad en un periodo en el que se produce un punto de inflexión decisivo en la evolución de los contratos en origen. Será en la campaña 2006/2007 cuando se manifieste de manera más evidente la tendencia hacia la escasez de mano de obra en los países del Este. En primer lugar, con la integración de Polonia y Rumanía en la Unión Europea[30] la propia lógica de este sistema de contratación perdía buena parte de su sentido, y con ello de su eficacia, pues ya no se podía exigir el compromiso de retorno ni limitar el permiso de trabajo a un ámbito geográfico y sector laboral concretos. Las propias mujeres inmigrantes no dudaban en señalar las oportunidades que les ofrecía, en este sentido, la entrada en la Unión Europea:

> Claro, es que el trabajo en la fresa no es tan fácil, y es muy duro, y además según el jefe que te toque. Además ahora Polonia tiene muchas fronteras abiertas, y pueden trabajar en distintos países, más cerca y ganar mejor. Mira, yo porque aquí le conocí a él y no tenía obligaciones en casa, sin marido, niño... pues si no, mirando para Alemania, que yo allí en dos meses ganaba lo mismo que aquí en seis meses. Por eso mucha gente que se va a Italia, Gran Bretaña, Irlanda, donde se gana estupendo, y no en España, que además está más lejos y el trabajo que te ofrecen es en el campo: fresa, aceituna... (Ana Podolski, temporera polaca).

> Polonia ya se puede mover libremente y si tengo 20 trabajadoras de Polonia en el mes de mayo, que todavía la campaña puede ser buena, igual se me pueden marchar (Técnico de la organización agraria 1).

En segundo lugar, influyen factores como la disminución del volumen de candidatas que se presentaba a los procesos de selección y del número de trabajadoras repetidoras[31], entre otras cuestiones porque un porcentaje de mujeres optaron, tras varias campañas, por quedarse a vivir en España, o bien porque a muchas de ellas ya no les compensaba económicamente el esfuerzo y los costes que tenía en sus vidas la emigración a la fresa:

> Antes había que esperar mucho tiempo porque había muchísima gente para la selección, pero ahora ya no es así, que mucha gente ya no quiere venir. Hay mujeres que no quieren repetir porque, por ejemplo, mujeres que están acabando su casa y cuando la acaban ya no quieren venir. Otras mujeres como ven que no pueden venir con marido, como que se han cansado y prefieren ir a Italia aunque sea sin papeles pero están juntos, o a Alemania,

> pero por lo menos están juntos. Es mucho tiempo solas, mucho tiempo sola aquí y poco en Rumanía con familia (Crina Pop, temporera rumana).
>
> Es muy difícil que una madre como soy yo, ("como todas", añade su compañera), sí, como todas, todas tienen niños en Rumanía, tienen familia y es muy difícil. Yo trabajo aquí, mi marido en Rumanía, cuando él viene a trabajar aquí yo marcho a Rumanía, él trabaja en Córdoba, yo trabajo la fresa. El Gobierno de España no quiere trabajar con familias. (...) Nosotros queremos trabajar con nuestro marido, patrón es el que no quiere (Mirela Vicov, trabajadora rumana).

Por estas razones los productores de fresas dejaron de hallar en los países del Este la garantía y disponibilidad que hasta entonces habían encontrado. En la campaña 2006/2007 se produjo una crisis en la contratación en origen en Rumanía de tal alcance que las organizaciones agrarias se vieron obligadas, ya en pleno proceso de selección, a abrir nuevas puertas en otros países. De las 29.670 personas solicitadas por las organizaciones agrarias en Rumanía, la subdelegación del Gobierno recortó el cupo autorizando 20.710 contrataciones en este país, de las que tan solo pudieron realizarse finalmente 14.482.[32] A los factores señalados anteriormente, productores y asociaciones agrarias añadieron las trabas burocráticas puestas por el Gobierno rumano para evitar la emigración, en un contexto caracterizado por la salida de un importante volumen de personas en edad de trabajar, la transferencia de fondos de la UE y la entrada de capital extranjero.[33]

Es así como en el mes de enero de 2007 las organizaciones agrarias solicitan a la subdelegación del Gobierno una alternativa para solventar los problemas que atravesaba el sector y las pérdidas que estaba sufriendo debido a la falta de trabajadoras: de la oferta inicial de 35.313 trabajadoras solicitadas por las organizaciones agrarias, la subdelegación del Gobierno autorizó inicialmente 33.510, de las cuales se autorizaron con resolución 29.044. De dicho volumen, tan solo se lograron realizar 21.736 contratos. A pesar de las reticencias que todavía existían en el sector hacia el país vecino, la ampliación del contingente en Marruecos se presentó en este punto como la única salida viable: de las 2.275 contrataciones solicitadas en un principio en este país se pasó a 4.632.[34]

La estrategia política orientada a abrir nuevas vías de suministro de mano de obra en el continente africano fue acompañada, un año después, de la firma de un convenio entre España y Senegal para la contratación en origen de mujeres senegalesas para trabajar en la fresa. Dicho acuerdo se inscribe a su vez en el Plan África. El Plan de Acción para el África Subsahariana o Plan África constituye uno de los ejemplos más ilustrativos de la estrategia del Gobierno español bajo la que se propone aunar la triada: desarrollo, cooperación y control de la inmigración. Elaborado por el Ministerio de Asuntos Exteriores y Cooperación, este Plan es enunciado por el Gobierno como una herramienta de impulso a las ayudas al desarrollo y a la cooperación, para regular adecuadamente los flujos migratorios y

combatir el tráfico ilegal de personas[35], quedando las primeras supeditadas a las segundas[36]. Este plan se concreta en que la aceptación de las repatriaciones supone contrapartidas para los países africanos firmantes, que ven así incrementada la ayuda al desarrollo y pueden gestionar la firma de contratos en origen para acceder de forma legal al mercado de trabajo español.[37] Aunque este país se resistió en principio a firmar los Acuerdos de Cooperación Migratoria y de Readmisión, la ofensiva diplomática del Gobierno español llevó a Senegal a aceptar la repatriación de cinco mil inmigrantes a Senegal entre septiembre de 2006 y 2009 a cambio de condonaciones en la deuda, incremento de ayudas al desarrollo y contratación en origen de trabajadoras senegalesas.[38] La ampliación de los acuerdos firmados en 2006 a través del Memorando de Entendimiento celebrado en noviembre de 2007 reguló la contratación en origen de 2.000 senegaleses para el sector pesquero y 700 mujeres senegalesas para la campaña de la fresa 2007/2008.

Será a partir de las temporadas 2008/2009 y 2009/2010, con la crisis económica y la vuelta de las familias jornaleras andaluzas al campo, cuando tenga lugar un nuevo punto de inflexión en las contrataciones en origen. Como consecuencia de las presiones del Gobierno para garantizar trabajo a la mano de obra nacional afectada por la crisis y a la fuerza de trabajo extranjera ya asentada en España, y en contra de la postura defendida por el sector productivo, estas contrataciones se verán reducidas progresivamente: de los 14.300 realizados en 2008/2009 se pasó a 5.300 contratos en 2010/2011 y en torno a 2.200 en 2012/2013.[39] Ante la nueva situación que se presenta, las organizaciones agrarias lamentarán el que tengan que asumir y resolver los problemas causados por otros sectores económicos[40]. Hasta la actualidad se mantiene el compromiso de limitar el número –de por sí reducido– de contratos en origen a la fase de recolección, fomentando para la fase de plantación la contratación de trabajadores y trabajadoras ya residentes en las localidades productoras de fresas.

Conclusiones

Las políticas de contratación en origen han desempeñado un rol fundamental en la modulación de los flujos migratorios dirigidos al cultivo de la fresa, favoreciendo la entrada de determinadas nacionalidades a la vez que se cerraban las puertas a otros países, promoviendo unos sistemas de reclutamiento de la mano de obra en lugar de otros, e instaurando formas específicas de segmentación sexual y étnica del mercado de trabajo.

El análisis empírico ha mostrado la multitud de factores (locales y globales) y actores (instituciones gubernamentales, productores y organizaciones agrarias, trabajadores y trabajadoras inmigrantes, sindicatos, ONG's) involucrados, de un modo u otro, en el sistema de contratación en origen, así como las diversas lógicas (económicas, políticas y culturales) que orientan los comportamientos y visiones que los distintos actores tienen de esta modalidad y de sus implicaciones. Esta

pluralidad pone de manifiesto, en primera instancia, la complejidad del fenómeno que nos ocupa y las limitaciones que entrañan las aproximaciones planteadas desde enfoques unidireccionales. Entre las dinámicas y factores que convergen y dan forma a la realidad local se han identificado los siguientes: las líneas fijadas desde las políticas migratorias, la coyuntura política y las relaciones diplomáticas entre países, el consenso que se establece a nivel local entre Gobierno, patronal y sindicatos mayoritarios, el desequilibrio ingresos/costes de producción y el poder de las cadenas para imponer los precios, las movilizaciones y encierros de los antiguos trabajadores magrebíes y subsaharianos, las estrategias seguidas por los diferentes colectivos de mujeres inmigrantes, las redes migratorias, las creencias culturales en torno al trabajo femenino y masculino, las percepciones en torno a la diferencia cultural y los prejuicios racistas. Esta visión de conjunto ha permitido contemplar las dimensiones económicas, políticas y socioculturales del fenómeno.

Asimismo, se han podido observar las contradicciones, paradojas y tensiones sociales que han atravesado las etapas y puntos de inflexión que marcan la historia del sistema de contratación en origen en Huelva. Las alianzas y coaliciones establecidas entre gobierno, organizaciones agrarias y sindicatos mayoritarios en determinados momentos, por ejemplo a la hora de introducir las contrataciones en origen o de fijar los criterios de selección, han ido acompañadas de conflictos en otros periodos, como aquellos surgidos a raíz del giro de las contrataciones hacia Marruecos o de la drástica reducción del número de contrataciones en origen a partir de la fase de recensión económica. Junto a ello se han observado las confrontaciones de los antiguos temporeros magrebíes y subsaharianos con las lógicas político-jurídicas y de mercado, o de los sindicatos minoritarios con el pacto que se establece a nivel local y la concepción de las políticas de contratación en origen en que este se basa. Así como las alianzas que, en un escenario atravesado de tensiones sociales, se establecen entre los trabajadores inmigrantes y las plataformas de apoyo integradas por organizaciones sociales y sindicales.

Esta complejidad no supone obviar, sin embargo, la desigual posición que ocupan los actores sociales a la hora de incidir y orientar las políticas laborales y migratorias, ni negar la existencia de determinadas lógicas que devienen hegemónicas. Diferentes son los aspectos que han mostrado el predominio de una lógica guiada por el principio de eficacia, sujeto este, a su vez, a una concepción instrumental de la inmigración. Así lo refleja la orientación de las políticas migratorias y laborales que está en la base del sistema de contratación en origen y desde las que se intenta aunar el objetivo del control de la inmigración y los intereses del mercado de trabajo; los criterios empleados en la selección y evolución de la fuerza de trabajo, en los que el sexo, la nacionalidad, la edad, el origen rural, la situación familiar y económica, y la limitación de la movilidad geográfica y laboral se convierten en dispositivos de clasificación y control de la fuerza de trabajo; las lógicas que operan bajo los acuerdos en materia de

codesarrollo e inmigración establecidos en el Plan África; las medidas adoptadas a través de programas, como el proyecto Aeneas, orientados a garantizar la eficacia de estas políticas (disponibilidad de la mano de obra, dedicación al trabajo, retorno); así como la decisión de limitar drásticamente y prescindir de las contrataciones en origen tras la entrada en la fase de crisis económica. En este sentido, el artículo ha ilustrado el papel que juegan las políticas públicas (laborales y migratorias) en la racialización y etnización de los canales globales de suministro de mano de obra,[41] en los procesos de feminización del trabajo y sexualización de las trabajadoras[42] y en las dinámicas de sustitución y fragmentación de la clase trabajadora.

La búsqueda de una mano de obra que asegure plena disponibilidad y entrega al trabajo agrícola implica una supeditación al mercado de trabajo del resto de esferas (y derechos) de su vida. Es por ello que entendemos que se hace necesario abandonar los análisis planteados en términos de eficacia de la gestión de las migraciones laborales, pensada ésta en función de la rentabilidad económica, las necesidades del mercado de trabajo y los intereses de las instituciones gubernamentales por controlar las fronteras. Ello supondría, por tanto, alejarse de la concepción instrumental del trabajo y de los y las trabajadoras migrantes que subyace a estos sistemas de reclutamiento[43]. Frente a un modelo basado en el utilitarismo migratorio[44] proponemos un enfoque y una concepción de las migraciones laborales basada en la vinculación entre trabajo, derechos y ciudadanía.[45]

Por último, las tensiones sociales derivadas de los procesos de sustitución sexual, étnica y nacional de la mano de obra que conllevó el paso de los contratos en destino a los contratos en origen, la conformación de asentamientos de chabolas formados por trabajadores inmigrantes magrebíes y subsaharianas o los continuos puntos de inflexión que han marcado la evolución de los contratos en origen nos invitan a interrogarnos por la relación que se presupone entre contratación en origen, ordenación de las migraciones, estabilidad y derechos socio-laborales. La experiencia empírica revela que la inestabilidad se ha mantenido en las diferentes etapas del programa y que el conflicto social más que remitir, se ha desplazado. En este sentido se observa que otra de las limitaciones de los enfoques guiados por el principio de eficacia reside en la incapacidad que presentan para contemplar y controlar la diversidad de factores, cambios y procesos que finalmente intervienen en la puesta en práctica de estos programas. Esto es, las dificultades para "gestionar" desde las políticas migratorias y laborales el dinamismo propio de todo fenómeno social y de las relaciones y estrategias de los actores sociales.

Notas e referências

* Este artículo se enmarca en el contrato Postdoctoral de Acceso del V Plan Propio de la Universidad de Sevilla.

[1] Eduardo GERONIMI. "Acuerdos bilaterales de migración de mano de obra: Modo de empleo". Ginebra: Oficina Internacional del Trabajo, 2004. Philip MARTIN. "Towards effective Temporary Worker Programs: Issues and challenges in industrial countries". *International Migration Paper,* 89. Geneva: International Labour Office, 2007. Martin RUHS. *Temporary foreign workers programmes: policies, adverse consequences, and the need to make them work*. San Diego: CCIS, 2002.

[2] Tanya BASOK. *Tortillas and Tomatoes. Transmigrant Mexican Harvesters in Canada*. Ontario: McGill Queen University Press, 2003. David GRIFFITH. *American Guestworkers: Jamaicans and Mexicans in the U.S. Labor Market*. University Park: The Pennsylvania State University Press, 2006. Kerry PREIBISCH and Leigh BINFORD. "Interrogating Racialized Global Labour Supply: An Exploration of the Racial/National Replacement of Foreign Agricultural Workers in Canada". *Canadian Review of Sociology and Anthropology*, 44 (1), 2007. Martha Judith SÁNCHEZ GÓMEZ y Sara LARA FLORES (coord.). *Los programas de trabajadores agrícolas temporales ¿una solución a los retos de las migraciones en la globalización?*. México DF: UNAM-Instituto de Investigaciones Sociales, 2015.

[3] Mercedes GORDO y Francisco Javier GARCÍA. La política de flujos migratorios en España. El contingente de temporada agrícola. En: Juan Antonio Márquez (coord.). *Jornaleros extranjeros en España: el contingente agrícola de temporada como política de control de los flujos migratorios*. Huelva: Universidad de Huelva, 2014, pp. 31-74. Emmanuelle HELLIO. "Importer des femmes pour exporter des fraises (Huelva)". *Études Rurales*, 182, 2008, pp.185-200. Juana MORENO. "Movilidad transnacional, trabajo y género: temporeras marroquíes en la agricultura onubense". *Política y Sociedad*, 49(1), 2012, pp. 123-140. Alicia REIGADA. "Más allá del discurso sobre la 'inmigración ordenada': contratación en origen y feminización del trabajo en el cultivo de la fresa en Andalucía". *Política y Sociedad*, 49(1), 2012, pp.103-122.

[4] Olga ACHÓN. *Importando miseria. La alternativa a la provisión de mano de obra agrícola*. Madrid: Los Libros de la Catarata, 2011. Nuria MORELLÓ. "Lo sostenible, lo cotidiano y lo inaceptable. Visiones y experiencias en la implementación de programas de codesarrollo y desarrollo rural sostenible en el suroccidente colombiano". *Actas del XIII Congreso de Antropología de la FAAEE*. Girona: FAAEE/Universitat de Girona, 2014.

[5] Este artículo se inscribe en un proyecto de investigación más amplio basado en una metodología cualitativa. Durante el desarrollo del trabajo de campo se realizaron entrevistas en profundidad (83 en total) y observaciones participantes. Para ello la investigadora se desplazó durante un año y nueve meses (2006-2007) a vivir en la zona productora de fresas seleccionada como unidad de observación. Esta investigación ha tenido continuidad en el proyecto "Migraciones, cadenas globales agrícolas y desarrollo rural. Un análisis comparado entre España, México, Argentina y Uruguay" (2011-2012, financiado por la Fundación Carolina).

[6] ACHÓN, 2011; MORELLÓ, 2014.

[7] Las organizaciones agrarias que trabajan en la zona son: la Coordinadora de Organizaciones de Agricultores y Ganaderos (COAG), Asociación Agraria-Jóvenes

Agricultores (ASAJA), Unión de Pequeños Agricultores y Ganaderos (UPA) y la Asociación Onubense de Productores y Exportadores de Fresa-Freshuelva.

[8] COAG. *Guía práctica para la contratación de trabajadores en el sector agrario*. COAG-Andalucía, 2007.

[9] Para una aproximación a los marcos de regulación de los programas de contratación temporal en Europa, como los contratos OMI en Francia y la contratación en origen en España, y a las tensiones que se generan entre los Estados miembro, véase Annie LAMANTHE. Modalidades y marcos jurídicos en la contratación de trabajadores temporales en Europa. En: Martha Judith Sánchez Gómez y Sara Lara Flores (Coord.). *Los programas de trabajadores agrícolas temporales ¿una solución a los retos de las migraciones en la globalización?* México DF: UNAM-Instituto de Investigaciones Sociales, 2015, pp. 237-258.

[10] Pierre BARGE. Las políticas de inmigración y asilo de la Unión Europea: políticas sin salida. En: APDHA. *Derechos humanos en la frontera sur 2008*. Sevilla: APDHA, 2009, pp. 4-11. Javier de LUCAS. Algunas propuestas para comenzar a hablar en serio de política de inmigración. En: Javier de Lucas y Francisco Torres (eds.). *Inmigrantes, ¿cómo los tenemos?*. Madrid: Talasa, 2002, pp. 23-48. Mª Ángeles MARCO. Marruecos: estatuto de asociación avanzado con la Unión Europea, versus buen gendarme de la política europea de externalización de fronteras. En: APDH (comp.). *Derechos humanos en la frontera sur 2008*. Sevilla: APDHA, 2009, pp. 33-51.

[11] Michele Klein SOLOMON. La Iniciativa de Berna y su Agenda Internacional para la Gestión de la Migración. En: Blanco (ed.). *Migraciones. Nuevas modalidades en un mundo en movimiento*. Barcelona: Anthropos, 2006, pp. 253-268, pàg. 253.

[12] María Luisa TRINIDAD. Inmigrantes y mercado de trabajo: la apuesta por la contratación en origen. En: Trinidad García y Martín Martín (coords.). *Una forma nueva de ordenar la inmigración en España. Estudio de la Ley Orgánica 14/2003 y su reglamento de desarrollo*. Valladolid: Editorial Lex Nova, 2005, pp. 150-173.

[13] Ana TERRÓN. "Migraciones y relaciones con países terceros. España". *Documentos CIDOB, Serie: Migraciones*. Barcelona: Fundació CIDOB, 2004.

[14] Comisiones Obreras y Unión General de Trabajadores.

[15] Lina GAVIRA. "La estructura segmentada del mercado de trabajo rural en Andalucía". *Estudios Regionales* 31, 1992, pp. 87-104.

[16] Hace referencia a los sucesos racistas que tuvieron lugar en 2000 en El Ejido (Almería), el otro núcleo más importante de agricultura intensiva de Andalucía.

[17] Sindicato de Obreros del Campo -Sindicato Andaluz de Trabajadores y Sindicato Unitario.

[18] Un análisis de las formas de trabajo dependiente y "no libre" que derivan de los permisos de trabajo limitados a un sector económico, una región geográfica y un patrón determinado puede hallarse en el estudio sobre la experiencia de los contratos OMI en Francia de Frédéric DÉCOSSE. Migración circular, (in)movilidad laboral y unfree labour. Una reflexión a partir del caso de los contratos OMI en Francia. En: Martha Judith Sánchez Gómez y Sara Lara Flores (Coord.). *Los programas de trabajadores agrícolas temporales ¿una solución a los retos de las migraciones en la globalización?*. México DF: UNAM-Instituto de Investigaciones Sociales, 2015, pp. 259-284. Véase también el estudio de referencia sobre el caso canadiense de Tanya BASOK, 2003.

[19] Estrella GUALDA. Del magrebí a la europea del este: sustitución de la mano de obra agrícola en la provincia de Huelva. En: B. López García y M. Berriane (dir). *Atlas de la*

Inmigración Marroquí en España: Atlas 2004. Madrid: Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales, 2004, pp. 250-251.

[20] Tras treinta y tres días de movilización y trece días de huelga de hambre se llega a un acuerdo entre la patronal fresera (Freshuelva) y la Plataforma contra la Ley de Extranjería de Huelva, por el que aquella se compromete a tramitar los precontratos necesarios para regularizar la situación de los inmigrantes, si bien finalmente 135 inmigrantes no pudieron acogerse a este proceso. Véase CGT. "La fresa amarga: Movilizaciones de inmigrantes en Huelva: Encierro en la UPO de Sevilla". *Materiales de Reflexión* 2, 2003, pp. 1–19.

[21] En su análisis sobre la construcción política del mercado de trabajo en el cultivo de la fresa en California, Miriam Wells parte de la relación existente entre las presiones políticas, la organización económica y los conflictos de clase. Entiende, pues, que la clase social se forma en el proceso de lucha. Miriam WELLS. *Strawberry fields. Politics, class, and work in California agriculture*. Ithaca: Cornell University Press, 1996. Desde una óptica similar, Pedreño, Gadea y Castro analizan la construcción política del modelo de regulación social del trabajo en la agricultura intensiva en Murcia (Sur de España) y su articulación con las formas de resistencia y conflicto expresadas por los trabajadores. Andrés PEDREÑO, Elena GADEA y Carlos de CASTRO. Labor, gender and political conflicts in the global agri-food system: the case of agri-export model in Murcia, Spain. En: A. Bonanno and J.S. Cavalcanti (eds.). *Labor Relations in Global Food*. Bingley, UK: Emerald Publishing, 2014, pp. 193 – 214.

[22] GUALDA, 2004.

[23] APDH-Huelva. "APDHA-Huelva exige actuaciones a las administraciones públicas tras nuevo incendio en un asentamiento de Palos", 2015. [Disponible en: http://www.apdha.org/huelva/?p=70. Acceso el 15 de junio de 2015].

[24] Un análisis más desarrollado de estos procesos y planteado desde los estudios feministas sobre economía y trabajo puede encontrarse en Alicia REIGADA, 2012.

[25] Una tendencia similar se observa en el Programa de Trabajadores Agrícolas Temporales México-Canadá, pero en este caso se considera que son preferiblemente las madres solteras, divorciadas o viudas las que responden a estos requisitos. Véanse Ofelia BECERRIL. "Políticas laborales de género, trabajo transnacional y experiencias vividas: trabajadores y trabajadoras agrícolas migrantes en Canadá". *Boletín Oficial del INAH*, Nueva Época, 74; 96-111, 2004. Luz María HERMOSO. "Mujeres que rompen fronteras: trabajadoras agrícolas migrantes temporales en Canadá". *Boletín Oficial del INAH*, Nueva Época 74, 2004, pp. 71-78. Para un análisis de la idea de "buenas madres" empleada bajo los programas de trabajadores invitados puede consultarse Mirjana MOROKVASIC. Migration, Gender, Empowerment". En: Lenz et al. (eds.) *Genders Orders Unbound. Globalisation, Restructuring and Reciprocity*. Opladen: Barbara Budrich Publishers, 2007, pp. 69-97.

[26] Las cifras y porcentajes del contingente aprobado en la campaña 2005/2006 permiten observar esta evolución: COAG contrató esa campaña más de 2.600 rumanas, 23 mujeres marroquíes y 17 trabajadoras/es de Colombia y Ecuador; ASAJA en torno a 10.000 trabajadoras, de las cuales más de 5.000 procedían de Rumanía, 3.000 de Polonia, 500 de Marruecos y el porcentaje restante de Bulgaria; UPA firmó un total de 5.000 contratos en origen de los cuales un 60% procedía de Rumanía, más de un 35% de Polonia y un porcentaje mínimo de Bulgaria; Freshuelva contrató un total de 13.000 personas en origen de las que un porcentaje superior al 60% procedía de Rumanía.

[27] La manera particular en que se expresa la articulación entre género, clase social y etnicidad en los distintos imaginarios culturales y la experiencia de los colectivos que trabajan en la fresa pone de manifiesto el error de pensar las diferencias y desigualdades como un simple aditivo, y la necesidad de abordarlas más bien en términos de modelos de articulación. Floya ANTHIAS. Género, etnicidad, clase y migración: interseccionalidad y pertenencia translocalizacional. En: Pilar Rodríguez (ed.). *Feminismos periféricos*. Granada: Alhulia, 2006, pp. 49-68. Avtar BRAH. Diferencia, diversidad, diferenciación. In VV.AA. *Otras inapropiables. Feminismos desde las fronteras*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2004, pp.107-136.

[28] Estas percepciones y relaciones interétnicas derivan en un tipo específico de racismo que ha sido definido como racismo culturalista, en el que la cultura ocupa el lugar que antes ocupaba la idea de raza. Etienne BALIBAR e Inmanuel WALLERSTEIN. *Raza, nación y clase*. Madrid: Iepala, 1991.

[29] El proyecto debe su nombre a los fondos de la Unión Europea (AENEAS) y la subvención concedida ascendió en la primera fase a 1,29 millones de euros. Para un análisis de la experiencia de las trabajadoras marroquíes en el cultivo de la fresa en Huelva, las particularidades del proceso de contratación y las percepciones que los agricultores tienen de este colectivo, véase Juana MORENO, 2012.

[30] Aunque Polonia entró en la UE en mayo de 2004, junto con otros siete países de Europa del Este (República Checa, Estonia, Hungría, Letonia, Lituania, Eslovaquia y Eslovenia), sus ciudadanos no adquirieron el derecho a la libre circulación hasta dos años después (en marzo de 2004 solo Irlanda había anunciado la apertura incondicional de su mercado de trabajo).

[31] Si los primeros años el porcentaje de repetidoras en Rumanía era muy elevado, superior al 70 %, según datos ofrecidos por Freshuelva, a partir de 2005 este no llegaba al 40-50%.

[32] Datos extraídos en 2007 de la subdelegación del Gobierno y del documento informativo de final de campaña elaborado por COAG.

[33] En 2006, año en que Rumanía entra en la UE, se calcula que en torno a dos millones de personas han emigrado a otros países en busca de trabajo. El 92% de los que abandonan el país con contrato de trabajo se emplean en la agricultura y la construcción, según datos del Ministerio de Trabajo rumano, y se les conoce como los capsunarii (freseros), debido a que muchas se desplazan a la recogida de la fresa en Huelva. Cientos de trabajadoras chinas (todas mujeres) han pasado cubrir los puestos de trabajo en las fábricas que la población rumana emigrada ha ido abandonando (El País, 11/11/2006). Para un análisis de la política de retorno implementada por el Gobierno de Rumanía véase Mercedes GORDO. "¡Volved a Rumanía, por favor! La política de retorno del Gobierno rumano y sus implicaciones en los inmigrantes que se encuentran en España". *Cuadernos de Geografía*, 84, 2008, pp. 153-168.

[34] Datos extraídos del informe Aeneas-Cartaya.

[35] Eduardo ROMERO. *El Plan África y la recolonización*, 2008 [en línea]. Disponible en: www.localcambalache.org/textos [Consulta: 9 de julio de 2008].

[36] A partir de un análisis de los principales objetivos y líneas de actuación definidas en dicho Plan, Romero (2007) desvela la manera en que estas políticas de cooperación se han convertido en un instrumento de penetración neocolonial que no hace sino aumentar la presencia económica, militar y política en el África subsahariana. La triada cooperación-desarrollo-migración ha sido analizada críticamente por Olga Achón y Nuria Morelló en

sus estudios sobre las contrataciones en origen de trabajadores colombianos en la agricultura catalana. Olga ACHÓN. Colombianos para la fruticultura leridana. Análisis crítico de los protocolos de reclutamiento de temporeros. En: Martha Judith Sánchez Gómez y Sara Lara Flores (Coord.). *Los programas de trabajadores agrícolas temporales ¿una solución a los retos de las migraciones en la globalización?*. México DF: UNAM-Instituto de Investigaciones Sociales, 2015, pp. 385-318. Nuria MORELLÓ, 2014.

[37] Sabrina LANOTTE. El Plan África y otros planes de acción para África. Un primer balance. In APDH (comp.). *Derechos humanos en la frontera sur 2008*. Sevilla: APDHA, 2009, pp.12-25.

[38] LANOTTE, 2009.

[39] En el presente artículo no ahondaremos en el cambio de panorama que se presenta a partir de la crisis económica. Véase Juan Antonio MÁRQUEZ (coord.). *Jornaleros extranjeros en España: el contingente agrícola de temporada como política de control de los flujos migratorios*. Huelva: Universidad de Huelva, 2014. Esta situación plantea importantes preguntas de cara al futuro de las contrataciones en origen y a las tensiones que, en coyunturas concretas, se establecen entre los intereses del Estado, de las organizaciones agrarias y de los distintos colectivos de trabajadoras/es.

[40] GORDO; GARCÍA, 2014.

[41] PREIBISCH; BINFORD, 2007.

[42] Alicia REIGADA. ¿Cultivos de primor? El programa de trabajadoras agrícolas de temporada en Andalucía. En: Martha Judith Sánchez Gómez y Sara Lara Flores (Coord.). *Los programas de trabajadores agrícolas temporales ¿una solución a los retos de las migraciones en la globalización?* México DF: UNAM-Instituto de Investigaciones Sociales, 2015, pp. 319-353.

[43] ACHÓN, 2015 ; DÉCOSSE, 2015.

[44] Alain MORICE. El difícil reconocimiento de los sin papeles en Francia. Entre tentación individualista y movilización colectiva. In L. Suarez–Navas, R. Macià y A. Moreno (eds.). *Las luchas de los sin papeles y la extensión de la ciudadanía*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2007, pp. 39–71.

[45] Luis Enrique ALONSO. *Trabajo y ciudadanía*. Madrid: Trotta, 1999. Carlos de CASTRO. La desdemocratización de las relaciones laborales en los enclaves globales de producción agrícola. In Andrés Pedreño (coord.). *De cadenas, migrantes y jornaleros. Los territorios rurales en las cadenas globales agroalimentarias*. Madrid: Talasa, 2014, pp. 59-77.

Recebido em 01/08/2017
Aprovado em 05/12/2017

Emigração - de jovens – e correspondências. Cartas do Brasil para Portugal no século XIX[1]

Henrique Rodrigues
Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento
- Univ. de Trás-os-Montes e Alto Douro - CETRAD/UTAD)

Resumo: A emigração portuguesa para o Brasil apresenta representações que importa estudar, recorrendo às várias fontes disponíveis nos arquivos de ambas as margens. Neste texto, apresentaremos imagens deste fenômeno, centradas em jovens com identificação profissional: caixeiros, estudantes e "filhos-família", que têm em comum o perfil de cultura letrada destacada. Faremos uma abordagem quantitativa deste fenômeno, partindo dos Livros de Registros de Passaportes e respectivos processos. Numa segunda parte, centrados na correspondência do destino, faremos uma abordagem aos apoios à emigração, inquietações, problemas familiares, vivências, comportamentos, sentimentos, mentalidades, todo um universo de onde emerge a saudade.
PALAVRAS-CHAVE: Emigração – Correspondência - Cultura letrada.

Abstract: Portuguese emigration to Brazil presents representations that need to be studied, using the various sources available in the archives of both margins. In this text, we will present images of this phenomenon, focused on young people with professional identification: clerks, students and "children-family", who have in common the profile of outstanding literate culture. We will take a quantitative approach to this phenomenon, starting with the Passport Records Books and related processes. In a second part, centered on the correspondence of destiny, we will take an approach to emigration support, cares, family problems, experiences, behaviors, feelings, mentalities, a whole universe from where the nostalgia emerges.
KEYWORDS: Emigration – Correspondence - Literate culture

Introdução

A análise do fenômeno migratório,[2] a partir de fontes nominativas como os registros de passaportes,[3] proporciona imagens quantitativas dos fluxos documentados. Em Portugal, a partir da criação dos Governos Civis, em 1835, os investigadores podem aceder a todo um quadro de múltiplas variáveis de investigação, usando os Livros de Registros de Passaportes. Estas fontes foram produzidas, quando os requerentes solicitaram passaporte para o estrangeiro, seguindo geralmente em direção ao Brasil. Desta forma, podemos saber quem pediu documento de viagem, de onde era natural, conhecemos os ascendentes, identificamos os quadros profissionais, a idade, mas também um conjunto de elementos prosopográficos, onde consta a estatura, primeiro em polegadas e nos anos sessenta no sistema métrico, acedemos ao retrato descritivo pelo tipo

de rosto, olhos, nariz, cabelo, sinais, cicatrizes e outros elementos identificadores, como marcas de bexigas.

Pretendia-se controlar a circulação de pessoas, evitar a fraude e mesmo dificultar a saída de quem não tinha capacidades econômicas para atravessar o Atlântico. Além destes elementos, outros figuram na licença de viagem e no respectivo livro de passaportes, identificando-se datas, fiadores, o próprio responsável pela emissão, o magistrado que assinava estes documentos emitidos no Governo Civil de cada distrito. Para validar toda a informação, o impetrante devia fazer prova documental de atos vitais, apresentando as respectivas certidões de batismo, casamento ou óbito, através das quais se confirmavam alguns dados, como estado civil, sexo, filiação, nome de cônjuges, naturalidade e outros elementos de identidade. Depois era necessário provar que o requerente não estava fugindo da justiça, para isso exibia uma "folha corrida", onde se declarava que o registo criminal estava "limpo". Quando se tratava de menores, os progenitores deviam conceder a respectiva autorização de embarque, documento assinado pelos pais. O mesmo para o sexo feminino, onde intervinha o cônjuge e/ou o ascendente. Na ausência do marido, se a mulher era viúva, o Juiz-de-Órfãos ou um tutor assumia responsabilidades perante os menores, gerindo bens, libertando verbas para custear viagens e autorizando a saída. Se o emigrante tinha regressado, outras peças eram reunidas, como o passaporte de saída, que foi conservado durante anos, ou de regresso, emitido no Brasil. A toda esta plêiade documental juntam-se cartas enviadas do destino. Com estas epístolas, geralmente endereçadas pelos maridos/pais, pretendia-se provar a ausência do homem, estando impossibilitado de presencialmente autorizar a saída das pessoas sobre quem tinha o ônus, quando desejavam sair do Reino. Todos estes documentos e outros, como cartões visitas solicitando favores, constituem as fontes processuais que validam as informações e autorizam a emissão dos passaportes.

Para Viana do Castelo, no fundo do ex-Governo Civil, há mais de cem de mil de documentos desta natureza. Perante este quadro, é possível tratar o fenômeno da mobilidade numa perspectiva quantitativa e proceder a uma análise qualitativa de múltiplas variáveis. Podemos estudar os fluxos com o primeiro passaporte, obtendo uma imagem, mais próxima da realidade, sobre os volumes; saber que fez mais de uma viagem, com retorno e nova saída; quantos intervieram no circuito de vai-e-vem; o tempo de permanência no destino; as migrações de relações de parentesco, irmãos, pais e filhos ou o agregado completo. No contexto profissional, podemos observar a composição dos movimentos, a evolução socioprofissional, como a do jovem estudante que se iniciou como caixeiro, atingiu o estatuto de comerciante, mais tarde é identificado como proprietário e no fim do percurso como capitalista, detentor

de acções na banca e noutras sociedades. Não menos importante é o estudo das assinaturas, pois estas permitem traçar quadros, quando analisado o *ductos*, a forma, o estilo, a destreza, a caligrafia, tudo associado à profissão, idade e mesmo aos quadros familiares, comparando estas escritas. Pelo menos, podemos dizer se a letra era caligráfica, se a estrutura era vulgar ou se assinava/escrevia rudimentarmente, e ainda, se havia familiares instruídos, quando o emigrante não assinou os documentos.

Cruzando as múltiplas variáveis, podemos conhecer níveis etários, quadros profissionais, origem geográfica em contextos rurais e urbanos, destinos, perfis de estatura, registros sanitários e, acima de tudo, o nível de cultura letrada, entre outros aspectos, como a mobilidade de gênero, emigração familiar, saída de órfãos, expostos, filhos ilegítimos, um leque muito alargado de aspectos, que têm estado arredados de análise destes movimentos e que as fontes proporcionam, quando estudadas com uma metodologia de micro análise.

É neste contexto que deve ser estudada a emigração dos séculos XIX e XX, procedendo a abordagens quantitativas sem perder de vista o tratamento qualitativo, especialmente as correspondências existentes nos processos de passaporte. Todavia, nada se esgota com este tipo de fontes. É possível, e é desejável, fazer estudos de caso, recorrendo a fundos familiares, como copiadores de correspondência, livros de contas, recibos, cartas recebidas - que ainda se encontram guardados em "sótãos", juntamente com álbuns de fotografias. A análise do fenômeno migratório deve centrar-se nos seus atores: as pessoas: saber quem eram, que perfis apresentam, que potencialidades reuniam à partida, os apoios de redes, como se integraram no destino, que sucessos ou insucessos tiveram, como administravam os patrimônios à distância, entre outros aspectos. É importante termos uma perspectiva global sobre os quadros migratórios, especialmente para o século XIX e princípios da centúria seguinte, considerando os fundos arquivísticos existentes, sejam públicos ou privados, no país de saída ou no de destino.

Analisando os quadros ocupacionais, apuramos a representação de um amplo universo de mesteres, onde algumas atividades resultam de projeções sociais de quem atravessou o Atlântico, regressou à pátria e reembarcou: o emigrante de sucesso. A progressão profissional originou elites ligadas ao comércio (negociantes, capitalistas e comerciantes) e indústria e está remarcada no contexto da própria mobilidade. Mas a emigração continua com imagens associadas a cenários onde constam pessoas amontoadas nos barcos, que seguiam rumo ao Brasil, e às fugas de clandestinos embarcados nos veleiros e vapores. Trata-se de quadros impressionistas e não podem ser usados para caracterizar o perfil do emigrante, pelo que importa analisar estas dinâmicas a

partir de abordagens criteriosas, com recurso às fontes existentes em Portugal[4] e nos países de acolhimento, para os séculos XIX e XX[5]

Neste contexto, no século de Oitocentos há conjunto superior a seis dezenas de representações de diferentes mesteres, de que se excluem os "funcionários administrativos",[6] segundo a classificação proposta para a época.[7] Se excetuarmos este setor, entre quem solicitou passaporte, um grupo de 7,5% representa a evasão de quadros preparados para o êxito pela via da diáspora, as futuras elites, jovens a quem os progenitores proporcionaram habilitações, antes de embarcarem rumo ao Brasil.

Quase sempre, o rapaz, saído de casa de tenra idade, depois de aprender a ler, escrever e contar, ou mesmo iniciado como caixeiro, reunia condições para obter êxitos; uma elite social e cultural, os embriões dos futuros comerciantes, negociantes, proprietários e, entre eles, outros com estatuto de capitalista. Alguns ascenderam a patamares nobiliárquicos, como comendadores, barões, viscondes e condes, títulos obtidos pela via da fortuna reunida.[8]

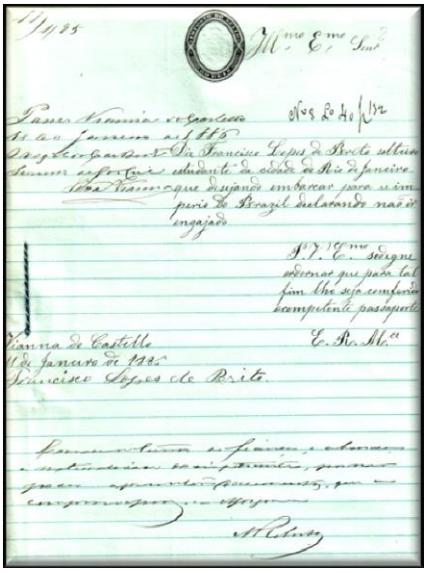
Este trabalho, servindo-se das fontes anteriormente mencionadas, apresenta-se organizado em duas partes: na primeira, tratamos de estudantes, os "filhos-família" e os caixeiros; na segunda parte, analisaremos cartas da emigração, existentes no fundo do Governo Civil de Viana do Castelo, e espólios de correspondência existente em arquivos privados. Aqui, partindo de escritas banais, de gente sem história: os de baixo, pessoas cujo sucesso não ficou patenteado, colocar-nos-emos face às representações das famílias dos emigrantes, os problemas com que os atores da mobilidade se debatiam e como se relacionavam com o lar, colegas, amigos e compadres, entre outros aspectos que as fontes proporcionam.

Emigração de jovens de estatuto social e cultural destacado

Dentre um universo profissional que cobre toda a sociedade oitocentista migrante, documentada em Viana do Castelo (Portugal), selecionamos estudantes, "filhos-família" e caixeiros - adolescentes ou jovens adultos que trabalhavam diariamente, de segunda-feira a domingo de manhã, vivendo, muitas vezes, com os patrões, a quem era exigido um nível de instrução acima da média e eram detentores de bons dotes caligráficos, evidenciando-se mesmo uma evolução ao nível da qualidade da assinatura – que têm em comum o fato de apresentarem, perante os elevados índices de analfabetismo oitocentista,[9] preparação fundamental para quem desejava alcançar sucessos no Brasil. Saídos da escola, geralmente, os estudantes iniciavam-se profissionalmente como caixeiros,[10] no Alto Minho, espaço geográfico em que se enquadra este estudo. Os pais destes rapazes, desde a centúria de Setecentos, punham os

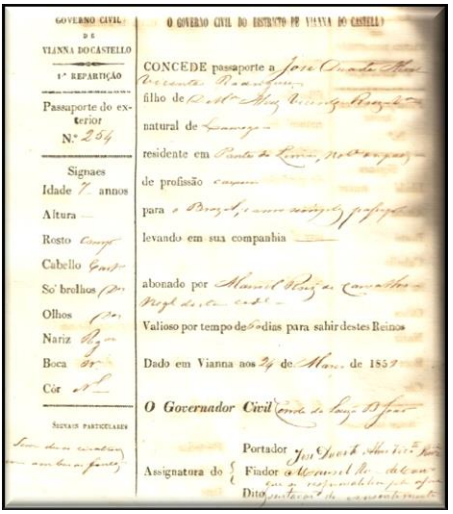
descendentes na escola, com o fim de os prepararem com habilitações para o exercício de uma atividade ligada ao comércio. Passados alguns anos de tirocínio, por volta dos vinte e cinco anos, uns são identificados como comerciantes[11] e negociantes; alguns tinham o estatuto de proprietários e outros foram classificados como "capitalistas".

Imagem 1. Requerimento de passaporte, em nome de Francisco Lopes de Brito, estudante, 15 anos de idade, para o Rio de Janeiro



Fonte: PORTUGAL, AGC, Processo de passaporte registrado no LP. nº 40, f. 132

Imagem 2. Registro de passaporte em nome de José Duarte Alves Vicente Rodrigues, 9 anos, caixeiro (7 anos no registro está errado)



Fonte: PORTUGAL, AGC, L.P. nº 7, f127v.

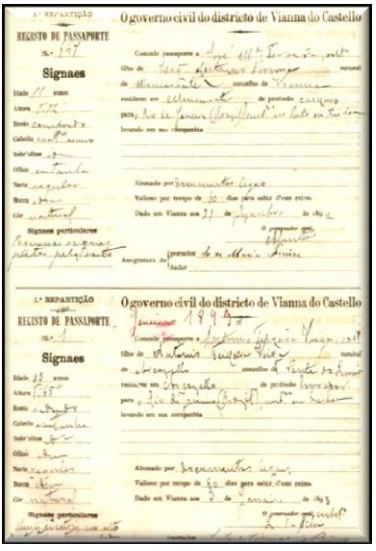
Estes rapazes, por vezes, partiam em tenra idade, dos sete aos onze anos, com passaporte individual. Por questões relacionadas com o serviço militar, embarcavam pelos treze anos e só vinham à casa passada uma dúzia de anos, pelos vinte e cinco anos. O mesmo acontecia com famílias com parcos recursos, quando hipotecavam bens para obterem documentos de viagem, mesmo se de órfãos, expostos ou filhos ilegítimos se tratava.[12]

Neste grupo também incluímos rapazes sem profissão, os identificados por "filhos-família";[13] jovens sem profissão, oriundos de estratos sociais superiores, cujos pais eram negociantes, proprietários, advogados, surradores, médicos, funcionários administrativos, todo um escol bem destacado, considerando os

perfis dos progenitores, pois ainda não tinham sido iniciados profissionalmente. Geralmente, apresentam-se com boas competências ao nível da escrita, certamente tinham aprendido com mestres particulares, o que pode explicar o fato de não serem considerados estudantes. Depois da década de cinquenta, estes emigrantes com bom domínio caligráfico não são identificados pela profissão, tendo ficado em branco este campo nos respectivos Livros de Passaportes. Por serem de representação pouco expressiva, optamos por agrupá-los aos estudantes, pois ambos revelam competências de literacia de bom nível e assinatura caligráfica.

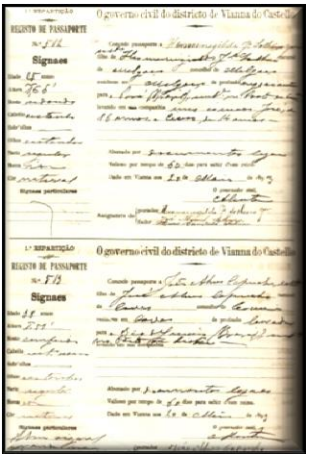
Perante este universo de referências, partilhadas por caixeiros, estudantes e "filhos-família", faremos uma breve análise da mobilidade deste segmento migratório. São embarques de jovens com elevados indicadores de alfabetização.

Imagem 3. Registro de passaporte em nome de José Maria Ferreira, 11 anos, caixeiro. (superior)



Fonte: PT, AGC, L.P. nº 47, f.42v

Imagem 4. Registro de passaporte coletivo em nome de Hermenegildo Solheiro Júnior, 25 anos, negociante. Leva os irmãos José e Cícero. Saiu a primeira vez com 13 anos, estudante. (superior)

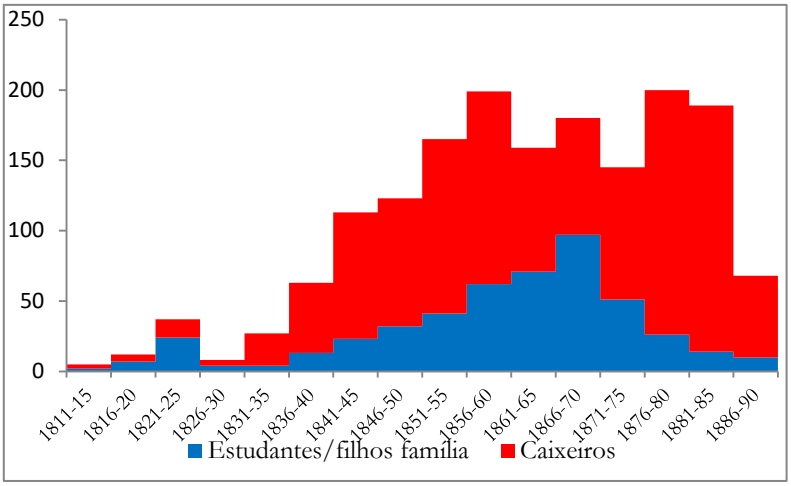


Fonte: PT, AGC, L.P. nº 47, f.169v

Ao distribuirmos estes movimentos por ano de nascimento, podemos observar as gerações que constituem tais fluxos, representados na figura 1.

Constatamos a existência de duas gerações diferentes que, ao mesmo tempo, exibem uma distribuição de complementaridade, desenhando um bloco bastante homogêneo.

Figura 1. Gerações de estudantes, "filhos-família" e caixeiros por nascimento, saídos entre 1835-1900



Fonte*:* PT, *A.G.C.* Elaboração própria a partir de passaportes emitidos entre 1835- 1900.

Ao separarmos estes jovens de acordo com o tipo de caligrafia, os de letra aprimorada, os nascidos na década de sessenta, especialmente no segundo quinquênio, destacam-se pelos cômputos mais elevados. Um pequeno grupo de "filhos-família", nascidos entre 1815 e 1825, emerge com uma escrita menos brilhante, tendo sido classificados com níveis mais baixos, assim se explica a presença de elementos pouco condizentes com os requisitos de um estudante, tratando-se de jovens formados antes da criação da rede de escolas particulares dos finais da década de cinquenta. Importante é o fato de serem instruídos, embora não estejam identificados como estando a estudar nem desempenhar alguma atividade.

Os que frequentavam a escola, à data de solicitação da licença de embarque, dominam nos anos sessenta, enquanto as gerações da década de oitenta desaparecem destes cenários, dando espaço aos caixeiros.

A presença de adolescentes profissionalmente ativos e no início da carreira é mais visível quando os estudantes não constam nesta representação, impondo-se mais os jovens nascidos entre 1876 e 1885. A distribuição destes caudais, por gerações, reequilibra-se, deixando de figurar estes embarques a partir de 1890, porque impetravam a licença, geralmente, depois dos dez anos, ou seja, só os

voltaríamos a encontrar registrados após o trânsito da centúria. Podemos inferir que, a partir da década de setenta, era importante que os jovens tivessem alguma experiência profissional, antes do embarque.

Temos, desta forma, fluxos constantes de adolescentes nascidos a partir de 1841. Relativamente aos caixeiros, há dois quinquênios mais reduzidos, os de 1861 a 1875, embora os estudantes reponham parte das falhas verificadas nas saídas de caixeiros, pois nem sempre havia tempo e oportunidade para iniciar o tirocínio na área paroquial, considerando que era uma profissão de caráter mais urbano. Este fato indicia a existência de movimentações mais precoces de crianças, deixando diretamente a escola, sem experiência profissional, rapazes que suspenderam os estudos para seguirem rumo ao Brasil.[14] A cava, observada na pirâmide composta pelos caixeiros, é recompensada pelo fluxo mais volumoso de alunos, que recompõem o movimento, todavia não atingem os quantitativos das gerações balizadas pelos anos de 1856 e 1886.

Apuramos que os futuros quadros profissionais são enviados muito cedo para além do Atlântico, logo que se encontravam habilitados academicamente ou depois de alguma experiência no ofício de uma atividade comercial, o que mostra a importância das redes de solidariedade para as crianças recomendadas a familiares, compadres, amigos e conterrâneos, para fazerem um bom tirocínio e beneficiar de apoio até atingirem os êxitos, passando por todos os degraus, como se ilustra nesta nota.[15] As gerações nascidas a partir da década de quarenta contribuíram com embarques ritmados, por isso importa que se faça uma análise às idades no momento da partida, de forma a observarmos o perfil etário desta de mão-de-obra dirigida a terras de Vera Cruz.

Idade à data da aquisição do passaporte

Estes jovens marcam uma presença etária diferenciada entre eles; por um lado, temos as gerações formadas por estudantes a destacarem-se até aos anos 1870; por outro, os marçanos enquadram-se em períodos diferentes: uns são da década de cinquenta e outros nasceram nos lustros de 1876-1885. Esta mesma tendência de descontinuidade também se nota quando analisamos as idades à data da obtenção do passaporte.

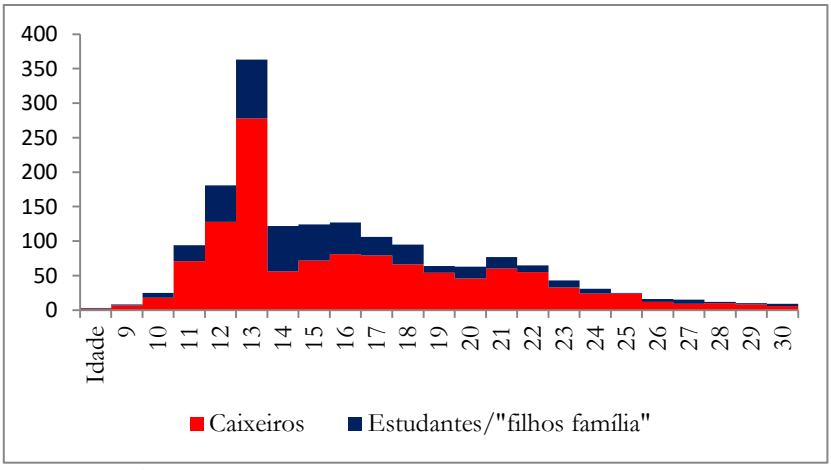
A distribuição dos fluxos por idades, exibida na figura 2, ajuda a percepcionar a variável referida. Os caixeiros seguem para o Brasil na fase etária dos doze/treze anos. Entre eles, os de letra caligráfica determinam a estrutura da pirâmide, mas encontrámos alguns com um *ductus* classificado ao nível das assinaturas menos cuidadas, podendo ser interpretado como tendo menor grau de escolarização ou pelo menos uma competência diferente, no que concerne à

caligrafia. Estes são, quase sempre, rapazes mais velhos ou mancebos identificados com a atividade de caixeiro.

Sobre um pequeno quantitativo, não apurámos o estado relativo à cultura das letras, uns mais novos e outros de idade mais avançada, embora não seja uma expressão digna de nota.

A representação gráfica permite-nos asseverar que os iniciados na atividade comercial partiam, preferencialmente, antes dos treze anos. Além desta constatação, há outra faixa etária de adolescentes embarcados dos quinze e aos dezassete. Estes podiam emigrar, de acordo com a lei, e até 1859, até aos 18 anos, sem estarem obrigados a custear os encargos com o serviço militar.[16] Todavia, a partir desta, quem se ausentava dos catorze aos vinte e um de idade tinha de deixar fiança para financiar despesas decorrentes de substituição no serviço militar, caso fosse sorteado. Os progenitores dos mais velhos, ao proporcionarem a saída com mais de treze anos, revelam ter condições para arcarem com essas despesas, o que nos faz supor que são rapazes oriundos de famílias com capacidades econômicas para assumirem tais compromissos, que eram tabelados e muito elevados.[17]

Figura 2. Níveis etários de Caixeiros, Estudantes e Filhos-família com um passaporte obtido entre 1835-1900



Fonte: PT, *A.G.C.* Elaboração própria a partir da base de dados de emissões de passaportes 1835-1900

A pirâmide, a partir dos dezasseis, traça uma linha descendente suave e evidencia que os caixeiros partiam até os vinte e cinco de idade, mas são raros os casos de emigrantes depois dessa idade. Sublinhemos, ainda, que os jovens

de treze representam mais de vinte e dois por cento deste grupo, e se lhes associarmos os de onze e doze contabilizamos 39,3% de emigrantes meninos iniciados profissionalmente. Ao analisarmos o volume da faixa dos dezenove/vinte anos, inferimos que estas idades não eram indicadas para os mancebos deixarem a terra, sendo o embarque adiado para depois do cumprimento das obrigações com o serviço militar.

O movimento dos restantes colegas deste conjunto, estudantes e "filhos-família", pode ser cotejado com o dos marçanos, o que facilmente se consegue com recurso à imagem referida. Os que frequentavam a escola também ostentam a moda de embarque aos treze anos. Nesse grupo, está patenteada uma melhoria nos níveis de alfabetização, pois as assinaturas caligráficas passam a casa dos noventa porcento, enquanto os balconistas ficam pelos 86,1%, emigrantes com letra de muito requinte, tendo assinado com esmero e perfeição. Essa é a nota dominante: jovens cuidadosamente preparados para obterem êxitos na outra margem, dos quais temos muitos casos disseminados por todo o Alto Minho.

Estes emigrantes apresentam um perfil etário ligeiramente mais envelhecido, ou seja, ao contrário dos colegas com profissão efetiva, não se opera uma quebra muito acentuada a partir dos treze anos, embora haja tendência para a diminuição do embarque de escolares com mais idade. Os estudantes apresentam-se a requerer passaporte entre os doze e os dezasseis anos.[18] Nessa faixa etária contabilizámos 62,6%, enquanto os de treze e catorze, em conjunto, atingem os trinta e um porcento. Por outro lado, os caixeiros do mesmo nível etário passam estes valores, o que demonstra que partiam mais cedo, evitando despesas com o serviço militar.

O movimento de escolares é diferente dos colegas iniciados na prática comercial, embarcando antes de atingida a barreira definidora do pagamento de cauções militares ou depois, por terem de acabar a preparação dos estudos pelos dezassete anos, o que os leva a atravessar o Atlântico mais tarde, embora alguns tenham continuado na escola até aos vinte de idade.[19]

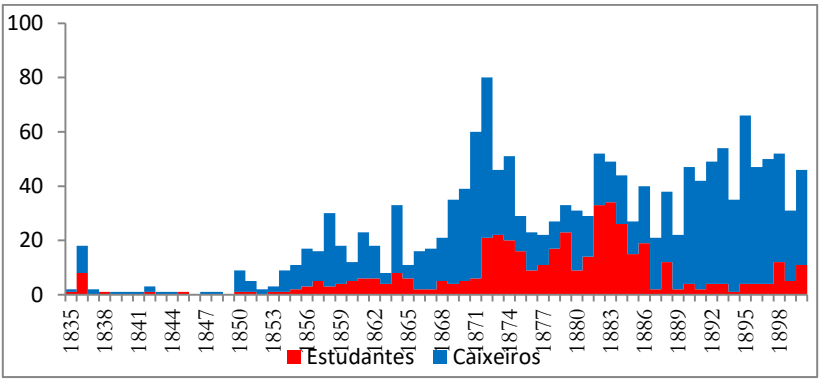
Globalmente, a pirâmide etária formada por esses emigrantes evidencia a tomada de decisão dos progenitores: prepararem o futuro dos filhos, embarcando-os para o Brasil antes dos catorze anos. Mas alguns, especialmente os estudantes, tiveram a oportunidade de completar os estudos, saindo mais tarde, forma de garantir boa preparação acadêmica. Se, pelos dezoito, as saídas diminuíam consideravelmente, estas voltam a ser impulsionadas após a faixa etária correspondente ao serviço militar, o que explica a retoma do movimento, entre estes mancebos, especialmente os caixeiros.

Distribuição por anos de saída

Estes movimentos exibem uma distribuição anual diferente da que se observa para outras representações, especialmente no tocante às ausências com um só passaporte e para diversas atividades profissionais.[20] Os estudantes identificados pouco passam de quatro centenas e meia, o correspondente a cerca de vinte e oito por cento desse fluxo, cabendo aos caixeiros 72,3%, incluindo os de quem não deixou indicadores objetivos se sabiam escrever ou não e os declarados como incapazes de firmar o próprio nome. Esses valores se distribuem sem uniformidade ao longo do século XIX. Os estudantes e os caixeiros não desenham os mesmos ciclos, pois a primeira metade dos Oitocentos apresenta a maior debandada de alunos,[21] que, nesse período, rubricam, para a respectiva década, 43,6% contra os restantes caixeiros.

Vejamos, em pormenor, os volumes anuais e comparemos os quantitativos de uns e outros, já que, por décadas, temos imagens pouco reais destes cômputos. No conjunto, entre 1835 e 1900, apuramos, face aos rapazes matriculados em escolas, uma média anual inferior a sete por cada centena; por sua vez, os caixeiros aproximam-se dos dezoito pontos percentuais, donde resulta um valor médio deste escol correspondente a mais vinte e quatro movimentos anuais. Os frequentadores de estabelecimentos de ensino mais se afirmam nos anos de 1882-83, biênio que corresponde ao pico do ciclo. Também há evasões volumosas em 1879 e 1884, embora o triênio de 1872-74 exiba boa presença de escolarizados sem profissão declarada. Há anos sem estudantes nestes movimentos, na primeira parte da centúria e outros com maior impacto a partir de 1870, o que corresponde a adolescentes nascidos doze a quinze anos antes da saída para o Brasil. Estes viram a luz do dia em meados da década de cinquenta, receberam ensinamentos nos anos sessenta e deixaram a terra onde nasceram e se escolarizaram para exercerem atividades ligadas às lides comerciais. Estudavam com o objetivo de encontrar um futuro melhor na outra margem do Atlântico e os pais faziam tudo para preparar os filhos mais velhos, que por sua vez acolhiam os irmãos no Brasil, quando a idade os impulsionava para aquelas paragens.

Figura 3. Caixeiros, estudantes com um passaporte por anos de saída, embarcados entre 1835-1900



Fonte: PT, *A.G.C. Elaboração própria a partir da base de dados de emissões de passaportes*.

As curvas desenhadas anualmente pelas saídas de acadêmicos é diferente do que aparece ilustrado para os marçanos. Vejamos de novo a figura 3, onde a distribuição foi apresentada com totais absolutos. Podemos asseverar que os surtos ganham alguma expressão a partir de 1850, descrevendo sempre pequenas oscilações nos quantitativos. Os que desempenhavam funções profissionais impetraram maior número de passaportes no decorrer dos últimos tempos da centúria, embora as marcas mais proeminentes estejam fixadas em 1872 e 1895. Depois desses momentos, despontam os anos de 1871 e 1893, picos que ocorrem relativamente à emigração de outros grupos profissionais. O ciclo que emerge entre 1869-1874 corresponde a cerca de vinte porcento dos êxodos de caixeiros ao longo do período em análise, com uma média anual superior a trinta e oito indivíduos. Desde 1890 até o virar da centúria, encontrámos 39,3% do total destes profissionais, o correspondente a mais de quarenta e um emigrantes embarcados anualmente.

Os surtos de 1874-85 atuaram sobre o volume de fugas destes emigrantes, quer porque muitas crianças, não identificadas profissionalmente, partiram com os respectivos pais, potenciais estudantes e caixeiros; outros, de tenra idade, anteciparam a viagem, atuando na cava que precede os anos oitenta. Dessa observação, inferimos que o movimento de estudantes foi mais contido e ocorreu numa fase em que a orientação dos empregados de comércio para a evasão exibe uma tendência de quebra nos números. Na década de noventa, com o crescimento acentuado de fluxos constantes, não se encontra uma presença de acadêmicos, pois tinham-se iniciado em casas de comércio, depois dos estudos. O fato de uns e outros traçarem percursos diferenciados, pelos níveis etários e de acordo com as respectivas gerações, mostra que os alunos retardavam o embarque, ao passo que os caixeiros, no início da atividade

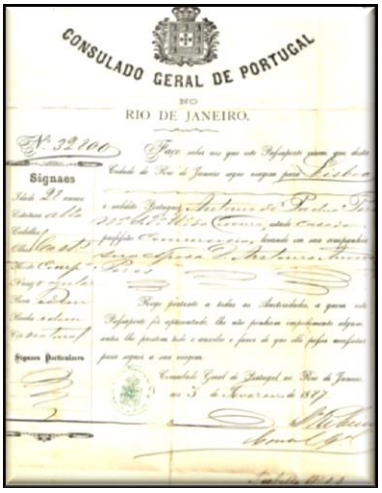
profissional, eram impulsionados mais cedo do que os colegas que optaram por dar continuidade à escolarização.

Em jeito de síntese

A mobilidade de jovens identificados como estudantes, filhos-família e caixeiros, rapazes que se prepararam em Portugal para investiram o futuro em terras do Brasil, como outros grupos profissionais de destaque social, revelam que a emigração do século XIX para o Brasil não pode ser rotulada como uma mobilidade destituída de competências e cultura letrada.

Os perfis apresentam um traço comum: são rapazes, adolescentes e mancebos com indicadores de preparação escolarizada. Partiram e inseriram-se no mundo do trabalho, fazendo o estágio como caixeiros, muitos dos quais passaram por toda a escadaria da pirâmide social e transformaram-se em personalidades de destaque no setor comercial e financeiro do Brasil contemporâneo e no domínio filantrópico na terra de origem, quando regressaram.

Imagem 5. Passaporte de regresso de negociante, caixeiro que saiu a primeira vez com 11 e reembarcou em 1885



Fonte: PT, AGC, peça do processo referente ao passaporte nº 247, LP. nº 40, f.92.

Imagem 6. Passaporte de regresso emitido em Campos, em nome de João Luís Domingues Salgado, negociante, 30 anos de idade

Fonte: PT, AGC, peça do do processo referente ao passaporte nº 179, nº 39, f 116.

Na sua maioria, tendo aprendido a ler, escrever e contar, numa época marcada pelo analfabetismo, ou tendo mesmo frequentado o ensino secundário e liceal, embarcavam em tenra idade, muitos deles meninos iniciados profissionalmente,

como caixeiros, ou eram alunos, que deixavam a escola e a família para enfrentarem o futuro longe de casa, seguindo mesmo sem iniciação no mundo do trabalho.

Os estudantes, devido ao tempo de formação acadêmica, adiavam a debandada, e outros completavam a formação no Brasil, quando iam para junto dos progenitores.[22] Os caixeiros aventuravam-se mais cedo no mundo do trabalho e formavam fluxos anuais constantes. Se os escolares registram um movimento brando da década de noventa, a "exportação" mais expressiva desses rapazes tem lugar entre 1872 e 1895, período correspondente a elevados movimentos de emissões de licenças de outros emigrantes.

Os momentos dos êxodos também não são sazonalmente coincidentes. As famílias decidem enviar os jovens alunos para o Brasil antes do início do ano escolar, no final do segundo trimestre ou no término do ano letivo, em abril e em agosto. Por sua vez, os caixeiros embarcam noutros momentos, quando os colegas estão em aulas, donde resultam ciclos alternados; enquanto os estudantes se preparam na escola, partem os caixeiros; ao terminar o ano letivo, emigram mais colegiais. Essa lógica explica-se pela oportunidade proporcionada no final da preparação acadêmica.

A origem geográfica destes rapazes mostra-nos uma distribuição orientada pelas duas grandes vias fluviais do Alto Minho, havendo uma presença mais discreta de aprendizes das letras do interior do distrito de Viana do Castelo. Algumas terras, sem apoio estatal ao nível do ensino, também colaboram com adolescentes escolarizados, o que demonstra a capacidade financeira das famílias para proporcionarem a aprendizagem dos descendentes nas paróquias onde havia professores (públicos ou particulares). A intervenção de agentes de ensino privado e doméstico, onde muitos membros da Igreja ensinavam,[23] difundindo cultura e preparando os rapazes para o sucesso longe da terra que os viu nascer, foi fundamental no contexto migratório.

Destes futuros quadros socioprofissionais, perto de noventa em cada cem fugas identificaram o Brasil como destino concreto. Um pequeno grupo (4,2%) solicitou passaporte para as colônias portuguesas de África, além dos de quem não ficou esclarecida a área de fixação. Se a maioria registrou a ida para o "Brasil", 28,9% apontaram o desembarque no Rio de Janeiro e 7,6% assinalaram a ida para Pará. Outras terras indicadas por estes jovens são: Pernambuco, Baía, Campos, Ceará, Grão Pará, Mácio, Manaus, Maranhão, Rio Grande do Sul, Santos, São Paulo e Vitória. Tais destinos, todos juntos, registam um volume insignificante, ficando pelas seis dezenas entradas de jovens com o perfil descrito.

A juventude portuguesa encontrava no Rio de Janeiro ou no Pará os locais mais apropriados para o êxito na área do negócio ou na atividade comercial, se considerarmos as escolhas previamente anunciadas. Os caixeiros são mais precisos no registro do local de fixação, enquanto os estudantes indicaram como desembarque o "Brasil" ou Rio de Janeiro.

Importante é o fato de podermos sublinhar que as futuras elites, quadros preparados nas escolas públicas e privadas existentes no Noroeste de Portugal, investiram, juntamente com outros patrícios letrados, no desenvolvimento do Brasil, onde muitos portugueses se fixaram definitivamente.

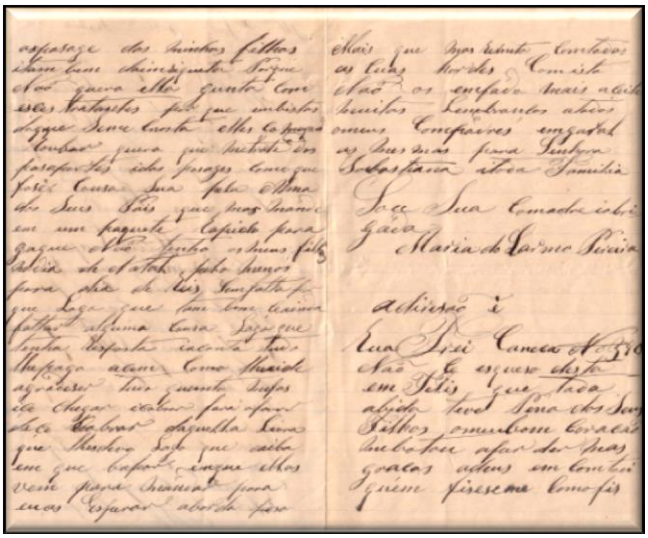
Correspondências e cartas do Brasil

Como referimos no início, entre as fontes processuais, documentos exigidos para a obtenção de passaportes, encontram-se cartas enviadas do destino, documentos que proporcionam abordagens qualitativas do fenômeno migratório, dando voz ao emigrante e à esposa que ficou na paróquia.

São missivas privadas, da intimidade, que circularam em espaços privados, tendo sido lidas em voz alta ou mesmo no silêncio do lar, mas também as lia quem vinha citado ou era cumprimentado pelo emissor. A epístola unia quem se ausentou e quem ficou na paróquia, reforçando os afetos e alimentando laços de sociabilidade e amizade. Estamos perante emigrantes, preocupados com a esposa, os filhos, parentes e mesmos amigos, compadres e procuradores, e todos teciam correntes de papel e tinta, criando elos entre duas margens do Oceano. Para o marido ou outro familiar, era importante saber da saúde dos seus, dizer como corria a vida e acompanhar a economia doméstica, administrada presencialmente pela esposa, sem que os consortes deixassem de dar orientações, desejando estar sempre informados sobre a casa e a vida na freguesia.

As missivas revelam-nos inquietações, problemas no destino, vivências, comportamentos, atitudes entre cônjuges, infidelidades, sentimentos, mentalidades, todo um universo de onde emerge a saudade. Essas escritas, quase sempre, representam gente comum: o emigrante anônimo - os de estratos social baixo -, tendo sido endereçadas por todos, mesmo os iletrados, apoiados por amigos, colegas e conterrâneos instruídos, que liam e escreviam. Quando se trata de correspondências de analfabetos, despontam os desassossegos e mesmo o pudor, por darem a conhecer a estranhos os sentimentos ou matérias da intimidade do casal, deixando de haver segredo sobre assuntos privados.

Imagem 7. Rio de Janeiro. Extrato de carta (f.1v-2) de Maria do Carmo Pereira ao compadre José César Machado, de Cerveira, para tratar da passagem dos filhos



Fonte: PT, AGC. Processo de passaporte nº 19, emitido em 13 de Janeiro de 1897.

As missivas revelam-nos inquietações, problemas no destino, vivências, comportamentos, atitudes entre cônjuges, infidelidades, sentimentos, mentalidades, todo um universo de onde emerge a saudade. Essas escritas, quase sempre, representam gente comum, o emigrante anônimo, os de estratos sociais baixos, tendo sido endereçadas por todos, mesmo os iletrados, apoiados por amigos, colegas e conterrâneos instruídos, que liam e escreviam. Quando se trata de correspondências de analfabetos, despontam os desassossegos e mesmo o pudor, por darem a conhecer a estranhos os sentimentos ou matérias da intimidade do casal, deixando de haver segredo sobre assuntos privados.

Essas cartas particulares, ao serem anexadas aos processos de passaportes, substituíram as autorizações dos maridos/pais, missivas exibidas e deixadas no Governo Civil, no ato da obtenção da licença de viagem, ficando conservadas em arquivo. As mulheres, dessa forma, puderam seguir para junto dos consortes, que estavam ausentes e manifestavam dificuldades financeiras para virem à terra e levar a família para o Brasil.

A vida do emigrante, os problemas, o desemprego, doença e outras fatalidades, como serem roubados, fazem um quadro de dificuldades muitas vezes silenciadas, que só as correspondências dão a conhecer.[24] Essas práticas epistolares, cultivadas com grande dedicação e afeto, representam uma faceta da cultura escrita migratória. Outras missivas dirigidas à família, amigos, compadres e conterrâneos encontram-se em copiadores. Nelas abordam-se

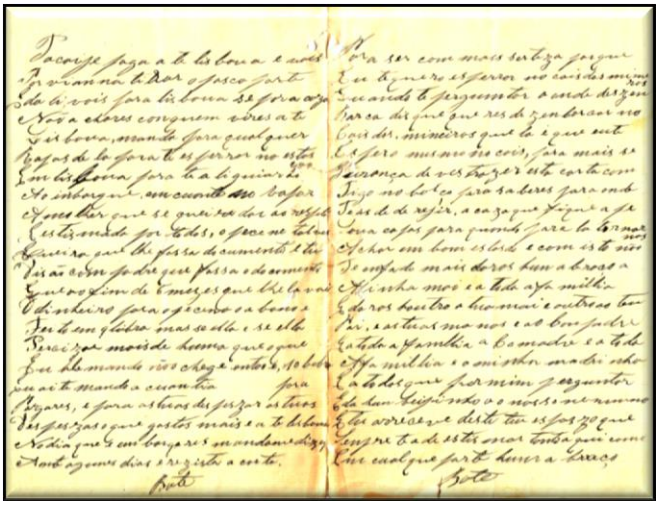
questões profissionais, de cortesia e de sociabilidades, além de temáticas relacionadas com o patrimônio adquirido pelos emigrantes.

Nesta parte do texto, deitaremos mão às cartas do destino, usaremos o espólio de um emigrante de sucesso e um copiador/borrão de outro de sucesso médio, um pequeno comerciante na Baía, ambos de Viana do Castelo.

Apoios à viagem da esposa

A saudade da família, que se encontrava separada, levava os maridos a propor a reunificação do lar no Brasil, quando não tinham condições financeiras e econômicas de regressar, devido à crise dos anos 90. É nesse contexto que mais se afirma a emigração feminina e familiar, com as esposas a arrastarem os filhos para junto do consorte, reorganizando a vida do casal noutras paragens. Essas correspondências projetam uma nova imagem do gênero feminino, da família e da mobilidade, onde os apoios e afetos têm lugar específico e destacado.

Imagem 8. Rio de Janeiro. Extrato de carta (f.1v-2) de Narciso de Jesus Gonçalves à esposa, Emília Teresa Costa, para que vá com filho para sua companhia.



Fonte: PT, AGC. Processo de passaporte nº 533, emitido em 3 de Outubro de 1890.

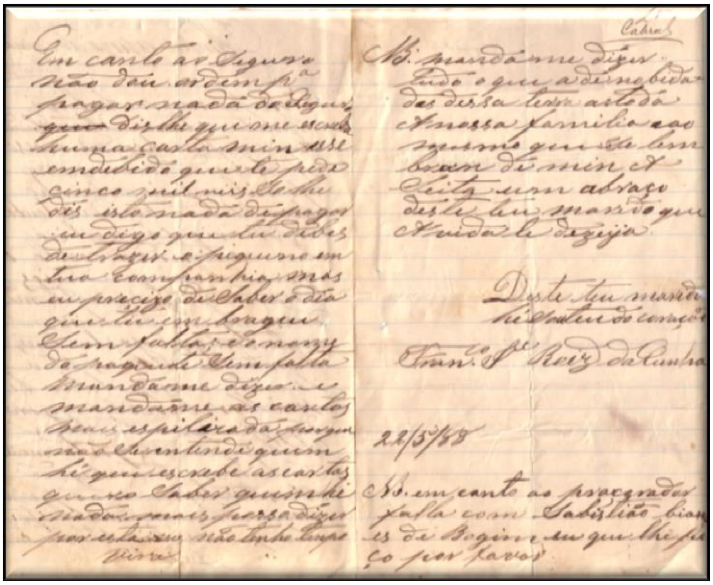
Para a mulher atravessar o Atlântico, era necessário recorrer a apoios de gente amiga, outros emigrantes ou de simples conhecidos do marido, pessoas que tinham vindo e regressado, passageiros que podiam ser muito úteis na preparação dos documentos e apoiando durante a viagem. Os recursos a que elas deitavam mão seriam em tudo idênticos aos do homem,

que partira anos antes, pelo que a carta era o melhor meio para transmitir à consorte como proceder, como tratar dos documentos, preparar as malas, ir até Lisboa ou evitando imprevistos e momentos de maior melindre no vapor, devido ao assédio sexual durante a viagem.

Muitas vezes eram eles próprios que desejavam ter a esposa na terra de acolhimento, por se sentirem sós, sem a presença feminina e os afetos da família. Para convencer a esposa a deixar a casa e os parentes, propunham liberdade profissional, bom emprego, além de economizarem com despesas pagas por trabalhos domésticos.[25] As instruções sobre procedimentos para obtenção de licença de embarque são constantes nessas correspondências, informando relativamente a contatos administrativos, obtenção de verbas, hipoteca de casas, venda de bens para reunir o pecúlio necessário para a preparação da viagem, indicações sobre preços, apoios financeiros junto de familiares, compadres e conhecidos, deslocação de comboio e ainda como se apresentar no navio, adereços a usar e atitudes de respeito para garantir que não haveria desvios comportamentais.

A companhia durante a travessia era uma das inquietações dos maridos. Fazer grupo com outras senhoras, seguir com esposas de emigrantes que regressavam,[26] ter alguém de confiança que desse apoio moral e ajudasse a vigiar os filhos no vapor eram uma garantia de que tudo correria bem com a esposa, muitas vezes analfabeta e sem uma cultura de viagem nos novos meios de circulação, mulheres que nunca tinham saído do meio paroquial. Quando não fosse possível ter uma companhia ideal, sugeriam que se juntassem a outras parceiras de viagem,[27] mas era preferível ser escoltada por gente conhecida, pessoas de bom porte moral, como um "bom rapaz".[28] Se não conseguisse vir com alguém da terra, essa situação não deveria ser impeditiva da viagem, porque no vapor encontrar-se-iam outras famílias.[29] Era importante que ela não viesse sem orientação,[30] à mercê dos inconvenientes e dos perigos que podiam surgir a bordo, especialmente ocorrências originadoras de deslealdade matrimonial.[31]

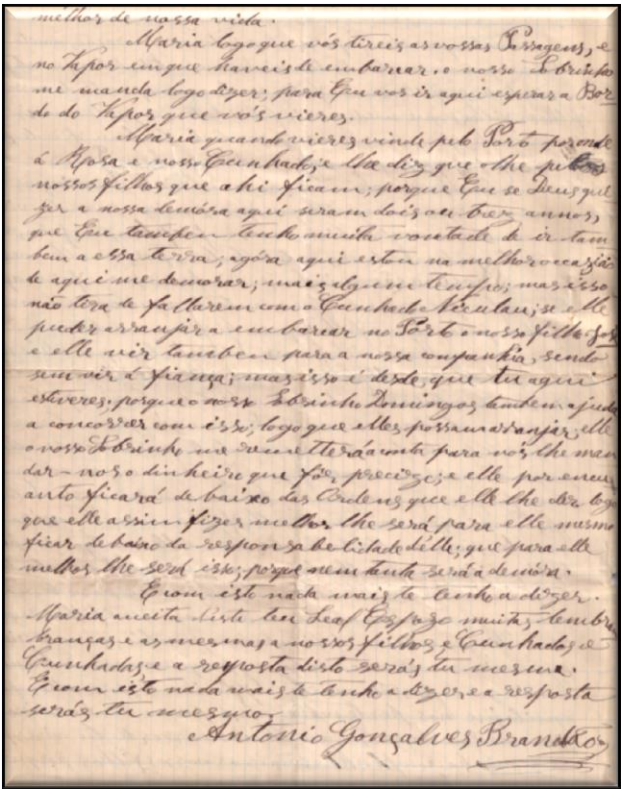
Imagem 9. [Brasil] Extracto de carta (f.1v -2) de Francisco José Rodrigues da Cunha enviada à esposa, Rosa Maria Fernandes, para que vá para sua companhia.



Fonte: PT, AGC. Processo de passaporte nº 550, emitido em 19 de Julho de 1888.

Estes quadros evidenciam preconceitos dos maridos e revelam traços de uma cultura de protecção do sexo feminino, para precaver desvios afetivos, por estarem fora da vigilância da paróquia. Era uma imagem sobre as capacidades do gênero, especialmente de quem não possuía competências de literacia. Os parentes eram os mais indicados para acompanhar a mulher, se fossem alfabetizados,[32] pois garantiam segurança durante todo o processo de deslocação e deixava aliviado o marido, sabendo que a esposa e os filhos fariam boa travessia. Alguns até ofereciam as despesas de viagem a gente da família, que acompanhasse a esposa,[33] forma de proporcionar um clima de paz e respeito à senhora e o apoio aos descendentes, para reunir a família no Brasil.[34]

Imagem 10. Rio de Janeiro. Extrato de carta (f.2v) de António Gonçalves Brandão a sua esposa, Maria Candelária Exposta, para ir para sua companhia com os filhos.



Fonte: PT, AGC. Processo de passaporte nº 544, emitido em 8 de Outubro de 1897.

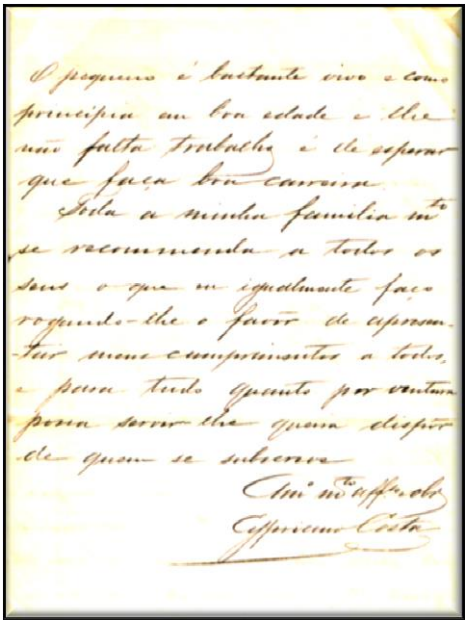
Os jovens e os apoios familiares

A ausência do lar e da terra, separando-se da família, do mundo de sociabilidades e afetos, era uma decisão que não afetava apenas quem partia e deixava parentes, amigos, conhecidos, fossem emigrantes homens, mulheres ou jovens. No caso de rapazes, muitas vezes ainda meninos menores de catorze anos, a decisão do embarque era partilhada com o núcleo doméstico e apoiada pela família e por irmãos mais emigrantes velhos,[35] que regressavam e levavam os adolescentes, a quem davam apoio no Brasil, orientando-os profissionalmente e ajudando-os a crescer.

As relações de fraternidade e amizade eram importantes para quem saía de casa muito cedo. O bom acolhimento e arrimo no Brasil determinavam o futuro destes emigrantes. Os "brasileiros", emigrantes de sucesso, atuavam em dinâmicas de solidariedade, recorrendo a colegas bem estabelecidos, ajudando os conterrâneos, acolhendo, empregando, dando bons conselhos e orientando profissionalmente. Tais apoios não vêm expressos nas fontes oficiais, mas constam em missivas por nós compulsadas.[36]

Noutras situações, pedia-se vigilância sobre comportamentos e orientação no emprego para estes rapazes afastados da família; davam-se indicações para timonar a vida do adolescente, filho do compadre, de um amigo ou conterrâneo, informando sobre a evolução das aprendizagens da conduta, especialmente no que concerne à vida mundana, e relacionamentos com o sexo oposto, quando o afilhado era "muito afeto a raparigas" com quem gastava as poupanças.[37]

Imagem 11. Rio de Janeiro. Extrato de carta de Cipriano Costa a José Augusto Palhares Malafaia.



Fonte: PT, ADV. Copiador de correspondência, f.2, 9 de Julho de 1892.

Os progenitores, quando eram emigrantes bem-sucedidos, preparavam o acolhimento dos descendentes a tempo de os integrarem nos negócio, a quem

passavam o testemunho,[38] depois da preparação acadêmica dos filhos.[39] Sabiam que era muito importante se os rapazes embarcassem bem aprontados, portadores de competências das quais dependia o futuro.[40] Os escolarizados, com ou sem iniciação profissional, eram os potenciais homens de êxitos; muitos deles tinham deixado a casa ainda meninos, ficando no Brasil uma década ou mais sem virem a Portugal, fazendo-se homens longe do lar. Os pais preocupavam-se com a formação na área comercial, porque mais facilmente se alcançavam bons resultados profissionais, libertando os filhos do fardo que era o serviço militar.

Mas, há situações em que o trabalho de uma vida redundava em miséria, mesmo com os apoios que lhes eram proporcionados, por falta de aptidões para a atividade comercial. Tomemos o exemplo de um rapaz, sobrinho do compadre de Daniel Fernandes Reis Viana, acolhido e empregado na venda (estabelecimento comercial) de que Daniel era sócio, que revelava poucas faculdades para o serviço.[41] Por mais acompanhamento que os adolescentes tivessem, nem todos se dedicavam profissionalmente, nem tinham aptidões para trabalhar na dependência de patrões, longe da vigilância e apoio dos pais.

Outros são paradigmas do fracasso, visível na hora da morte, quando os herdeiros se habilitavam aos bens do falecido, como aconteceu a João Antunes Bastos que deu "cabo de tudo, porque quando morreu estava pobre". O patrimônio desse emigrante reduzia-se a "casebres de palha que pela moeda daqui valiam vinte mil réis",[42] refere Daniel Viana, a quem foram pedidos os bons serviços para tratar da habilitação de herdeiros.

Praticar gestos de solidariedade, auxiliando colegas, familiares com dificuldades, acolhendo de filhos de amigos, amparando conhecidos e paroquianos eram atos que estes emigrantes não deixavam de registrar por escrito, passando a memória para o respectivo livro de cópias de correspondência. A circulação das ações filantrópicas acabava por chegar à terra de origem, sendo divulgadas através de vários leitores da missiva. As boas e as más novas, como atos vitais, nascimento, casamento, óbitos e infidelidades circulavam, através destas correntes de papel, promovendo a solidariedade e comunicando entre quem se encontrava separado da paróquia.

Fazer chegar boas notícias, dar a conhecer o estado de saúde e cumprimentar de forma personalizada era um gesto de apoio, de afetos e de delicadeza, não só para a família como para compadres, amigos, vizinhos, gente conhecida. Toda a gente mencionada na carta tinha acesso ao teor da mesma, forma de alimentar sociabilidades. A missiva era dada a ler a quem nela vinha referido e era saudado. Nas viagens à aldeia, o emigrante cumprimentava e distribuía abraços mandados por amigos, alimentando afetos e amizades de sócios no Brasil ou

conterrâneos, reforçando os laços entre as duas margens do Atlântico. Era uma escrita estruturada numa teia de relacionamentos pessoais, familiares, profissionais e de amizade, fazendo chegar notícias aos interessados.

Para os jovens, as palavras de estímulo e de afeto dirigidas pelos pais reforçavam os laços familiares, mantendo-os em permanente ligação com o lar. O progenitor recomendava ao filho uma cultura de valores sustentada por princípios de honestidade; lembrava como orientar a vida sem desbaratar os rendimentos, recomendando que labutasse com humildade para regressar cedo à aldeia e beneficiar-se da jubilação com saúde, colhendo os frutos do trabalho. Quando do primogênito se tratava, ausentava-se primeiro, ficando com o ônus de preparar a recepção dos irmãos mais novos, de que quem deveria ser "o guia, chefe, protector e amigo dedicado".[43] Os bons pareceres paternos sublinham a importância das sugestões dadas em tempo, devendo o jovem ler as cartas escritas pelo ascendente e "seguir o mais que possas os conselhos que nelas de dei".[44] O mesmo sublinhava que qualquer pai deseja tudo de bom para os descendentes, especialmente quando o rapaz se afastava de casa, indo para o Brasil. Esse progenitor não deixa de partilhar sentimentos de saudade e sublinha a dureza do momento do embarque, pois "eu sinto uma grande dor d'alma que não sei exprimir, parecendo-me que uma parte della vai contigo". Através destas escritas de afeto e apoio, o jovem sente-se "acompanhado" à distância, ganhando força e incentivo para ser "um homem enobrecido pelo trabalho, que adquiras meios de fortuna." Nesse caso, estamos perante irmãos, pais, tios e primos "brasileiros", que fizeram fortuna, ainda hoje visível no patrimônio edificado.

À semelhança de outros pais, Diogo Teixeira não deixa de recomendar ao filho que dedique tempo para a sua formação no Brasil, fazendo "leituras proveitosas", pelo menos uma hora diária, à noite, para adquirir novos conhecimentos "que bem precisos te serão pela vida fora". Essa carta é um verdadeiro manual de instruções e exortações, onde não faltam referências aos cuidados de saúde, dando relevo aos problemas decorrentes das doenças venéreas, para as quais se devia ter "[…] os maiores cuidados hygienicos comtigo, procurando ivictar as moléstias contagiosas, principalmente a sífilis, esse grande flagelo da humanidade, que tantos rapazes inutiliza".[45] Tais recomendações eram um lenitivo e apoio paternal importante para os jovens que estavam "condenados" a ficarem afastados do lar cerca de uma década.

Longe de casa, sublinhava-se a importância dos cuidados a ter para a preservação da saúde, pois dela também dependia o triunfo destes jovens, necessitados de afectos paternais e de orientação através de boas sugestões para a vida. Era a experiência de um pai que tinha emigrado órfão,[46] passando o

testemunho ao filho que deveria acolher dois irmãos, quando estivessem preparados e com a idade se seguirem para o mundo do trabalho na outra margem, como tinha acontecido ao próprio ascendente.

Conclusões

As trajetórias de vida de gente comum são marcadas pelo afastamento durante vários anos, por vezes mais de uma década de ausência, sem contato físico com os familiares, quando de jovens se tratava, mas também os adultos permaneciam tempos demorados longe do freguesia, sustentando a separação através de correntes de papel e tinta, em ritmos variados, umas vezes muito longos e outras pautados pelo movimento dos vapores.

Os emigrantes, jovens ou consorciados, embarcados sozinhos ou em grupos fraternais assumiam o compromisso de ajudar a família, muitas vezes a mãe viúva que enviava o filho para a terra dos sonhos. A saída de casa para se fazerem homens, depois de se prepararem com estudos ou iniciados profissionalmente, perspectivava um futuro melhor, com o retorno financeiro e reconhecimento social, homem rico, identificado por "brasileiro", capitalista com fortuna feita em terras de Vera Cruz, onde investiu em ações financeiras.

Emigrar exigia responsabilidades, era uma decisão tomada em família, pelos encargos com todo o processo da travessia, como a obtenção do passaporte, fiança militar, se de mancebos se tratava, bilhete de viagem e outras despesas com enxoval. Era difícil o embarque sem apoios em ambas as margens, mesmo quando o candidato usava os serviços de um engajador. Quem abandonava a casa por esta via, hipotecava a própria vida e a liberdade, ficando dependente de contratos desfavoráveis, trabalhando anos para liquidar as despesas decorrentes da ida para o Brasil, vivendo um período de verdadeira escravatura, pagando o preço desta aventura longe dos seus.

As pontes que ligavam quem ia e quem ficava na paróquia faziam parte dos compromissos assumidos entre quem beneficiou de apoios nestas dinâmicas migratórias e quem assegurou a economia doméstica, a mulher que respondia perante os credores e substituía o pai, dando educação aos filhos.

As amarras de tinta teciam-se com periodicidade, escrevendo-se uma carta na resposta a outra, na chegada e partida do correio transatlântico. Era importante e saudável manter as "conversas" em papel, para saber da vida e da saúde de todos, mas também era uma escrita obrigatória, reforçando laços familiares e matrimoniais. Se uma das partes quebrava estas correntes ou não respondia ao ritmo desejado, originava um silêncio assustador, pois o fim da cadeia comunicacional correspondia a uma ruptura familiar, de sociabilidades e podia representar uma separação definitiva ou a morte.

Estas são representações da mobilidade de Oitocentos, que as fontes quantitativas e qualitativas revelam, quando cruzadas e analisadas. A emigração escreve-se com fluxos, mas também com relacionamentos, apoios, sociabilidades, êxitos, insucessos, glória, miséria, mas, mais do que os números, é nas pessoas que nos devemos centrar, sem impressionismos nem preconceitos. É importante proceder à investigação em fundos privados e familiares, especialmente as correspondências, as fontes iconográficas e outras, como documentos sobre aquisição de bens, mas também a história oral.

Fontes primárias

PORTUGAL, Arquivo do Liceu Nacional de Viana do Castelo (AL)
- "Mappa do movimento annual da Eschola de latim e Latinidade", Monção, 30 de Maio de 1864, doc. avulso.
- "Mappa do movimento annual da Eschola de meninos" de Nicolas James Tollstadius, Viana do Castelo, em 5 de Setembro de 1860, doc. Avulso.
- "Mappa do movimento annual da Eschola de latim e Latinidade" de Ponte de Lima, em 10 de Setembro de 1860, doc. Avulso.
- "Mappa do movimento annual da Eschola de latim e Latinidade" de Arcos de Valdevez, Lima, em 28 de Agosto de 1860, doc. Avulso.
- "Mappa do movimento annual da Eschola de latim e Latinidade" de Valença, em 28 de Agosto de 1860, doc. avulso.
- "Relação dos estudantes que frequentam as aulas do Collegio de Nossa Senhora d'Agonia no anno lectivo de 1863-1864, dada pelo Director, em conformidade do artigo 60 de Decreto de 10 d'Abril de 1860" 29 de Janeiro de 1864, doc. avulso.
- "Mappa do movimento annual de meninas e simultaneo" de Madame Olivier Botto, Viana do Castelo, em 4 de Setembro de 1860, doc. avulso.

PORTUGAL, Arquivo do Governo Civil de Viana do Castelo (AGC)
- *Processos de Passaportes*, 1835-1900.
- *Livro de Recenseamento Militar*, ano de 1885.
- *Livro de Registo de Passaportes,* 1835-1900.

PORTUGAL, Arquivo Familiar Daniel Fernandes Reis VIANA, copiador de correspondência (CDV).

PORTUGAL, Arquivo familiar, *Carta de Diogo Abreu Teixeira* ao filho. Doc. avulso do espólio da família Diogo Abreu Teixeira, Vila de Punhe, Viana do Castelo. S. D.

Notas e referências

[*] Nota do editor – O texto foi vertido para o português do Brasil.

[1] Este texto corresponde a uma versão reduzida e corrigida da nossa comunicação no XVIII Congreso AHILA: Representações do emigrante português e memórias escritas, uma análise ao movimento de elites e à correspondência oitocentista, Simpósio *Puentes entre Europa y América Latina: Historia, Memoria y Representaciones en el Diálogo entre el Indivíduo y el Colectivo*, Valência: 2017, pp. 1253-1277.

[2] PT: Este trabalho é financiado por: Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, na sua componente FEDER, através do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (COMPETE 2020) [Projecto nº 006971 (UID/SOC/04011); Referência do Financiamento: POCI-01-0145-FEDER-006971]; e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do projeto UID/SOC/04011/2013. This work is supported by: European Structural and Investment Funds in the FEDER component, through the Operational Competitiveness and Internationalization Programme (COMPETE 2020) [Project No. 006971 (UID/SOC/04011); Funding Reference: POCI-01-0145-FEDER-006971]; and national funds, through the FCT – Portuguese Foundation for Science and Technology under the project UID/SOC/04011/2013.

[3] Ver Henrique RODRIGUES - *Alto-Minho no Século XIX, Contextos Migratórios Sócio-Culturais e Familiares*. Porto: FLUP, 2003.

[4] Segundo as informações escritas, colhidas junto dos Directores dos Arquivos Distritais e de acordo com os documentos que pudemos reunir, há cerca de um milhar de *livros de registros de passaportes* identificados para Portugal, desde 1835-1967, distribuídos pelos seguintes distritos e períodos: Aveiro, 1882-1966; Braga, 1868-1902; Bragança, 1844-1964; Castelo Branco, 1881-1938; Coimbra, 1835-1929; Faro, 1834-1946; Guarda, 1879-1907; Leiria, 1861-1996; Lisboa, 1839-1889; Portalegre, 1904-1926; Porto, 1834-1947; Santarém, 1913-1928; Viana do Castelo, 1835-1966; Vila Real, 1834-1967; Viseu, 1854-1984. Ver Henrique RODRIGUES- *Emigração e Emigrantes do Vale do Lima no século XIX*. Viana do Castelo, CER, 2006, pp. 28-31.

[5] Cf. Ismênia MARTINS - *Portugueses no Brasil: Migrantes em dois atos*. FAPERJ: Rio de Janeiro, 2006.

[6] O rol de profissões de emigrantes em 1887 é extenso e mostra bem o peso dos "lavradores". Cf. *Movimento da População, Estado Civil, Emigração. Estatistica Especial, Primeiro Anno – 1887*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890, pp. 190-195.

[7] Ver a lista de funções, onde se arrolam 5781 funcionários "públicos" para 1860, no distrito de Viana do Castelo, em *Relatorios sobre o Estado da Administração Publica nos Districtos Administrativos do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes em 1860*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1865, p. 8; Eusébio Furtado COELHO. *Estatística do Districto de Vianna do Castello*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1861, pp. 223-224.

[8] Há vários casos de jovens emigrantes de sucesso transformados em capitalistas e outros que obtiveram, quando regressaram, um título nobiliárquico. Entre outros, apontamos, além do carismático Conde de Ferreira, algumas figuras do Alto-Minho,

como: Manuel José Amoroso Lima, o Visconde Amoroso Lima, que obteve passaporte em 1839, quando exercia a profissão de caixeiro, tendo emigrado com 15 anos de idade. O Comendador Jerónimo da Costa Jácome. Manuel José Lebrão, de Sopo, Vila Nova de Cerveira, foi o proprietário fundador da confeitaria Colombo, no Rio de Janeiro; Miguel Francisco Rodrigues de Morais, um menino órfão, embarcado com 11 anos, em 1859, foi proprietário do palácio da Aclamação na Baía. ver: Maria Beatriz ROCHA-TRINDADE e Domingos CAEIRO. *Portugal-Brasil, Migrações e Migrantes, 1850-1930*. Lisboa: Edições Inapa, 2000; Eugénio dos SANTOS. A importância Histórica do Brasileiro na Ribeira Lima em *Conferências/Discursos, Comemorações do Dia da Comunidade Luso-Brasileira*. Ponte de Lima: Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, 1986; RODRIGUES, 2006. pp. 551 e 776.

[9] Para o distrito de Viana do Castelo, segundo o censo de 1878, entre a população masculina maior de sete anos, havia 55,1% de analfabetos, valor que foi reduzido em 3,8% até 1900, o equivalente a 0,165% ao ano. Mas o sexo feminino mostrava índices preocupantes, com 94,1% de mulheres maiores de sete anos no estado de iliteracia, em 1878. Todavia, no final da centúria, a recuperação foi de 5,3%, o que representa um crescimento de 0,23% ao ano, neste período. Rui RAMOS. Culturas de Alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à História da Alfabetização no Portugal contemporâneo. *Análise Social*, 3ª série, vol. XXIV, (103-104). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1990, pp. 1115-1116. Ver também RODRIGUES, 2006. pp. 149-180.

[10] Manuel Gomes de Lima BEZERRA. *Os Estrangeiros no Lima*, volume II. Coimbra: Real Officina da Universidade, 1791, p. 108. O mesmo opinava o Visconde de São Paio, Governador Civil em 1857, quando se referia à única saída da juventude, que desejava ocupar-se como caixeiro em terras de Santa Cruz, donde resultava uma grande procura pelo ensino, recorrendo a professores particulares, porque "precisam ir habilitados com os conhecimentos de ler, escrever e contar", fenômeno originador da explosão do parque de escolas privadas em todo o distrito. Ver, sobre estas ideias para Oitocentos, *Relatorios sobre o Estado da Administração Publica, o.c.*, 1857, p. 274. Se as fontes coevas dão prova destas preocupações, o mesmo está confirmado nas listas de alunos de várias escolas, frequentadas por muitos filhos de lavradores, que se encontram lado a lado com parceiros cujos pais exibem um estatuto diferente, entre os quais temos negociantes, professores, proprietários, artistas, empregados públicos. Veja-se a escola do professor Clemente António da Silva, em Monção, que, entre 24 alunos, ensinava sete filhos de lavradores; curiosamente, António Rodrigues de 20 anos de idade era natural de Extremo, concelho de Arcos de Valdevez; ou João Manuel Domingues, de Merufe, a frequentar o ensino de Latim e Latinidade aos 18 anos, também filho de um lavrador, juntamente com outros colegas de 11 anos. Arquivo do Liceu de Viana do Castelo (AL). "Mappa do movimento annual da Eschola de latim e Latinidade" de Monção, em 30 de Maio de 1864, doc. avulso.

[11] Para conhecermos esta evolução, estudamos o refluxo e o reembarque. Veja-se o exemplo de Abel Airão Álvares Barata, exposto, "filho de pais incógnitos", estudante, em 1860, residente na vila de Valença, aos 26 anos desempenhava a função de

caixeiro, quando obteve passaporte. Tinha feito os estudos secundários e dedicava-se a uma atividade onde o exercício da escrita era uma constante de todos os dias. Este homem, volvidos 12 anos, em 1887, foi identificado como comerciante, tendo regressado e voltado a sair da terra que o viu nascer. Ficamos a saber, através do livro de recenseamento militar, (outra fonte que usámos para cruzamento de dados) que era filho de Ana Maria Cruz. Este caso, além de ilustrar um quadro relativo a emigrantes expostos, permite-nos descobrir que foi mandado à escola, esteve no ofício de caixeiro, saiu, regressou e partiu de novo com um estatuto de nível elevado. Ver AGC, Livro de Registros de Passaportes nº 28, folha 56, passaporte nº 871, emitido em 28 de Abril de 1875; "Mappa do movimento annual da Eschola de latim e Latinidade" *de Valença*, em 28 de Agosto de 1860, doc. avulso.

[12] Sobre estes quadros migratórios, ver os nossos trabalhos*:* Expostos no Alto-Minho no Século XIX e Contextos Migratórios, Separata de *Estudos Regionais*, Vol. XXV, Viana do Castelo, 2005; Emigração de filhos Ilegítimos no século XIX, uma análise aos passaportes emitidos em Viana do Castelo, *Actas do IX Congreso da ADEH* (Asociación Ibérica de Demografía Histórica), versão digital, 2010; Emigração de órfãos no século XIX com passaporte obtido em Viana do Castelo, *Actas do Congresso Internacional 200 años Iberoamérica, 1810-2010*. XIV encuentro de latinoamericanistas españoles, Edición a cargo de Eduardo Rey Tristan, e Patrícia Calvo González. Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela, versão digital, 2010.

[13] "filho-família" identifica o adolescente ou jovem adulto, independentemente da idade, "que está debaixo do poder de seu pai, e isto de qualquer idade que seja", perdendo este estatuto quando se emancipa. *Ordenações Filipinas*. Reprodução "fac-simile" da edição de 1870, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985. Livro I p. 208 e Livro IV, p. 909.

[14] Esta constatação, a da interrupção dos estudos a meio do percurso, é confirmada pela data em que obtêm as licenças, assim como os próprios professores fizeram menção a tais ocorrências, como aconteceu em 1859, quando Miguel Roque dos Reis Lemos nos deixou a nota de que Manuel Álvares Vaz, de 12 anos de idade, filho de um lavrador de São João da Ribeira, Ponte de Lima, "sahiu em Março de 1860 e embarcou para o Brasil", abandonando o ensino secundário a meio do percurso. Cf. AL. "Mappa do movimento annual da Eschola de latim e Latinidade" de Ponte de Lima, em 10 de Setembro de 1860, doc. avulso.

[15] Entre outros exemplos, a carta escrita por Cipriano Costa a José Malafaia, (emigrante regressado e reembarcado) dirigida do Rio de Janeiro, em 9 de Julho de 1892: "O pequeno, seu recomendado, fez a viagem nas melhores condições possíveis, tendo dormido sempre no nosso camarote e servindo-se à mesa das crianças. Aqui está, pois, de perfeita saúde e como para nós não é de mais, resolvemos ficar com ele desde já como empregado, esperando que esta deliberação seja do agrado do meu bom amigo. O pequeno é bastante vivo e como principia em boa idade e lhe não falta trabalho é de esperar que faça boa carreira. Toda a minha família muito se recomenda a todos os seus, o que eu igualmente faço, rogando-lhe o favor de apresentar meus

cumprimentos a todos e para tudo quanto por ventura possa servir-lhe, queira dispor de quem se subscreve." RODRIGUES, 2006, pp.1693-1694.

[16] AGC. *Livro de Recenseamento Militar (RLM),* ano de 1885, folha nº 13, relativo a Vila Nova de Cerveira, onde consta que Abílio José Garnel se encontra no Brasil. Este mancebo obteve licença em 2 de Maio de 1883, na qualidade de caixeiro, com a idade de 19 anos e uma assinatura caligráfica. Era filho de D. Maria José Fontes e de Manuel António Lourenço Garnel, tendo deixado a respectiva fiança, donde se depreende que havia condições financeiras para suportar este fardo, para que o filho seguisse rumo ao Brasil, antes de cumprir o serviço militar, por não se ter ausentado antes dos catorze anos, momento em que a maior parte da juventude tomava o vapor. Os casos sucedem-se com alguma frequência, pois há mais de seis centenas nestas circunstâncias, mancebos com 18 ou mais anos de idade, entre todo o movimento, saídos legalmente na qualidade de balconistas. Outra ocorrência foi protagonizada por Abílio Lomba, um caixeiro de 19 anos, a quem os pais deram assentimento e registaram tal permissão no certificado assinado pelo progenitor. Cf. AGC, Livro de Registo de Passaportes nº 38, folha 175, passaporte nº 307; processo e livro nº 53, folha 49, passaporte nº 692, datado de 3 de Novembro de 1899. Estas situações eram um encargo pesado, porque deviam pagar a caução ou apresentar substituto, caso o rapaz fosse sorteado para cumprir os deveres militares. Sobre as fianças pagas pelos emigrantes e a problemática do serviço militar para estes indivíduos, ver Henrique RODRIGUES. *Emigração e Alfabetização, o Alto Minho e a Miragem do Brasil*. Viana do Castelo: Governo Civil, 1995, pp. 35-44; Henrique RODRIGUES. Os Livros de Recenseamento Militar como Fontes para o Estudo da Emigração para o Brasil no século XIX, em *Crescimento Natural, Cambio Demográfico y Migrationes, Actas del Congresso Internacional de la Población, V Congreso de da ADEH (Asociación de Demografía Histórica)*. Logroño: Gobierno de la Rioga/Instituto de Estudios Rojianos/ADEH, 1999; Henrique RODRIGUES. Análise à Emigração para o Brasil através dos Livros de Recenseamento Militar, Separata de *Cadernos Vianenses*. Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do Castelo, 2000.

[17] Num período em que um professor estatal das primeiras letras auferia 90$000 réis por ano, as fianças chegaram a atingir 76$000. Cf. RODRIGUES. 1995, pp. 41-44

[18] A idade dos alunos do ensino secundário, matriculados nas aulas estatais de Latim e Latinidade, além dos que frequentavam o ensino liceal, varia entre os 11 e os 19 anos em Ponte de Lima, em 1860; dos 8 aos 18 em Valença; entre os 11 e os 20 em Monção, em 1864; mas situa-se entre os 11 e os 22 anos nos Arcos de Valdevez em 1860. Todas estas classes eram ministradas na rede oficial. Nos colégios particulares, na mesma data, temos uma escola de meninas, onde as educandas têm dos seis aos 11 anos de idade, colégio que funcionava na rua da Bandeira, sob a orientação da Madame Olivier Botto, em Viana do Castelo. Os colegas do sexo masculino, que estudavam sob a responsabilidade de Nicolas James Tollstadius, encontram-se entre os 10 e os 17 anos de idade. Cf. AL. "Mappa do movimento annual da Eschola de latim e Latinidade" de Ponte de Lima, em 10 de Setembro de 1860, doc. avulso; "Mappa do movimento annual da Eschola de latim e Latinidade" de Arcos de

Valdevez, Lima, em 28 de Agosto de 1860, doc. avulso; "Mappa do movimento annual da Eschola de meninos" de Nicolas James Tollstadius, Viana do Castelo, em 5 de Setembro de 1860, doc. avulso; "Mappa do movimento annual de meninas e simultaneo" de Madame Olivier Botto, Viana do Castelo, em 4 de Setembro de 1860, doc. avulso. Sobre idades dos alunos ver António NÓVOA. *Le Lemps des Professeurs*, vol. I, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987, p. 508; Henrique RODRIGUES. Alunos Examinados no Liceu Nacional de Viana do Castelo em 1861 para Ingresso no Seminário de Braga, Reflexos do Regalismo, Separata de *Actas do Congresso de História no IV Centenário do Seminário de Évora*, vol. II. Évora, 1994, pp. 199-203; António Gomes FERREIRA. *Gerar Criar Educar, A Criança no Portugal do Antigo Regime*, Coimbra: Quarteto Editora, 2000, pp. 375-385; António Gomes FERREIRA - Idade de aprender e desencontros sobre o início da instrução das crianças do século XVIII, em *Leitura e escrita em Portugal e no Brasil, 1500-1970*, *Actas do 1º Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*. vol. II, Porto: Sociedade de Ciências da educação, 1998, pp. 33-39.

[19] Já nos referimos às idades dos estudantes do "ensino secundário", todavia importa lembrar que, no ensino particular do *Collegio de Nossa Senhora d'Agonia*, no ano de 1863, a aula de matemática elementar era frequentada por aulistas entre os 16 e os 21 anos, enquanto a de Retórica tinha alunos de 20, 27 e 48 anos, correspondendo estes dois últimos a sacerdotes, o padre João Manuel Salgueiro, de Caminha, e o padre João Urbano, de Viana do Castelo, embora um outro mancebo, Claudino de Sousa Palhares, de Melgaço, tivesse 20 anos. Com estes adultos, havia crianças a partir dos dez de idade a frequentar a aula de Português. Cf. "Relação dos estudantes que frequentam as aulas do Collegio de Nossa Senhora d'Agonia no anno lectivo de 1863-1864, dada pelo Director, em conformidade do artigo 60 de Decreto de 10 d'Abril de 1860" em 29 de Janeiro de 1864, doc. avulso.

[20] RODRIGUES, 2006. pp. 377-590.

[21] A década de setenta, mercê da reforma de instrução primária implementada por D. António da Costa, foi fértil em pólos de ensino noturno em várias localidades do distrito, mas é no período seguinte que se assiste a um crescimento do parque estatal, como podemos observar em RODRIGUES. 2006, pp. 86-89.

[22] "Logo que cheguem [ao Brasil] vão para a escola, mas vão e vêm acompanhados." AGC. Carta do Processo do Passaporte número 37 datado de 18 de Abril de 1886. "O Eduardo, logo que chegue cá, vai para o colégio acabar de se preparar para o comércio e o Manuel com ele, isto é questão, o muito, de cinco ou seis anos". Processo do Passaporte número 362 datado de 25 de Outubro de 1886. RODRIGUES. 2006 p. 826.

[23] Henrique RODRIGUES. Extinção das Ordens Religiosas e Dinâmicas Sócio-Culturais, Frades Residentes no Alto Minho no séc. XIX. *Lusitânia Sacra*, 2ª série 16. Lisboa, 2005.

[24] "Fui roubado e eu que não te mandei dizer. Pois eu não te mandei dizer para não te agoniar, que já chega o eu não te ter escrito, quanto mais mandar-te dizer que fui roubado, pois já são duas vezes e com isto nada mais, que não tenho tempo". Carta

de Domingos José Portela à esposa, Rosa Maria Fernandes, enviada do Rio de Janeiro, 1896, Janeiro, 8, AGC., Processo do passaporte número 453, emitido em 26 de Agosto de 1897. Outro caso: "No dia primeiro de Junho estando eu no trabalho e mais os companheiros, foram-nos ao quarto e nos roubaram. Só a minha parte, ainda passou de 600$000 réis, mas isto foi com a minha rica roupa, que tanto me tinha custado, e alguma ainda foi da que tu me tinhas feito. Também tinha gastado bastante com a minha doença e com a vinda da sobrinha Maria Rosa e com a procuração. Com tudo isto tenho gastado bastante. Podes crer que com este roubo eu fiquei quase maluco e sem trabalhar alguns dias, pois me deixaram com a roupa do corpo e com o baú e uma outra malinha, tudo arrombado", AGC carta de João Lourenço Gonçalves Veiga à esposa, datada no Rio de Janeiro, 1897, Agosto, 9,processo do passaporte nº 546, emitido em 8 de Outubro de 1897.

[25] "Eu preciso muito de ti, que estou pagando a duas mulheres 1000 [réis] cada dia e se tu o possas ganhar precisas vir antes de eu mandar o dinheiro." AGC. Processo do Passaporte número 429 datado de 27 de Agosto de 1890.

[26] "Para vireis direitos a onde eu estou devias de ir a mais o meu pai à Galiza, falar com um homem que esteve aqui e[que] torna a vir para aqui com sua família. Esse homem mora na Guarda Calle de Salana, n.º 41, Sobre la Villa. Se chama António Alvarez [por]que eu estimava muito que vós viésseis com ele, porque sabe tudo por aqui. Pedi-lhe que não venha sem vós, que peço eu isto, porque sabe tudo por aqui". Cf. AGC. carta do Processo do Passaporte número 143, datado de 12 de Março de 1898.

[27] "Se tu quiseres, a primeira família que vier para aqui, que seja de confiança e que venham mulheres, que tu podes vir com ela." *AGC*. Processo do Passaporte número 149, concedido em 2 de Dezembro 1895.

[28] "Anda com o Pacífico, se vez (sic) que ele é boa companhia, mas eu crei[o] que sim e se a minha família te diz que ele é bom rapaz então anda e vem já." *AGC*. Processo do Passaporte número 338, concedido em 6 de Junho de 1900.

[28] "Se embarcares não tenhas receio porque vem muita família". *AGC*. Processo do Passaporte número 638 datado de 15 de Setembro de 1899.

[29] "Se embarcares não tenhas receio porque vem muita família". *AGC*. Processo do Passaporte número 638 datado de 15 de Setembro de 1899.

[30] *AGC*. Carta do Processo do Passaporte nº 715, emitido em 31 de Outubro de 1896, datada de 2 de Fevereiro de 1896.

[31] Ver *AGC*., carta de Manuel do Nascimento à esposa, Maria de Jesus Alves, Processo do Passaporte nº 516 emitido em 22 de Maio de 1893, onde se adverte: "No vapor porta-te bem, sempre séria com toda a gente. Quando eu vim, vim com a cabeça perdida com umas mulheres (...)." Outro exemplo pode ser visto no Documento 197, Pública forma de carta enviada por José Joaquim Salgado à esposa, Maria Rita Rocha Salgado, Processo do Passaporte número 259, emitido em 14 de Outubro de 1864, cuja recomendação aparece na nota seguinte: "N.B. no navio em que vieres porta-te com o maior respeito possível".

[32] "Se o cunhado José vier então ainda é melhor, porque sabe ler para perguntar para onde hás-de ir e para não onde não, (sic) porque sempre é cunhado e amigo." *AGC*. Carta do Processo do Passaporte número 143, datado de 12 de Março de 1898.

[33] "Manda chamar teu irmão e vê se ele te quer acompanhar e se ele não quiser vê outro aí qualquer vizinho, notando que eu pago a viagem a quem te acompanhar. Aí vai ordem para tudo isso mas que seja pessoa capaz notando que o que te acompanhar nada tem a pagar-me aqui. O meu desejo é que te trate com todo o respeito e dignidade e a nossos filhos". *AGC. v*er carta do Processo do Passaporte número 362, datado de 25 de Outubro de 1886.

[34] "Maria, querida esposa, peço-te [por]que preciso que você venha aqui para o Brasil para a minha companhia, porque preciso aqui muito de você. Eu esto trabalhando na lavoura. Preciso muito de quem me dê asseio em casa porque faltando uma mulher em casa falta tudo. Nem, por desgraça, tenho quem me cozinhe, nem quem me trate do que mais é preciso…". AGC. Carta existente no Processo do Passaporte número 54, concedido 1 de Dezembro 1895; "Aqui me vejo só, sem ter quem me trate quando esteja doente". Carta do Processo do Passaporte n.º 654, emitido em 25 de Dezembro de 1897.

[35] Entre muitos embarques fraternais, deixamos o exemplo de um jovem negociante, natural de Melgaço, Hermenegildo Solheiro de 25 anos, saído a primeira vez com 13 anos, com "profissão" estudante. Este negociante, no reembarque, obteve passaporte colectivo, levando os irmãos José de 16 anos e Cícero 14 de idade. Sabemos, pela análise do ductos, cuja caligrafia é aprimorada, todos tiveram preparação neste domínio. Os pais proporcionaram uma mudança radical na vida dos três filhos, tendo o mais velho dado apoio fraternal aos mais novos. Ver registo de passaporte nº 512, datado em 20 de Maio de 1893. Esta família mantém, em Melgaço, herança arquitectónica de gosto "brasileiro", cujo palacete se encontra à entrada da respectiva vila.

[36] "Tenho a pedir-lhe que para aí foi, no paquete inglês, o filho do meu compadre amigo… rogo-lhe que o trate e o empregue aí no serviço como que fosse eu próprio, pois o pai dele e a sua madrinha, (avó) do dito José me pede muito encarecidamente, assim como que você olhe por ele que creio é muito afecto às raparigas e que lhe dão cabo de tudo (…) dê-lhe bons conselhos (…) faça como lhe fizeram a vossa mercê e do que se passar … me avisará". *CDV*, f. 66v, carta de Daniel Fernandes Reis VIANA, datada em Areosa 23 de Março de 1866, destinada a e Manuel Fernandes Reis Viana, conterrâneo, compadre, amigo e colega, que estava na Baía.

[37] Carta de Daniel Fernandes Reis Viana, a Manuel Fernandes Reis Viana Viana, CDV, f. 66v.

[38] "Porque vejo que é preciso vós para aqui vires enquanto eu aqui estou, porque eu aqui não posso já estar muito tempo. Então quero vos deixar arrumados para que ganheis a vossa vida se tiverdes juízo e souberdes ocupar o lugar. Tratai de estudar bem as contas, que aqui vos farão falta." AGC. carta do Processo do Passaporte n.º 282, emitido em 9 de Março de 1895.

[39] Veja-se a preocupação de João da Costa Mesquita, em carta à esposa, sobre os estudos do filho António da Costa Mesquita, de onze anos, natural de Darque Viana do Castelo. "Rosa, o pequeno enquanto estiver aí não o tires da escola." *AGC*. Carta inserida no Processo do Passaporte número 53, datado de 3 de Outubro de 1890.

[40] "Junto a esta te remeto 50$000 réis para poderes arranjar o pequeno, para vir na companhia do Joaquim (…). Não te descuides da escola, enquanto não vem, que na escrita sempre está na mesma". AGC. Carta de Manuel Passos Viana à esposa, Antónia da Guia, natural de Monserrate, Viana do Castelo para que o filho Francisco de 10 anos emigre para o Rio de Janeiro. AGC. Carta do Processo do Passaporte número 687, datado de 12 de Dezembro de 1883.

[41] O seu "sobrinho agora está em minha loja ou venda, mas creio que ele tem pouco jeito para isto, pois tenho-lhe aberto bem os olhos. Veremos". Copiador de Correspondência de Daniel Fernandes Reis VIANA, CDV, f. 8, carta de Daniel Fernandes Reis Viana a Domingos Martins Gandaral, Baía, 17 de Agosto 1853.

[42] VIANA, CDV, f. 19, carta para Domingos Martins Gandaral, Baía, 17 de Março de 1856.

[43] Carta de Diogo Abreu Teixeira que emigrou em 1865, com 12 anos, órfão de pai e tinha outros irmãos emigrados. Doc. avulso do espólio da família Diogo Abreu Teixeira, Vila de Punhe, Viana do Castelo, cópia gentilmente cedida pela Dr.ª Margarida Teixeira, herdeira do arquivo de família.

[44] Carta de Diogo Abreu Teixeira, Doc. avulso. S.D.

[45] Carta de Diogo Abreu Teixeira, S.D.

[46] Sobre o apoio a emigrantes órfãos, vejam-se os casos de jovens emancipados, como Torcato Pita de Abreu Teixeira, irmão de Diogo, autor da carta citada. Torcato exibiu a certidão de órfão emancipado, que, por não ter mais de vinte e cinco anos, lhe permitia "(...) vender, trocar alienar ou arrendar os bens herdados." Este emigrante saiu como estudante e regressou com estatuto de proprietário. Cf. Processo e passaporte número 613, livro 9, folha 37, emitido em 28 de Novembro de 1861. Também João José Fernandes Leitão, de Rebordões, Ponte de Lima, aos 19 anos estava emancipado. AGC, Processo e passaporte número 384, livro 37, folha 168v, emitido em 10 de Junho de 1882; o mesmo perfil tinha José Correia de Sá, de 18 anos, caixeiro, sem pai, como os anteriores, tendo a progenitora contraiu segundas núpcias, quando o filho emigrou com passaporte obtido em 11 de Julho de 1868. Cf. AGC, Processo e passaporte número 166, livro 12, folha 67.

Recebido em 11 de novembro de 2017
Aprovado em 28 de dezembro de 2017

As relações Brasil-Japão e a tutela empresarial na emigração para o Brasil: veículo da riqueza nacional japonesa

Marileia Franco Marinho Inoue
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Resumo: Este artigo, a partir do caso exemplar do Estado do Rio de Janeiro, tem como objetivo analisar os processos que comprovam ser a e/imigração japonesa fruto de cuidadoso planejamento de interesses capitalistas japoneses. As fontes utilizadas são leis de e/imigração e documentos a respeito de estratégias e táticas utilizadas por empresas que vieram para o Brasil, trabalhadas, sob um viés metodológico qualitativo, através do qual busca-se não apenas analisar as leis que favoreceram o processo, mas, sobretudo, analisar a teia de fatos, projetos e tensões que envolveram as empresas japonesas, tornando-se favorecedores da riqueza nacional nipônica, destacando-se: os excedentes populacionais, a matéria prima, novos mercados para seus produtos. Nesse contexto, os imigrantes surgem como parte dessa lógica, e os eventos comemorativos da e/imigração mostram-se representações do poder e força da indústria japonesa.
PALAVRAS-CHAVE: E/imigração japonesa Interesses capitalistas japoneses – Rio de Janeiro.

Abstract: Abstract: This article, based on the exemplary case of the State of Rio de Janeiro, aims to analyze the processes that prove to be the Japanese immigration and the result of careful planning of Japanese capitalist interests. The sources used are immigration laws and documents about strategies and tactics used by companies that came to Brazil, worked under a qualitative methodological bias, through which we seek not only to analyze the laws that favored the process, but above all, to analyze the web of facts, projects and tensions that have involved Japanese companies, becoming favorers of the Japanese national wealth, highlighting: population surplus, raw material, new markets for their products. In this context, immigrants emerge as part of this logic, and the events commemorating the e / emigration show themselves as representations of the power and strength of Japanese industry.
KEYWORDS: Japanese E/Immigration - Japanese capitalist interests - Rio de Janeiro.

Introdução

O presente trabalho trata do processo de e/imigração, relacionado às negociações de empreendedores capitalistas japoneses, do final do século VIII até o século XX, no Estado Rio de Janeiro, ocorrido no bojo do aumento expressivo de deslocamentos de imigrantes em direção ao Brasil, no contexto da expansão imperialista. Partimos da premissa de que não este não foi um movimento isolado, pois o Japão tinha o interesse de alcançar e, até, de ultrapassar as nações capitalistas ocidentais, o que efetivamente conseguiu na década de 1970, no que se refere aos moldes industriais.

Desde os primeiros momentos da imigração de japoneses para o Brasil, leis de emigração pautadas por motivações político-econômicas estão presentes,

comprovando existirem ações deliberadas - por parte do Governo e do empresariado japonês -, no sentido de construir condições mais satisfatórias para os empreendimentos deste no Brasil. Alguns exemplos são dados por algumas estratégias políticas adotadas no tocante às saídas do país, como: a indicação de quem podia ou não viajar, as formas de deslocamento, determinações sobre a chegada e de como seria feita a distribuição, indicações sobre como deveria ser o comportamento dos imigrantes no Brasil. Por outro lado, havia uma necessidade de atração de mão de obra para o setor agrícola em terras brasileiras, e os japoneses - embora não fossem tidos como imigrantes ideais - demonstravam ser eficientes como agricultores, conforme os próprios proprietários de terras em todo território brasileiro atestavam.

No Rio de Janeiro, entretanto, a tônica não foi a agricultura, onde os japoneses se dedicaram com afinco ao desenvolvimento de novas espécies. Houve uma diversificação de atividades; processo que foi interrompido com a eclosão da II Grande Guerra. Após este hiato nas relações Brasil-Japão, iniciaram-se os acordos de cooperação técnica, a partir do Governo Juscelino Kubitscheck, responsáveis por trazer, para o país, outro tipo de imigrante, que viria a formar os quadros técnicos para empreendimentos conjuntos. Cabe ressaltar que, até o fim dos deslocamentos continuados de imigrantes japoneses para o Brasil, todas as ações foram tuteladas pelo Governo Japonês, visando controlar seus interesses em terras brasileiras.

Iniciamos este trabalho apontando algumas implicações teóricas subjacentes à e/imigração, para, em seguida, discorreremos sobre um modelo de colonização japonesa para o Brasil, tendo como cenário o Estado do Rio de Janeiro, no início do século XX. Abordaremos, também, o movimento emigratório japonês e seus interesses capitalistas subjacentes, assim como apontaremos os empreendimentos nipônicos no Rio. Por último, discutiremos como as relações Brasil-Japão se consolidaram no pós-guerra, sob a forma de novos empreendimentos, realizando, ainda, algumas considerações apontando para futuros estudos a respeito do assunto.

Políticas e/imigratórias e um modelo de colonização japonesa para o Brasil

Ao fato coletivo da emigração subjaz a imigração, como nascimento e itinerário do imigrante que, desprovido de cidadania, sofre o embaraço que sua incômoda existência cria, tornando-se um sem lugar, deslocado e inclassificável, o que obriga a repensar completamente a questão dos fundamentos legítimos da cidadania e da relação entre o Estado e a nação ou nacionalidade.

As reações de rejeição - como expressão da afirmação nacional - justificam a ideia de cidadania fundada apenas na comunidade de língua e cultura (quando não da "raça"), somam-se às de uma "generosidade" assimilacionista, baseada na

convicção de que o Estado, através da educação, saberá produzir a Nação, o que poderia dissimular um chauvinismo universal

Sayad nos convida a pensar a emigração como ato inicial do processo. Como tal, também a imigração assim deve ser pensada, como face da mesma realidade:

> (...) na qual se prolonga e sobrevive, e que continuará acompanhando enquanto o imigrante, como duplo do emigrante, não desaparecer ou não tiver sido esquecido como tal pela sociedade de emigração mais facilmente e antes mesmo que tenha deixado de ser chamado, o nome de imigrante (…) enquanto que a/ 'imigração fato social completo', uma única característica, aliás, em que há concordância na comunidade científica (…) o fato é que o sujeito antes de 'nascer para a imigração, é primeiro um emigrante".[1]

É exigida, do imigrante e de todos os envolvidos no processo e/imigratório, a "neutralidade" política, mascarada ou negada como fenômeno de múltiplas determinações, em proveito de apenas duas visões: a da ficção do retorno e a da naturalização ambígua, com desconhecimento da verdade objetiva que o grupo se esforça por manter. Selecionam-se informações da sociedade receptora, que encantam outros candidatos à partida, que, por sua vez, projetam aspirações irrealistas, constituintes da mediação da necessidade econômica. [2] Os países envolvidos omitem as necessidades econômicas determinantes do estímulo ou desestímulo à e/imigração, refletido em ações políticas concebidas de forma dual: como perda de braços do país fornecedor de mão de obra ou como veículo de riqueza nacional. No caso do Estado Japonês, verificamos políticas de tutela do e/imigrante, [3] com elaboração de leis, regulamentos e criação de estruturas específicas, que apontam para este fim, "sob um planejamento seguro e uma organização ordenada e controlada", com marcante diferença entre uma maioria, constituída por imigrantes recebidos como lavradores assalariados, e uma parcela menor, que chega como colonos proprietários ou componentes dos quadros técnicos de grandes empreendimentos; característica esta que é a que nos interessa para os estudos referentes ao Estado do Rio de Janeiro.

Existiram diversas razões, por parte do Japão, para o processo de emigração avançar ou retroceder ao longo do século XX, como a taxação do arroz ou o grande terremoto de Kanto. Havia, sobretudo, a vocação latente, do Japão, ser uma nação imperialista. Uma das características do deslocamento de japoneses é, justamente, o fato deles não serem totalmente livres: os primogênitos nunca emigravam (nem os que queriam, mas os que o país permitia); a maioria vinha das ilhas remotas do sul ou norte do Japão (mais ao sul Kumamoto - baluarte do sistema feudal -, fronteiriça com Kagoshima - portão de entrada, ou, ainda, Okinawa e, mais ao norte, Hokkaido. Acrescente-se o fato deles receberem o nome de *decasséguis:* aqueles que partiam temporariamente em busca de trabalho e dinheiro, ansiando pelo retorno. Muitos emigrados eram ex-combatentes dos

exércitos que lutaram na Guerra Russo-japonesa; professores e intelectuais ligados à antiga ordem feudal. Não eram, assim, meros agricultores. Suas aptidões fora da agricultura, portanto, não interessavam. As restrições brasileiras aos "amarelos", por outro lado, eram devidas a posições eugênicas de melhoramento racial, lapougeanas, através das quais pretendiam o branqueamento dos brasileiros - meta das elites, avalisada pseudocientificamente pelos membros da ABL (Academia Brasileira de Letras) e da Igreja católica, pois imigrantes notoriamente budistas não se converteriam ao Cristianismo.[4]

Um exemplo de lei japonesa, para fins deste estudo, foi a Proteção aos Emigrantes, de 1896, que transformou o fenômeno em política de Estado,[5] criando agentes coletivos para ganhos a partir do deslocamento de emigrantes ao receptivo Brasil.[6] O destino dos precursores em terras fluminenses foi o assentamento Santo Antonio, mencionado por muito tempo como sem localização exata, ou localizado na Baixada Fluminense.[7] Nas narrativas existentes, transparecem dúvidas sobre o local que primeiro recebeu imigrantes japoneses,[8] localizado em mapa,[9] porém perdido pelas mudanças de emancipações dos municípios ou por desconhecimento da geografia fluminense. Citem-se as reflexões de Ogasawara, publicadas pelo Museu da Imigração Japonesa no Brasil, dando conta que Saburo Kumabe, sua família e outros japoneses chegaram ao Brasil em 21 de outubro de 1906,[10] aprofundando o já exposto na nossa tese, defendida cinco anos antes da edição, em português, de obra sobre os precursores da emigração.[11] Nas lembranças transcritas de Ogasawara, o Deputado Nestor Ascoli pleiteava algo semelhante aos arrozais de Osaka, sem levar em consideração as inúmeras diferenças envolvidas. O Presidente da Província Alfredo Backer, nascido em Macaé, interessou-se, também, em fixar imigrantes em sua terra natal. Existiam, portanto, dois pontos diferentes de demanda por essa mão de obra no Estado do Rio de Janeiro, no começo do século XX: em Macaé e na Baixada Fluminense. Ryo Mizuno, dono da *Kokoku Shokumin Gaisha*, Companhia Imperial de Colonização, em 26 de julho de 1907, percorreu o norte fluminense com Rafael Monteiro e definiu o local.

O tal Assentamento em Macaé, hoje Conceição de Macabu, aparece citado como terra adquirida e cedida pelo Estado em um documento oficial japonês, sobre Comércio internacional do Ministério do Exterior,[12] Um documento redigido por Saburo Kumabe, o primeiro que chegou com sua família para formar um Núcleo Colonial, fala sobre o empreendimento, saúda a abertura ao ocidente, como "infindável desejo de avanço e dominação no comércio internacional", e a pujança das vitórias sobre a China e Rússia, superando países de primeiro mundo, num curto lapso de tempo.

> (...) Sua força expansiva, não mais satisfeita com a Austrália e a América do Norte, e saturada da China e Coréia, busca novos horizontes no mundo. E neste exato momento, surgiu a grande notícia sobre a República do Brasil,

> trazida do falecido Suguimura (...) Então sem titubear, baseado num plano de vanguarda de emigração, nós convocamos os companheiros de Kagoshima, no extremo sul da nação, munidos de um espírito de pioneirismo e coragem, aventura e desbravamento (...). Estamos todos esperançosos em poder cumprir essa missão, renovando o espírito e a esperança com que deixamos nossa terra natal, diante desta rara oportunidade (...). Neste exato momento de partida, juraremos cumprir o acima escrito e assinaremos os anexos Plano Geral e o Regulamento.[13]

Pode parecer sem nexo um Juiz de Direito, como Kumabe, assumir a Coordenação de uma empreitada de plantação de arroz em terras macaenses. Veremos, porém, que o motivo que o animava era "estudar como proceder para emigrar meus patrícios, e pesquisar sobre os problemas da navegação". [14] Por essa razão, afirmava:

> Meus compatriotas humildemente trabalharão com a enxada nos campos vivendo na diligência para a estruturação de uma nova forma de colonização. Através da nossa permanência, construiremos um modelo de colonização que servirá de base e estrutura colonial.[15]

O Plano geral de Kumabe estabelecia, em suas cláusulas, o trabalho cooperativo. Por ele, seriam cedidos 15 hectares de terra a cada parte para cultivo por dez anos. Os gastos com o deslocamento de São Paulo até a colônia seriam cobertos pelo próprio Kumabe que submeteria todas as demandas e casos omissos à consulta dos membros do Assentamento, em assembleia. Cinco anos depois, ele abandonou o local. O empresário "Mitsugu Oohira assumiu outro contrato com o governador do Estado do Rio de Janeiro, o qual também deixou".[16]

Shiguenori Oogoshi, segundo Ministro Plenipotenciário do Japão no Brasil, instalado em Petrópolis, em 1899, fez advertência quanto à propaganda da companhia de imigração sobre o Brasil. O Ministério das Relações Exteriores do Japão distribuiu textos aos governadores de províncias que, praticamente, indeferiam a emissão de passaportes, contrariando o "angariador de imigrantes no Japão" Marshall Sants, morador de Rio de Janeiro. Alguns japoneses, entretanto, chegam ao Brasil. Em 1905, o empresário Yuzaburo Yamagata manda vir Shun'ichiro Mazushima e Yasukata Iwanaga; ao mesmo tempo em que desembarca Zentaro Ohira,[17] estagiário do Departamento de Agricultura e Comércio. Em 1906 vieram empresários japoneses e seus funcionários: o empresário Eijiro Miyake, com o primeiro passaporte individual de emigração,[18] os quatro funcionários de loja Fujisaki:[19] Teijiro Noma (gerente), Takeo Goto (diretor, quando a matriz foi transferida para o Rio de Janeiro, em 1908), além de Jukichi Sakuma e Massao Tanaka, a mando do empresário japonês Saburosuke Fujisaki, comerciante de Sendai.[20]

No Japão o *Sindicato Tokyo* unia o latifundiário Kojiro Oosawa a empresários de vários ramos, como Korekiyo Takahashi,[21]Eiichi Shibusawa[22] e outros capitalistas, numa cooperativa empresarial que acreditava em benefícios advindos do empreendimento emigratório japonês. Ogasawara afirma que, em 1913, o *Tokyo Syndicate* transformou-se na *Burajiru Kabushikigaisha*, ou seja, na Companhia Colonizadora do Brasil S/A.[23] Saburosake Fujisaki IV, através da Casa Fujisaki, ajudou o agenciador de imigração, Ryo Mizuno, também proprietário do "Café Paulista", em Ginza, no Japão a fazer propaganda de emigração. Para tanto, o governo brasileiro lhe deu duas mil sacas de café para divulgação do produto em terras nipônicas.[24]

A segunda vinda de imigrantes japoneses para o Brasil ocorreu no navio Ryojun Maru,[25] fretado por Youemon Takemura, da província de Koichi, proprietário da Companhia de Colonização Takemura. O empresário Mizuno, por estratagema, voltou na condição de imigrante, transferindo transitoriamente seus direitos para a empresa de seu conterrâneo. [26] Ele acompanhou as 247 famílias, com 906 imigrantes, sem a aprovação do governo japonês.[27] Diferentemente dos imigrantes do Kasato Maru,[28] os resultados de fixação foram positivos.[29]

Pelo contrato relativo ao Estado de São Paulo, posterior ao formalizado com o Estado do Rio de Janeiro, Mizuno deveria enviar imigrantes para o assentamento de Santo Antonio, onde o único a chegar foi o agrimensor Kataoka, convocado a realizar o primeiro passo da Colônia que nunca se desenvolveu, por falta de apoio tanto dos japoneses quanto do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Mizuno[30] considerava o acordo de colonização para o Estado do Rio de Janeiro um subproduto menos lucrativo que as terras paulistas. Assim, firmou outro contrato com o Secretário de Agricultura do Estado de São Paulo, Carlos Botelho, estabelecendo que aquele Estado também assentaria imigrantes japoneses ao longo da Estrada de Ferro Central do Brasil. Cada lote teria dez hectares e custo inferior a 40 mil reis por hectares, cobrado depois do início da produção, com pagamentos subsequentes, no intervalo de um ou dois anos, parcelados em, no mínimo, cinco anos e, no máximo, em dez anos. Mizuno ignorou esta cláusula, o que desagradou o Ministro Uchida, como já acontecera em relação à fazenda Santo Antonio.

Na província de Kagoshima, ao sul do Japão, foi fundada, em 26 de setembro de 1908, sob a presidência do Barão Hisayoshi Shimazu Nippaku Kaihatshu Kiokai, a Associação Brasil-Japão de Desenvolvimento. Kumabe, nascido na vizinha Kumamoto, tinha sido designado, mesmo sem sua presença formal, pois já estava no Brasil, como vice-presidente.[31] Essa associação abrangia as áreas produtivas de agricultura, comércio, indústria e política. Kumabe, portanto, não foi somente um trabalhador agrícola. Suas ideias e procedimento eram de alguém que planejava um amplo empreendimento de colonização, ou seja 'a construção de um futuro próspero: um 'novo Japão', no rico território da América Latina, "onde se ergueria

uma bandeira obreira e triunfal".[32] Como vice-presidente da instituição, Kumabe executou os planos de negócios da colônia, porém o Barão Shimazu, que daria o suporte financeiro, faleceu. Outras duas mortes também diminuiriam o poder de ação desse empreendimento: do ministro Sugimura no Brasil e do parlamentar Tomofusa Sasa no Japão.[33] Existiram vários esforços, entre eles o do comerciante Zentaro Ohira, para salvar o assentamento Santo Antônio, porém Ryo Mizuno, percebendo que a imigração de massa lhe daria mais retorno financeiro, abandonou o empreendimento à própria sorte. A primeira imigração oficial chegou em Santos, São Paulo, com famílias reais ou fictícias, no navio Kasato Maru, no ano de 1908.

Decorridos mais de quatorze anos da chegada do Kasato Maru ao Brasil, a exposição de 1922, comemoração cívica e nacional do centenário da independência do Brasil, foi uma ocasião para o "Grande Japão" demonstrar a sua força e civilidade na capital brasileira, pois vários pavilhões estrangeiros fariam exposições monumentais, típicas da *Belle Époque,* em demanda da lógica capitalista. A exposição caracterizou-se como um evento de lazer para a população e o surgimento de oportunidades de negócios para empresários.[34] A exposição internacional contava com 14 pavilhões mostruários: americano, inglês, francês, italiano, dinamarquês, tchecoslovaco, norueguês, belga e japonês. Portugal ostentava dois pavilhões: o de honra e o das indústrias.

A participação do Japão na exposição internacional objetivava a divulgação do país. O ministro Kumaichi Horiguchi apelou para que o governo japonês participasse, de forma grandiosa, dessa oportunidade, considerada ímpar para a divulgação do país: medida preparativa para aumentar a exportação do Japão para o Brasil, estimulando a fixação de empresas e imigrantes japoneses no país. O sucesso levou milhares de visitantes a conhecer o Japão, primeiro com espanto, depois com compreensão e, por fim, com olhares de amabilidades, satisfazendo assim, o intuito dos realizadores. Os imigrantes japoneses puderam, então, demonstrar a intenção de se fixarem definitivamente no Brasil, fazendo com que imigrantes isolados se interligassem.

Na abertura da exposição, realizaram-se as competições esportivas entre os países participantes, como barco a remo e caminhada, nas quais o Japão obteve 3º e 4º lugares respectivamente. O "Dia do País" deu-se dois meses após a abertura da exposição, no dia 31 de outubro (aniversário do imperador), com sucesso. O "Pavilhão Japonez" foi construído entre o pavilhão americano e o francês, na Avenida Beira Mar, no hoje chamado Bairro do Castelo, na região central do Rio de Janeiro. Consistia numa réplica de um templo budista, sendo a própria construção um produto de exposição, uma atração à parte, porque era o único feito de encaixe de madeira, em estilo leve e tradicional, financiado pela Associação industrial do Japão, com um departamento temporário presidido por Kakichi

Uchida, membro da Câmara dos Pares e Presidente da Associação.[35] Foi oferecido para a municipalidade, assim como os outros pavilhões, porém acabou demolido pouco tempo depois.

A Casa Fujisaki já vendia, por sugestão da esposa belga do Embaixador Horiguchi, produtos importados ao gosto dos brasileiros e franceses, como bordados, cerâmica, brinquedos, leques, chá e manufaturados, os que mais atraíram o público. Os produtos típicos de tradição e de alma dos japoneses, como objetos decorativos, manufaturados de papéis, peças pintadas de charão, a laca japonesa, entre outros, logo acabaram.

Como parte do grande festival, os japoneses apresentaram um espetáculo pirotécnico e exibiram três navios de guerra japoneses: *Asama, Iwate* e *Izumo*, numa demonstração de força e civilidade, em meio às potências ocidentais. Os elogios à raça eram uma resposta aos que achavam que os japoneses seriam inferiores aos demais países estrangeiros. [36] O Diretor Geral da Representação estrangeira, Alfredo Conrado Niemeyer era defensor das relações Brasil-Japão e da vinda de mão de obra nipônica às terras brasileiras. Compunham a Comissão Administrativa imigrantes japoneses, comerciantes locais, como Gosuke Hachiya, da *Companhia Hachiya*, que colaborou com as mercadorias do Pavilhão Japonês, cujo sucesso se baseou no intercâmbio de importação e exportação diversificada, em larga escala; Saburo Kumabe, pioneiro na colonização, que fazia parte da Comissão Administrativa do Pavilhão; Kashiwagi;[37] Manjiro Mihara; o estudante Uishi Matsuda,[38] e também Yuzaburo Yamagata que desembarcou no Rio de Janeiro em 18 de maio de 1908, um mês antes do Kasato Maru, apresentando-se como representante do Japão perante a Comissão da festa. Era considerado uma figura impressionante, elegantemente trajado como um empresário ocidental, "um japonês incomum", nas palavras de Jorge Kassuga que o conheceu.[39]

Entre os homenageados estrangeiros estavam os diplomatas Kumaichi Horiguchi, Ministro extraordinário, Ryoji Noda e Yashichi Ihtani, primeiro e segundo Secretário da Embaixada, respectivamente, além dos adidos naval e militar Togo Kawano e Yusaburo Nakayama. No dia 08 de setembro o Ministro japonês ofereceu um banquete às altas autoridades brasileiras, embaixadas especiais e corpo diplomático e, às 22 horas, houve a queima de fogos em várias regiões da cidade do Rio de Janeiro.[40]

Kumabe escrevia sobre e/imigração para o Brasil, destacando sua opinião em 07 de setembro de 1922, no Jornal *Burajiru Jiho* (Notícias do Brasil), intitulado: "Aqui e agora, o melhor momento para aplicação de capital", no qual enaltecia as riquezas naturais do Brasil, reconhecidas por países da Europa que incrementaram seus projetos de colonização em terras brasileiras, para vencerem as crises da I Grande Guerra, e conclamava empresários do Japão a financiarem investimentos no Brasil.

Discorreu sobre a e/imigração, como expansão de atividades, em cinco artigos, como também o fez o Secretário dos Assuntos Governamentais do Ministério das Relações Exteriores Masamichi Hamihara, em "Recomendações para os imigrantes japoneses no Brasil", e Shungoro Wako, em artigo intitulado "Vida Social e Expansão no Exterior". Kumabe, portanto, não idealizava sozinho o projeto de emigração japonesa para o Brasil.

A partir de 1917, o governo japonês implementou seu projeto emigratório, criando condições de saída do Japão e chegada/distribuição de imigrantes no Brasil, com a *Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha* K.K.K.K., Companhia Ultramarina de empreendimentos S.A, ou *Kaikô* ("quatro kas"), que cuidava da emigração japonesa. O governo japonês criou e administrou os núcleos coloniais até então, com a aquiescência do governo brasileiro. A Legação Japonesa no Brasil passou à condição de Embaixada no Rio de Janeiro, em 1923, e a distribuição de trabalhadores japoneses ficou sob atribuição da BRATAC, *Burajiru Takushoku Kumiai,* Sociedade Colonizadora do Brasil, substituindo a *Kaikô*.[41]

Havia a ideia da existência de um perigo real à soberania nacional na grande quantidade de terras e de japoneses que ocupavam o país, especialmente no norte do Brasil. Juntou-se a isso a política de assimilação do Presidente Vargas, que proibiu publicações em línguas estrangeiras, única fonte de informação dos japoneses, cujo isolamento foi brutal durante e depois da II Guerra Mundial, devido às restrições aos inimigos de Guerra. Inúmeras empresas e Instituições foram fechadas e o "perigo amarelo" foi retomado e ampliado, com um clima de suspeição aos imigrantes japoneses.

Na reconstrução do Japão do pós-guerra, a indústria japonesa demonstrou seu empenho e vigor, com montagem de exposições no Rio de Janeiro: 1) Em 15 de Março de 1952, foi realizada uma Mostra Comercial no Aeroporto Santos Dumont e, depois, no Clube de Oficiais da Marinha, patrocinada pela JETRO (*Japan External Trade Organization*) e preparada pelas Associações japonesas de Santa Cruz, Itaguaí e Piranema e membros das Associações de Jovens de diversas regiões; 2) Em Novembro de 1959 houve uma exposição flutuante no navio Atlas-Maru, cuja abertura contou com a chegada do Presidente Kubitscheck de helicóptero e com 30 mil visitantes, o que produziu um surto de admiração pelo Japão; 3) A Feira Internacional, prevista para março de 1955, não aconteceu. Envolveu dois Ministérios Japoneses: o *Gaimushô* (Relações Exteriores do Japão) e o MITI (Indústria e Comércio Internacional) e JETRO, além da Confederação Nacional da Indústria do Brasil – CNI e apoio do Ministério das Relações Exteriores – MRE, e outras entidades. As empresas expositoras japonesas tiveram um prejuízo superior a 70 milhões de *ienes*. Seus produtos estavam em um armazém da alfândega, depois foram para uma sala subsolo do Estádio do Maracanã; a ferrugem já se fazia mostrar e os leques oferecidos como brindes já apresentavam pequenos furos

feitos por insetos. A Exposição de produtos japoneses aconteceu somente em março de 1960, na Galeria do Estádio do Maracanã. A *Ishikawajima Jûkôgyô* (Ishikawajima Indústria Pesada) foi uma das expositoras.[42]

Empreendimentos japoneses no Estado do Rio de Janeiro

Desde o início do século XX o comércio de manufaturados dos japoneses na capital era bem sucedido, tendo à frente Zentarō Ōhira, nascido em Mie, proprietário da Companhia Nippaku, no comércio de produtos japoneses de uso comum (1907) e, também, de uma fábrica de artesanatos em bambu, em São Cristóvão, e Gosuke Hachiya, nascido em Okayama, proprietário da *Casa Hachyia* (1909), que iniciara sua carreira como caixeiro viajante com catálogo, comércio de porcelanas de Nagoya e bonecas de celulóide de Osaka. Por mais de dez anos durou a fama das porcelanas da Casa Hachiya, com um logotipo de um H envolto num losango no fundo das peças, fabricadas pela Cerâmica Noritake do Japão, técnica do forno Tajimi, com tradição de mais 1.000 anos. Tais porcelanas eram procuradas por restaurantes e hotéis de luxo do Rio de Janeiro.[43] Hachyia também possuía a maior e mais moderna indústria de botões de madrepérola do mundo, no bairro onde morava, na Tijuca, zona norte do Rio de Janeiro. Hachiya foi também pioneiro em exportação de cristais para o Japão, em 1922, com dois japoneses lapidadores de pedras semipreciosas: Saburo Senda e Noboru Kono, este último pioneiro em lapidação de objetos artísticos para lojas como Amsterdan, Otelo, Zitrine e Sahup na Gonçalves Dias.[44] Os empreendimentos diversificaram-se, na década de 1930, no centro do Rio de Janeiro. Casas comerciais como a Shirato e a Niwatoku exportavam cristais e diamantes para uso industrial no Japão, proibidos para exportação, no início da II Guerra Mundial, porque foram considerados materiais bélicos.[45]

A Casa Hachyia e a Casa Nishitani, importavam conchas da Ilha de Okinawa, como matéria prima para botões, produtos manufaturados em fábricas próprias, e Yusaburo Yamagata, ex-samurai e ex-empresário de Hokkaido, no Japão, cujo empreendimento inicial foi uma loja de laqueados, leques e armaduras japonesas de fabricação própria, sobre quem vale a pena destacar a extensão de seus negócios no Japão, bem como sua trajetória.

Quadro 1. NEGÓCIOS DE YAMAGATA EM HOKKAIDO	
NEGÓCIOS	LOCAIS
Matriz de Empresa	Hakodate
Filiais de Empresa	Nemuro, Otaru, Sapporo, Muroran, Abashiri, Osaka, Dairen e Sankyu Kaiun Nakabayashigumi
Fazendas de gado	Nemuro, Kushiro, Abashiri, Mombetsu, Oumu e Kobui
Minas	Udousan, Popo, Kombugama, Uguisuzawa
Navios	Oosaka Maru, Gembu Maru, Kaiou Maru, Takenoura Maru,

	Unkai Maru, Ibuki Maru, Hokushuu Maru, Hakodate Maru, Miyako Maru, Hokumon Maru, Hokuiju Maru e Hasu Maru
Programas culturais afiliados[46]	Nemuro, Otaru e Kushiro
Fonte: SEKINE e INOUE, 2008. Elaboração própria.	

O ex-migrante, depois empresário japonês, Yuzaburo Yamagata veio do Japão falido, por fornecer navios e carvão ao seu país na Guerra Russo-japonesa, sem receber por isso. Takuboku Ishikawa, em suas obras completas, o nomeia como seu benfeitor "sem economizar 10.000 ienes mensais". Yamagata morou primeiramente no Bairro da Tijuca, ocasião em que teve uma loja e uma fornecedora de mão-de-obra, a Gamboa *Ryouzampaku*, onde trabalharam muitos japoneses iminentes na história da imigração japonesa no Estado do Rio de Janeiro: Saku Miura (futuro dono do jornal *Nippaku Shinbun);* Setsuo Yazaki; Kanji Shirato (o ex-marinheiro do Ryojun Maru e empresário no ramo de pedras semi-preciosas). Estavam, também, os pioneiros do Kasato Maru na plantação agrícolas: Minoru Miyata (em Santa Cruz), Kanetoku Arume e seu irmão mais novo Kanenori Arume (laranja pera para exportação, em Nilópolis). A partir de 1912, os originários de Okinawa e emigrantes, que chegaram no *Ryojun Maru*, em 1910, contando-se, entre eles, oito órfãos de 11 a 13 anos (4 de Okayama e 4 de Tóquio), que foram trabalhar na firma de Antonio Lage, amigo de Yamagata. Trinta japoneses faziam reparo de navios, na Ilha do Viana, sendo três da família Nagata. Bungorō Nagata contava que, por tomarem banhos nus no mar e porque em 1912 fizeram greve, foram ameaçados de ser despedidos. Foi Yamagata que pediu que os poupassem.[47]

Entre os imigrantes subordinados de Yamagata, nos tempos de Hokkaido, que alcançaram sucesso em Minas Gerais, estão Kōshirō Ishibashi, Reizō Takemura, Katsukura Hoshino, Yūnosuke Nemoto, Ayao Iwabuchi. Entrevistados pela autora, por ocasião de sua tese, contaram que Yuzaburo Yamagata fez história entre Cabo Frio e Macaé, onde sonhara fundar uma Universidade no Brasil, porém morreu antes. Seus filhos figuravam entre os grandes proprietários de terras nos documentos, que registram "Izabura Iamagata" como proprietário na Fazenda Caçador em Macaé, na Ilha dos Pombos, 1º distrito, cinco alqueires em Cabo Frio, uma salina (atual Salinas Mossoró, no bairro de mesmo nome em São Pedro D'Aldeia,[48] vizinha a Salinas Perinas, para refino e tratamento do sal da família do principal político contrário à presença de japoneses no Brasil: Miguel Couto. Yamagata assombrou brasileiros e japoneses com o seu sistema de captação de água, até pouco tempo utilizado na região dos lagos.

A questão da pesca era uma preocupação desde o início da República brasileira. Com a I Guerra Mundial os pescadores foram considerados homens da reserva de defesa naval do país, sendo chamados ao serviço militar ativo, como conhecedores

das costas marítimas brasileiras. A nacionalização da pesca, em 1917, permitiu o exercício do ofício apenas a brasileiros maiores de dezesseis anos. Na Inspetoria de pesca, o comandante Villar fiscalizava a pesca e realizava a "profilaxia de nosso litoral", marco publicado em 01 de julho de 1920, com *Notícias do Cruzador.*[49] Os japoneses destacaram-se em vários pontos do litoral, especialmente os ligados à Escola Industrial de pesca e colônia de pescadores na região de Cabo Frio, criado por Yamagata, razão das críticas dos portugueses de Póvoa de Varzim por se nacionalizarem sem oposições. Os efeitos benéficos da nacionalização da pesca foram apregoados em passeata na capital do país, em 06 de outubro de 1923, culminando com o Decreto nº 16184, de 25 de outubro de 1923, que permitiu a pesca a naturalizados brasileiros, obrigando os pescadores profissionais a filiarem-se a uma colônia, em qualquer estado da Federação.

O empresário Yuzaburo Yamagata conheceu o Comandante Frederico Villar em uma viagem de trem na qual expôs suas ideias para o litoral fluminense. Na fundação da primeira escola de pesca, na hoje denominada Ilha do Japonês, em Cabo Frio, o Comandante esteve presente e fez pronunciamento, com palavras de incentivo, à exploração dos mares, com a criação da Escola Industrial, na hoje conhecida Região dos Lagos. Os resultados da pesca local foram considerados "espetaculares (...),ao contrário dos pescadores nativos, que pescavam durante o dia com mar calmo, os pescadores japoneses preferiam sair de madrugada ou à noite com mar agitado".[50] Superlotaram os mercados de peixes, os quais não estavam preparados para tanta produção.

Em se tratando de pescados no Estado, para o período anterior a II Guerra Mundial, o destaque recai nos okinawanos, que se instalaram na Costa Verde, Ilha grande, com cerca de 23 fábricas deste produto, através do manuseio artesanal de peixe salgado e de uma poderosa indústria de sardinhas enlatadas, "(...) que, no auge da indústria pesqueira a região contou com 23 fábricas, porém a guerra deu um duro golpe nos japoneses instalados em Ilha Grande. Mas o declínio aconteceu realmente a partir da década de 1960, e o fechamento definitivo no anos de 1980".[51]

Macaé, primeiro local do interior para onde Yamagata se dirigiu - e onde possuiu uma Fazenda, fruto da junção de três outras - também foi o local onde ele morreu, em fevereiro de 1924. Em sua certidão de óbito consta o impaludismo como *causa morti*s. Foi sepultado no Cemitério da Confraria de Santana em Macaé, cuja lápide ostenta caracteres japoneses talhados:

> Yuzaburo Yamagata, súdito do Grande Japão". Nobu , sua esposa, ficou com os filhos pequenos. Formou Takeo e Fumio em engenharia e a caçula Noriko, nossa entrevistada, em medicina (Universidade do Brasil), Fujio em economia (Universidade de Keio, no Japão).[52]

Existiram, ainda, empresários em ramos diversificados: Suekuma Nakamura, no serviço de lavanderia/tinturaria de roupas e de locação de automóveis no Rio de Janeiro; além de outros serviços como barbearia, pedras para construção de Toshiharu Urata e uma série de pensões.[53]

Outra atividade que só foi encontrada no Estado do Rio de Janeiro foi a desenvolvida pela BRATAC – *Yugen Sekinin Brasil Takushoku Kumiai,* Sociedade Colonizadora do Brasil Ltda., que construiu a Usina Hidrelétrica Macabu, pois a empresa japonesa ganhou o edital em Consórcio. A obra iniciou-se em 21 de setembro de 1939, sob a responsabilidade da Comissão Central de Macabu, até ser paralisada pela II Guerra em 1942, assim como o foram todas as atividades dos imigrantes japoneses no Brasil. Somente em 11 de janeiro de 1950 entraram em funcionamento duas unidades, com 3.750 KVA, em caráter provisório, posteriormente, integrada à Cia Furnas.[54]

O *shuyaku nogyo*, ou agricultura concentrada, foi desenvolvida por imigrantes japoneses da Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC), no Núcleo Colonial de Santa Cruz, em 1939, no cultivo do Tomate Santa Cruz; mas já acontecia na agricultura da laranja para exportação, através de Kanenori Arume, desde 1913. Cite-se, ainda, em Nova Iguaçu, o imigrante agrônomo Toru Kassuga: o "Rei do Caqui", que, desde 1927, plantava a fruta em Nova Friburgo,[55] além de melhoramentos de inúmeras espécies.[56]

O sucesso das negociações e exportações de algodão para o Japão representou o primeiro passo para a consolidação da Cooperativa de Comércio Japonesa, fundada, em 1926, por oito empresas japonesas, importadoras de artigos domésticos, cujos objetivos eram estreitar as relações entre empresários do mesmo ramo de atividades e envidar esforços para o desenvolvimento do comércio entre o Brasil e o Japão. Com o *superávit,* a Cooperativa teve a adesão de 30 empresas sócias e a publicação do seu Boletim Informativo. Em 26 de fevereiro de 1931, na 8ª Assembleia geral da Confederação das Cooperativas de Imigração Ultramarina foram eleitos o empresário Hachisaburo Hirao [57] (superintendente e diretor presidente), e Kunito Miyasaka (diretor gerente). As exportações brasileiras de algodão para o Japão atingiram o auge com a vinda de missão japonesa, chefiada por Hirao, em 1935. A partir de 1938, empresas japonesas de grande porte começaram a instalar suas filiais, buscando atender ao volume crescente das transações comerciais.

Em 29 de maio de 1940, com publicação, no *Diário Oficial*, a Associação Comercial Japonesa passou a se chamar, oficialmente, Cooperativa de Comércio Japonesa, com cerca de 40 empresas membros, sob a presidência de Senichi Hachiya. No ano seguinte, chegou a 80 membros. Em dezembro de 1941, entretanto, devido à II Guerra Mundial, a entidade paralisou suas atividades, retomando-as somente em 01

de junho de 1951, com o nome de Câmara de Comércio Japonesa do Brasil, sob a liderança de Kunito Miyasaka e a adesão do Fuji Bank, pioneiramente, em 1954. As maiores empresas vieram a formar *trading companies,* como a *Mitsubishi Shoji (Mitsubishi Corporation)*; a *Toyomenka* (*Tomen Corporation*); a *Nichimen* (*Nichimen Corporation*, que se fundiu à *Nissho Iwai Corporation*, em abril de 2003, formando a *Sojitz Corporation*); a *Mitsui Bussan* (*Mitsui & Co, Ltd),* além das indústrias*Toyobo, Kanebo e Kurashi* (têxtil); *Howa, Yanmar* e *Kubota Tekko* (mecânica).

Após a Segunda Guerra, os imigrantes que chegaram ao Brasil não foram mais chamados de *dekasseguis*, pois eles tinham "como missão" ficar no Brasil. Servir ao Japão seria dar o melhor de si para a pátria de adoção.[58] Dentro dos projetos nipo-brasileiros, o Rio de Janeiro recebeu imigrantes japoneses para os quadros técnicos na indústria naval, no final da década de 1950, conforme adiante será explanado.

As relações Brasil-Japão no pós-guerra: uma renovação de perspectivas

As estratégias e táticas políticas empresariais,[59] no pós-guerra, expressaram-se no reatamento das relações entre Brasil e Japão, com dois projetos nipo-brasileiros: a *Ishikawajima do Brasil* S/A (1957), responsável pela construção naval e a Usiminas (1958), ligada ao setor siderúrgico, com instalação de fábricas no Brasil (cinco a seis fábricas anuais na década de 1950).

A *Ishikawajima* recebeu imigrantes do Japão para compor o seu quadro técnico e chegou a contar com sete mil funcionários, tendo, como subsidiárias, as firmas *Ishitec*, *Itaipuam, Astecs*, *Protubo*, *Terabras*, *Renave* e IHB. Seu principal empreendimento foi o Estaleiro Inhaúma, na Ponta do Caju, de onde saíram navios para a frota da Petrobrás e para a Vale do Rio Doce; um navio cargueiro e diques flutuantes para os Estados Unidos; bem como navios porta-conteineres, petroleiros e *Jack-up Rig,* utilizados na exploração de petróleo para Hong-Kong e Inglaterra. No período de 1961 e 1995, foram produzidos 78 navios, totalizando 5.687.000 DWT, dois *Jack-up Rig*, dois diques flutuantes e um navio cargueiro de estoque.[60]

O estaleiro exigiu a produção de equipamentos pesados e, através da Ishikawajima, foi instalada uma fábrica de equipamentos terrestres em Campo Grande, em um terreno de 600.000 m², com equipamentos de primeira geração. Destinava-se ela ao desenvolvimento de projetos e à fabricação de estruturas dos cascos de navios, equipamentos para indústrias siderúrgicas, equipamentos de transportes, prensas, confecção e montagem de estruturas metálicas. Fazia montagens e assistências técnicas de plataforma, a instalação de corredores de exportação dos portos, termoelétricos, altos fornos, vasos de pressão etc, desempenhando importante papel na formação de bases do desenvolvimento e da nacionalização das indústrias brasileiras.

Nas comemorações do Cinquentenário da Imigração Japonesa no Brasil, os representantes do Japão foram o Príncipe Mikasa-no-miya Takahito e a princesa consorte, que chegaram ao Aeroporto Internacional do Galeão, no Rio de Janeiro no avião Kyôto da Japan Air Lines – JAL, em 11 de junho, com mais de mil japoneses os aguardando. Visitaram o Jardim Botânico, o Corcovado e órgãos públicos, com participações em cerimônias oficiais. O banquete oferecido no Itamaraty tinha um único imigrante: Kanji Shirato, Presidente da Comissão de Recepção de suas Altezas. O encontro de boas-vindas na Embaixada japonesa reuniu centenas de pessoas. Dentre elas: Yûjirô Kagami, Hiroshi Ishii, Tomoo Endô, Hideo Ono e Tomimori Toshio. Os príncipes permaneceram no Rio de Janeiro até o dia 17. Como parte das comemorações, veio, ainda, ao Brasil o time de beisebol da Universidade de Waseda, que participou de partida comemorativa em Itaguaí.[61]

A festa oficial dos cinquenta anos da imigração japonesa foi em São Paulo, no dia 18 de junho. Nela receberam escudos comemorativos oito imigrantes do Rio de Janeiro, que haviam chegado no *Kasato-maru*: Tokuhira Hotta, Minoru Miyata, Kanetoku Arume, Nakata Arume, Yakichi Matsuyama, Uichi Matsuda e Shôgorô Fukuhara. Estiveram também presentes imigrantes que chegaram antes da vinda massiva de imigrantes para o Rio de Janeiro: Takeo Gôtô, condecorado com a Medalha da Fita Azul, e Ryôichi Yassuda, com a Medalha da Fita Amarela, em reconhecimento ao esforço despendido em Macaé.

Em 1961, a *Kaigai Iju Shinko Kaisha*, Empresa de Desenvolvimento de Imigração Ultramar, antecessora da Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) planejou, fundou e administrou o único núcleo de imigrantes vindos diretamente do Japão para o Estado: a Colônia Funchal, constituída de ex-trabalhadores das minas de Hokkaido e agricultores que a eles se juntaram na empreitada.

A partir da década de 1960, as ligações entre setores industriais dinamizados pelo Governo brasileiro e a imigração de mão de obra técnica japonesa cessaram, mas aceleraram-se as relações comerciais entre o Brasil e o Japão, com o intercâmbio bilateral de comissões econômicas. Expandiu-se, dessa forma, após o golpe civil-militar de 1964, a infraestrutura e a execução de grandes projetos nacionais, com altas taxas de desenvolvimento econômico, atraindo as empresas japonesas. Entre 1968 a 1975 foram registradas no Banco Central cerca de 200 empresas nipônicas, e assinada convenção para evitar a dupla tributação entre o Brasil e o Japão (1967), além de um acordo de cooperação técnica (1971).

Nesse mesmo período, com relação à caça às baleias, os empresários japoneses atuaram no litoral fluminense, através da *Taiyo Gyoogyo*, cujo navio *Dai 16 Mon Maru*, da esquadra do *Nissin Maru*, conhecido pela caça às baleias na Antártica, prospectou o local para se tornar uma base de apoio a essa indústria Cabo Frio,

atualmente município de Arraial do Cabo. Concluída parcialmente, a base começou a funcionar em 6 de julho de 1960. Depois de quatro anos, sem mercado consumidor para a carne de baleia, com exceção das cidades nordestinas de Recife, Salvador e João Pessoa, a *Taiyo* fechou seus negócios no Brasil. Em 1982 o imóvel foi desapropriado para pesquisas oceanográficas.[62]

Em meados da década de 1970, as empresas japonesas reviram seus planos de compra de matérias-primas e peças, atendendo à política do governo brasileiro de restrição às importações. Até a crise do petróleo houve um *boom* na vinda de empresas japonesas ao Brasil: Cenibra (fabricação de papel e celulose-1974); Albrás (alumínio-1977); CST (siderurgia-1976); Projeto Carajás (minério de ferro-1982) e Prodecer (desenvolvimento do Cerrado brasileiro-1978).

Na serra fluminense, em Petrópolis, funcionou a fábrica matriz da companhia Alta Combustão Técnica S.A., de 1973 a 2000, de capital totalmente japonês, ligada à ATA Nensyoki Kogyo Kabushiki Kaisha, empresa adquirida pela *Mitsubishi Juko Kabushiki Kaisha*, Indústria Pesada *Mitisubishi* S. A. do Japão, fabricante de caldeiras a vapor, conhecida em todo Brasil por seus avançados padrões tecnológico.[63]

As relações de cooperação técnica entre Brasil e Japão, iniciaram-se em 1959, pelo Acordo Básico de Cooperação Técnica Brasil-Japão, assinado em agosto de 1971. A JICA foi fundada em 1974 e iniciou seus trabalhos no Brasil em 1976, como um escritório anexo da Embaixada do Japão. Atualmente tem dois escritórios no país: em São Paulo, o encarregado de atividades relacionadas à comunidade *Nikkei*; em Brasília, o responsável por assuntos de cooperação técnica. O Brasil passou a ser o sexto receptor de assistência em cooperação técnica no mundo, o maior fora do continente asiático. Essa cooperação teve sua culminância na década de 1980 e 1990, com a implantação de vários projetos, abrindo-se, assim, um canal de transferência tecnológica, com fluxo contínuo de peritos japoneses para o Brasil e de bolsistas brasileiros para o Japão.

Nos anos de 1980 houve uma reversão do processo, com o Brasil tornando-se um país emissor de modernos *dekasseguis,* que voltarão na condição de parentes de japoneses, mas cujos sobrenomes serão grafados em *katakana* (alfabeto para nomes estrangeiros), ficando clara a cisão do ponto de vista legal com o Japão, pois filhos e descendentes nascidos no Brasil não constarão de documentos japoneses. Diferentemente do Brasil lá não vigora o direito *juzsolis,* ou direito do solo: aquele no qual o imigrante nascido no país se torna, automaticamente, seu cidadão, forjado para povoar países do Novo Mundo, como Brasil, EUA, Canadá e Argentina, com emigrantes europeus, nos séculos XIX e XX, com uma tendência crescente à sua limitação nos EUA e Canadá. O Japão não precisa de povoamento e sim de mão de obra jovem e desqualificada, necessidade objetiva que arrefeceu na

década de 1990: duro golpe nas ilusões românticas de ligações afetivas entre o Brasil e o Japão.

O primeiro-ministro Junichiro Koizumi visitou o Brasil, em setembro de 2004, e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou o Japão, em maio de 2005. Interessava ao Brasil a TV digital e ao Japão a tecnologia *flex-fuel*, que permite um automóvel operar a álcool, a gasolina ou utilizando sua mistura. O terceiro maior fabricante de aviões comerciais do mundo, por outro lado, também é o Brasil; além deste ter o conhecimento da biotecnologia, com o biodiesel e o HBio - passo importante para a matriz energética brasileira. A descoberta do pré-sal, também, fez o Brasil ter a expectativa de tornar-se um dos maiores produtores de petróleo do planeta, um atrativo a mais do país, como possível fornecedor de matéria-prima.[64]

Em 2008 o Centenário da vinda oficial de imigrantes japoneses para o Brasil foi a oportunidade de reafirmação das relações bilaterais, na perspectiva de livre comércio entre os dois países ou de um acordo de parceria entre o Mercosul e o Japão. Nos "Eventos Comemorativos da Imigração Japonesa do Rio e do Ano do Intercâmbio Brasil-Japão",[65] destacaram-se o intercâmbio musical Brasil-Japão, no Teatro Municipal, com a presença do Príncipe Naruhito; a exposição Nippon – a Essência da Cultura Japonesa, no Centro Cultural do Banco do Brasil (CCBB); a exposição agrícola Nikkei Rio Expo 2008, na Marina da Glória; o plantio de 100 pés de ipê amarelo, no Parque do Cantagalo, na Lagoa Rodrigo de Freitas; o lançamento do livro sobre a História da Imigração Japonesa no Estado do Rio de Janeiro, em japonês e em português; o Espírito de Budou, no Museu Histórico Nacional.

Uma emblemática propaganda japonesa realizou-se na "NIPPON – 100 anos de integração Brasil-Japão",[66] ocorrida entre 26 de maio e 13 de julho de 2008, no CCBB, extensa e alusiva à imigração e aos imigrantes no Estado do Rio de Janeiro, mas que se resumiu apenas a uma linha do tempo e a um dia de recital, em meio a eventos paralelos como shows, oficinas de artes, desfiles, cinemas e palestras. Na Marina da Glória, de 26 a 29 de junho, a *Rio Nikkei Expo*, constou de uma exposição de produtos agrícolas, como legumes, verduras, frutas e flores dos núcleos japoneses, além de um setor dedicado a produtos da tecnologia japonesa. Foram, então, demonstradas diversas técnicas de saúde e bem estar, como *shiatsu* e *ofurô*, além da gastronomia japonesa, tradicional e contemporânea.

A ocasião tornou-se uma rememoração da história do Japão e da força de seus empreendimentos, renovando as possibilidades em relação ao Brasil, conhecido por ter o maior número de japoneses e descendentes fora do Japão.

Considerações Finais

Acredita-se, neste trabalho, que a e/imigração é um fenômeno eminentemente político para todos os envolvidos no processo; fenômeno de múltiplas determinações, implicando em verdades objetivas, seja da parte do imigrante, de seu grupo, dos agentes migratórios ou dos governos. Os países envolvidos possuem necessidades econômicas determinantes do estímulo ou desestímulo à e/imigração, refletido nas ações políticas empreendidas para transformar a liberação de braços do país emissor de mão de obra num veículo de riqueza nacional, pois este emigrante será um legítimo representante de seu país na sociedade receptora.

A Lei de Proteção aos Emigrantes, de 1896, no caso da e/imigração japonesa, certamente foi um passo inicial para a transformação da emigração numa política de Estado, que evoluiu da ação de agentes interessados em auferir ganhos, a partir do deslocamento de emigrantes ao Brasil. Nesse sentido, os grandes eventos relacionados ao Japão, a criação da *Kaiko,* da *BRATAC,* da Câmara do Comércio Japonesa e outras comemorações sistemáticas, serviram de instrumentos propagandísticos dos interesses dos capitalistas japoneses no Brasil. Dessa forma, imigrantes, como Saburo Kumabe e Ryo Mizuno, tornaram-se expressões de um desejo coletivo de fortalecimento de um projeto emigratório japonês, voltado para a riqueza nacional do Grande Japão.

Na reconstrução do Japão, no pós-guerra, renovaram-se as disposições para empreendimentos estagnados desde a eclosão da II Guerra. A retomada das relações Brasil-Japão canalizaram forças para outros empreendimentos, ocorrendo o auge desse processo em meados da década de 1970, com seu arrefecimento nos anos de 1980, quando claramente a crise internacional iniciou seu aprofundamento e houve a conseguinte retirada de empresas japonesas do Brasil. Essa última década vai marcar a saída de *dekasseguis* brasileiros, em busca de trabalho no Japão e a dura realidade de não existirem os laços esperados entre o Brasil-Japão.

Diferentemente do Japão, o Brasil não planejou as saídas ou cuidou da proteção aos brasileiros emigrados, deixando a cargo do país receptor resolver questões como o caso de filhos de brasileiros residentes naquele país, ou outras iniciativas privadas. A forma de educá-los - já que são brasileiros nascidos em solo japonês e, em caso de retorno, a cultura e educação serão diferentes dos brasileiros fixados em solo natal - causando estranhamentos, próximos aos que se relacionam aos *dekassegui,* que saíram adultos do Brasil e que ficaram submetidos, durante muito tempo, a uma lógica e cultura muito diferentes. Muitos estudos ainda podem ser aprofundados a respeito das empresas japonesas que o Brasil recebeu e suas implicações econômicas e tecnológicas no país, podendo este artigo ser considerado um primeiro passo.

Notas e referências

[1] Abdelmaleke. SAYAD. *A imigração ou paradoxos da alteridade,* São Paulo: EDUSP, 1998, pp. 12-15 e 18.

[2] SAYAD, 1998, p. 44.

[3] Célia SAKURAI. *Imigração Tutelada: os japoneses no Brasil.* Tese de Doutorado apresentada no Programa de Pós-graduação em Antropologia do IFCH/Unicamp em 2000.

[4] Mariléia Franco INOUE. Os intelectuais no Rio de Janeiro e a invenção do perigo amarelo (1920-1930). *Anais do I Congresso internacional nuevos horizontes de iberoamérica estudios en América Latina: identidades, fronteras y nuevos enfoques en la construcción del "otro" (XIX y XX*). Mendonza/ Argentina, 2013, p. 11.

[5] Rogério DEZEM. *Um exemplo singular de política imigratória: subsídios para compreender o processo de formação dos núcleos pioneiros de colonização japonesa no estado de São Paulo ((1910-1930).* São Paulo: Proin: Projeto Integrado Arquivo Público do Rio de Janeiro e Universidade de São Paulo. Disponível em http://usp.br/proin/download/artigo/artigo_politica_imigratoria.pdf. Acesso em 09.05.2014.

[6] A Constituinte de 1891 permitia aos estrangeiros, chegados ao Brasil até então, o direito de se tornarem brasileiros, o que permitiu ao japonês Ohtake se nacionalizar sem processo de naturalização. Mariléia Franco Marinho INOUE. *Do outro Lado Nasce o Sol: A História dos Japoneses e seus Descendentes no Estado do Rio de Janeiro.* Tese de Doutorado, defendida no Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo em 2002, p. 191.

[7] O núcleo mais antigo, por incentivo do Governo, para o cultivo de arroz na Baixada, foi em Cachoeirinha, próximo a Vila de Cava, em "Iguaçu Velho", vizinho ao Cemitério de N. S. do Rosário.

[8] INOUE, 2002, pp. 55-56.

[9] Koei OGASAWARA, (Tradução Michinori Inagaki) Passos na Neblina – Vinte Anos de Saburo Kumabe no Brasil. In: *Os imigrantes Japoneses precursores – um olhar histórico sobre o período pré-Kasato Maru.* São Paulo: Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil, 2007. O autor localizou a Baixada Fluminense junto ao Rio Paraíba do Sul, que corta Campos, no norte Fluminense. Cita a experiência de Sanandu, da década de 1960, sobre a qual discorremos em nossa tese, que não consta na Bibliografia usada por ele. Ver INOUE, 2002, pp. 225, 274-276.

[10] OGASAWARA, 2007, p. 118; Ryo SEKINE e Mariléia Franco Marinho INOUE (Org.). *Livro comemorativo dos cem anos de imigração japonesa no Estado do Rio de Janeiro.* São Paulo: Associação cultural e desportiva Nipo-brasileira do Estado do Rio de Janeiro, 2008, p. 67.

[11] INOUE, 2002.

[12] INOUE, 2002, p. 93 e Paulo S. NOGAMI. *Uma família de Pioneiros e Precursores: história da primeira família japonesa a se estabelecer na região do ABC*. São Paulo: Ferrari Editora e Artes Gráficas, 2008, p. 24.

[13] *Gimusho Tsushokyoku Imin Toriatsukainin ni yoru Imin no Enkaku, Hojin Kaigai Hetenshi, Gekan.* História da Atuação de Japoneses no Exterior, volume 2, Apud: OGASAWARA, 2007, pp. 120 e 136-137.

[14] Yasuda. Apud: OGASAWARA, 2007, p. 123.

[15] NOGAMI, 2008, p. 27.
[16] KUMABE. Apud: OGASAWARA, 2007, p. 24.
[17] SEKINE e INOUE, 2008, p. 68.
[18] Em agosto de 1907 Zentaro Oohira, Den Saruhashi e Akira Toyoshima abriam a primeira mercearia japonesa Nippaku Shoukai, "Comércio Nippaku", em agosto de 1907, no Rio de Janeiro,a loja de miudezas do Japão, cuja decadência trouxe Mitsugu Oohira, pai de Zentaro ao Brasil. Também tentou salvar o Assentamento Santo Antônio.
[19] Recebeu o passaporte em 9 de fevereiro de 1906. Partiu do porto de Yokohama em 4 de abril do mesmo ano, no navio "Bingo Maru". Tinha como hobby a jogatina e vivendo de aventuras em sua viagem. Permaneceu 10 anos no Brasil e nada empreendeu, sem um objetivo definido. Voltou ao Japão onde reassumiu seu negócio. Citado em SEKINE e INOUE, 2008, pp. 59-60.
[20] Em maio, no "Awa Maru".
[21] O mesmo autor data a transferência da matriz para o Rio de Janeiro em 1910 e no mesmo livro discorrendo sobre o perfil de Takeo Goto menciona que a data seria 1913. OGASAWARA, 2007, pp. 38-45.
[22] Presidente do Banco do Japão e primeiro-ministro do Japão (13.11.1921 a 12.06.1922).
[23] Visconde de Shibusawa, empresário, introduziu o capitalismo ocidental no Japão, após a Restauração Meiji. Realizou reformas econômicas: contabilidade com dupla entrada, empresas de economia mista e bancos emissores de nota. Fundou cerca de 500 empresas e organizações econômicas e 600 organizações de bem-estar social, educação e intercâmbio internacional http://shibusawa.or.jp/english/ eiichi/biography.html. Acesso em 25.03.2014.
[24] OGASAWARA, 2007, p. 141.
[25] OGASAWARA, 2007, p. 38.
[26] Partiu de Kobe em 04.05.1910 e chegou ao Brasil em 28.05.1910, com 906 imigrantes e três espontâneos, num total de 247 famílias.
[27] A empresa de Mizuno funcionou apenas para introduzir os imigrantes do Kasato Maru. Em 1915 recebeu de volta o direito de Takemura, fundando a Nambei Shokumin Kabushiki Kaisha (Companhia Colonizadora América do Sul) com a Morioka Imingaisha (Companhia de Imigração Morioka) um ano depois. Formou a Burajiru Imin Kumiji (Associação dos Imigrantes do Brasil). A Kaiko, encorporou a empresa de Mizuno (Nambei), em 1917, Junji Kamiyama ficou como presidente e Ryo Mizuno como diretor executivo. Veio ao Brasil pela sexta vez em 1920, porém com a rejeição de seu relatório afastou-se da companhia e na sétima voltou novamente como imigrante. Aposentou-se aos 65 anos, em Curitiba. Porém, chamado por Manuel Ribas para criação de uma colônia ideal no Paraná envolveu sua Província natal, Koichi. Recebeu por concessão, com isenção de pagamento cinco mil alqueires de terra para a Colônia Alvorada, ou Tosa-mura em japonês, extinta posteriormente.
[28] Os resultados negativos foram devido a Companhia de Mizuno, como a falta de ressarcimento do dinheiro emprestado pelos imigrantes na chegada ao Brasil.
[29] Permaneceram nas fazendas 681 contratantes das 906 pessoas, tendo se limitado a 225 os que saíram.

[30] Após meio ano, 430 dos 772 haviam deixado o trabalho.

[31] A conduta de Ryo Mizuno foi polêmica. Mesmo com eufemismos transparece a contrariedade do Ministro Uchida e ainda Ryoji Noda, ex-consul do Japão pelo abandono de um contrato de direito de implantação de colônia no Estado do Rio de Janeiro.

[32] Sua família guarda o retrato do dia e dos fundadores desta Associação.

[33] OGASAWARA, 2007, p. 101.

[34] Ismênia de Lima MARTINS; Mariléia Franco Marinho INOUE; Satie MIZUBUTI; Tomoko Yida PAGANELLI. A imigração japonesa no Estado do Rio de Janeiro. In: Maria Luiza Tucci CARNEIRO e Márcia TAKEUCHI (Org.). *Cem anos de imigração japonesa no Brasil*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008, pp. 165-167.

[35] RIO DE JANEIRO. *Livro de Ouro Comemorativo do Centenário da Independência do Brasil*, Rio de Janeiro, 1923, pp. 303-312.

[36] Conterrâneo de Kumabe, ligado, também, à emigração

[37] RIO DE JANEIRO, 1923, pp. 86 e 90, 141-143.

[38] Filho "bastardo" de Mizuno, especialista pirotécnico da *Tokyo Tamaya*, casa de fogos de artifício japonesa, banida de Edo, devido a um incêndio e fechada em 1843. Gritos "*Tamaya*! *Kagiya*!" acompanhavam os lançamentos de fogos de artifício. Ver SEKINE e INOUE, 2008, p. 70.

[39] Entre os que vieram no Kassato Maru, segundo Kassuga. Entrevista, 2001, in: INOUE, 2002, p. 199.

[40] KASSUGA. In: INOUE, 2002, p. 199.

[41] RIO DE JANEIRO, 1923, pp. 86 e 90, 141-143. 303-312.

[42] Ilha na boca do Canal de Itajuru, em Cabo Frio, conhecida como: Ilha da Barra, dos pássaros e do Amorim. Chico Amorim, Judenir Melo, aos 87 anos, em 1999, sobrinho de um antigo morador, criador de sabiás, conta que "voltou para a ilha depois que expulsaram os japoneses, porque tomavam banho pelados". Esses japoneses no início do século XX tinham um galpão, onde salgavam peixes e os embarcavam para São Paulo. Até alguns anos atrás havia um cais e uma casa na ilha. DAMASCENO, citado em INOUE., 2002, p. 201.

[43] SEKINE e INOUE, 2008, pp. 235-239.

[44] A Inspetoria de Pesca foi instalada no Ministério de Agricultura, Indústria e Comércio, sendo o conjunto de suas atribuições repassado ao Ministério da Marinha, com interferência militar, pelo Decreto mº 13.496 de 12 de março de 1919.

[45] Em 1927, um documento da Diretoria de Agricultura cita Yamagata e seus filhos, todos grafados incorretamente, como grandes proprietários de terras.

[46] Entre estes empreendimentos estão: a Escola de Inglês de Nemuro, a Escola Vocacional de Nemuro, o bCentro Educacional Particular Yamagata, o Jornal *Diário de Nemuro*, *Jornal de Kushiro* e *Diário de Otaru* (onde trabalharam ainda pobres Ujō Noguchi e Takuboku Ishikawa, famoso poeta japonês).

[47] Existe um livro mais abrangente sobre o assunto. Cf. VILLAR, Frederico. *A missão do cruzador José Bonifácio: os pescadores na defesa nacional (1919-1923)*. Biblioteca Militar, Rio de Janeiro, 1945.

[48] INOUE, 2002: 265.

[49] MARTINS, INOUE, MIZUBUTI, PAGANELLI, 2010, pp. 163 e 164.

[50] Para maiores informações sobre as atividades de imigrantes japoneses na Ilha Grande, ver SEKINE e INOUE, 2008, pp. 123-126).

[51] INOUE, 2002: 268-269 e SEKINE e INOUE, 2008: 366-368.

[52] INOUE, 2002, p. 221.

[53] SEKINE e INOUE, 2008, pp. 126-127.

[54] No Rio de Janeiro, imigrantes se destacaram em todo o Brasil para melhoramento de inúmeras espécies, fixadas desde a década de 1950. Ver SEKINE e INOUE, 2008, pp. 272-281.

[55] Político, educador e empresário, conhecido por sua contribuição na educação e assistência médica aos emigrantes japoneses no Brasil A JICA realizou a exposição Hirao Hachiburo – Benfeitor dos Emigrantes ao Brasil, em Yokohama, em 2006. Recebeu a Ordem de Comendador. INOUE, 2015, p. 12.

[56] SEKINE e INOUE, 2008, pp. 268-282.

[57] Mariléia Franco Marinho INOUE. Imagens de imigrantes japoneses no Estado do Rio de Janeiro, in: Alberto GRAWRYSZEWISKI (Org.) *Olhares sobre narrativas visuais*. Niterói: Editora da UFF*, 2012*.

[58] René DREIFUSS. *A internacional capitalista: Estratégia e táticas do empresariado transnacional (1918-1986*). Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo, 1986.

[59] Oficialmente o navio *Nippon Maru,* transformado em museu, em 1983, foi a última leva de japoneses para o Brasil. Porém, nos referimos a imigrantes técnicos para Engenharia Naval. Sobre o tema, ver Mariléia Franco Marinho INOUE e Thais de Souza Lopes LEAL. "Imigração japonesa e engenharia naval: o papel e a importância da Ishikawajima do Brasil*". Revista Maracanan*, Dossiê de Imigração, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História, nº 6, janeiro/dezembro de 2010.

[60] SEKINE e INOUE, 2008, pp. 286-290.

[61] INOUE, 2012, p. 273.

[62] Sobre as atividades da Taiyo no Brasil, ver SEKINE e INOUE, 2008, pp. 297-300.

[63] SEKINE e INOUE, 2008, pp. 176-177.

[64] Exigirão o *Koseki Tohon*, caso o parente esteja vivo ou *Joseki Tohon, no caso* de parente falecido. Trata-se de um documento com a árvore genealógica. Cada japonês casado tem seu próprio Koseki. Filhos solteiros constam no Koseki dos pais. Existe o Koseki no Zenbujikoshomeisho do avô ou da avó japoneses. Para o visto de trabalho exige-se comprovação de sustento do solicitante durante a estadia no Japão , além do garantidor da família, com comprovado parentesco.

[65] O príncipe Nahurito esteve no espetáculo no Teatro Municipal e visitou o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, onde plantou um ipê branco no Jardim japonês, conforme Site do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (http://aplicacoes.jbrj.gov.br/matérias /2008.htm, acessado em 27.01.2016. Na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro receberam a Medalha Tiradentes: o Cônsul-Geral do Japão no Rio de Janeiro, Masahiro Fukukawa e o presidente da comissão de eventos da imigração japonesa no Rio de Janeiro e do Ano do Intercâmbio Brasil-Japão, Akyoshi Shikada. Disponível em http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/taqalerj 2006.nsf/5d50d39bd976391b83256536006a2502/ 046cb62e1d392ea483257b6b 0064c4f7?OpenDocument&ExpandSection=1).Veja mais

no http://www.alerj.rj.gov.br/common/noticia_corpo.asp?num=26181#sthash.HcWHKPA8. Dpuf. Acesso em 27.01.2016.

[66] O evento dividiu-se nos seguintes Módulos: I - A Tradição e Cultura: o Budismo como filosofia essencial; exposição de objetos e vestuário japoneses, reprodução do interior de uma casa japonesa, destacando a influência da cultura japonesa no ocidente em diversos segmentos como: arquitetura, arte e design; II – Dô – O Caminho enfatizou o relacionamento entre a arte e o cotidiano, com oficinas de artes e exposições; III – Da Imigração Japonesa a Cultura nipo-brasileira: a arte de várias gerações, cinema e fotos históricas, com uma linha de tempo da imigração japonesa no Brasil; IV – Japop – mostrou-se a influência do Japão na cultura nipo-brasileira, sendo apresentado trabalhos de artistas japoneses e nipo-brasileiros, tendo destaque para os mangás, anime e uma mostra da tecnologia do Japão.

Recebido em 28 de setembro de 2017
Aprovado em 15 de dezembro de 2017

Na luta por um Portugal Democrático: Maria Archer e Barradas de Carvalho (São Paulo/Br. 1950-1970)

Maria Izilda Santos de Matos
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/CNPq

Resumo: Nas décadas de 1950 e 1960, entre os portugueses chegados a São Paulo destacou-se um grupo de exilados que se articularam e levaram frente lutas de oposição ao regime salazarista. Esta investigação pretende uma contribuição para o estudo destas ações, destacando o protagonismo de Maria Archer e Barradas de Carvalho. Para enfrentar tal desafio, a pesquisa valorizou uma diversidade de fontes e referências: a documentação do DEOPS/SP (Departamento Estadual de Ordem Política e Social), cartas, diários, livros de memória, entrevistas, imprensa, priorizando os escritos desses sujeitos históricos no periódico *Portugal Democrático*.
PALAVRAS-CHAVE: Imigração e exílio – Portugueses em São Paulo – Maria Archer – Barradas de Carvalho – DEOPS – *Portugal Democrático.*

Abstract: In the 1950s and 1960s, among the Portuguese who arrived in São Paulo, a group of exiles stood out and articulated and carried out fights of opposition to the Salazar regime. This research intends a contribution to the study of these actions, highlighting the protagonism of Maria Archer and Barradas de Carvalho. In order to face this challenge, the research valued a diversity of sources and references: the DEOPS / SP (State Department of Political and Social Order) documentation, letters, journals, memory books, interviews, press, prioritizing the writings of these historical subjects in the newspaper Portugal Democratic.
KEYWORDS: Immigration and Exile - Portuguese in São Paulo - Maria Archer - Barradas de Carvalho - DEOPS - *Portugal Democrático.*

Sociedade de partida: Portugal

Em Portugal, a República foi instaurada em 1910, num momento de instabilidade política, crise econômica e social. Terminada a I Grande Guerra (1914-18), as dificuldades foram agravadas pela alta dos preços, desemprego e miséria no campo, provocando descontentamento, lutas e reivindicações, bem como, o crescimento das organizações operárias, sindicais e a fundação do Partido Comunista Português (1921/PCP). Disputas políticas, crise econômica, déficits econômicos, manifestações de trabalhadores, geraram golpes e contragolpes, levando os militares ao poder (1926).[1]Estes contextos de tensões dinamizaram novos fluxos de saídas, inclusive o exílio de opositores ao regime (1927/28).

Com a ascensão do General Carmona (1928), foi nomeado para pasta das finanças

Antonio de Oliveira Salazar, que posteriormente, foi apontado para a Presidência do Conselho de Ministros. Em 1932, ele encabeçou a elaboração da Constituição do Estado Novo, implantado em 1933/34, que se caracterizou como um governo corporativo, forte e intervencionista, com leis trabalhistas e proibição de greves, cultivando alianças com a Igreja Católica, constituindo-se num regime autoritário católico. Sua gestão era resistente às mudanças econômicas, confinando Portugal a padrões tradicionais e centrados nas atividades agrícolas, com uma política econômica avessa à industrialização, considerada a causa dos conflitos de classe.[2]

As ações de oposição e resistência ao salazarismo foram permanentemente sufocadas, tais como o Levante Operário (1934), a Revolta dos Marinheiros ou Motim dos Barcos do Tejo (1936) e o Movimento de Unidade Democrática (1945/48). A repressão às oposições era mantida por meio da PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado) e de outros órgãos, bem como de um sistema de estímulo às delações.

Durante a Guerra Fria, o PCP (Partido Comunista Português, na clandestinidade desde 1929) foi particularmente atingido, crescendo as tensões e as ações repressivas do regime a outros opositores. Estes conflitos se agudizaram em torno das eleições para a Assembleia e a Presidência (1957/58), com a coligação das oposições em torno da candidatura do general Humberto Delgado. A campanha do General tinha como plataforma a restauração das liberdades, a anistia aos presos políticos e a organização de partidos. Ele angariou adeptos e popularidade, desta forma, o resultado das eleições surpreendeu com 76% dos votos para o candidato da situação, Américo Tomás. A fraude eleitoral foi prontamente denunciada; contudo, o governo revidou anunciando aumento salarial para os funcionários públicos, concessão de créditos para a agricultura e a indústria e criação do Banco do Fomento. Paralelamente, desencadeou a repressão com novas ações da PIDE, prisão de vários oposicionistas, enquanto outros eram inviabilizados de manter suas atividades profissionais e políticas, optando pelo exílio.

Nos anos 1960/70, a situação socioeconômica em Portugal mantinha-se com poucas perspectivas; a crise econômica, particularmente, a agrícola que assolava o país, gerando dificuldades e declínio da produção nos campos. As saídas continuavam a ser a válvula de escape e as remessas enviadas pelos imigrantes amenizavam as carências.[3]

Os descontentamentos frente ao regime se generalizavam e as resistências cresciam, articulando diferentes setores médios, estudantes, movimentos operários e oposicionistas (dentro e fora do país). Ampliavam-se os desagrados, especificamente, devido às Guerras coloniais na África, gerando insubordinação inclusive entre os oficiais, o regime mantinha-se indiferente frente à questão,

apesar de todos os alertas da impossibilidade de continuidade destes conflitos. As articulações políticas da oposição culminaram na "Revolução dos Cravos", em 25 de abril de 1974, conduzida pelos oficiais intermédios do Movimento das Forças Armadas (MFA), cujo programa proposto visava o fim da guerra na África e a criação de um regime democrático e pluralista em Portugal.

Cultura, propaganda e censura

Logo após o golpe de 1926, surgiram decretos que limitavam a liberdade de expressão atingindo, particularmente, os meios de comunicação. Em 1933, com a consolidação do regime de Salazar e a promulgação da nova Constituição do Estado Novo, foi estabelecida uma nova lei de imprensa que submetia todo o aparato ao crivo da censura, permitindo que agisse sobre as publicações. Neste mesmo ano foi criado o Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), órgão ligado diretamente ao Conselho de Ministros e, portanto, a Salazar, que assumia a propaganda do regime tanto em Portugal, como no exterior e também, passava a exercer instrumentos de controle e censura.

O SPN assumiu o controle e censura dos meios de difusão cultural, fiscalizava e censurava à programação de rádio, televisão, teatro, música, arquitetura, artes plásticas, literatura (autores estrangeiros e nacionais), jornalismo (qualquer matéria que tivesse conteúdo considerado impróprio, incluindo noticiários internacionais[4]) e até mesmo as festas nacionais. [5]

> A rádio, a televisão, o teatro, o cinema, etc., têm que ter a sua aprovação para poderem subsistir. Todos os livros, revistas e jornais que se publicam estão a ela sujeitos. Se algum editor lança um livro no mercado sem previamente a consultar, arrisca-se à apreensão policial da obra. Centenas de apreensões se têm verificado, atingindo desde os principiantes nas letras até aos vultos mais representativos da literatura nacional.[6]

Ao mesmo tempo em que censurava, esse mesmo órgão incentivava e subsidiava as ações ufanistas ao salazarismo, através de estímulo e apoio cultural, prêmios literários e artísticos, organização de exposições, museus, espetáculos teatrais, apoio a produção cinematográfica e ações conservação ao patrimônio etnográfico, que entre suas plataformas valorizava um país rural e folclorizado.[7]

O escritor e jornalista Antônio Ferro presidiu o SPN/SNI de 1933 até 1949, tornou-se uma das figuras mais importantes do governo salazarista.[8] Em 1944, o SPN transformou-se no Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI), passando a controlar e censurar as atividades culturais em Portugal e em outros países com os quais mantinham contato.

> A sua ação, durante os anos em que ocupou tal cargo, de 1933 a 1950, pautou-se pela fidelidade à 'lição de Salazar' e pelo incremento daquilo que era apodado por ele próprio como uma 'política do espírito'. Salazar

> encontrou em António Ferro o homem ideal para a dinamização do seu projeto cultural (...).
> A rádio, o teatro e o cinema nacionais foram especialmente favorecidos pela sua ação, tendo sido também ele o criador do grupo de danças Verde Gaio. Tentou aliciar e controlar a imprensa estrangeira, instalando-a num gabinete do Palácio Foz. O significado ideológico das diversas manifestações culturais do seu tempo não lhe escapava. Refletindo, por exemplo, sobre os defeitos e qualidades do cinema português, Ferro pretendeu incentivar o "filme histórico", ao mesmo tempo em que desencorajou os chamados "filmes cómicos", não apenas talvez por uma questão de gosto pessoal, mas porventura pelo incómodo do retrato social que registavam.[9]

As propagandas salazaristas se davam através de vários meios de comunicação, entre eles o rádio (na década de 30 foi criada a Emissora Nacional, com programas que se propunham a difundir a "cultura popular", conforme esta era entendida pelo sistema, teatro (Teatro do Povo, que pretendia levar a todos a "cultura verdadeira " segundo o regime), o cinema e a música que eram marcadas por mensagens nacionalistas, de exaltação ao governo e povo português.[10]

Além dessas, houve várias outras iniciativas por parte do governo salazarista de difundir o ideário propalado pelo regime, a exemplo da criação das Casas do Povo, que, além de promover atividades culturais e de lazer para os trabalhadores, possuíam bibliotecas com obras que enalteciam o salazarismo e a cultura popular.[11] Com a mesma intenção foram criadas as Casas dos Pescadores, a Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT) e também a Junta de Ação Nacional.[12]

O sistema de propaganda (SPN e SNI) salazarista organizou ações voltadas para os portugueses que viviam em outros países. No caso do Brasil a propagandas se concentravam no eixo Rio de Janeiro-São Paulo devido a maior presença lusitana. Em São Paulo, destacou-se a participação via Casa de Portugal, o governo editou publicações de propaganda na *Revista Portuguesa*, patrocinou conferências, programas de rádio, veiculação de cinema, teatro e espetáculos musicais de cunho apologético ao salazarismo.[13]

> As obrigações que, no campo da propaganda no estrangeiro, cabiam ao Secretariado, bem como as ações que levou a cabo, incluíam a colaboração com todos os organismos portugueses de propaganda existentes no estrangeiro, tais como embaixadas, consulados e Casas de Portugal; supervisão de todos os serviços de imprensa oficiais fora do país; a realização de conferências e encorajamento do intercâmbio com intelectuais e jornalistas estrangeiros, com vista a moldar a opinião internacional, entre outros assuntos, sobre a política colonial; promoção cultural e artística de Portugal bem como do seu turismo.[14]

São Paulo: sociedade de acolhimento

Apesar de espalhado por todo Brasil, os lusitanos estavam prioritariamente agrupados nos núcleos urbanos. Depois do Rio de Janeiro, São Paulo era a cidade de maior concentração de portugueses, tornando-se polo de atração, devido às novas perspectivas geradas pelo crescimento econômico e industrial. Nesta cidade, os lusos eram num grupo social e economicamente diversificado, desde abastados industriais e comerciantes (os comendadores) até trabalhadores, envolvidos em funções variadas na indústria, comércio, serviços e atividades domésticas.

A partir dos anos 1950, ocorreu nova retomada do fluxo de portugueses, sobretudo, depois da assinatura do Tratado de Amizade e Consulta (1953) que também possibilitou a expansão das ações comerciais e financeiras entre os dois países. Muitos imigrantes vieram na busca de novas oportunidades profissionais, outros escapando das dificuldades da vida no campo e do serviço militar obrigatório, também, fugindo das tensões/perseguições políticas.

Situações limites, conflitos e repressões políticas geraram a necessidade de deslocamentos de exilados e refugiados. No caso português, as perseguições políticas produziram ondas de exílios desde 1926/7, acentuando-se depois com a implantação do Estado Novo (1933), pode-se destacar entre os motivos destas saídas a falta de perspectivas profissionais, exclusões (muito comuns nas carreiras universitárias e públicas), censura (de artistas, jornalistas e escritores), situações de medo e insegurança. [15]

O final da Segunda Guerra coincidiu com o retorno dos governos democráticos no Brasil e, também, com mudanças na legislação internacional (com a extensão do "asilo político"[16]), tornando o país uma possibilidade de acolhimento aos opositores do salazarismo. Dessa forma, se constituíram **redes** de apoio e recepção[17], através de partidos (PCP e PCB), grupos profissionais e políticos, envolvendo jornalistas, intelectuais, acadêmicos brasileiros e associações. Cabe observar que os exilados nas décadas de 1950/60 se diferenciarem dos que chegaram anteriormente (1927/33, em sua maioria, de orientação republicana), incorporando comunistas, socialistas, anarquistas, liberais republicanos, e até dissidentes do próprio regime (após as eleições de 1957/58); não obstante a diversidade, esta oposição convergia nas plataformas antissalazaristas. [18]

No Brasil, mesmo em períodos considerados democráticos (1945/64) os aparelhos repressores se mantiveram atuantes e estes exilados foram acompanhados e controlados pela Polícia Política, sendo que as pressões cresceram depois de 1964, o que pode ser detectado nos acervos do DEOPS/SP[19], através dos dossiês dos membros do *Portugal Democrático*.

> Ministério do Exército nos envia relatório de informações, sobre investigações procedidas na Universidade de São Paulo, ocasião em que vinham sendo constatados movimentos "comunistas", com a participação de alunos e professores daquele e de outros estabelecimentos de ensino, constando em um de seus tópicos, a participação do professor "comunista" VÍTOR RAMOS da Faculdade de Assis, o qual mantinha ligações com o professor BARRADAS DE CARVALHO, de nacionalidade portuguesa que na oportunidade integrava o dispositivo "comunista" da Universidade de São Paulo.[20]

Resistências Antissalazaristas: *Portugal Democrático*

Como já destacado, nas décadas de 1950 e 1960, no contingente de portugueses recém-chegados havia vários antissalazaristas, que se articularam em ações de oposição no exílio, inclusive, atuando pela imprensa. Numa das salas do Centro Republicano Português de São Paulo funcionou o jornal *Portugal Democrático*, editado entre 1956 e 1977, cuja periodicidade foi ininterrupta e mensal (depois de 1958), com tiragens de cerca de 3.000 exemplares.

A iniciativa da criação do periódico foi de Vítor de Almeida Ramos e Manuel Ferreira Moura, ambos membros do PCP, que articularam outros compatriotas. No primeiro número (julho/56) se esclarecia a plataforma:

> A política que pretendemos realizar e a missão que temos a cumprir são, pura e simplesmente, servir o Portugal Democrático com verdade e independência... mostrar aos portugueses que se interessam por Portugal a real situação do país, destacando a cultura portuguesa; mudar a imagem do pais, vencer as barreiras da censura, da falta de dinheiro e de apoio, estamos voltados para o futuro, consciente das realidades do presente e orgulhoso das grandezas do passado, aqui têm pois os portugueses do Brasil o seu jornal: o *Portugal Democrático.*[21]

O grupo agregava uma diversidade de tendências políticas, republicanos, simpatizantes do socialismo e com a hegemônica presença de comunistas. Pode-se dizer que as páginas do periódico refletiam a pluralidade de perspectivas políticas e partidárias, tendo como plataforma unificadora a oposição ao regime salazarista, no entanto, isso não minimizou a existência de divergências e disputas internas.

Entre os envolvidos no *Portugal Democrático* encontravam-se intelectuais, escritores, artistas, jornalistas, além de um setor não menos atuante (apesar de mais oculto) de militantes e voluntários, operários, comerciantes, técnicos, vendedores, engenheiros, contadores, agrimensores, torneiros mecânicos, empresários, vidreiros, ceramistas, escriturários, securitários, mecânicos industriais e funcionários.

Na sua trajetória o periódico enfrentou obstáculos, dificuldades de recursos, de distribuição e canais de acesso aos leitores tanto da comunidade portuguesa como da sociedade brasileira; estas, entre outras limitações, levaram à suspensão da sua publicação (julho/57 a maio/58). No entanto, com empenho, o projeto foi reavivado um ano depois com a chegada de um grupo de jornalistas (alguns com experiência no *Diário Ilustrado,* de Lisboa) que contribuiu para a reorganização do periódico. A esfera editorial passou a contar com os nomes de Adolfo Casais Monteiro, Carlos Maria de Araújo, Fernando Correia da Silva, Fernando Lemos, João Alves das Neves, Jorge Sena e Paulo de Castro. O periódico também teve a participação de expressivos nomes da cultura e da política do Brasil, ainda autores das colônias portuguesas em África. [22]

O periódico buscou constituir um estilo próprio, tanto na estrutura como nos aspectos gráficos, optou por estabelecer editoriais (expressão da opinião da equipe frente a uma temática proposta), separando as sessões opinativas das de informação, agregavam-se comentários de colaboradores, além de outros itens como campanhas e denúncias, divulgação de livros e publicações com temáticas afins. Algumas das colunas fixas merecem menção a "Opinião insuspeita" de Sarmento Pimentel e o "Obscurantismo Salazarista" de Barradas de Carvalho; cabendo realce a riqueza dos desenhos, charges e caricaturas de Fernando Lemos, que acrescentavam um toque de arte, humor, ironia e contribuíram para aprimorar a qualidade gráfica.[23]

Num primeiro momento, o jornal teve circulação restrita, gradativamente, articulou diálogos e planos de ação através de toda uma rede de contatos e apoios, que contribuíram para divulgação e distribuição do periódico em vários estados e núcleos da oposição em outros países.[24]

O *Portugal Democrático* era censurado em Portugal, entretanto, conseguia furar o cerco rigoroso da PIDE usando de várias estratégias, como: chegando por meio das tripulações dos navios, envolvido em outros jornais, em envelopes com nome fictícios de associações ou através de outros países, como: Canadá, Venezuela, Uruguai, Argentina, USA, Inglaterra e França, tornando-se o periódico português, publicado no exterior, de maior circulação entre os antissalazaristas exilados.

No cotidiano do processo editorial, a execução das tarefas era partilhada, constituindo um empenho coletivo e, muitas vezes, anônimo. Alguns atuavam na busca de apoio financeiro, outros cuidavam da seleção dos temas - da pauta, dos textos, da redação, do convite aos colaboradores e formadores de opinião; já outros se encarregavam de levar a tipografia, trazer as provas, fazer a correção/revisão/conferência, colaboravam na diagramação, dobragem, remessas/expedição e postagem.

Os mentores do *Portugal Democrático* se depararam com o discurso "oficial" do salazarismo, difundido junto aos portugueses radicados em São Paulo, neste sentido, sua proposta visava conscientizar a comunidade portuguesa e brasileira das ações e práticas do governo salazarista, desmistificando a propaganda oficial, denunciando a violência e métodos de repressão, a situação do ensino e os movimentos de estudantes, além de outras questões gerais da política e economia portuguesa.

> Protesto contra todas as mentiras, violências, injustiças, crueldades, extorsões – polícia política, campos de concentração, presos políticos, eleições roubadas, desprezo pela liberdade, indiferença pelos direitos do povo e suas gloriosas tradições de independência – que, por todos os modos, num conto do vigário colossal, tem sido apresentado ao mundo inteiro como uma era de progresso, de fraternidade, de paz e prosperidade em Portugal. De esperança, de certeza mesmo, que tudo quanto infelicitou durante trinta anos a nossa pátria, sem liberdade, sem teto, sem pão para o misero paisano e seus filhos, está no fim.[25]

Várias questões foram abordadas no periódico na sua luta antissalazarista, destacando-se temáticas como os campos de prisioneiros, a luta pela anistia a Q*uestão Colonial* (envolvendo Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé, Príncipe, Timor, Macau, Goa, Damão e Diu, na Índia), as ações da censura a produção cultural e a intelectuais, a situação da educação e das universidades.

Os membros do *Portugal Democrático* promoveram várias iniciativas de contestação ao regime português, como: concepção do Comitê dos Intelectuais e Artistas Portugueses Pró-Liberdade de Expressão (1958), efetivação da I Conferência Sul-Americana Pró-Anistia para os Presos e Exilados Políticos da Espanha e Portugal (Janeiro/1960), II Conferência Sul-Americana Pró-Anistia para os Presos e Exilados Políticos da Espanha e Portugal (Montevidéu/1961), Ato Público de Solidariedade aos Trabalhadores e aos Povos de Espanha e Portugal (27/5/1962), debate "42 anos de fascismo em Portugal", na PUC/SP (finais de 1968).

Apesar de uma convergência de na oposição ao salazarismo, momentos de tensões e cisões levaram ao afastamento de colaboradores, cabendo pontuar as discordâncias e polêmicas frente as lideranças políticas (Humberto Delgado e Henrique Galvão), a "questão colonial" e a hegemonia do PCP na direção do periódico. Em março de 1963, Adolfo Casais Monteiro, Fernando Correia da Silva, Fernando Lemos, Jorge de Sena, Paulo de Castro e Maria Archer excluíram-se do Conselho de Redação, devido ao veto, pelo grupo hegemônico do PCP, a um artigo de Casais Monteiro.[26]

Após o Golpe civil-militar de 1964, a situação política no Brasil foi alterada e as pressões sobre o jornal se ampliaram, analisaram-se os riscos e cogitou-se sobre o encerramento da publicação, entretanto, corajosamente,

decidiu-se por continuar. O aumento da repressão política, o temor de possíveis trocas de informações entre a PIDE e o DEOPS levou a que vários colaboradores como Casais Monteiro, Jorge Sena e Victor Ramos partissem para novo exílio, nos Estados Unidos.

Novos horizontes foram abertos em Portugal, depois de 25 de abril de 1974, a "Revolução dos Cravos" foi entusiasticamente referenciada pelo periódico, que assumiu a cobertura dos fatos. O jornal tornou-se semanal, entretanto, passou a receber ameaças do Comando de Caça aos Comunistas, telefonemas que assustaram anunciantes no jornal, além do retorno á Portugal de muitos colaboradores.

Em 1977, após dezenove anos de atividade, com 205 números, terminava a publicação deste periódico que fora a expressão política dos portugueses antissalazaristas exilados em São Paulo, mantendo-se latente nas memórias não só dos que estiveram envolvidos na sua produção, mas, dos seus leitores e membros da comunidade portuguesa.

Maria Archer: resistências, lutas e escrituras

Entre os colaboradores do periódico foram identificadas apenas quatro mulheres Maria Archer, Maria Irolinda, Manuela de Gouveia e Maria Antônia Fiadeiro, entretanto, vários depoentes declararam que outras participavam do processo de preparação e distribuição.[27]

Esta análise privilegia a participação da escritora e jornalista Maria Emília Archer Eyrolles Baltazar Moreira. Nascida em Lisboa (1899), ela teve sua trajetória de vida marcada pela vivência em Angola, Guiné-Bissau, Niassa e Moçambique e, também como exilada no Brasil (1955 e 1979). Produziu uma ampla gama de escritos (livros, crônicas, teatro, literatura infantil), palestras, conferências e programas radiofônicos, participou ativamente de ações políticas em várias frentes, especialmente na luta antissalazarista.

Nas décadas de 1930 a 1950 sua produção foi intensa, priorizando a temática feminina intercruzada com as matérias coloniais sobre a África portuguesa.[28] Em 1945, filiou-se ao Movimento de Unidade Democrática (MUD), atuando em várias ações e movimentos (eleição do Norton de Matos -1949, presença no julgamento de Henrique Galvão – 1953) e passou a ser vigiada e foi interrogada pela PIDE. Destacou-se pela presença em círculos literários e culturais, teve obras censuradas e apreendidas durante o governo de Salazar (*Ida e volta de uma caixa de cigarros* (1938) e *Casa sem pão* (1947)), ela declarou:

> Vim para o Brasil, tendo chegado dia 15-07-1955, porque já não podia viver em Portugal. A ação da censura asfixiou-me e tirou-me os meios de vida. Apreenderam-me dois livros publicados, assaltaram-me com

> policiais a casa e levaram-me um original que ainda estava escrevendo, violência inédita em países de civilização europeia.[29]

Apesar da riqueza da sua obra, nestes escritos, a análise estará concentrada na trajetória brasileira, sobretudo, nas crônicas identificadas no jornal *Portugal Democrático*. Seus vários escritos no Brasil estiveram concentrados na divulgação da cultura dos países aonde viveu[30], apregoando a confluência histórico-cultural entre os dois lados do Atlântico (Brasil e África portuguesa), também privilegiando as questões do feminino e a crítica política. Sua análise transitava em diferentes campos do conhecimento história, geografia, etnografia, sociologia e antropologia, tendo um estilo agradável e um texto envolvente, buscando, além de entreter, defender ideias, debater, informar e instruir.

Na sua obra no Brasil, encontram-se artigos para jornais, crônicas, ensaios, palestras e participações radiofônicas. Trabalhou no jornal *O Estado de São Paulo*, no qual se destacam suas crônicas para o *Suplemento Feminino* (126 colunas, discutindo as questões do feminino, 1955-57) e na sessão de Literatura e Arte; também escreveu em outros jornais e periódicos como *A Gazeta, Semana Portuguesa e Portugal Democrático* (1955 a 1963).

Sinteticamente, observam-se duas fases da sua produção: entre 1955-63 momento de árdua militância, produção criativa e visibilidade midiática e o período entre 1964-79, no qual nota-se a desaceleração da produção, reclusão, silenciamento e doença. Muitas questões permanecem sobre esta mudança, algumas hipóteses podem ser levantadas como: o contexto político no Brasil, após o Golpe de 1964, cisões internas no grupo do *Portugal Democrático*, que levaram à ruptura com Maria Archer, além da doença e do avanço da idade.[31]

Seus escritos e aparições públicas estiveram sobre a investigação do DEOPS[32], em cujos arquivos foram encontrados relatórios de "observação preventiva", em ações de militância política, não só referente a luta antissalazarista, porém, em diferentes momentos em que assumiu atitudes posturas e posições políticas, pontuando a sua opinião, como quando do Ato de Solidariedade ao Povo Cubano (1959), quando declarou

> Heróis anônimos tombam dia após dia, nos porões das cadeias políticas de Salazar, enquanto uma centena de fantoches do governo vive no luxo e no conforto. A colônia portuguesa que se encontra no Brasil, talvez por ser formada na sua maior parte de indivíduos apolíticos, que para cá se dirigem e tenho a impressão que aqui se influenciam pela máquina de propaganda orientada pelo governo português, começa ultimamente a tomar consciência e felizmente, da real situação, o mesmo não se deu quando há dois ou três anos passados para aqui se dirigiu o caixeiro viajante da ditadura general Craveiro Lopes.[33]

Em São Paulo, vivia dos seus escritos, humildemente instalada num apartamento no Bairro de Santana, partilhado com a professora portuguesa Maria do Céu Rosa Lopes. Em cartas ao sobrinho Fernando de Pádua (1973) explicitava suas dificuldades de saúde e financeiras, tinha uma pequena e irregular pensão que não era suficiente custear os tratamentos de saúde, contando com apoios eventuais de amigos. Pedia também que o sobrinho solicitasse a autorização governamental para o seu retorno, apesar de concedida, ela só voltaria em abril/1979, já com a idade de 80 anos e saúde muito abalada, declarou falta de "coragem de voltar sem dinheiro e sem prestígio". Em Lisboa, ficou albergada no Lar Santa Maria de Marvila, morreu em janeiro de 1982.[34]

Maria Archer é apontada com precursora da participação da mulher no movimento de resistência salazarista, suas ações na imprensa e no rádio em muito contribuíram para denúncia das atrocidades do regime, também se destacou como agente cultural de aproximação nas relações ibero-afro-brasileiras. Como contestadora do salazarismo escreveu várias crônicas de críticas ao regime, tendo sido uma das articuladoras para organização do jornal *Portugal Democrático* (1955-1977). Através destes escritos visava informar sobre a real situação e mobilizar a opinião pública, sua narrativa demonstrava erudição e cultura, estando marcada pela paixão política, discurso pedagógico, visando o convencimento e buscando envolver o leitor.

No *Portugal Democrático* foram localizadas 12 colunas (1956-1963), tendo como temáticas: censura e falta de liberdade de expressão, imigrante português sem sucesso, carta a rainha Elisabeth da Inglaterra (quando da sua visita a Portugal), polêmica com o artigo "Coisas ignóbeis" escritos sobre sua obra no jornal *A voz* (26 de fevereiro), oposição a Craveiro (candidato único) contestando a visita dele ao Brasil, a não resistência das mulheres ao salazarismo, comparação de ditadores Somoza e Salazar, sobre a programação da República em Portugal, comentário sobre a obra "Segredos de Estado", de Charles De Gaulle e Brasil Fronteira da África (na qual apresenta o seu livro com o mesmo tema). Denunciou a situação política, miséria do povo, opressão, arbitrariedades e torturas do governo de Salazar, como na crônica *Somoza, Salazar e CIA*

> (...) Dou testemunho do que vi. Mas sei mais do que o pouco que vi, sei de certeza que há milhares de mulheres homens torturados, deformados, humilhados, envilecidos, assassinados, sumidos em ignotos cemitérios pela polícia salazarista. Sei, e toda a cidade do Porto o sabe, que a sede da PIE, no Porto, comunica diretamente, pelos fundos, com um dos cemitérios municipais para facilidade dos sepultamentos clandestinos. Quantos presos desapareceram, na PIDE, no Porto, como se tivessem ido para o campo de concentração do Tarrafal? Nunca mais há notícias deles.

> Desapareceram... que a terra lhes seja leve e o seu nome perdure em nossa memória![35]

Barradas de Carvalho: "O obscurantismo salazarista"

Joaquim Manuel Godinho Braga Barradas de Carvalho (1920-80) nasceu em Arroios/Portugal de tradicional família alentejana, graduou-se em História e Filosofia pela Universidade de Lisboa (1946). Ainda no período universitário, filiou-se ao Partido Comunista Português e se envolveu em ações antissalazaristas, o que inviabilizou a continuidade de sua carreira acadêmica em Portugal. Temendo as repressões exilou-se na França, e, em 1961, doutorou-se em Estudos Ibéricos, pela Universidade de Paris.

> Com 22 anos de idade, em 1942, Joaquim Barradas de Carvalho assina a ficha de adesão ao Partido Comunista Português, incumbindo-se da logística, extremamente complexa e perigosa, de organizar a distribuição do jornal *Avante*, impresso nas tipografias clandestinas do partido. Mas é somente em 13 de agosto de 1952, dez anos após, que a PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado) registra seus boletins de ocorrência a primeira informação sobre seu caráter e desempenho político, afirmando que "moral e politicamente nada se apurou em seu desabono", ressalvando apenas, em anotação datada de 2 de setembro do mesmo ano, que Barradas "assinou a lista do MUD em 1945".[36]

Em 1964, Barradas de Carvalho instalou-se em São Paulo e tornou-se professor do Departamento de História da USP, lecionando História da Civilização Ibérica e da Cultura Portuguesa. Em 1970, voltou à França, onde continuou seu exílio até a Revolução dos Cravos, quando retornou a Portugal, vindo a falecer em 1980. [37]

Em São Paulo, atuou nas atividades acadêmicas, incluindo docência, pesquisas e publicações, também escrevia para o Suplemento Literário do jornal *O Estado de São Paulo;* no *Portugal Democrático* tinha a coluna *Obscurantismo Salazarista* e era membro do conselho de redação.[38] O seu livro *O Obscurantismo Salazarista* é uma compilação destes escritos*,* incluindo além da coluna do mesmo nome outros textos publicados no jornal e não assinados.

Nesta coluna, Barradas discutia vários assuntos, denunciava as ações da censura, repressões e perseguições contra os intelectuais portugueses, a situação da cultura, educação e das universidades portuguesas. Nos seis anos em ele foi colaborador foram localizados 18 artigos, nas seguintes edições:

1964	1965	1966	1967	1968
nº 85/agosto nº 86/setembro nº 87/outubro	nº 90/janeiro nº 91/fevereiro nº 92/março nº 94/maio nº 95/junho nº 96/julho nº 97/agosto nº 98/setembro	nº 106/maio nº 109/agosto nº 111/outubro	nº 106/maio nº 109/agosto nº 111/outubro	nº 125/janeiro

O próprio nome dado à coluna - *Obscurantismo Salazarista* - explicita suas intenções, denunciar a "política da ignorância" promovida pelo salazarismo, considerando que o governo criou um sistema de controle e repressão aos que divergissem do regime. No conjunto dos artigos observam-se eixos temáticos: um primeiro bloco (8 artigos)[39] sobre os quadros universitários e a investigação científica; um segundo (4 artigos) prioriza a questões dos escritores; e, por fim, o foco sobre opositores ao salazarismo (4 artigos).

Sobre a temática das universidades, professores e investigação, dizia:

> Uma das principais vítimas do obscurantismo salazarista tem sido a Universidade, e um dos principais meios de ação desse obscurantismo tem sido as "limpezas" sucessivas a que ela tem sido submetida. As demissões isoladas sucedem-se as demissões coletivas, e a estas sucederam um apertado policiamento na admissão de professores. A PIDE passou a desempenhar papel mais do que importante, porque mesmo decisivo, na admissão ou na demissão de professores nos quadros docentes das Universidades.[40]

Este problema o tinha afetado pessoalmente. Seu primeiro artigo para o periódico, Barradas expressou esse sentimento através das palavras de Egas Moniz:

> (...) Enfim, na austera, "apagada e vil tristeza" que é ambiente da vida científica e universitária no Portugal de hoje, houve um homem eminente que bem soube definir o estado de espírito do homem de ciência que sobrevive nesse ambiente. Esse homem foi Egas Moniz, professor catedrático de neurologia na faculdade de medicina da universidade de Lisboa, e Prêmio Nobel da Medicina um dia escreveu: "Sinto-me exilado no meu próprio país".[41]

A expressão "Sentir-se exilado em seu próprio país" engloba vários significados frente as barreiras criadas pelo regime, como a impossibilidade de emprego, de se comunicar (ler e escrever), exercer as atividades intelectuais com liberdade e até os empecilhos de reunião e diálogo.[42]

Seus artigos problematizavam a censura, prisão e perseguição a intelectuais, obstáculos as carreiras, "limpeza ideológica" nas universidades, proibição da saída

de intelectuais para o exterior para proferir conferências. Essas questões em torno dos intelectuais e da resistência/oposição ao governo salazarista foram reiteradamente discutidas por Barradas que estabeleceu uma tipificação dos intelectuais, diferenciando os oposicionistas ao regime (considerados autênticos) e os aliados ao salazarismo usufruindo privilégios concedidos pelo governo (visto como "vendidos").

Nos artigos com títulos "Os escritores", "Ainda os escritores", "Ainda os escritores" e "Ainda os escritores", o autor demonstrava preocupação com a repressão aos intelectuais, abordando o fechamento da Sociedade de Escritores Portugueses (maio de 1965) e as ações de censura, comparando-a ao Santo Ofício e aos regimes nazifascistas.

Suas últimas colunas foram dedicadas a alguns dos oposicionistas do regime, com referências a Abel Salazar, Flavio de Rezende, Zaluar Nunes e Antônio Sergio, além de duas edições sem título.

Os temas da cultura, da política cultural salazarista e da oposição tiveram atenção especial nas páginas do *Portugal Democrático*, polemizando várias tensões e questões. Entre os anos de 1964 e 1970, a questão cultural foi noticiada em várias matérias com destaque para a coluna de Barradas de Carvalho. A censura era criticada constantemente e identificada como estratégia política do salazarismo

> A ignorância do Povo (ou o que é ainda pior: uma informação tendenciosa e sistematicamente deturpada) é a razão principal da sua apatia, preço imposto pelo regime para assegurar a sua sobrevivência política. (...). Ao cabo de quase 40 anos, o Estado Novo continua a sujeitar o País a esse aviltante sistema de "policia do pensamento" instaurado nos primeiros dias da ditadura militar![43]

> Ela, a censura, é entre as armas de defesa do salazarismo, talvez a mais importante. Vinte e quatro horas de absoluta liberdade de palavra e de imprensa liquidaram o fascismo em Portugal (...). A luta contra a censura integra-se num quadro bem mais amplo – a luta contra o fascismo salazarista. E é desta luta, em dia próximo vitoriosa, da juventude, e das mais amplas camadas populares – é, em suma, da luta decida do Povo Português que sairá não só a liberdade de imprensa, como todas as restantes liberdades.[44]

Todo o sistema de controle e censura era visto como estratégica para a continuidade do salazarismo, assim, a luta pela liberdade de expressão tornou-se uma ação política contra o regime. Com a instituição da censura prévia para livros (março/1967- já existia para os periódicos) todos os exemplares publicados que tratassem de assuntos políticos, econômicos e sociais deveriam ser analisados. Estas ações tornaram-se assunto em várias matérias publicadas que focalizavam as

apreensões de livros, censura a jornais e revistas (*Seara Nova* e *Flama*, dentre outras), incluindo a perseguição a vários escritores e jornalistas.[45]

A censura era considerada inerente ao salazarismo, como em outros regimes autoritários, sendo denunciada em vários momentos:

> As prisões de intelectuais, as apreensões de livros, a campanha difamatória contra os escritores democráticos, a proibição de conferencias e debates sobre temas da atualidade, tudo nos últimos meses vinha anunciando o propósito do fascismo "endurecer" a sua política, desfazendo as últimas ilusões dos que tinham ainda como possível um diálogo mesmo tutelado e policiado, entre portugueses (...). O SNI, a PIDE e a Censura, atuando conjuntamente, de acordo com instruções do próprio Salazar, lançaram uma ofensiva obscurantista, visando sufocar todas as manifestações de cultura.[46]

Barradas dedicou quatro colunas à *Sociedade Portuguesa de Escritores*, discutindo a repressão e censura exercidas sobre a produção cultural (edições de nº 96, de julho de 1965; nº 97, de agosto de 1965; nº 98, de setembro de 1965 e nº 106, de maio de 1966). Quando da publicação do primeiro artigo, no número 96, o tema foi capa do jornal, com a manchete "Protestos contra o terror cultural":

> O gesto do governo fascista de Lisboa dissolvendo a Sociedade Portuguesa de Escritores causou a mais viva indignação em todo o mundo. Embora os processos de terrorismo cultural do salazarismo fossem conhecidos, a brutalidade com que agiram na emergência as autoridades excedeu tudo o que se podia imaginar no estrangeiro. Os grandes jornais de Paris, Londres e Nova York, inclusive órgãos tradicionalmente conservadores, dedicaram largo espaço ao noticiário sobre o assunto.[47]

O fechamento da *Sociedade Portuguesa de Escritores* teve como mote a premiação (Prêmio de Novelística) do escritor José Vieira Mateus da Graça[48] que naquele momento se encontrava preso no Tarrafal. Este ocorrido foi o mote para o fechamento da *Sociedade*, tomada de assalto por agentes da PIDE. Para Barradas de Carvalho, o prêmio era apenas um pretexto para o exercício da força repressora contra a cultura:

> (...) José Mateus Graça haver já recebido numerosos prêmios literários e alguns concedidos por entidades angolanas sem que até então o governo português tomasse conhecimento do fato. Essa circunstância só por si – até porque o pseudônimo de Luandino Vieira também não é novo – mostra que o fascismo se serviu apenas de um pretexto para se desembaraçar da Sociedade Portuguesa de Escritores dentro da campanha de terror cultural que vem sistematicamente desenvolvendo.[49]

Nos artigos seguintes, intitulados "Ainda os Escritores", manteve o tom de crítica ao regime, à política cultural e às suas atitudes repressivas. O autor abordava a questão em termos pessoais, fazia referência a si e a vários escritores e intelectuais

que foram detidos, interrogados e/ou presos pela PIDE. Além do fechamento da *Sociedade Portuguesa de Escritores* procurava noticiar a repressão cultural e outros desdobramentos, como as "limpezas" nas livrarias (Lisboa, Porto, Coimbra e Luanda), com a apreensão de livros pela polícia salazarista. Denunciava a censura e a proibição de publicações de obras estrangeiras, o terror difundido como a causa de vários intelectuais optarem pelo exílio. [50]

> As últimas notícias que nos chegam de Portugal, após a extinção da Sociedade Portuguesa de Escritores, mostram bem o pânico existente nas hostes salazaristas. Algumas centenas, não muitas de escritores, '**armados-até-aos-dentes-com-canetas-de-tintas-pemanentes'**, fazem tremer o "sólido" edifício salazarista! Assim, parece não haver memória, na infelizmente já longa história do obscurantismo salazarista de uma vaga de repressão como a que estão vivendo os corajosos intelectuais portugueses.[51]

Através das colunas, Barradas manifestava seu inconformismo com as arbitrariedades do regime, a oposição esteve presente em todos os seus textos. Apesar de abordar diversos assuntos, os mais recorrentes foram a censura, repressão a intelectualidade e cultura, somadas as críticas à política cultural salazarista e aos intelectuais do regime. Apregoava que a perspectiva os intelectuais era a oposição, mesmo frente aos perigos da prisão, perseguição ou exílio.

***

Maria Archer e Barradas de Carvalho tiveram trajetória distintas, que se unificam na luta antissalazarista, eles atuaram, escreveram e denunciaram as atrocidades do regime e assumiram a luta de oposição. Apesar dos focos nestas trajetórias combatentes, resta a sensação de que muito ainda precisa ser pesquisado no sentido de dar luzes às lutas e oposições ao salazarismo fora dos limites do território português, particularmente, dos que foram exiliados e de longe se articularam na causa oposicionista.

Notas e referências

[1] Kenneth MAXWELL *O Império Derrotado. Revolução e Democracia em Portu*gal. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

[2] Luís Reis TORGAL. *Estados Novos, Estado Novo*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, Vol. I e I. 2.ª edição, 2009; Lincoln SECCO. *A Revolução dos Cravos e a Crise do império colonial Português*. São Paulo: Ed. Alameda, 2004; Antonio Costa PINTO. *Os Camisas Azuis: ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal- 1914-45*. Lisboa: Edit. Estampa, 1994.

[3] MAXWELL, 2006; SECCO, 2004; Heloisa PAULO. *Aqui também é Portugal. A Colónia Portuguesa do Brasil e o Salazarismo*, Coimbra, Quarteto, 2000; Douglas M. SILVA. *A Oposição ao Estado Novo no exílio brasileiro 1956-1974*, Lisboa, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006. Ubirajara Bernini RAMOS. *"Portugal Democrático" – Um Jornal de Resistência ao salazarismo publicado no Brasil.* Mestrado/ PPG/História/ PUC/SP, 2004; Fábio R.

OLIVEIRA. *Trajetórias Intelectuais no Exílio: Adolfo Casais Monteiro, Jorge de Sena e Vítor Ramos (1954-1974*), Doutorado, UFF, 2010; M. Izilda S. MATOS. *Portugueses: deslocamentos, experiências e cotidiano SP séculos XIX e XX*. Bauru: EDUSC, 2013.

[4] Manuel BAIÔA. Censura como factor de formação e consolidação do Salazarismo: O caso do noticiário sobre política internacional na imprensa (1933-1935). In: Fernando MARTINS (Org.). A formação e a consolidação política do Salazarismo e do Franquismo. Lisboa: Colibri, 2012.

[5] José Dias COELHO. *A resistência em Portugal*. Porto: Inova, 1974; Ana CABRERA. A Memória e o Esquecimento: a censura do Estado Novo em Portugal perante três peças de autores espanhóis. *Media & Jornalismo*. Coimbra, n. 12, Minerva, 2008; Alexandre Felipe FIUZA. *Entre um samba e um fado: a censura e a repressão aos músicos no Brasil e em Portugal nas décadas de 1960 e 1970*. Tese (Doutorado em História), UNESP – Assis, 2006.;, Vitor RAMOS. Breve análise da repressão à vida intelectual em Portugal. Paz e Terra. São Paulo, n. 10, 1969; José Dias COELHO. *A resistência em Portugal*. Porto: Inova, 1974.

[6] COELHO, 1974.

[7] Heloisa PAULO, 1994.

[8] Luís Reis TORGAL. O Modernismo português na formação do Estado Novo de Salazar: Antônio Ferro e a Semana de Arte Moderna de São Paulo. In: Jorge Martins RIBEIRO; Francisco Ribeiro da SILVA; Helena OSWALD (Orgs.). *Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004.

[9] Luís Reis TORGAL; Amadeu de Carvalho HOMEM. Ideologia salazarista e "cultura popular" - análise da biblioteca de uma casa do povo. *Análise Social*. Lisboa, Vol. XVIII, 1982. Todas as citações tiveram sua grafia atualizada e vertida para o português do Brasil.

[10] PAULO, 1994.

[11] TORGAL; HOMEM, 1982.

[12] Graça SANTOS. Política do espírito: o bom gosto obrigatório para embelezar a realidade. *Media & Jornalismo*. Coimbra, n. 12, Minerva, 2008.

[13] Heloisa PAULO. *Aqui também é Portugal – A colônia portuguesa do Brasil e o Salazarismo*. Coimbra: Quarteto, 2000.

[14] Joao Pedro COTRIM. Tradutores e Propagandistas - da tradução como ferramenta de propaganda do Estado Novo no estrangeiro e da indústria que se desenvolveu em torno desta no Secretariado da Propaganda Nacional/Secretariado Nacional de Informação. Dissertação (Mestrado em Tradução), Universidade de Coimbra, Coimbra, 2010.

[15] Observando os diferentes momentos políticos e a constituição das oposições ao regime português pode-se melhor caracterizar os fluxos de exílios. Inicialmente, identifica-se uma leva nos anos 1920/30, envolvendo os que atuaram na oposição e levantes contra o sistema estabelecido (1927/28 e 1931), eram na maioria republicanos e democratas, alguns, depois de passagens pela Espanha, exilaram-se na França e na sequência no Brasil; dentro desta primeira leva encontra-se João Sarmento Pimentel e Jaime Cortesão. Já entre 1940/56, intelectuais e políticos em tensão com o regime salazarista exilaram-se majoritariamente no Brasil. A dinâmica oposicionista e o agravamento da repressão depois de 1957/58 gerou novos fluxos, que levou diferentes quadros políticos e de opção ideológica diversa a saírem, tendo o Brasil como um dos destinos. Entre 1965/74, percebe-se que o aumento das saídas esteve associado ás Guerras coloniais, ao movimento estudantil e á emergência de novos

grupos políticos, além do Brasil, cresceram os fluxos para áreas mais próximas á Portugal como o Marrocos e Argélia, França, Alemanha, Bélgica, Suécia, Itália e, em menor frequência, para Romênia, URSS, Canadá e USA. As escolhas por estes destinos se vinculam as diferenças de opções políticas, articulações nas sociedades de acolhimento e nível de projeção dos agentes envolvidos. Susana MARTINS. *Socialistas na oposição ao Estado Novo: Um estudo sobre o movimento socialista português de 1926 a 1974*, Cruz Quebrada: Casa das Letras/Editorial Notícias, 2005.

[16] O asilo político é concedido ao estrangeiro que se sente perseguido ou em situação de insegurança em seu país. O refúgio possui o objetivo de proteger o estrangeiro que por motivos religiosos, étnico-raciais ou políticos passam por perigo de vida em seu país. O exílio é o estado de estar longe da própria casa, podendo ser voluntário ou forçado, apesar de particularidades, utiliza-se como sinônimo das categorias banimento, desterro ou degredo, em alguns casos, também refúgio. Em 1960, o Brasil foi o primeiro país do Cone Sul a ratificar o Estatuto dos Refugiados de Genebra (1951, em vigor 1954).

[17] A categoria rede de e/imigração incorpora tanto as ações familiares e comunitárias, como as estruturas impessoais de informação, difusão e apoio. Oswaldo TRUZZI. "Redes em processos migratórios". *Tempo Social.* Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 20, 2008. pp. 199-218; Charles TILLY. "Transplanted Networks" in Virginia YANS-MCLAUGHLIN (ed.). *Immigration Reconsidered.* History, Sociology and Politics. Oxford, Oxford University Press, 1990. (pp. 79-95); Franco RAMELLA. "Por un uso fuerte del concepto de red en los estudios migratorios" In: María BJERG; Hernán OTERO. *Inmigración y redes sociales en la Argentina moderna*. Tandil, CEMLA – IEHS, 1995, pp 9-21; Fernando J DEVOTO. Las cadenas migratorias italianas: algunas reflexiones a la luz del caso argentino. In: *Estudios Migratorios Latinoamericanos*, n. 8, CEMLA/Buenos Aires, 1988, pp. 103-123.

[18] Heloisa PAULO. "O exílio português no Brasil: Os "Budas" e a oposição antissalazarista", in: *Portuguese Studies Review,* Trent University, Ontario,14 (2), 2006/7, pp. 125/42.

[19] Na pesquisa na documentação do DEOPS, foram localizados cerca de 6.000 prontuários de portugueses, na análise pode-se observar 2 fases: 1- 1924 a 1940, que se caracterizou, na maioria, por lusos com baixa ou média instrução, trabalhadores do comércio ou do setor de serviços (ferroviários, motorneiros, pedreiros, pintores, etc.); 2- a partir de 1940, nota-se a presença de indivíduos com maior grau de instrução (professores universitários, profissionais liberais, escritores, jornalistas, artistas plásticos e de teatro e políticos) e vinculados ás resistências ao salazarismo.

[20] BRASIL/SP. Acervo DEOPS, doc. 52z0 (4372), Vitor Ramos.

[21] *Portugal Democrático*, n. 1, São Paulo, 1956.

[22] SILVA, Douglas M. 2006.

[23] RAMOS, 2004.

[24] Miguel Urbano RODRIGUES. Portugal Democrático – um jornal revolucionário. In: Fernando LEMOS & Rui Moreira LEITE (orgs.). *A missão portuguesa: rotas entrecruzadas*. SP: Ed.Unesp e Edusc, 2003.

[25] *Portugal Democrático*, n. 4, São Paulo, nov. 1956.

[26] RAMOS, 2004; SILVA, 2006.

[27] RODRIGUES, 2003.

[28] Era escritora profissional, vivia dos seus escritos, entre sua vasta produção (algumas obras com várias reedições) destacam-se: *Três mulheres* (1935), *África Selvagem* (1935), *Sertanejos, Singularidades dum país distante, Folclore dos negros do grupo Bantu e Ninho de bárbaros* (1936), *Angola filme (*1937), *Colônias piscatórias em Angola, Caleidoscópio africano e Viagem à roda da África, Ida e Volta de uma caixa de cigarros* (1938), *Roteiro do mundo português, Há dois ladrões sem cadastro* (1940), *Fauno sovina* (1941), *Memórias da linha de Cascais* (1943), *Os parques infantis* (1943), *Ela é apenas mulher* (1944- considerado o seu melhor romance*), Aristocratas* (1945), *Eu e elas, Apontamentos de Romancista* (1945), *A Morte veio de madrugada (1946), Casa sem pão* (1947), *O mal não está em nós e Filosofia duma mulher moderna* (1950), *Bato às portas da vida* (1951), *Nada lhe será perdoado* (1952), *A primeira vítima do Diabo* (1954)*, Herança Lusíada* (s.d); *e as peças de teatro: Alfacinha, Isso que chamam amor, Numa casa abandonada, O poder do dinheiro, O leilão.*

[29] *Diário de Notícias*, São Paulo, 15 jan.1956.

[30] *Terras onde se fala português* (1957), O*s últimos dias do fascismo português* (1959), *África sem luz* (1962), *Brasil, fronteira da África* (1963).

[31] Elisabeth BATISTA. *Entre a literatura e a imprensa; percursos de Maria Archer no Brasil*. Doutorado, Letras/FFLCH-USP, 2007.

[32] BRASIL/SP. SSP, Dependência Serviço de Informações, doc. 50 C-24-321, 321ª, 323, 1957-63, Vitor Ramos. Acervo DEOPS/SP, depositado em APESP. Dossiê, diferentes e situações onde proferi palestras ou falou ao público, com destaque para I Conferência Sul Americana Pró Anistia dos Presos e Exilados Políticos de Espanha e Portugal (22 a 24 de janeiro de 1960) durante o qual proferiu palestra sobre a Censura e o Salazarismo. Em março de 1963, participou do Encontro Estadual de Solidariedade a Cuba, compondo a mesa com Caio Prado Jr., Helena Silveira, José Serra e Jamil Haddad.

[33] Em Ato de Solidariedade ao Povo Cubano, promovido pela UEE (União Estadual de Estudantes) em 24/1/1959.

[34] BATISTA, 2007.

[35] *Portugal Democrático,* São Paulo, jul. 1959.

[36] José Jobson de Andrade ARRUDA. Barradas de Carvalho nas lentes da PIDE. In: Maria Izilda Santos de MATOS; Fernando de SOUSA (Orgs.). *Deslocamentos & Histórias: os portugueses*. Bauru, SP: Edusc, 2008.

[37] Carlos Guilherme MOTA. Joaquim Barradas de Carvalho. *Estudos Avançados*. São Paulo, n. 22, 1994; José Jobson de Andrade ARRUDA. Joaquim Barradas de Carvalho: o itinerário de um missionário dos novos tempos (Lisboa, Paris, São Paulo). In: Fernando LEMOS; Rui Moreira LEITE (Orgs.). A missão portuguesa – rotas entrecruzadas. Bauru, São Paulo: Unesp, 2002; Adalberto MARSON. Presença de um mestre: Joaquim Barradas de Carvalho. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, Vol. 1, n. 2, 1981.

[38] *Portugal Democrático*, n. 84, São Paulo, jul. 1964, p. 8.

[39] "Os quadros universitários", "Ainda os quadros universitários", "A investigação científica", "A investigação científica", "Ainda a investigação científica", "Ainda a investigação científica", "Ainda a investigação científica", "Ainda a investigação científica em Portugal". Esses escritos foram sintetizados no artigo "Em Torno do Obscurantismo na Universidade", publicado na Revista Paz e Terra nº 10 ("43 Anos de Fascismo em Portugal").

[40] Joaquim Barradas CARVALHO. *Em Tôrno do Obscurantismo na Universidade*. Paz e Terra. São Paulo, n. 10, 1969; Tiago BRANDÃO. Migração científica no quadro do Estado Novo – O caso de Joaquim Barradas de Carvalho. *Seara Nova*. Lisboa, n. 1.718, 2011.

[41] *Portugal Democrático,* n. 85, São Paulo, agosto de 1964.

[42] Guido Fabiano Pinheiro QUEIROZ. *Os espelhos de Barradas de Carvalho – Crônica política e historiografia de um exilado*. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura), PUC-RJ, Rio de Janeiro, 2008, p.109.

[43] *Portugal Democrático,* n. 100, *São Paulo,* nov. 1965.

[44] *Portugal Democrático,* n. 125, São Paulo, jan. 1968.

[45] *Portugal Democrático*, n. 117, São Paulo, maio 1967; n. 123, nov. 1967; n. 130, jun. de 1968; n. 131, jul./ag. 1968; n. 134, out./nov. 1968; n. 136, jan. 1969; n. 131, jul./ag. 1968; n. 134, out./nov. 1968; n. 105, abr. 1966.

[46] *Portugal Democrático*, n. 117, São Paulo, maio 1967.

[47] *Portugal Democrático*, n. 96, São Paulo, jul. 1965.

[48] Nascido em Portugal, em 1935, ainda criança mudou-se para Angola, lá participaria das lutas pela libertação da colônia, filiando-se ao MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), acusado de crimes contra a segurança do Estado, foi condenado a 14 anos de reclusão no Tarrafal; foi libertado em 1972, após 8 anos na prisão. Assumiu o pseudônimo de Luandino Vieira.

[49] *Portugal Democrático*, n. 96, São Paulo, jul. 1965.

[50] *Portugal Democrático* n. 96, São Paulo, jul. 1965; n. 97, ag. 1965; n. 106, maio 1966; n. 98, set. 1965.

[51] *Portugal Democrático*, n. 98, São Paulo, set. 1965.

Recebido em 02 de novembro de 2017
Aprovado em 20 de dezembro de 2017

VISÕES, DISCURSOS E PRÁTICAS SOBRE A EMIGRAÇÃO PORTUGUESA E AÇORIANA, EM PARTICULAR, DURANTE A I REPÚBLICA (1910-1926) *

Susana Serpa Silva
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/
Universidade do Açores.
Investigadora do CHAM-A
Univ. Nova de Lisboa/ Univ. dos Açores
Investigadora colaboradora do LABIMI/
Univ. do Estado do Rio de Janeiro

Resumo: Em 1910, Portugal viveu uma mudança de regime que provocou profundas alterações políticas e sociais. Persistiram, todavia, significativos fluxos emigratórios e, por isso, importa explicar como os republicanos encaravam este fenômeno, que discursos mantiveram e que leis ou medidas impuseram. Interessa também perceber que mudanças ou permanências se registraram no tocante às saídas e rumos da emigração. Tomando como referência principal as ilhas dos Açores, em especial, o distrito de Ponta Delgada, este artigo pretende ser um contributo para a compreensão do fenômeno emigratório insular, durante a Primeira República.
PALAVRAS-CHAVE: Emigração - Primeira República - Açores.

Abstract: In 1910 Portugal underwent a change of regime which caused deep political and social changes. However, significant emigration flows persisted and it's important to explain how Republicans viewed this phenomenon, what discourses they maintained and what laws or measures they imposed. It's also interesting to note the changes or permanences that have occurred regarding the departure and direction of emigration. Taking as main reference the Azores islands, especially the district of Ponta Delgada, this article pretends to be a contribution to the understanding of emigrant island phenomenon during the First Republic.
KEYWORDS: Emigration - First Republic - Azores.

Introdução

Considera-se como Primeira República o período da História de Portugal compreendido entre 1910 e 1926. Por via de um golpe revolucionário, na madrugada de 5 de Outubro de 1910, o secular regime monárquico deu lugar a uma nova realidade política de modelo republicano. Segundo Oliveira Marques, a geração republicana, que se fortaleceu à sombra das polêmicas questões coloniais, emergiu com promessas de regeneração do país, defendendo um aceso nacionalismo, uma nação una e indivisível. Por consequência, fazia a apologia do colonialismo, propondo o fomento ultramarino, em particular das possessões africanas. Além da abolição das instituições monárquicas, pugnava pelo anticlericalismo e a total laicização do Estado. De espírito democrático, pretendia a extinção do analfabetismo. Apesar de apostar num partido único, era favorável ao associativismo, bem como ao municipalismo e às soluções federalistas.[1]

A Constituição de 1911, no Título II, dedicado aos direitos e garantias individuais, proclamava a qualquer cidadão liberdade e igualdade perante a lei. Como refere o parág. 1.º "Ninguém pode ser obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei".[2] Desta forma, pressupõe-se que, uma vez cumpridos os regulamentos legais, qualquer cidadão era livre de se deslocar ou emigrar... O texto constitucional republicano, contudo, não faz qualquer referência à prática da emigração, contrastando com a Carta Constitucional de 1826, outorgada por D. Pedro IV (I do Brasil) que, no Título VII, art.º 145, previa que qualquer cidadão podia conservar-se ou sair do Reino, como lhe conviesse e levando consigo os seus bens, desde que respeitasse "os Regulamentos policiais, e salvo o prejuízo de terceiros".[3]

Apesar da Monarquia Constitucional ter dado maior visibilidade constitucional ao fenômeno emigratório, como refere Miriam Halpern Pereira, já nesse período as autoridades procuraram limitar os fluxos de emigração, por influência dos proprietários agrícolas que temiam perder mão de obra barata. Apesar do teor da Carta, as leis relativas à emigração eram controladoras e repressivas. A partir de 1870, o aumento substancial dos fluxos emigratórios para o Império do Brasil, uma vez terminada a Guerra do Paraguai, motivaram uma forte apreensão e, por isso, as autoridades portuguesas, não só promoveram inquéritos e estudos, como procuraram estimular o retorno e uma viragem do rumo dos emigrantes para as possessões portuguesas em África. O assunto foi amiudadas vezes discutido nos debates parlamentares, mas este desiderato nunca foi alcançado, nem no continente, nem nas ilhas. Assim, persistiu a fortíssima corrente de emigração para o Brasil que, ao motivar importantes remessas monetárias, deixou de preocupar os governantes portugueses. A tolerância para como a emigração tornou-se uma realidade, excetuando as saídas clandestinas.[4] Os fluxos migratórios continuaram, ainda para mais quando alguma mecanização agrícola começou a substituir a mão de obra camponesa.[5]

Assim, durante o período final da Monarquia e na transição para a Primeira República a emigração afigurou-se como uma "válvula de escape que atenuou as tensões sociais" resultantes do desemprego e das incipientes reivindicações sindicais, regulando a própria demografia.[6] Mas, o que caracterizava a emigração portuguesa e açoriana, em particular, durante a Primeira República?

A emigração portuguesa e açoriana, em particular, durante a Primeira República

Segundo o clássico estudo de José Manuel Ferraz, o pequeno crescimento da população portuguesa entre 1890 e 1920, que passou de cerca de 5 para aproximadamente 6 milhões,[7] deveu-se a três causas: as elevadas taxas de

emigração, a gripe pneumónica e a Grande Guerra, pois Portugal foi um país beligerante. Assim, a emigração é tida como um dos factores principais do lento crescimento demográfico, persistindo o movimento que já vinha do século XIX e que, nas primeiras décadas de 1900, atingiu valores bastante elevados, na ordem dos 40.000 emigrantes/ano. A I Guerra Mundial é que travou, temporariamente, esta tendência, após a grande vaga de 1911 a 1913, como se pode ver no Quadro 1.

Quadro 1. A EMIGRAÇÃO PORTUGUESA ENTRE 1910 E 1925	
Anos	Número de emigrantes
1910	39.502
1911	59.652
1912	88.920
1913	77.633
1914	25.722
1915	19.314
1916	24.879
1917	15.689
1918	11.853
1919	37.138
1920	64.783
1921	24.597
1922	39.595
1923	40.171
1924	29.710
1925	22.884
Total	622.042
Fonte: *Anuário Estatístico Português, 1910 a 1926,* FERRAZ, 1973-74, p.458 (adaptado).	

Apesar da profunda virada político-ideológica que a República propiciou, do ponto de vista econômico e social, não se registraram grandes alterações. Portugal continuou a enfrentar os problemas de sobre-endividamento estatal, de atraso da economia, de uma balança comercial deficitária, o que muito contribuiu para que a emigração continuasse a ser tão elevada, saindo uma média anual de 1,5% da força de trabalho, primordialmente masculina e cujo destino continuava a ser o Brasil.[8]

De acordo com Sacuntala de Miranda, embora a emigração fosse um fenômeno estrutural da sociedade portuguesa, resultante da incapacidade de absorção, por parte da economia, dos excedentes demográficos, a transferência de capitais da praça financeira de Londres para a América do Sul (para financiamento de grandes empreendimentos) ajudou também a activar o recrutamento de mão de obra europeia.[9] Só após a I Guerra Mundial, os portugueses começaram a inflectir o seu

rumo para os EUA e também para a Argentina e a Venezuela, em detrimento do Brasil e a partir de 1929, com a crise mundial, regista-se uma diminuição devido às politicas imigratórias restritivas daqueles países.[10]

No que se refere ao arquipélago dos Açores, composto por nove ilhas, divididas em três distritos, a emigração também era considerada um fenômeno preocupante. Logo por meados de 1914, o Governador Civil do Distrito de P. Delgada, em ofício dirigido ao Director Geral de Administração Política e Civil, considerava que, para além das questões ligadas à rede viária e às comunicações, dos problemas da floresta e da educação, avultava "o problema importantíssimo da nossa excessiva emigração".[11] Ora, os números, durante a Primeira República, são os seguintes:

Quadro 2. EMIGRAÇÃO AÇORIANA POR DISTRITOS E PERCENTAGEM NO TODO DA EMIGRAÇÃO PORTUGUESA (1910-1929)

	1910-1919		1920-1929	
Distritos	Número	%	Número	%
Angra do Heroísmo	13.512	3,4%	5.320	1,4%
Horta	6.303	1,6%	3.265	0,9%
Ponta Delgada	24.563	6,1%	8.702	2,4%
Totais	44.378	11,1%	17.287	4,7%

Fonte: MIRANDA, 1991, p. 29 (adaptado).

No período de 1910 a 1919, apenas o distrito do Porto ultrapassava a percentagem total das ilhas, o que significa que até à Grande Guerra o arquipélago continuou a sofrer uma grave perda de população. Por isso, entre 1920 a 1929, verificou-se um decréscimo do número de emigrantes açorianos, especialmente em P. Delgada, o que levou a que além do Porto, Viseu, Coimbra, Braga e Aveiro tomassem a dianteira.[12] Ao contrário do continente, para os açorianos, os EUA consolidaram-se como o maior rumo de emigração. Veja-se o exemplo do Distrito de P. Delgada que era o mais populoso:

Quadro 3. DESTINOS DE EMIGRAÇÃO E EMIGRANTES POR GÊNERO NO DISTRITO DE PONTA DELGADA – AÇORES (1904-1913)

ANOS	EUROPA	EUA	BRASIL	OUTROS PAÍSES	VARÕES	FÊMEAS	TOTAL
1904	16	2.137	224	12	1.317	1.072	2.389
1905	22	3.947	248	4	2.193	2.028	4.221
1906	28	4.844	252	240	2.779	2.585	5.364

1907	21	4.716	248	8	2.590	2.403	4.993
1908	35	1.642	182	-	927	932	1.859
1909	28	2.937	180	109	1.626	1.628	3.254
1910	22	2.581	155	-	1.430	1.326	2.758
1911	61	2.727	194	7	1.522	1.467	2.727
1912	50	4.840	217	-	2.551	2.556	5.107
1913	31	3.947	222	-	2.074	2.126	4.200
TOTAL	314	34.318	2.122	380	19.009	18.125	37.143

Secretaria do Governo Civil do Distrito de Ponta Delgada, 30 de Janeiro de 1914.
O Governador Civil. Fonte: BPARPD – FGCPD – Livro 407, *Correspondência com Administradores dos Concelhos, Câmaras e Junta Geral 1913-1923),* fl. 9.

Quadro 4. MOVIMENTO EMIGRATÓRIO NO DISTRITO DE PONTA DELGADA (1914-19)

ANOS	DESTINO E N.º DE PASSAPORTES	BILHETES DE IDENTIDADE	N.ª DE PESSOAS
1914	Europa - 10 Brasil - 97 Argentina - 4 Marrocos - 1 América Norte - 1.170 Total -1.282	2.073	Europa - 10 Brasil - 97 Argentina - 4 Marrocos - 1 América Norte - 1.961 Total – 2.073
1915	Europa - 14 Brasil - 49 Argentina - 1 América Norte - 1.613 Total – 1.677	2.363	Europa - 14 Brasil - 49 Argentina - 1 América Norte – 2.298 Total – 2.362
1916	Europa - 4 Brasil - 32 Sandwich - 1 África P. - 13 América Norte - 2.172 Total – 2.222	3.548	Europa - 4 Brasil - 32 Sandwich - 1 África P. - 13 América Norte – 3.398 Total – 3.548
1917	Europa - 0 Brasil - 3 América Norte - 822 Total - 825	1273	Europa - 0 Brasil - 3 América Norte - 1272 Total - 1275
1918	Europa - 3 Brasil - 2 América Norte – 119 Total - 124	185	Europa - 3 Brasil - 2 América Norte – 180 Total - 185

1919	Europa - 10 Brasil - 30 América Norte – 470 Total – 510	812	Europa - 10 Brasil - 30 América Norte – 772 Total – 813
Governo Civil do Distrito de Ponta Delgada, 20 de Março de 1920. O Governador Civil. Fonte: BPARPD- FGCPD- Livro 425, *Correspondência com Secretarias de Estado (1917-1928)*, fl. 47.			

Como se explica a diminuição da escolha do Como se explica a diminuição da escolha do Brasil? Sendo certo que já no século XIX muitos açorianos saíam para os EUA, especialmente das ilhas ocidentais, os próprios governantes facultam-nos uma das explicações:

> Por informação do Cônsul Geral de Portugal no Rio de Janeiro, o Governo Português teve conhecimento de que, no momento actual, as principais cidades brasileiras não oferecem colocação fácil e remuneradora aos nossos emigrantes, nas profissões comerciais ou industriais a que, na grande maioria, eles se destinam, em consequência da grave crise económica que afecta aquele país.[13]

Por este motivo, o Ministério do Interior encarregou todos os Governadores Civis de apelarem aos administradores dos concelhos no sentido de alertarem as populações interessadas em emigrar para o Brasil, mas com muita discrição, "para evitar susceptibilidades na opinião pública brasileira".[14]

Ainda no tocante ao Distrito de P. Delgada, por volta de 1917, o Governador Civil esclareceu os seus superiores da seguinte forma:

> Sobre as modalidades de emigração neste Distrito devo dizer a V. Exa. que toda ela se faz livremente para a América do Norte, nenhum emigrante saindo vinculado a contratos de trabalho. É muito antiga a corrente emigratória dos Açores para aquele País; mas o emigrante, em geral, não se fixa lá. Adquiridas algumas economias, regressam aos Açores e são frequentes os casos de pessoas que passam um ano nos Estados Unidos e outro nos Açores, quando não vá lá apenas trabalhar uns meses em cada ano.[15]

Em contrapartida, após a I Guerra Mundial, esta tendência parece ter-se modificado. Segundo a imprensa:

> A corrente emigratória para os Estados Unidos que ainda recentemente era um facto quase limitado às nossas povoações açorianas, está-se espantosamente generalizando nas nossas províncias. Tem por certo contribuído para isso a situação do país, a valorização da moeda americana e as facilidades (...) dadas pela legislação dos Estados Unidos, que a guerra

> aproximou muito mais da Europa, a todos os emigrantes. (...). As leis americanas atraem-no[s] e enraízam-no[s]. Em contacto com uma civilização nova, que nem direitos políticos lhe nega, adaptado a uma outra raça, forte e jovem, que o isola e separa da pátria, o colono na América do Norte esquece rapidamente a sua nacionalidade. A Alemanha (...) na sua legislação não perdeu de vista esse carácter especial da emigração americana. Nós descurámo-lo por completo.[16]

Estas palavras, escritas em 1920, denotam a preocupação com o expatriamento definitivo no que tocava aos emigrantes portugueses nos EUA, apesar das leis norte-americanas não facilitarem assim tanto a entrada de certo tipo de mão de obra, sobretudo analfabeta. Com o Pós-Guerra as políticas de imigração dos EUA endureceram ainda mais, o que, ao longo dos anos 20, afetou bastante os Açores.[17] Em 1926, por exemplo, seria estabelecida uma quota anual, por país, para emigrantes com destino aos EUA (Decreto nº 12.837, 17 de Dezembro de 1926).

Como encararam então os governantes republicanos e alguma opinião pública da época o fenômeno emigratório?

Discursos e práticas sobre o fenômeno emigratório durante a I República

Mal o novo regime se implantou, enfrentou uma sangria emigratória, entre 1911 e 1913, que ainda hoje continua por explicar e que adquiriu um perfil de êxodo de massas.[18] Esta situação não só alarmou os novos governantes, como alimentou os debates políticos da época.[19] A realidade contrariava as expectativas dos novos governantes que "cedo fizeram do combate e/ou regulação desse movimento uma das suas bandeiras de luta".[20] A solução apontada por alguns parlamentares passava pela recondução dos emigrantes rumo às colônias africanas, por serem terras portuguesas e ricas. Sem ser inédito, este argumento ganhou nova força e era esgrimido, com frequência, por deputados como José Barbosa ou Ezequiel de Campos.[21] Na prática, endureceram-se as medidas contra os engajadores e chegou-se a sugerir a imposição de restrições aos anúncios da imprensa que apelassem à emigração. Uma das prioridades foi a de reorganizar os processos de concessão de passaportes, impondo maior rigor e acréscimo de burocracia.

Em primeiro lugar, passou a ser obrigatória a apresentação de certidões por parte dos emigrantes que requeriam passaporte. Os primeiros entraves vieram dos párocos, que detinham os arquivos e a quem o regime perseguiu.[22] No entanto, a instituição do registro civil viria facilitar os procedimentos, especialmente para as gerações mais jovens. Logo em 1912, os administradores dos concelhos receberam os novos termos de abonação de identidade com vista à instrução dos processos de concessão de passaportes. A coleta de informação era muito mais exigente e completa do que nos anteriores documentos, facilitando também os trabalhos

estatísticos. Chamava-se a atenção, por exemplo, para a necessidade de registrar todos os nomes porque era conhecido o impetrante, a profissão, o grau de instrução e, sobretudo, no que respeita ao sexo masculino, na faixa dos 14 aos 35 anos, a situação relativa ao cumprimento do serviço militar. Quanto aos passaportes colectivos, as regras tornam-se igualmente mais apertadas, devendo incluir apenas o marido, esposa, filhos e criados.[23]

A partir de Janeiro de 1914, passou a ser obrigatório - para todos os emigrantes - a apresentação de bilhete de identidade com fotografia. No caso dos Açores, os gabinetes das secretarias dos Governos tiveram que se adaptar para se instalarem os "serviços de dactiloscopia".[24] Naturalmente eram inúmeras as dúvidas decorrentes das lacunas da própria legislação e um problema detectado, de imediato, residia no facto de no modelo de passaporte, em vigor, não existir lugar para a impressão digital.[25]

Doravante, foram constantes as circulares, com chamadas de atenção, dirigidas aos administradores dos concelhos, face às irregularidades cometidas com os processos de passaporte, atendendo não apenas à necessidade de cumprir os Regulamentos, mas de evitar prejuízos aos próprios emigrantes, com repetições de documentação. Esta tinha de ser escrupulosamente verificada, não sendo permitidas rasuras ou entrelinhas.[26] Em 1916, o Decreto-Lei nº 2690, de 25 de Outubro regulamentou o serviço interno das Secretarias dos Governos Civis e o próprio titular do Distrito de Ponta Delgada, ao solicitar mais esclarecimentos ao Ministério do Interior, considerava que um dos serviços mais importantes, senão mesmo o mais importante, destes órgãos de poder, era o de organização e fiscalização dos processos de concessão de passaportes, reconhecendo que em épocas de grande emigração os recursos humanos, da 2ª secção, eram manifestamente insuficientes face à crescente complexidade dos serviços.[27]

A procura de maior rigor estatístico foi também apanágio da República. Os discursos e as práticas apontavam para a necessidade de se cumprirem os registros e fornecerem, corretamente, todos os dados. Cabia ao Comissariado da Polícia Cívica preencher os boletins ou mapas de emigração, segundo os modelos enviados e sucessivamente atualizados, pela respectiva Direção Geral. Todavia, as demoras nos envios, por parte do Comissariado impediam, muitas vezes de, atempadamente, serem coligidos os dados e publicados os mapas.[28] O próprio Governador Civil, dá conta, em Fevereiro de 1913, da complexidade na elaboração dos mesmos, atendendo ao elevado número de informações exigidas. Em cada distrito esta se tornou importante tarefa e missão destinada aos Serviços de Estatística.[29] Em 1923, porém, no Relatório apresentado pelo Adido Comercial de Portugal no Brasil, foi feito um balanço da entrada de emigrantes no país durante

um século (1820 a 1920), e são claramente referidas as falhas no nível do registo estatístico, tanto por parte de Portugal, como do Brasil, levando a que sejam postos em dúvida os valores apresentados.[30] Em finais da Primeira República, os atrasos na recepção dos impressos ainda motivavam dificuldades no envio dos mapas da emigração, que assim não seguiam regularmente para os respectivos serviços.[31]

Por outro lado, tal como no passado, a emigração clandestina continuava a ser o principal objeto de repressão e controle das autoridades. Nada de novo. Em 1913, por exemplo, Bernardino Machado, em carta confidencial enviada da Legação de Portugal no Rio de Janeiro ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, revela com clareza as medidas drásticas que propunha para travar a emigração clandestina:

> Proibir as Agências de Emigração. Derrogar a exigência dos passaportes aos passageiros de 3ª classe. Converter a polícia preventiva da Emigração clandestina em corpo inspector de todos os Emigrantes (...). Criar uma Junta superior de Emigração com sede na capital (...). Fundar uma Caixa de repatriação para os indigentes (...).[32]

Aliás, este futuro Presidente da República era um forte crítico da falta de apoio estatal aos emigrantes portugueses, acusando as autoridades de, com as suas medidas inócuas, apenas contribuírem para o crescimento da "indústria de aliciação". Para este político, o passaporte devia consistir num "simples registo estatístico legalizador das saídas", sendo mais importante o governo obrigar os armadores dos navios a entregarem, nos consulados, as listas de passageiros e restringir a acção das Agências de Emigração.[33]

Segundo a imprensa açoriana da época, sendo a emigração um "direito natural dos povos", não podia tolerar-se os fluxos clandestinos por impedirem os governos de "cumprir a sua missão de defesa nacional e manutenção dos elementos necessários à paz, subsistência e progresso dos indivíduos que ao país continuam a prestar o seu concurso e a exigir-lhe o seu apoio". A emigração ilegal era tida como a verdadeira inimiga da coletividade, acrescendo que, cada vez mais, envolvia mulheres e crianças e não apenas homens, criminosos e mancebos fugitivos, continuando a operar inúmeros engajadores, sob total incúria das autoridades.

Esta situação, porém, não era muito diferente do que se vivera no século XIX, apesar de agora surgir com novos contornos. Por um lado, apareceram as agências de emigração e, no caso de Ponta Delgada, a partir de 1916, passou a ser permitido, que as agências de companhias de navegação actuassem como agentes de emigração e passaportes, em conformidade com a decisão do Supremo Tribunal Administrativo.[34] Esta novidade veio proporcionar outro meio de emigração

clandestina: o recurso a passaporte falso, com falsa identidade e falsos testemunhos.[35]

Cabia aos delegados do Procurador da República receber e dar andamento aos autos instaurados pelo Comissariado de Polícia Cívica do Distrito de Ponta Delgada, sempre que se registasse ausência ou "falsificação de documentos"[36] e daí e urgente necessidade de combater estas ilegalidades. Em Junho de 1913, o Governador Civil do Distrito oficiava ao Comissário do Corpo de Polícia Cívica, o seguinte:

> Tendo chegado ao conhecimento do Governo que, em lugares onde o público se reúne, aparecem indivíduos que aconselham e excitam o povo para que emigre do país, lançando mão, para conseguir tal fim, de afirmações dolosas e falsas, manda-me Sua Exa. o Ministro do Interior tomar rigorosas providências para que tais factos se não repitam, sendo presos e entregues em juízo os que usarem de tal meio para instigar alguém a que abandone o país. Deve V. Exa. ter por muito especialmente recomendado o objecto *deste* ofício, procedendo conforme o supra indicado e comunicando-me qualquer facto desta natureza que venha a averiguar ter sido cometido.[37]

Para garantir uma maior eficácia, desde 19 de Abril de 1915, foi estipulada uma recompensa monetária (12$50) para todos os guardas de polícia civil que conseguissem capturar emigrantes clandestinos a bordo de qualquer embarcação.[38] Ainda, assim, quer a Polícia, quer a Alfândega, lutavam com dificuldades para reprimir esta emigração e, por isso, os Governadores Civis instavam constantemente os seus superiores, solicitando mais meios de combate. Aos seus subalternos recomendavam as providências possíveis, ordenando, por exemplo, que a fotografia passasse a ser obrigatória também nos passaportes.[39] Tal como no século XIX, a principal preocupação assentava na fuga ao recrutamento militar, agravada aquando da deflagração da I Guerra Mundial. Desde 1915, passou a ser obrigatório, para todos os homens menores de 45 anos, apresentarem um documento comprovativo de terem satisfeito "todos os requisitos das leis militares vigentes".[40] Só assim podiam obter autorização para emigrar.

Por tudo isto, por inícios de 1916, o Ministro do Interior instigava o Governador Civil de Ponta Delgada, a tomar "enérgicas providências no sentido de evitar a emigração clandestina, sobretudo dos mancebos sujeitos ao serviço militar". O Comissário do Corpo de Polícia Civil recebeu instruções para dar prioridade a este assunto e recomendar a máxima vigilância a todos os guardas, cuja gratificação, por cada captura, ascendeu a 15$00.[41] Nos barcos de serviço da Alfândega e da Capitania do Porto, os guardas policiais dirigiam-se, à noite, a bordo dos navios

para fiscalizar e prender os clandestinos.[42] Em 1918, a instalação de linhas telefônicas entre o Comissariado da Polícia e os postos das Calhetas e de Santa Clara, assim como, para o próprio Governo Civil, Regimento de Infantaria, Consulado Americano, entre outros, viria contribuir para agilizar, ainda mais, todas estas diligências.[43] Por fim, em finais de 1919, e dado o movimento geral do porto de Ponta Delgada, o Governador Civil, apoiado pela Capitania do Porto, solicitou ao Ministério da Marinha, a criação de um Corpo de Polícia Marítima.[44]

Muitos dos normais procedimentos relativos aos processos de emigrantes, bem como às diligências de fiscalização, foram, nas ilhas, assaz dificultados com a deflagração da I Guerra Mundial. Escasseou o papel, faltavam as estampilhas e os selos, tardavam os modelos oficiais de passaporte.[45] Por outro lado, apesar da Grande Guerra ter travado, em geral, os fluxos emigratórios, este período continuou a suscitar interessantes ponderações sobre a problemática da emigração. Em Abril de 1917, o Governador Civil de Ponta Delgada, em exposição enviada ao Ministério do Interior, alertava para a urgência de resolver este problema que muito afetava a economia. Segundo esta autoridade, ao ser proibida a emigração masculina entre os 16 e os 45 anos, não só dispararam as saídas ilegais, como também a emigração feminina e de indivíduos não compreendidos naquelas faixas etárias. Entre março de 1915 e março de 1917 haviam partido 6.303 pessoas de um distrito com cerca de 123.000 habitantes, o que se tornava muito lesivo à prática da agricultura, desde logo pelo aumento dos salários e, consequentemente, dos preços. Por tudo isto, para este Governador Civil era necessário proibir a emigração durante a Guerra, sendo de enaltecer a lei norte-americana que impedia a entrada de imigrantes analfabetos, por ser uma forma, ainda que insuficiente, de restringir a emigração açoriana.[46] De fato, já em 1916, o Ministro do Interior havia reconhecido que o problema da emigração continuava a revestir-se de grande gravidade e a ser lesivo para o país, "sob o ponto de vista económico e militar".[47] A análise dos dados, embora confirme um decréscimo de partidas, comprova, no geral, o peso do número das mulheres emigrantes, bem como de crianças, adolescentes e homens provenientes do sector terciário e do mundo dos negócios.[48]

Quando após a I Guerra Mundial aumentaram as saídas de famílias inteiras, voltou a despertar o receio das autoridades.[49] As palavras do cônsul português em S. Paulo atestam bem as preocupações: "a emigração de famílias inteiras, além de nos denunciar propósitos de expatriação, torna muito improvável as remessas de dinheiro, não deixando os emigrantes dentro de Portugal pessoas a quem tenham o direito de o enviar".[50]

Para algumas autoridades insulares, além da importância das remessas, a emigração era vista como um excelente meio de regeneração dos presos que terminavam o cumprimento da pena. A todos quantos aguardavam, na cadeia, pela sua libertação, bastaria que apresentassem um fiador para poderem seguir para os EUA, de modo a refazerem a sua vida e a ganhar o sustento para as suas famílias, caídas na miséria.[51]

Já a imprensa local, manifestava, por vezes, posições divergentes. Fazendo eco das elevadas cifras de expatriados, o jornal *O Açoriano Oriental* defendia que, ainda assim, eram muitos os entraves às saídas, desde logo, os elevados custos dos passaportes – que muito oneravam aqueles que queriam partir – bem como as exigências processuais. O jornalista em causa não concordava que se dificultasse a saída das gentes, porque muitas melhorias nas ilhas resultavam da diáspora.[52]

As clivagens entre correntes pró e contra persistiram durante a Primeira República, comprovando que apesar de algumas mudanças, o fenómeno da emigração continuava, como no passado, a impor os mesmos problemas e a motivar idênticos debates. Ainda na imprensa local se pode ler:

> Há muita gente que condena sistematicamente a emigração, vendo nela um despovoamento (...), uma vil exploração, por parte daqueles que têm a seu cargo as agências desse importante serviço! Mas quem assim procede, não obedece a um impulso generoso de consciência (...), porque o interesse que têm (...) é para não faltarem braços baratos para os seus campos, para as suas lavouras e assim tê-los acorrentados por muito pouco dinheiro (...).
>
> O proprietário, especialmente o ganancioso, faz uma guerra sem tréguas à emigração, pois que, para comodidade e economia da sua algibeira, muito lhe convém ter ao serviço um trabalhador ou operário baratinho. Isto não é verdade? (...) Isto não é extensivo a todos os homens ricos da nossa terra (...), mas outros há que melhor será até não nos alongarmos (...). O que seria, pois, de nós se não fosse a emigração em face desta terrível crise que nos entristece (...)?[53]

Nos anos 20 eram abundantes as opiniões desfavoráveis ao excesso de emigração, nomeadamente entre parlamentares portugueses, muitos dos quais aconselhavam o governo a cuidar deste problema "muito a sério".[54] Mas, eram igualmente numerosas as posições que a defendiam como um mal necessário, contestando as medidas repressivas e sugerindo, até, alternativas:

> Os processos coercitivos contra a emigração de um povo liberalizado e pobre são intempestivos e agravam o problema económico. Os processos persuasivos (...) são também insuficientes para conter a grande tendência emigratória do povo. (...). Um só processo será capaz de cortar o nó górdio desta questão (...): - Dê-se a cada uma das famílias pobres e às que tiverem

> necessidade de emigrar qualquer espécie de indústria que lhes renda o mesmo dinheiro que eles irão buscar lá fora (...).[55]

Por outro lado, os repatriamentos, sobretudo dos EUA, tornaram-se, cada vez mais, numerosos, especialmente na década de 20 – de endurecimento das leis norte-americanas. Alguns emigrantes eram recambiados à custa do Estado, outros por intermédio de associações portuguesas de beneficência. Alguns, porém, procuravam emigrar, de novo, na esperança de voltarem a ser repatriados, o que obrigava as autoridades a combater "semelhante ludibrio".[56] A lei de 10 de Maio de 1919 procurou facilitar o repatriamento dos desempregados e a protecção, mais eficaz, dos emigrantes no Brasil, mas sem grandes consequências práticas.

Considerações Finais

Em Portugal continental e insular, quer durante a Monarquia Constitucional, quer ao longo da Primeira República, persistiu um elevado movimento emigratório. Apesar da mudança política de 1910 e das promessas de regeneração do país, o novo regime falhou, especialmente no tocante à questão económica,[57] agravada pela participação na I Guerra Mundial. Daí, as elevadas cifras da emigração cujos fluxos, no caso açoriano, cada vez mais rumavam à América do Norte em vez do Sul. A divergência de discursos e de posições atesta o peso e a inevitabilidade deste fenômeno e, por isso, como refere Sacuntala de Miranda, as leis republicanas acabaram por ser titubeantes e contraditórias, dado que a perda de braços era compensada pelas remessas de numerário, fundamentais para combater o *deficit* da balança comercial portuguesa.[58] Por conseguinte, e tal como se verificou durante a Monarquia, o maior combate e repressão continuaram a ser contra a emigração clandestina que, para mais, encontrou, neste período, diferentes meios, graças aos novos procedimentos processuais relativos à concessão de passaportes.

Empenhados na colonização dos territórios africanos, muitos republicanos vão continuar a defender o estímulo da emigração para África, considerada indispensável à consolidação da administração colonial. O grande problema é que estes contingentes teriam, forçosamente, que se orientar para o trabalho e desbravamento das terras, por vezes incultas e inexploradas e muitos dos emigrantes portugueses partiam à procura de uma vida no comércio ou na indústria e daí a atratividade do Brasil urbano e dos EUA.

Em suma, as políticas republicanas não se distinguiram muito das políticas de emigração monárquicas e que já se faziam sentir desde os anos 70 e 80 do século XIX: tolerância para com a emigração legal, portadora de remessas financeiras; forte repressão da emigração clandestina e encorajamento, sem grande sucesso (cerca de 6% do total), dos fluxos migratórios para África,[59] última vertente do projeto de expansão imperial. De resto, as nuances dos discursos também não

podem dissociar-se da posição politica ocupada: a favor do governo ou na oposição.

Fontes

PORTUGAL. *Constituição Portuguesa de 1911*
PORTUGAL/Açores. *Açoriano Oriental (O),* 1912 a 1922.
PORTUGAL/Açores - Fundo do Governo Civil de Ponta Delgada - FGCPD (Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada - BPARPD) – Livros de Correspondência da 1ª e 2ª Secções, 1910 a 1926.

Notas e referências

[*] Este texto resulta da comunicação apresentada no Simpósio nº 26, do Congresso da AHILA, Valência, 2017. Apesar da opção da autora por manter as regras de escrita anteriores ao Acordo Ortográfico, o texto, devido ao fato da revista ser editada no Brasil, foi vertido para o português do Brasil pela editora.

[1] H. de Oliveira MARQUES. "Republicanismo e Idealismo". *Ensaios de História da I República Portuguesa.* Lisboa: Livros Horizonte, 1988, pp. 30-33.

[2] PORTUGAL. *Constituição Portuguesa de 1911*. Disponível em <https://www. parlamento. pt/Parlamento/Documents/CRP-1911.pdf>

[3] PORTUGAL. *Carta Constitucional de 1826*. Disponível em <https://www.parlamento. pt/ Parlamento/Documents/CartaConstitucional.pdf>

[4] Miriam Halpern PEREIRA. *A Política Portuguesa de Emigração, 1850-1930*. Lisboa: Regra do Jogo, 1981, pp. 48-50.

[5] PEREIRA, 1981, p. 52.

[6] PEREIRA, 1981, pp. 53-54.

[7] José Manuel FERRAZ. "O desenvolvimento socioeconómico durante a Primeira República", 1973-74,p. 457. Disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/ 1223912673Y8IRK9tq7 Sh 930OU6.pdf>

[8] FERRAZ, 1973-74, pp. 457-458.

[9] Sacuntala de MIRANDA. A Base Demográfica. In: A. H. de Oliveira Marques, coord., *Portugal da Monarquia para a República*, vol. XI, *Nova História de Portugal*. Lisboa: E. Presença, 1991, pp. 28-29.

[10] PEREIRA, 1981, pp. 54-55.

[11] PT/Açores. BPARPD/FGCPD – Livro 382: *Correspondência com o Ministério do Interior,* 1ª Repartição, 1911-1913, fls. 478-479.

[12] MIRANDA, 1991, p. 29.

[13] PT/Açores. BPARPD/FGCPD – Livro 420: *Correspondência com os Administradores dos Concelhos,* 1915-1916, Circular Confidencial, fl. 220.

[14] PT/Açores. BPARPD/FGCPD – Livro 420: *Correspondência com os Administradores dos Concelhos,* 1915-1916, Circular Confidencial, fl. 222.

[15] PT/Açores. BPARPD/FGCPD – Livro 425: *Correspondência com Secretarias de Estado, 1917-1928*, fl. 74.

[16] PT/Açores. *O Açoriano Oriental* "A Emigração", nº 4.458, 6 nov. 1920.

[17] Veja-se Luís MENDONÇA e José ÁVILA. *Emigração Açoriana (Sécs. XVIII a XX),* Lisboa, s/l., 2002, pp. 214-215.

[18] Segundo Ricardo Rocha, nos últimos vinte anos da Monarquia, a média anual de saída de emigrantes legais, de Portugal para o Brasil, rondava os 23.900 indivíduos, mas nos primeiros três anos da República essa média triplicou, aproximando-se dos 62.500. Ricardo ROCHA. "A Emigração do Porto para o Brasil durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918)". In: Fernando de SOUSA, Ismênia MARTINS, Lená Medeiros de MENEZES, Maria Izilda MATOS, Maria Nazaré SARGES, Susana Serpa SILVA (coord.). *Um Passaporte para a Terra Prometida.* Porto: Fronteira do Caos, Editores, 2011, p. 186.

[19] Cf. Diogo FERREIRA. "A Emigração para o Brasil no Discurso Parlamentar Português após a Primeira Guerra Mundial (1918-1926)", Fernando de Sousa, Ismênia Martins, Lená Medeiros de Menezes, Maria Izilda Matos, Maria Nazaré Sarges, Susana Serpa Silva, coord., *Um Passaporte para a Terra Prometida*, Porto, Fronteira do Caos, Editores, 2011, pp. 233-234.

[20] Ricardo ROCHA. "Emigração, Brasil e emigração para o Brasil no discurso parlamentar português no dealbar da Primeira República (1911-1912", Lená Medeiros de Menezes e Fernando de Sousa, org., *Brasil-Portugal: Pontes sobre o Atlântico. Múltiplos olhares sobre a e/imigração*, Rio de Janeiro: EdUERJ, 2017, p. 186.

[21] ROCHA, 2017, pp. 187 e 195.

[22] PT/Açores. BPARPD/FGCPD – Livro 332: *Correspondência com Diversas Autoridades e Pessoas,* 1ª Repartição, 1911-1912, fl. 93.

[23] PT/Açores. BPARPD/FGCPD – Livro 334: *Correspondência com Diversas Autoridades e Pessoas,* 1ª Repartição, 1912-1914, Circular de 21 nov. 1912.

[24] PT/Açores. BPARPD/FGCPD – Livro 334: *Correspondência com Diversas Autoridades e Pessoas, 1ª Repartição, 1912-1914*, fl. 400.

[25] PT/Açores. BPARPD/FGCPD – Livro 382: *Correspondência com o Ministério do Interior, 1ª Repartição, 1911-1913*, fls. 478-479.

[26] PT/Açores. BPARPD/FGCPD – Livro 338: *Correspondência com Diversas Autoridades e Pessoas, 1ª Repartição, 1915-1916,* Circular de 16 de Fevereiro de 1916.

[27] PT/Açores. BPARPD/FGCPD – Livro 387: *Correspondência com o Ministério do Interior, 1ª Repartição, 1914-1916,* Ofício de 8 de Novembro de 1916.

[28] PT/Açores. BPARPD/FGCPD – Livro 336: *Correspondência com Diversas Autoridades e Pessoas, 1ª Repartição, 1912-1928,* fl. 352. Livro, 338: *Correspondência com Diversas Autoridades e Pessoas, 1ª Repartição, 1914-1916*.

[29] PT/Açores. BPARPD/FGCPD – Livro 418: *Correspondência com Administradores dos Concelhos*, 1ª Repartição, 1912-1914, fls. 20-23.

[30] Cf. PEREIRA, 1981, "Textos II – 1913-1927", pp. 250-252.

[31] PT/Açores. BPARPD/FGCPD – Livro 394: *Correspondência com Diversas Secretarias do Estado,* 1ª Secção, 1924-1929, fl. 119.
[32] PT/Açores. BPARPD/FGCPD – Livro 394: *Correspondência com Diversas Secretarias do Estado,* 1ª Secção, 1924-1929, fl. 119.
[33] PEREIRA, 1981, "Textos II – 1913-1927", pp. 229 e 231-232.
[34] PT/Açores. BPARPD/FGCPD – Livro 425: *Correspondência com Secretarias de Estado, 2ª Secção,* 1917-1928, fls. 1-2.
[35] PT/Açores. *O Açoriano Oriental*, nº 4.212, 5 fev. 1916.
[36] PT/Açores. BPARPD/FGCPD – Livro 332: *Correspondência com Diversas Autoridades e Pessoas,* 1ª Repartição, 1911-1912, fl. 444.
[37] PT/Açores. BPARPD/FGCPD – Livro 334: *Correspondência com Diversas Autoridades e Pessoas,* 1ª Repartição, 1912-1914, fl. 219.
[38] PT/Açores. BPARPD/FGCPD – Livro 338: *Correspondência com Diversas Autoridades e Pessoas,* 1ª Repartição, 1915-1916, fl. 275.
[39] PT/Açores. BPARPD/FGCPD – Livro 387: *Correspondência com o Ministério do Interior, 1ª Repartição,* 1914-1916, fls. 143-145.
[40] Até aqui eram os menores de 35 anos. PT/Açores. BPARPD/FGCPD - Livro 420: *Correspondência com Administradores dos Concelhos,* 1915-1916, fl. 29.
[41] PT/Açores. BPARPD/FGCPD – Livro 338: *Correspondência com Diversas Autoridades e Pessoas,* 1ª Repartição, 1915-1916, fls.473-474.
[42] PT/Açores. BPARPD/FGCPD – Livro 340: *Correspondência com Diversas Autoridades e Pessoas,* 1ª Repartição, 1917-1920, fl. 151.
[43] PT/Açores. BPARPD/FGCPD – Livro 340: *Correspondência com Diversas Autoridades e Pessoas,* 1ª Repartição, 1916-1917, fl. 100 e ss.
[44] PT/Açores. BPARPD/FGCPD – Livro 342: *Correspondência com Diversas Secretarias de Estado,* 1ª Secção, 1917-1920, fl. 376.
[45] PT/Açores. BPARPD/FGCPD – Livro 425: *Correspondência com Diversas Secretarias de Estado,* 2ª Secção,1917-1928, fl. 74.
[46] PT/Açores. BPARPD/FGCPD – Livro 340: *Correspondência com Diversas Autoridades e Pessoas, 1ª Repartição,* 1916-1917, Carta ao Ministério do Interior, 13 de Abril de 1917, fl. 96.
[47] ROCHA, 2011, p. 255.
[48] ROCHA; 2011, p. 270.
[49] Veja, por exemplo, os discursos dos parlamentares portugueses, no pós-guerra,, bem como as intervenções do deputado João Salema. FERREIRA, 2011, 234, 239 e ss.
[50] Cit. por PEREIRA, 1981, p. 56.
[51] PT/Açores. BPARPD/FGCPD – Livro 384: *Correspondência com Diversas Secretarias de Estado, 1ª Repartição,* 1913-1916, fl. 128.
[52] PT/Açores. *O Açoriano Oriental*, nº 4.212, 5 fev 1916.
[53] Ruy MORAIS. "A Emigração". *O Açoriano Oriental*, nº 4.313, 12 jan. 1918.
[54] Cf. FERREIRA, 2011, p. 238.
[55] PT/Açores. *O Açoriano Oriental* "A Emigração", nº 4.443, 24 Jul. 1920.

[56] PT/Açores. BPARPD/FGCPD – Livro 425: *Correspondência com Diversas Secretarias de Estado, 2ª Secção,* 1917-1928, Ofício de 1925, fl. 272.
[57] FERRAZ, 1973-74, p. 470.
[58] MIRANDA, 1991, p. 36.
[59] PEREIRA, 1981, pp. 53-54.

Recebido em 02 de novembro de 2017
Aprovado 05 de dezembro de 2017

Resenha

MENEZES, Lená Medeiros de. SOUSA, Fernando. (orgs.). *Brasil – Portugal: pontes sobre o Atlântico. Múltiplos olhares sobre a e/imigração*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2017. 448p.

Por *Zilda Márcia Grícoli Iokoi*

Este livro, organizado por Lená Medeiros de Menezes e Fernando de Souza, com apoio da Editora da UERJ e da FAPERJ, representa uma das formas mais interessantes de realização da pesquisa histórica e da própria produção historiográfica.
Trata-se de um trabalho realizado num grupo de pesquisas que optou por fazer uma varredura nos estudos sobre a presença de portugueses no Brasil e sua importância na formação de nossa cultura.

Reuniram-se na elaboração deste volume vinte e nove pesquisadores, que expuseram seus textos sobre as relações Brasil-Portugal. Operando em rede, desde 2006, conseguiram analisar vasto conjunto documental e debater os textos apresentados em diferentes fóruns no Brasil e no exterior, culminando nesta publicação, composta por cinco partes, um conjunto de temas e problemas dessas "pontes sobre o Atlântico.

Na parte I: **Deslocamentos transoceânicos: novas abordagens** - Ismênia Martins, Maria Izilda Matos, José Jobson Arruda e Fernando Souza tratam do tema dos deslocamentos, em diversas fontes, desde a literatura, cartas, romances, e especialmente os registros populacionais, que possibilitaram comparações entre as imigrações presentes nos censos de 1872 e 1920.

Abdelmalek Sayad, em seu texto "Imigração ou os Paradoxos da Alteridade"[1] definiu esse movimento como um fato social total. Trata-se, para esse escritor argelino, de um fenômeno que permite perceber silêncios e falas barulhentas, presenças e ausências, diversidades linguísticas, formas de vestir, comer, relacionar-se, ou mesmo rezar, em diferentes culturas ou divindades. Para ele, os deslocamentos revelam tanto a pátria deixada, como os lugares de destino. Ser imigrantes significa pertencer a dois mundos e a nenhum deles ao mesmo tempo. Ao estudar os deslocamentos, vemos que os migrantes percebem a antiga pátria como madrasta, pois não foi possível permanecer nela ou mesmo obter a segurança necessária ao bem viver.

Quem migra busca recursos para a sobrevivência, liberdade, escapar dos acidentes ambientais, ou das guerras.

Trata-se este livro de um raro trabalho, que traz uma reflexão teórica sobre o processo de imigração, que Sayad define como um "processo total", isto é, deve ser visto em face das condições da emigração até as formas de inserção do imigrante no país de destino. Sayad afirma que, como os argelinos, a maioria dos imigrantes, não têm condições de sobrevivência em seu país de origem. Por isso constituem a categoria de emigrantes (de lá) e se tornam imigrantes no país de destino. Entretanto, o problema não se encerra no translado. O imigrante desloca-se para servir como força de trabalho e passa a constituir um "problema" para o país que o utiliza. A Pátria deixa marcas da expulsão e o país de destino não acolhe imediatamente os recém-chegados, pois ainda são estranhos.

Segundo Benedect Anderson,[2] imaginamos outras raízes, pertences, memórias, cheiros, sabores, entre tantas dimensões do vivido. Podemos conceber que pertencemos a uma comunidade imaginada, e dessa imaginação criarmos narrativas que são apresentadas aos nossos interlocutores como verdades. O imigrante vive um dilema profundo entre imaginar o passado como algo que tem raízes profundas em seu modo de ser e o presente como um lugar desconhecido a ser desbravado.

Mas Jobson Arruda mostra como, no caso dos portugueses no Brasil, as relações estiveram de modo geral amistosas entre os da terra e os de Portugal, de tal modo que a necessidade de trabalho foi, de certo modo, oferecida pelos patrícios residentes que atraiam seus compatriotas, fazendo com que os homens se deslocassem antes do restante da família, provisionando acomodações e víveres, para que mulheres e filhos pudessem estar menos isolados.

A necessidade do mercado de trabalho, circunstancial, fez com que o "imigrante" fosse inicialmente considerado um ser "provisório", mesmo que esta provisoriedade dure mais de trinta anos. Ele foi um "estrangeiro", pelo menos na França colonizadora. No caso português havia um sentido de estar no lugar que já pertencia a Portugal por direito de conquista. A ideia do retorno esteve presente nesta população por laços duráveis com a família, os vizinhos, a comunidade originária. O sonho de voltar existia, mas como parte de um processo presente, menos traumático. O elo não se rompia e as viagens de férias periódicas eram realizadas quando possível.

Mas, como no caso tão conhecido dos italianos e japoneses, ao voltar, o emigrante se tornava um imigrante em sua terra de origem. Já os portugueses, em decorrência do passado colonial, tinham um lugar mais consolidado no Brasil e a

imigração do século XIX e XX se fez por acomodação entre os parentes, a língua e a cultura. O Rio de Janeiro foi o centro desses deslocamentos, como mostram os pedidos, bilhetes e cartas enviadas e recebidas. Nesses documentos, solicitavam comidas, roupas, lembranças e davam noticias conforme analisa Maria Izilda em seu artigo.

Na parte II: **Perspectivas regionais e de gênero** - os autores dividiram-se em abordar regiões como o comercio português em Belém, no texto de Maria Nazaré dos Santos Sarges, denominado "A Árvore das Patacas' secou*,* no qual a autora estuda as principais indústrias do Pará, demonstrando a diversidade desse processo de abastecimento local: cordas, cerveja, confeitaria, esta última que recebeu inúmeros prêmios, indústria de chapéus, entre outras.

Em "Cadeias Migratórias, indústria e comércio: a Tijuca como estudo de caso", Lená M. Menezes considera, como uma importante perspectiva nos estudos sobre e/imigração, processos que se realizam pela dialética entre seus atores, estabelecendo o diálogo entre o individual e o coletivo. Ela afirma que o desejo individual abria janelas para a compreensão dos sonhos, projetos e práticas cotidianas entre os atores desse processo. Para ela, a contribuição da História Oral nesses casos é exemplar. Poético o texto "Rios para além dos rios de minha aldeia" trata da água como elemento de rememoração dos lugares de partida e de destino. As marcas existentes em todo o espaço da Tijuca apontavam marcas reconhecíveis, lugar repleto de simbolismos unindo presente e passado, conteúdos de base emocional nas relações de vizinhança "re-imaginadas" em raízes lusitanas.

Lená aponta muitas lacunas dos dados no encontro de um número significativo de operários da construção, nas fábricas, especialmente mulheres. Neste texto, Lená recupera letras dos sambas de Noel, e sua Vila Isabel que dá samba. Percebe a imensa quantidade de fragmentos da presença portuguesa nos muitos morros da Tijuca e da diversidade de ocupações, histórias e laços culturais dessa comunidade que demarca toda essa região da cidade. Inúmeros armazéns, pequenos bares e, num dos trechos no Morro da Mangueira, nome da Fábrica de chapéus assim denominada, o nascimento de uma comunidade que não se deixa abater, que se apresenta em inúmeros momentos da vida política e cultural do país.

Do sudeste ao norte do Brasil, Marcos António de Carvalho destaca os "Caixeiros e a imprensa Lusa em Belém do Pará", imprensa defensora das causas laborais e classistas. Um rico material sobre a categoria laboral Caixeiros, onde se lê "o trabalho é

lei, a terra uma oficina, tendo o homem por seu chefe, a força que o domina".

Esse periódico tornou-se um veículo de grande expressão de uma burguesia mercantil integrada ao comercio internacional dado o apogeu econômico de Pará, quando a extração da borracha fez nascer uma burguesia mercantil originária dos caixeiros viajantes do século XIX. Mas, *A Voz do Caixeiro* não se restringiu ao campo dos negócios, do comercio e da economia. Nesse veículo lê-se uma série de artigos ou mesmo pequenos discursos sobre politica internacional e atividades sociais, ritos e costumes e mesmo jogos de salão.

Osvaldo Truzzi e Ana Scott apresentam um texto interessante e pouco refletido na historiografia sobre a cafeicultura em São Paulo. Trata-se da "Colônia de portugueses em Nova Lousã, no interior de São Paulo"**.** Os autores defendem sua opção por tratar desse processo pelas narrativas dos sujeitos, na escuta dos narradores demarcadas pelas estratégias das micro-histórias. Para Truzzi e Scott, as grandes migrações, como a dos italianos para o Brasil, se fizeram a partir de histórias de sujeitos bem delimitados e destes processos foram alcançados dados capazes de acomodar histórias por escalas e similaridades dos grandes deslocamentos das primeiras décadas do século XX. Assim estudam os processos por análises do ponto de partida ao de chegada, a análise quantitativa do Núcleo Colonial, o percurso de famílias específicas, que permite demonstrar como se deu em uma dimensão familiar todo o resgate das mulheres galegas no além processo de partida e chegada, um cotidiano rico de detalhes do processo e dá ao leitor imagens do processo permitindo ao leitor mergulhar nas histórias de vida e dos lugares, fator necessário a compreensão do passado como recomenta Ulpiano Bezerra de Menezes.[3]

Seguem-se ainda nessa parte os textos de Maria Cecília Velasco Cruz sobre "Portugueses na Região Portuária do Rio de Janeiro e os conflitos de 1908"; Maria Luiza Ugarte Pinheiro: "Mulheres Portuguesas na Belle Époque manauara, 1880-1920"; Érica Sarmiento escreve sobre as "Trajetórias invisíveis de mulheres galegas no além-mar".

Na parte III**: Processos e representações nos dois lados do Atlântico -** os autores Suzana Serpa Silva, Ricardo Rocha, Leila Medeiros Menezes, Nelly de Freitas, Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro, Dolores Martins Rodrigues Corner analisam, respectivamente, o Caso da emigração açoriana no distrito de Ponte Delgada; "A emigração no discurso parlamentar da Primeira República (1911,1912)"; "A presença

portuguesa na Música de Chico Buarque; Avencas nas Caatingas e alecrins nos canaviais!"; "A emigração clandestina madeirense recuperada pelas listas de embarque"; "Frutos da violência e o olhar estrangeiro e a Cabanagem como vingança de índios contra os portugueses!"; "Imigrantes espanhóis no período pós Guerra Civil: exilio ou imigração!". Pode-se perceber, nessa parte, como os pesquisadores, a partir de olhares diversificados, tematizam as inúmeras razões da emigração em sua diversidade de visões do novo mundo e os problemas e conflitos, marcados por desencantos, saudades da terrinha, sonhos não realizados e um conjunto de descrenças que os impeliram ao retorno.

Na parte IV: **Vida no Brasil: acolhimento e associativismo**, Paulo César Gonçalves, Maria Aparecida Fonseca Pereira, Marcela Vignoli e Daniel Campi, Alice Beatriz da Silva Gordo Lang, Maria Cristina Siqueira de Souza Campos, Leandro Rodrigues Gonzales Fernandes e Yvone Dias Avelino. Tratam esses autores, respectivamente, da Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo, como um local de recrutamento de mão de obra para a cafeicultura, da Colônia Portuguesa em Santos na Nova República Brasileira em 1929, das práticas de associativismo e de cultura dos imigrantes europeus em Tucumán, Argentina nos séculos XIX e XX, e Polifonias da Cidade: imigração e medicina na Real e Benemérita Beneficência Portuguesa de São Paulo (1859-1944)

Na parte V: **Cultura e trajetórias em terras estrangeiras**, Angela Maria Roberti Martins tratou do "pensamento libertário de J. Mota", Elis Regina Barbosa Angelo abordou as "celebrações dos Divino Espírito Santo" como um elo entre Brasil e Açores; Francisco Manoel Rebelo e Sônia Regina Bastos escrevem em "homenagem a Francisco Manoel Rebelo"; Zélia de Brito Fabri Demartini comparou "trajetórias de famílias portuguesas em suas múltiplas travessias"; Alfredo Moreno Leitão escreveu sobre a figura de "Humberto Delgado entre o Brasil e Portugal" e, finalmente, Leandro Pereira Gonçalves tratou das "relações luso-brasileiras e o pensamento político de Plinio Salgado"! frente ao conservadorismo português.

Angela Maria Roberti Martins realizou importante análise da "trajetória intelectual de J. Mota Assunção", uma experiência libertária desse que foi um anarquista português atuante no Brasil entre 1899 e 1910. Angela destaca a figura de J. Mota Assunção a partir da análise de seus textos, como artigos, livros, poemas, peças de teatro social, contos e folhetins. Deslocado com sua família dadas as transformações

da economia europeia. Devido às novas necessidades de mão de obra no campo e nas cidades, a abolição da escravatura e a ampliação do sistema fabril, quando o mundo do trabalho cresceu significativamente. Foi nesse tempo que Assunção capacitou-se como intelectual no periodismo, especialmente na imprensa anarquista. Escreveu para muitos jornais como *O Trabalhador*, *Emancipação*, *Kultur*, *Novo Rumo* entre outros. Mas, *A Voz do T*rabalhador, órgão da Confederação Operária Brasileira, foi onde ele atuou de forma sistemática entre 1908 e 1909, sendo responsável por 21 números do periódico.

Trata-se, portanto, de uma obra extremamente complexa, percorrendo a diversidade dos sujeitos que representaram a colônia portuguesa no Brasil, tanto no campo das representações culturais e políticas, como na inserção nas atividades laborais. Pensamento e práticas políticas diversas, do integralismo ao anarco-sindicalismo. As conexões desses imigrantes na vida social e política, especialmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, permitem perceber a variedade ideológica desses imigrantes/emigrantes, uma vez que houve ao longo do período, retornados e aqueles que constituíram suas vidas entre os dois mundos, num processo de reciprocidades e preocupações com saúde, higiene, direitos sociais, liberdades, valores religiosos e estruturas ideológicas e políticas vivenciadas aqui e além mar.

De certo modo tratou-se de um colonialismo sem ódios e apoiado numa violenta discriminação que unia os brancos portugueses aos brasileiros, uma vez que os rancores dirigiram-se aos escravos, depois aos negros libertos, considerados não humanos. Desse processo, o racismo permanece, ainda hoje, contra os negros, contingente populacional com maior número de pessoas relegadas às piores condições de vida. Deste modo, podemos concluir que a pouca animosidade aos colonizadores, foi desde o princípio da colonização portuguesa dirigida aos deslocados de África em navios negreiros e despejados ainda no século XIX como restos invisíveis no Porto do Valongo. Hoje, em pleno século XXI, esses acervos arqueológicos encontrados há vinte anos correm o risco de serem enterrados sem que deles se tomem consciência do imenso número de homens, mulheres e crianças cujos corpos jogados no Cais do Valongo nada representaram naquele período e ainda hoje. O Instituto Nacional dos Pretos Novos em vias de ser soterrado por políticas que negam o reconhecimento de crimes cometidos contra esses sujeitos que, se considerados dariam uma outra história das relações entre Brasil e

Portugal. Outra vez um esquecimento.

Zilda Márcia Grícoli Iokoi
Professora Titular da Universidade de São Paulo
Membro da equipe fundadora do *Diversitas* (Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e dos Conflitos)

Notas e referências

[1]Abdelmalek SAYAD. *Imigração ou os Paradoxos da Alteridade*. São Paulo: EDUSP. 1998. Abdelmalek Sayad tem estudado a imigração argelina para a França. É muito oportuna a tradução da Edusp, em edição muito bem cuidada, da obra de Sayad na qual estão reunidos seus trabalhos de 1975 a 1988.

[2] Benedect ANDERSON. *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*: London. 1983.

[3] Ulpiano B. MENEZES. Repovoar o patrimônio ambiental urbano. In.: *Memórias, Resistências e Políticas Culturais na América Latina.* Observatório Itaú Cultural. n. 22 (Maio/Novembro. 2017.)

Sobre os autores

Alícia Reigada Olaizola –Doutora pela Universidade de Sevilla, é professora do Departamento de Antropologia Social na mesma universidade e membro do Grupo de Investigação GEISA. Defendeu tese doutoral titulada: "Las Nuevas Temporeras de la Fresa en Huelva: Flexibilidad Productiva, Contratación en Origen y Feminización del Trabajo en una Agricultura Globalizada", en dezembro de 2009. Atualmente, é membro da equipe de investigação do projeto "Gobernanza de la diversidad cultural desde una perspectiva comparada: UE-América Latina", financiado pelo 7º Programa Marco de la Unión Europea. Dentre suas publicações recentes, destacam-se: "Una mirada feminista sobre el trabajo en las cadenas agrícolas globales" (*Contemporânea.* Revista de Sociologia da UFSCar, 2014); "¿Cultivos de primor? El programa de trabajadoras agrícolas de temporada en Andalucía" (UNAM); "Reflexiones feministas en torno a la confrontación globalización agroalimentaria vs. soberanía alimentaria" (*Áreas.* Revista Internacional de Ciencias Sociales, 2012), "Más allá del discurso sobre la 'inmigración ordenada': contratación en origen y feminización del trabajo en el cultivo de la fresa en Andalucía" (*Política y Sociedad*, 2012), "Las mujeres como protagonistas de las migraciones laborales. El caso de la agricultura industrial en España" (*Ra Ximhai.* Revista de Sociedad, Cultura y Desarrollo Sustentable, 2012).

Emmanuelle Hellio – Socióloga e doutora pelo Laboratorio Urmis, Niza (2014), defendeu tese intituladada: ""Importar a mujeres para exportar fresas". Especializou-se em migrações internacionais e relações interétnicas. Este ano de 2017, começou uma pós-graduação coordenado pelo Museo del Mediterráneo (Mucem) e pelo Laboratorio de Economía y de Sociología del Trabajo (LEST). Seu proyecto persegue dois objetivos: -encontrar meios de documentar, coletar y museografar aspectos de seu tema de estudo, com fins de vulgarización; - levar a cabo uma comparação entre dois programas de migração tempória de Marrocos à España: um antigo e masculino, e otro, mais recente e feminino. Dentre suas últimas publicações destacam-se: ""They know that you´ll leave, like a dog moving on to the next bin". Undocumented male and seasonal contracted female workers in agricultural labour market of Huelva, Spain" (2016); "Mobility and change in the Mediterranean agriculture", In: Corrado CASTRO, PERROTA (Nova York: Routlege, 2016); "Saisonnières à la carte: flexibilité du travail et canalisation des flux migratoires dans la culture des fraises andalouses" (Cahiers de l'Urmis, 14, janv, http://urmis.revues.org/1203, 2013);_"We do not have women in boxes": Flexibility and seasonal mobility of female farm-workers between Morocco and Andalusia"', In: Jörg Gertel GERTEL; Sarah Ruth SIPPEL. *Seasonal Workers in*

Mediterranean Agriculture. The Social Cost of Eating Fresh (Nova York: Routledge, 2013).

Gennaro Avallone – Pesquisador de Sociologia do meio ambiente e território no Departamento de Ciência Política Social e da Comunicação, da Universidade de Salerno, onde é Professor de Sociologia urbana e membro titular da Flacso-España. Seus principais temas de investigação são as migrações internacionais, o trabalho agrícola, as relações socioecológicas, os movimentos e conflitos sociais em nivel urbano. Colabora com algumas redes internacionais de investigadores, citando-se membros do Etnocórdoba, do grupo de estudo de migrações da Flacso-España e da rede ecologia-mundo. São suas últimas três publicações: "Produciendo comida y trabajo baratos: migraciones y agricultura en la ecología-mundo capitalista" - (*Relaciones internacionales*, 33, Pag.31-51, con Yoan Molinero); "El movimiento por la vivienda como práctica antiracista. La perspectiva de la ciudad mestiza contra la ciudad hostil en Italia" (*Revista Movimentos Sociais e DinÂmicas Espaciais*, pp. 205-224); "The land of informal intermediation. The social regulation of migrant agricultural labour in the Piana del Sele, Italy" (In: CORRADO, Alessandra; CASTRO, Carlos de; PERROTTA, Domenico. *Migration and Agriculture: Mobility and change in the Mediterranean area*, New York: Routledge, pp. 217-230).

Henrique Rodrigues – Doutor em História. Pesquisador do Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro - CETRAD/UTAD. Destacam-se, dentre suas publicações, destacam-se: *Emigração e Alfabetização. O Alto-Minho e a Miragem do Brasil* (Viana do Castelo: Governo Civil de Viana do Castelo, 1995); A Emigração de elites do noroeste de Portugal no século XIX. In: F. de SOUSA; I. MARTINS. A *Emigração portuguesa para o Brasil* (CEPESE/FAPERJ, 2007, pp. 237-256).

Juan Antonio Máequez Domínguez – É Catedrático de Análisis Geográfico Regional na Universidade de Huelva. Dentre seus trabalhos recentes destacam-se: "La cooperación transfronteriza Luso-andaluza. Um caminho difícil" – coautoria (Revista de geografia, nº 29, 2017, pp. 89-118); "Población y turismo rural em territórios de baja densidade demográfica em España" – coautoria (Boletin de la Associación de Geografos Españoles, nº 71, 2016, pp. 247-272); "La contratación em origen de temporeros marroquies para los campos españoles como experiência de codesarollo " – coautoria (Cuadernos Geográficos de la Universidad de Granada, vol. 55, nº 2, 2016, pp. 173-194).

Juana Moreno Nieto - Doutora en Ciências Humanas: Geografía, Antropologia e Estudos de África e Ásia no Departamento de Antropologia Social da Universidade Autônoma de Madrid (2016), com tese intitulada *Trabajo y género en la globalización agroalimentaria: las trabajadoras de la fresa en Marruecos;* Licenciada em

Ciências Políticas e Sociología (especialidade em Sociologia), pela Universidade de Granada. Atualmente, tem contrato pós-doutoral no Programa de excelência LabexMed, da Universidade Aix-Marseille (França). Suas principais áreas de pesquisa são: feminização do trabalho e as migrações no setor agroalimentício; migrações internas e internacionales, vinculadas à agricultura no Marrocos e entre Marrocos e España; desenvolvimento do agro-negócio no Mediterrêneo; resistências e mobilizações de trabalhdores e trabalhadoras agrícolas; cooperação para o desenvolvimento entre Espanha e Marrocos. Dentre suas últimas publicações, contam-se: "Labour and gender relations in Moroccan strawberry culture", In: GERTEL, Jörg; SIPPEL, Sarah Ruth (coords.) *Seasonal Workers in Mediterranean Agriculture. The social costs of eating fresh* (Londres: Routledge, 2014); "Migrations saisonnières á travers les 'contrats d'origine'", In: M. P. ANGLADE; L. BOUASRIA; M. CHEICK; F. DEBRRE; V. MANRY; C. SCHMOLL (coords.) *Expériences du genre. Intimités, marginalités, travail et migration* (Paris-Casablanca : Le Fennec-Khartala, 2013).

Maria Izilda de Matos – Professora Titular da Pontifícia Universidade católica de São Paulo. Possui Doutorado em História pela Universidade de São Paulo, Pós-doutorado Université Lumiere Lyon 2, Lyon/França. É Pesquisadora 1 A do CNPq, Já oientou mais de 100 trabalhos, dentre dissertações e teses. Dentre suas publicações recentes destacam-se: "Santos- Porto cidade: modernização, saneamento e viagem" (*Revista Tempos Históricos*, v. 20, p. 81-104, 2016); *Gênero e imigração: Mulheres portuguesas em foco*. Rio de Janeiro e São Paulo – XIX e XX – coautoria (São Paulo: e-manuscrito, 2017); *Ações e lutas políticas*, Rio de Janeiro e São Paulo – coautoria (São Paulo: Verona, 2015); Por um ?Portugal democrático?: resistências antissalazaristas em São Paulo (1958-1977) – coautoria (*Projeto História* (Online), v. 50, p. 43-63, 2015); *Gênero, terceiro setor e desenvolvimento: Quebradeiras - uma luta pela preservação do meio ambiente e cultura dos babaçuais* – coautoria (São Paulo: Verona edições, 2015); "Travessias e Cartas: viagem e mala do imigrante" (*Fenix*: revista de historia e estudos culturais, v. 12, p. 1-23, 2015); "Presença na ausência: cartas na imigração e cartas de chamada" (*História Unisinos*, v. 19, p. 338-347, 2015); Saudades: sensibilidades no epistolário de e/imigrantes portugueses (Portugal-Brasil 1890-1930) – coautoria (*Revista Brasileira de História* (Online), v. 70, p. 1-21, 2015); *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho* (Bauru: EDUSC, 2014); *Portugal e as migrações da Europa do Sul para a América do Sul* - c/ outros (org.). (Porto: CEPESE, 2014); Elos de tinta e papel: a presença feminina na correspondência entre e/imigrantes portugueses (In: SIMAS, Rosa Maria (coord). *A vez e a voz da mulher*. Relações e Migrações. Lisboa: Colibri, 2014).

Mariléia Franco Marinho Inoe – Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (2002) e Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1990), tem pós-doutorado em História na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. É Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Professora do Mestrado do NEPP-DH - Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos Suely Souza de Almeida e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSS); Coordenadora do Centro de Educação para Cidadania e Presidente da Comissão Permanente de Acessibilidade da Escola de Serviço Social da UFRJ e Coordenadora do Projeto de pesquisa Memória, Migrações e Assistência Social - MIGRAS. Foi pioneira no estudo dos japoneses e seus descendentes no Estado do Rio de Janeiro, com um considerável acervo iconográfico e de história oral sobre o assunto. Dentre suas publicações recentes destacam-se: Os intelectuais no Rio de Janeiro e a invenção do perigo amarelo (1920-1930) (*Anais do I Congresso internacional nuevos horizontes de iberoamérica estudios en América Latina: identidades, fronteras y nuevos enfoques en la construcción del "otro" (XIX y XX*). Mendonza/ Argentina, 2013); Imagens de imigrantes japoneses no Estado do Rio de Janeiro (In: GRAWRYSZEWISKI, Alberto (Org.) *Olhares sobre narrativas visuais*. Niterói: Editora da UFF*,* 2012).

Mercedes Gordo Márquez – Professora do Departamento de História, Geografia e Antropologia da Universidade de Huelva. Dentre suas publicações recentes destaca-se: "La gestión colectiva de los contratos em origen de temporeros colombianos em la província de Lleida" – coautoria (Boletin de la Asociación de Geógrafos Españoles, nº 68, 2015, pp. 233-252).

Núria Morelló Calafell – Doutora em Antropologia e licenciada em História pela Universidade de Lleida; licenciada em Antropologia pela Universidade de Barcelona. É membro do "Grupo de pesquisa sobre Reciprocidade", da Universidade de Barcelona (GER). É membro do (*Observatorio por la Autonomía y los Derechos de los Pueblos Indígenas de Colombia* (ADPI) e docente de antropología na Universidade Aberta da Catalunha (UOC). Suas linhas de pesquisa têm vinculação com a antropologia econômica e do desenvolvimento e com as migrações e o transnacionalismo, desenvolvendo temas relacionados com sistemas de trabalho migratórios nas agriculturas globalizadas, desenvolvimento, sistemas de patronagem e reprodução social. Dentre suas publicações, destacam-se: "*Prácticas Cooperativas: ¿Estrategias de supervivencia, movimientos alternativos o reincrustación capitalista*?" (coautoria com Alquezar, Homs y Sarkis, 2014); "*Lazos de ayuda o patronazgo? La sostenibilidad de las nuevas economías en la globalización: una comparación entre Cataluña y Siria*", In: NAROTZK, *Economías solidarias, economías sostenibles y economías cotidianas (*(coautoria com Sarkis Fernandez, 2012). Participou de projetos de pesquisa financiados pelo Ministério de Educação e Ciência e pelo Ministério de Ciencia. A partir de 2016, desenvolve pesquisa sobre caça às bruxas e a memória sobre bruxaria em Leida e no Pirineu Catalão, a partir da perspectiva d cultura popular e da antropologia feminista. É membro do *Observatorio por la Autonomía y*

los Derechos de los Pueblos Indígenas de Colombia (ADPI) e docente de Antropologia na Universidade Aberta da Catalunha (UOC).

Olga Achón – Doutora em Antropologia Social, é membro do Grupo de Recerca sobre Exclusió i Control Sociais (GRECS). Na atualidade suas pesquisas têm relação com o estudo da "ley de extranjeria chilena" e o estatuto do trabalho agrícola temporário no Chile, na perspectiva dos sistemas de fixação de mão-de-obras. Dentre suas publicações destacam-se: *Imigración, Exclusión residencial y Segregación espacial. Estudio sobre la vivenda inmigrante em um município de Lleida* (Saarbrücken: Editorial Académica Española, 2011); *Importando Miseria. La alternativa a la provision de mano de obra agrícola* (Madrid: Los livros de la Catarata, 2011); Alojamientos para trabajadores agrícolas extrangeros contratados em origen y privación de libertades. El caso del sistema de alojamento propuesto por el sindicato agrícola Unió de Pagesos em laa comarca del Segriá (Lleida) (In: J. A. FERNÁNDEZ AVILÉS; M. N. MORENO VIDA (dir). *Inmigración y crisis económica: retos políticos y de ordenación jurídica*. Colección: Trabajo y Seguridad Social, n. 58, pp. 533-546, Granada: Ed. Conares); "Contratación de temporeros por la Unió de Pagesos: um sistema sorpreendente y censurable" (*Revista Aranza di Social*. Estudios, n. 4, julio 2011, pp. 201-231)

Rafael Allepuz Capdevila - Doutor em Economia pela Universidad de Lleida; Licenciado en Ciências Econômicas e Empresariais pela Universidade de Barcelona. É Professor Titular do Departamento de Economia Aplicada da Universidade de Lleida. Exerce docência na graduação em Administração e Direção de Empresas (ADE) e em Trabalho Social.

Susana Serpa Silva – Doutora em História Contemporânea, é Professora da Universidade dos Açores; Diretora do Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais; investigadora integrada do Centro de História de Aquém e de Além Mar (CHAM), da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores. Foi membro da equipe de investigadores de projetos como: "Vida Cultural nas Cidades de Província (1841 a 1926)"; "História da Imprensa nos Açores, nos sécs. XIX e XX" e "Escravos e libertos nos Açores, séculos XV-XIX". Atualmente é membro do projeto STARACO – Université de Nantes. Dentre suas publicações recentes destacam-se: Emigração açoriana e o Brasil em finais do século XIX e inícios do século XX – o caso do distrito de Ponta Delgada, 1895-1902 (In: MENEZES, L. M. de; SOUZA, Fernando de. Brasil-Portugal, Pontes sobre o Atlântico: múltiplos olhres sobre a e/imigração. Rio de Janeiro: EdUERJ, 20170; *Um passaporte para a Terra Prometida* – org. c/ outros (Porto: Fronteira do Caos/CEPESE, 2011); Emigração no Distrito de Horta (Açores) por meados do século XIX (In: SARGES, M. N. e outros (org.). *Entre-mares: O Brasil dos portugueses*. Belém: Paka-Tatu, 2010); *Roteiros Republicanos: Ponta Delgada, Matosinhos* (Quidnovi - Comissão Nacional para as Celebrações do Centenário da República / Câmara

Municipal de Ponta Delgada, 2010); "Sonhos e Ideais de Vida" (In: MATTOSO *J. (dir.). História da Vida Privada em Portugal*, vol. 3).

Teresa Torres Solé - Doutora en Economia pela Universidade de Lleida (UdL); Licenciada en Ciências Econômicas e Empresarias pela Universidad de Barcelona. Suas linhas de pesquisa centram-se, dentre outras, no estudo do mercado de trabalho, a partir da perspectiva da inserção da população estrangeira. Atualmente, exerce atividades no Instituto de Economia, Geografia e Demografia (IEGD) do Conselho Superior de Investigações Científicas (CSIC), em Madrid, como investigadora contratado para o projeto TEMPER (Temporary vs. Permanent Migration), financiado pela Comissão Europeia. Desde 2016, é membro do Conselho Editor da Revista *Relaciones Internacionales*, editada pelo Grupo de Estudos em Relações Internacionais (GERI), da Universidade Autônoma de Madrid (UAM). Suas linhas de pesquisa incluem estudos sobre políticas de formação e mercado de trabalho, na perspectiva da inserção da população estrangeira. Dentre suas últimas publicações, destacam-se: "Ejerciendo agencia en las cadenas agrícolas globales. Del modelo boliviano en la agricultura argentina a la situación de los migrantes marroquíes en la agricultura de la Piana del Sele, Salerno, Italia" (*Revista Theomai* (bajo evaluación)"; "Produciendo Comida y Trabajo Baratos: Migraciones y Agricultura en la Ecología-Mundo Capitalista", In: Y. M. GERBEAU (*Relaciones Internacionales,* nº33, Octubre de 2016); "Seasonal Immigrant Workers and Programs in UK, France, Spain and Italy" (TEMPER Working Paper Series, nº1, 2016 - com SALA, A. L.; GERBEAU, Y. M. et allí).

Yoan Molinero Gerbeau - Licenciado em Ciências Políticas e da Administração pela Universidade Complutense de Madrid (UCM), fez Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Africanos na Universidade Autônoma de Madrid (UAM). Realizou pesquisas no Secretariado Estatal de Aministía Internacional España e foi investigador do Centro Argentino de Estudios Internacionales (CAEI), entre 2012 y 2016. No último, não só publicou várias pesquisas, como, também, foi o responsável pela área de Política Exterior e Defesa do Observatório Trimestral de Sudáfrica. Na atualidade trabalha no Instituto de Economia, Geografía e Demografia (IEGD) do Conselho Superior de Investigações Científicas (CSIC), em Madrid, como investigador contratado pelo projeto TEMPER (Temporary vs. Permanent Migration), financiado pela Comissão Europeia. Desde 2016 é membro do Conselho Editor da Revista "Relaciones Internacionales", editada pelo Grupo de Estudos em Relações Internacionais (GERI) da Universidade Autônoma de Madrid (UAM), local onde elabora sua tese de doutorado. São suas últimas publicações: "Produciendo Comida y Trabajo Baratos: Migraciones y Agricultura en la Ecología-Mundo Capitalista" (*Relaciones Internacionales,* nº33, Octubre de 2016 - com Gennaro Avallone); "Seasonal Immigrant Workers and Programs in UK, France, Spain and Italy" (*TEMPER Working Paper Series*, nº1, 2016 - com Ana

López Sala, Mélanie Jolivet-Guetta, Tatiana Eremenko, Cris Beauchemin, Sahizer Samuk y Erica Consterdine).

Zilda Iokoi - Professora Titular do Departamento de História da FFLCH – USP. Membro fundadora do Diversitas: Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e dos Conflitos – FFLCH – USP. Dentre suas inúmeras publicações, destacam-se, por sua relação com o tema do dossiê ou com a imigração: *Intolerância e Resistência: testemunhos da repressão política no Brasil (1964-1985)* (c/ M. S. Ridenti; J. Teles (Org.); *Intolerância e resistência: a saga dos judeus comunistas entre a Polônia, a Palestina e o Brasil (1935-1975)* (São Paulo; Itajaí: Associação Editorial Humanitas; Ed. Univali, 2004); "Crianças bolivianas nas fronteiras da educação brasileira" (c/ D. Liberato. *Políticas Educativas*, v. 7, p. 155-163, 2014); "Deslocamentos populacionais e os limites aos direitos humanos" (*Oralidades* (USP), v. 6, p. 17-37, 2012); "L'historiographie des mouvements sociaux: luttes rurales et urbaines en intermittences démocratiques" (In: Denis Rolland; Marie-José Ferreira dos Santos; Símile Rodrigues. (Org.). *Le Brésil territoire d'histoire. Historiographie du Brésil contemporain* (Paris: L'Harmattan, 2013, v. 1, p. 107-130); "A longa trajetória dos deslocamentos e das intolerâncias no Brasil" (In: Karen Meira Dotto; Paulo César Endo; Sandra Elena Sposito; Teresa Cristina Endo. (Org.). (*Psicologia, violência e direitos humanos*. São Paulo: Conselho Regional de Psicologia, 2012, v. 1, p. 257-273). http://lattes.cnpq.br/6428276314080289

Normas editoriais

A revista publica artigos em português, espanhol, francês, inglês e italiano.

Formatação do texto

1. Os artigos devem ter extensão máxima de 65 mil caracteres, encaminhados em *word* com a seguinte formatação: tamanho da página: 16,5 X 23,5 cm; fonte GARAMOND 11; espaço simples; sem recuo de parágrafo e espaçamento de 0.6 entre cada parágrafo; margens de 3,0 (superior) e 2,0 (inferior, direita e esquerda).
2. As palavras e expressões escritas em outra língua que não a do texto, devem estar escritas em itálico, bem como títulos (livros, revistas e jornais).
3. Os destaques a palavras ou expressões no corpo do texto devem ser feitos com aspas duplas. Recomenda-se que os destaques sejam apenas aqueles de grande importância, evitando-se excessos.
4. Evitar o uso de conectivos (mas, porém, todavia, contudo, etc.) iniciando frases e, principalmente, parágrafos.
5. As citações até três (3) linhas devem ser estar no corpo do texto, com aspas duplas e mesma fonte. As citações de quatro (4) ou mais linhas devem ser transcritas com recuo de 1.0 cm das duas margens, sem aspas e em fonte Garamon 10, seguida da indicação numérica da nota (de fim). Citações dentre de uma citação devem ser indicadas com aspas simples e os destaques feitos pelo autor devem estar sublinhadas, com a seguinte indicação na nota: Grigo do/a autor/a.
6. Os **artigos** (os do dossiê e os caracterizados como livres) devem ser acompanhados de resumo na língua em que o texto estiver escrito (em primeiro lugar), resumo (quando não estiver em português) e, finalmente, *abstract*. Cada um deles deve ter, no máximo, 10 linhas e estar seguidos por três (3) palavras-chave em cada uma das línguas presentes no resumo.
7. As **resenhas** devem ter extensão mínima de 6.000 e máxima de 10.000 caracteres com espaços, e devem seguir as mesmas normas dos artigos, relativas a livros publicados, no máximo, no ano anterior ao da edição da revista.
8. **Depoimentos** e **entrevistas** devem ser enviados com título e o/s nome/s do/s entrevistador/es e/ou dos responsáveis pela edição. Devem ser acompanhadas, igualmente, de resumo e abstract, com indicações básicas ao leitor.

Notas e referências

a) Todas as notas e referências bibliográficas são listadas ao final do artigo (NOTAS DE FIM), em números arábicos que remetam à marcação no texto.

b) Cada nota ou referência deve, obrigatoriamente, ter, no máximo, 10 linhas (caso contrário, a informação deve estar no corpo do texto).

c) Cortes nas citações são indicados com parênteses e três pontos (...), evitando-se essa indicação ao início e no final da citação, quando começar ou terminar em início/fim de oração. Inclusões na citação devem vir em colchetes, incluindo mudanças em tempos verbais.

d) As referências IBID. E CIT. NÃO SÃO ACEITAS. Quando uma determinada obra já tiver sido citada, deve ser repetido o SOBRENOME do autor (caixa alta), seguido do ano da obra e do número da/s página/s. EX: SILVA, 2001, p. 3

e) As páginas são indicadas com p. (uma página) ou pp. (duas ou mais páginas).

f) Considerando-se a circulação internacional da revista, a indicação das fontes deve ser, OBRIGATORIAMENTE, antecedidas pelo nome do país e do arquivo onde estão depositadas (Ex: BRASIL. Arquivo Histórico do Itamarati. Ofícios e Fichas Policiais, Lata 154, Maço 425).

O mesmos e aplica aos jornais (EX: BRASIL. O Paiz, Rio de Janeiro, 3 de julho de 1901).

g) As referências bibliográficas (notas de fim) devem ser indicadas de forma completa, da seguinte forma:

LIVROS: Nome do autor (sem inversões e último sobrenome em CAIXA ALTA). Título da obra (em itálico). Local: Editora, ano, página (p.) ou páginas (pp.). Ex: Lená Medeiros de MENEZES. *Os Indesejáveis*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996, p. 6.

Quando a obra estiver repetida, indicar nome abreviado e SOBRENOME em caixa alta, seguido pelo ano da publicação e da página. EX: MENEZES, 1996, p. 5.

CAPÍTULO DE LIVRO: Nome do autor (sem inversões no nome e último sobrenome em CAIXA ALTA). Título do capítulo (sem aspas). Organizadores do livro (sem inversões no nome). Título do livro (em itálico). Local: editora, ano, páginas. Ex: Maria Izilda S. de MATOS. Imigrantes portuguesas: cotidiano, trabalho e resistência. São Paulo, 1920-1940. In: Maria de Nazaré Sarges e outros (org.). *Entre Mares. O Brasil dos portugueses*. Belém: Paka-Tatu, 2010, pp. 195- 206. Idem para as repetições.

ARTIGO DE REVISTA: Nome do autor em (sem inversões no nome e último sobrenome em CAIXA ALTA). Título do artigo (entre aspas). Título da revista (em itálico e sem "in" antes do título da revista). Local, volume (número): páginas do artigo, data, página da citação. Ex: Xosé M. Núñez *SEIXAS*. "O exílio galego na Europa (1939-1975): Um êxodo esquecido". *Navegar*, 1 (1): 99-121, jul.-dez. 2006.

Emvio, aceitação e publicação do trabalho

9. Os textos podem ser encaminhados por Internet (labimi.uerj@gmail.com), para o seguinte endereço: Rua São Francisco Xavier, 524, 9º andar, bloco D, sala 9 (IFCH/LABIMI). CEP: 20 531-050 ou para o e-mail do organizador do número.
10. Todos os artigos encaminhados fora das normas serão reenviados ao autor antes do encaminhamento para parecer, para as adaptações necessárias.
11. Os artigos são submetidos a pareceristas. Após a aceitação ou rejeição do artigo, o autor será notificado. Qualquer problema observado ou escrita proposta será comunicado ao autor, que será solicitado a rever ou a modificar o texto. Após a diagramação, ele será reencaminhado ao autor para a revisão final, momento no qual será solicitada a permissão para a publicação do artigo.
12. Caso o artigo contenha imagens, é necessário seu encaminhamento em alta resolução, bem como a devida permissão para sua divulgação. Não basta indicar o *site* da Internet, pois algumas imagens têm direitos autorais. A fonte deve vir de forma completa, observando as indicações feitas para citação de documentos de arquivo e jornais.
13. Quando houver transcrição de entrevistas, com a citação do nome do entrevistado, é necessário o envio da permissão para divulgação, feita em formulário especial.
14. São automaticamente cedidos à Revista os direitos de publicação dos originais e das traduções.
15. As informações e conceitos veiculados nos artigos, resenhas, depoimentos e entrevistas são da exclusiva responsabilidade do autor.
16. Caso ocorra a disponibilização posterior de artigo publicado pela revista, por parte do pelo autor, os dados da publicação original na *NAVEGAR* devem estar indicados em pé-de-página na primeira folha. Ex: publicado originalmente em *Navegar*. Revista de e-imigração, vol. 3, nº 4, seguindo-se o número das páginas.